

"NÃO PENSA MUITO QUE DÓI" -
UM PALIMPSESTO SOBRE TEORIA NA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA.
UNICAMP/IFCH/PPG

JOSÉ ALBERIONE DOS REIS

Tese de doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob
a orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo
Abreu Funari.

Este exemplar corresponde à redação
final da Tese defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora
em 03/03/2004

BANCA

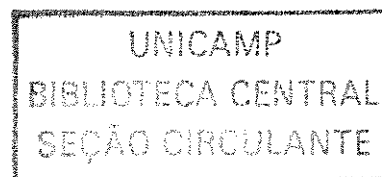
Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari (orientador)

Profª. Dra. Margareth Rago

Prof. Dr. Eduardo G. Neves

Profª. Dra. Fabiola A. Silva

Prof. Dr. Andrés Zarankin



UNIDADE PL
Nº CHAMADA 110/unicamp
R277n
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 58085
PROC 16-117-04
C _____ D x
PREÇO 11,00
DATA 28/05/04
Nº CPD _____

ii

CM00198130-5

Bibid:317500

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

R 277 n Reis, José Alberione dos
"Não pensa muito que dói": um palimpsesto sobre teoria na
arqueologia brasileira / José Alberione dos Reis. - - Campinas,
SP : [s. n.], 2003.

Orientador: Pedro Paulo Abreu Funari.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

I. Arqueologia – Brasil. 2. Hermenêutica. 3. Arqueologia –
Estudo e ensino (Pós-graduação). I. Funari, Pedro Paulo Abreu.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título .

RESUMO

Esta tese apresenta uma perspectiva de como vêm sendo empregadas e utilizadas posições teóricas arqueológicas e referenciais teóricos oriundos de diversos campos do conhecimento em determinada produção acadêmica no âmbito da Arqueologia brasileira em cursos de Pós-Graduação.

Palavras-chaves: teoria; teoria arqueológica; Arqueologia brasileira

ABSTRACT

The PhD dissertation studies the theoretical framework used by MA and PhD students in their dissertations on archaeology subjects. The theoretical roots in related disciplines are also explored. The study includes dissertations defended in several Brazilian universities

Key-words: theory; archaeological theory; Brazilian archaeology

AGRADECENDO.....

Ninguém passa ileso por quatro anos de doutorado. É um período marcado por duas situações opostas e complementares. De um lado, relações sociais, conflituosas ou cordiais, pelas lides acadêmicas. De outro, na solidão, nos sofrimentos e nos gozos solitários - eu e o computador - a escrita, a formatação da tese. Precisamos destas relações e fazemos um trabalho que ninguém fará por nós. Por isso é social e solitário ao mesmo tempo.

São destas relações que vou agradecendo.

A primeira delas foi com o prof. dr. Pedro Paulo Abreu Funari, meu orientador. Muito conversamos, fui seu aluno, almoçamos e bebemos vinhos juntos. Estabeleceu comigo uma relação de cordialidade, de respeito e de estímulo constante para a produção desta tese. Na sequência, freqüentei as disciplinas curriculares. Propiciaram muitas trocas e debates. Nelas, partilhei idéias e saborosamente convivi com professores e colegas de diversas áreas do conhecimento e com variados interesses e problemáticas. Deste convívio, dois colegas marcaram mais proximidade e cumplicidade: José Augusto Dias Junior, o paulista-doutor em conto do vigário, e Lucio Meneses Ferreira. Para com este, especialmente, serei sempre grato por tudo o que me ajudou, criticou e instigou.

É claro que há um lastro financeiro! Sem este nada teria sido possível. Para o fazer desta tese, fui contemplado com uma bolsa da FAPESP que me propiciou todas as condições materiais. Foi com os recursos desta bolsa que pude ir ao México e saborear uma estada de estudos e de pesquisas, sob a co-orientação carinhosa e gentil do prof. dr. Luiz Felipe Bate.

Nos lugares por onde andei pesquisando sempre fui muito bem recebido. Principalmente nas secretarias dos cursos de pós-graduação e nas bibliotecas das três instituições: MAE/USP, PUCRS e UFPE.

Bem, distância foi um componente marcante nestes quatro anos. Minha família e meus velhos amigos moram lá na serra gaúcha, em Caxias do Sul. O filho, que estou pai, mora em Salvador. Quando nos encontramos, sempre muito afeto e estímulo para o continuar.

Porém, quem sempre esteve junto, me agüentou, leu tudo o que escrevi antes de entregar para o orientador, sempre acreditou em mim e por quem venho aprendendo a amar é a arqueóloga e esposa Fernanda Bordin Tocchetto.

Sou madrugador e adoro a companhia constante do chimarrão. Foi principalmente durante o correr destas horas primeiras silenciosas dos dias já passados e com o acalanto dos mates que trabalhei.

Destaco aqui as pessoas, os lugares e as situações que mais forte e intimamente me acompanharam. Não foram somente... Para todos os que não nomeei, mas que me ajudaram, meu agradecimento do coração.

"É preciso deixar as coisas
um pouco antes
que elas nos deixem".

(Sainte-Beuve)

"Copiar uma pessoa é plágio.
Copiar 300 pessoas
é pesquisa".

(Millôr Fernandes)

"O viajante surpreendido pela noite
pode cantar alto no escuro para negar seus próprios temores;
mas, apesar de tudo isto,
não enxergará mais do que um palmo
adiante do nariz".

(Sigmund Freud)

SUMÁRIO

Palavras iniciais.....	04

1. Dos começos

1.1 <u>assuntando</u>	07
1.2 <u>o que</u> : elucidando alguns tópicos sobre como se apresenta teoria na Arqueologia brasileira.....	11
1.3 <u>por que</u> : a presença da teoria na Arqueologia brasileira; o jogo do implícito/explicito; o temor, o descaso, o desprezo, a resistência à teoria?; qual corpus teórico existe?.....	16
1.4 <u>onde</u> : teses e dissertações de instituições acadêmicas – PUCRS; USP; UFPE.....	21
1.5 <u>como</u> : o levantamento geral das dissertações e das teses; amostragem a partir do levantamento geral do empírico: critérios; leitura elucidativa/explicativa do empírico; de que lugar teórico: propostas de se trabalhar com algumas idéias de Shanks e Tilley	29
1.6 sobre o trabalho da pesquisa; apresentação geral dos capítulos da tese.....	37
1.7 para não concluir.....	40

2. Teorizando a teoria

2.1 Um panorama histórico da Arqueologia brasileira relacionado com a produção teórica: houve mesmo ocultamento, atraso, temor, aderência velada ou o que pode ter sucedido?.....	47
2.2 Qual é o meu lugar?; algumas características e propostas da Arqueologia Pós-Processual.....	67
2.2.1 Arqueologia Pós-Processual: características; abrangências.....	69
2.2.2 algumas propostas de Shanks e Tilley.....	75

2.3 Outros lugares: tópicos sobre Arqueologia Histórico-Cultural, Arqueologia Processual e Escola Francesa.....	78
2.3.1 Arqueologia Histórico-Cultural.....	79
2.3.2 Arqueologia Processual.....	84
2.3.3 Escola Francesa.....	91
2.4 O que é teoria? qual teoria, quais teorias?; natureza da autoridade da teoria na pesquisa científica; o que significa teoria para se fazer pesquisa em Arqueologia?.....	100
2.4.1 sobre teoria.....	100
2.4.2. sobre conceito.....	105
2.4.3 sobre teoria arqueológica.....	113
2.5 Arqueologia não existe sem teoria: justificativas; o jogo do implícito/explicito: por que ocultar a teoria na pesquisa?; a axiomatização das teorias: importância e necessidade na pesquisa.....	137
2.6 Considerações parciais.....	143

3. O ardiloso empírico

3.1. Existe teoria na Arqueologia brasileira: quais teorias são empregadas?.....	149
3.1.1 Posições Teóricas Arqueológicas.....	150
3.1.2 Referências bibliográficas.....	154
3.1.3 Teses/Dissertações.....	215
3.1.4 Financiamento da pesquisa.....	223
3.1.5 Contextualização na realidade brasileira.....	226
3.1.6 Pronome pessoal usado na redação.....	228
3.1.7 Inserções das pesquisas.....	233
3.1.8 Caminhos das pesquisas.....	234
3.2 Por uma classificação das teses/dissertações.....	235
3.3 Problemas/questões.....	238
3.4. Considerações parciais.....	245

4. Contexturas da produção teórica da Arqueologia brasileira (1970/2001)

4.1 Teorias em disciplinas nos cursos de Pós-Graduação com áreas de concentração em Arqueologia, Pré-História e História.....254

4.2. A graduação na Estácio de Sá: como esteve teoria nos programas das disciplinas?.....284

4.3 A Sociedade de Arqueologia Brasileira: o atestado da cientificidade.....295

4.4 Considerações parciais.....322

5. Não concluindo.....326

6. Referências bibliográficas.....350

7. Anexos.....378

- PALAVRAS INICIAIS

Estas palavras iniciais têm um caráter informativo sobre algumas características do meu trabalho. O que é tradicionalmente denominado de Introdução nos trabalhos acadêmicos, nesta tese, mimetizou-se no capítulo um - Dos Começos - que é introdutório, no entanto, já dentro do laboratório.

Fundamentalmente, a problemática desta tese gira em torno de elucidar o emprego de teoria na Arqueologia brasileira. Uma pergunta fundante norteou a pesquisa e esta foi realizada com o intuito de respondê-la: existe teoria na Arqueologia brasileira?

Duas expressões percorrem quase toda a tese: 'efeitos da teoria' e 'Arqueologia brasileira'. Esclareço. Meu trabalho não foi efetivado na busca de esclarecer sobre as condições - aquilo sem as quais um fenômeno não se produziria -, mas sobre alguns dos efeitos - todos os fenômenos considerados como produtos ou resultados de uma causa eficiente - da teoria no empírico pesquisado. Este, por facilitação de retórica e de referenciamento genérico no que abrange, é englobado numa totalidade - a Arqueologia brasileira. Evidentemente, não há nisto, nenhuma pretensão minha de que este trabalho esteja dando conta desta totalidade, e nem que aqui se esgotem quaisquer outras possibilidades de pesquisa nesta mesma totalidade e problemática.

A instigação que deu origem e provocou a feitura desta tese veio lá de longe. Nos tempos já idos, quando trabalhei na dissertação. Na ocasião, fiquei intrigado com o que denominei de 'conceitos no vazio' - esclareço isto mais adiante, aí dentro da tese - em relação ao uso de teoria no que é conhecido como 'padrão de assentamento' na pesquisa arqueológica.

Adejou sobre mim algo muito peculiar e assustador, durante todos estes quatro anos de doutorado. Minhas escavações não foram em solos endurecidos pelos

tempos passados, mas nos terrenos movediços das idéias. Escavei em textos, em discursos de colegas, que eu saiba, neste momento, todos ainda vivos e atuantes em sua profissão de arqueólogo. Daí o que me ameaçava: como citar, pelo transcorrer do meu trabalho - com o nome do autor, ano e página - os textos pesquisados em termos de críticas, considerações, ponderações, faltas, ausências? O perigo que rondou advém ainda de um visceral narcisismo acadêmico que não tolera muito as críticas, mas que goza saborosamente os elogios. Citar explicitamente me foi seguidamente avisado como sendo o cometimento de suicídio acadêmico. Nunca tive esta pretensão. O que almejo com este trabalho é completar e finalizar os rituais e as tarefas precípuas de um doutorado. Assim, esclareço que, nesta tese, o empírico pesquisado será citado e referenciado pelas instituições de onde foram produzidos. A listagem completa - dos textos e seus respectivos autores - está discriminada nas referências bibliográficas - item 06 da tese - e no interior do capítulo um.

Enfim, esta tese tem muito poucos anexos. Aqueles, que amontoamos lá nas páginas finais e que desafiam a paciência e a tolerância do leitor. Assim, estão em sua quase maioria, nos entremeios da escritura.

Bem, ninguém passa ileso por uma experiência de doutorado. Cada um que já vivenciou este rito de passagem, dele tem os mais diversos testemunhos. Mas, acredito mesmo que mais do que a razão, pelo que vivi na minha pessoal 'passagem', é a emoção que nos acompanha. Afinal, é o que concluiu Meis (2003:6) em sua pesquisa: "O crescimento da ciência brasileira se dá graças a um enorme desgaste emocional das pessoas envolvidas e que não têm o menor poder de pressão, pois são minoria, ilhas com dificuldades de comunicação dentro das próprias universidades em que atuam e dentro da comunidade universitária em geral".

Feitos estes circunscritos prolegômenos!

Vamos a uma viagem acadêmica pelas veredas de uma tese.

1. Dos começos

História Natural

*Cobras cegas são notívagas.
O orangotango é profundamente solitário.
Macacos também preferem o isolamento.
Certas árvores só frutificam de 25 em 25 anos.
Andorinhas copulam no voo.*

O mundo não é o que pensamos.

(Poesia e Prosa, Carlos D. de Andrade, pg. 1002)

1.1. Assuntando

Nos dizeres do romancista Júlio Cortázar, para o jazz, o que vale como tesouro são os *takes*, produzidos nos estúdios de gravação e lá guardados como documentos a serem esclarecidos no *post mortem* de seus autores. Os *takes*, tomadas, são únicos e irrepetíveis. Portanto, exclusivos e testemunhos de únicos momentos de criações ímpares. Cortázar escreve também sobre o que seja “ensaio”. Aquilo que marca um ritmo em vistas a um aperfeiçoamento. É repetível. Recomeça, quase sempre, onde terminou em etapas anteriores.

Uma tese, um somatório de *takes*/tomadas e ensaios, assim como no jazz. Suas versões iniciais como *takes*, primeiros e únicos, como versões que serão corrigidas, ampliadas, cortadas, refeitas no caminho de sua produção. Assim sendo, o trabalho de uma tese é conjugação de *takes*/tomadas irrepetíveis como etapas que vão sendo somadas e acrescentadas em compasso de ensaio, até sua redação final e respectiva defesa. São os rituais da academia.

Assim, o que vai por aqui escrito é do campo do indeciso, do sendo construído, desconstruído, refeito, feito e seguindo diferentes trajetórias e questionamentos. Neste capítulo apresento um panorama geral da tese: o tema, os questionamentos, a metodologia e as fontes.

Passados quatro anos. Contemplo este tempo como sendo de muitas novidades, surpresas, transformações e mudanças. Afinal, hoje e muito por consequência desta tão intensa e emocionante experiência do doutorado, acredito que fazer ciência é mais do que um processo de definitivas conclusões. São caminhos em processos de conclusões.

Hoje estou cada vez mais convencido de que as fronteiras entre ciência e

poesia, entre ciência e arte e entre o dionisíaco e o apolíneo, dentro do tal mundo acadêmico, se confundem, fundem-se, imbricam-se. Para Hissa (2002) é preciso um entendimento e aceitação cada vez maior de que as fronteiras entre as ciências são continuamente abaladas por mobilidades. Movem-se mais do que se fixam. Compreende "...ciência como a arte de combinar informações..." (Hissa, idem:160). Duvidando de que ciência é tarefa de descoberta, salienta que o trabalho científico é procura de reunir o que sempre ali esteve separado, inclusive idéias. Fronteiras científicas se movem, buscam articular arte com informação. Nesta verve, Santos (2002) fala de uma crise que está promovendo o fim da hegemonia de uma velha ordem científica imperante até hoje. Caracterizando o que seria esta antiga ciência hegemônica e os sinais da tal crise e especulando sobre as condições teóricas e sociológicas de uma nova ordem científica, o autor aponta algumas hipóteses que compõem seu percurso analítico da crise. Dentre elas, destaco algumas: "primeiro, começa deixar de fazer sentido a distinção entre ciências naturais e ciências sociais; segundo, a síntese que há que operar entre elas tem como pólo catalisador às ciências sociais; (...); quarto, esta síntese não visa uma ciência unificada nem sequer uma teoria geral, mas tão-só um conjunto de galerias temáticas onde convergem linhas de água que até agora concebemos como objetos teóricos estanques; (...)" (Santos, idem:10).

Bem, ciência como arte de reunir informações, convergência de linhas de água, fronteiras em movimento, crise hegemônica, poesia junto com ciência. Para mim, quebrar fronteiras juntando ciência com poesia é busca de aproximações. Neste sentido concordo com Luhmann (2002:59) ao dizer que "... talvez devesse haver, para realizações mais exigentes da teoria, uma espécie de poesia paralela, que dissesse tudo uma vez mais,

de modo diferente, e com isso referisse a linguagem da ciência aos limites de seu sistema funcional”.

Não estou propondo algo em torno do famoso “tudo vale” (Feyerabend, 1989) e nem tão pouco um total relativismo. Temos e fazemos escolhas bem claras ou, na maioria das vezes implícitas, em tratativas de ideologias, teorias e metodologias neste caminho de ciência e academia. Estas escolhas norteiam o fazer das pesquisas. O que afirmo aqui é minha convicção de que as fronteiras até agora tão substancialmente rígidas e pretensamente marcadas entre e diante dos mais variados campos do conhecimento, estão, felizmente, sofrendo abalos, diluições e soluções de continuidade que apontam para transdisciplinares trocas e solidariedade de entrecruzamentos teóricos e metodológicos.

Afinal, há já bastante tempo Wright Mills (1975) salientou sobre a admirável escolha de se realizar qualquer atividade intelectual dita científica que não marque separação entre o trabalho do cientista e a vida do cientista. Para o autor, neste sentido, é preciso “... aprender a usar a experiência de sua vida no seu trabalho continuamente” (Wright Mills, idem:212). Destaca que esta escolha mais do que superar a rigidez de uma tal prosa acadêmica, desmonta a empáfia de uma tal pose acadêmica. Avança mais e propõe que o fazer científico diante desta escolha que una vida e trabalho tenha um cunho do que chamou de artesanato intelectual. “Sejamos um bom artesão: evitemos qualquer norma de procedimento rígida. (...). Evitemos o fetichismo do método e da técnica. É imperiosa a reabilitação do artesão intelectual despretensioso, e devemos tentar ser nós mesmos, esse artesão” (Wright Mills, idem:240). Esta escolha e este chamamento ainda não chegaram nos ouvidos moucos dos mandarinos acadêmicos. Por isso mesmo que finalmente vai sendo esboroadada e desmontada a hegemonia da velha ordem científica aponta por Santos (2002).

Assim sendo, saliento que o aqui escrito refere-se a aspectos de lugares que foram artesanalmente preparados, ajuntamento de ingredientes, de dúvidas e de angústias que compõem o trabalho acadêmico em sua feitura.

Duas importantes trilhas marcam esta tese. Uma, aquela fundamental e percorrida através da orientação do professor e arqueólogo Pedro Paulo Funari. Já lá se vão quatro anos de colóquios, de conversas e de cursos que vêm convergindo nesta produção. A outra, como um pequeno trajeto paralelo a anterior, representa os tantos encontros de estudos e charlas na cozinha do arqueólogo chileno Luis Felipe Bate, em sua casa mexicana, na Cidade do México, onde estive efetivando um período de pesquisas. Foram acompanhados de porres de chimarrão com erva mate argentina, linguagem em português e espanhol. Lá criei coragem e semeei a futura colheita nesta tese.

Esta, pelo desafio que encaro, não trata apenas de questões e problemas exclusivamente arqueológicos. São de ordem da Filosofia da Ciência¹ e da Filosofia², entre outros. Campos do conhecimento que vou tangenciando, espremendo contatos como berne relutante em madurar. Porém, chega à hora que vem a furo.

A página em branco, cursor pulsando no canto, pede letras, palavras, discursos. As mãos se entrecruzam, segurando o pânico de seus movimentos que dedilharão, dedilham o já textotese. Mas, é com este conjunto de medos, sofrimentos

¹ "O estudo da natureza da ciência, suas diferenças de outros modos de conhecimento, suas pressuposições filosóficas, e os problemas filosóficos que levanta. (...) Toda filosofia propriamente dita tem sua filosofia específica da ciência. E a validade de qualquer filosofia da ciência deve ser medida pela fidelidade de sua descrição da pesquisa científica em curso, por sua fecundidade na ajuda da avaliação de projetos de pesquisa, e por sua eficácia na advertência contra projetos não promissores" (Bunge, 2002:151).

² "...a Filosofia que teria um caráter mais geral, mais abstrato, mais reflexivo, no sentido da busca dos princípios que tornam possível o próprio saber. (...) um sentido de Filosofia como investigação crítica, situando-se portanto em um nível essencialmente distinto do da ciência, embora intimamente relacionado com esta, já que descobertas científicas muitas vezes suscitam questões e reflexões filosóficas e freqüentemente problematizam teorias científicas" (Japiassú e Marcondes, 1996:104).

morais e emocionais, alegrias e satisfações que vou me expressar aqui sobre o trabalho nesta pesquisa de tese.

1.2. O que: elucidando alguns tópicos sobre como se apresenta teoria na Arqueologia brasileira

O que é passível de elucidação sobre a existência de teoria na Arqueologia brasileira? Quais teorias estão fundamentadas nas pesquisas no Brasil?

Esta tese foi elaborada na tentativa de responder a estes questionamentos. É motivada pela constatação de que, no Brasil, na maioria dos resultados das pesquisas em Arqueologia, permanece ainda uma resistência à teoria. Os textos publicados sugerem como se fosse mesmo desnecessário marcar teorias ou elas estão veladas, ocultadas em um proposital mascaramento de inexistência. Tais constatações apontam para um equivocado entendimento do rigor científico da pesquisa arqueológica no Brasil como prescindindo de postulados teóricos. As publicações acentuam descrições detalhistas num contraste entre uma “massa de conhecimentos empíricos e as limitadas generalizações teóricas” (Kern, 1991:1). Sugerindo respostas as questões e corporificando os motivos que emulam esta tese, pode-se caracterizar não tanto oposição, mas aderência velada a correntes teóricas. Estas, imprescindíveis em qualquer fazer científico e produtoras de conhecimento, lugares inegáveis da Arqueologia.

O lugar da teoria na Arqueologia brasileira é ainda motivo de indefinições, de resistências. As práticas de campo com os métodos e técnicas já bem conhecidos e desenvolvidos, bem como as análises quantitativas e descritivas nos laboratórios, pontuam

as fronteiras que mapeiam a pesquisa arqueológica no Brasil. Nas publicações, em sua grande maioria, os marcos teóricos permanecem tênues ou ocultos. Vale ressaltar que é possível no empírico que trabalhei, já se encontrar, de forma mais clara, o lugar da teoria. São textos oriundos da academia onde posso identificar suportes teóricos explicitamente colocados, ou não.

Para a Arqueologia brasileira, no mais amplo panorama geral escrito por Prous (1992), não aparece teoria explícita. Em Souza (1991), são relatadas e apresentadas algumas escolas teóricas - também arqueológicas - estrangeiras. Do mesmo autor, no "Dicionário de Arqueologia" (1997), nenhum verbete é contemplado explicitamente com informações sobre posições teóricas da Arqueologia. Organizada por Tenório (1999), numa obra comporta um conjunto de artigos sobre a pré-história brasileira, os marcos teóricos estão, em sua maioria, calcadamente implícitos. Mesmo no artigo de Prous (1999), proposto pela organizadora como uma "contextualização teórica" (Tenório, *idem*:11) sobre a Arqueologia, a teoria é contemplada com meras e simples citações. Segundo o autor, "... Arqueologia, a qual dispõe de um conjunto de métodos e técnicas (procura também desenvolver um corpo teórico próprio) (...)" (Prous, 1999:19). O sublinhado da citação é meu. Métodos e técnicas são já disponíveis enquanto que teoria é ainda da procura e entre parênteses.

Apesar deste caminho de ocultamentos na Arqueologia brasileira, teoria já tem motivos de reflexões. Fogaça (2000) instigando sobre este velamento apresenta críticas ao lugar da teoria: "... acredito que a necessidade de se pensar teoricamente na Arqueologia brasileira acaba sendo essencialmente satisfeita pela absorção da forma que o debate teórico assume na Arqueologia anglo-saxônica. Ou seja, vamos teorizar sobre a explicação e a

interpretação, deixando em posição secundária as outras etapas do fazer arqueológico" (Fogaça, idem:6).

Funari (1989a;1989b;1992;1995a;1998;2003) tem se destacado por salientar a importância e a necessidade fundamental da teoria no fazer arqueológico brasileiro. Neste sentido aponta: "... não há prática arqueológica sem fundo teórico. É precisamente nestes termos que podemos dizer que há teoria arqueológica no Brasil, não como um quadro aberto e explícito de assertivas sobre a ontologia do conhecimento arqueológico, mas como uma hermenêutica subjacente que informa tanto atividades de campo e seus relatos, como artigos em geral" (Funari, 1998:14).

Salientado sobre a necessidade do uso consciente e explícito da teoria na Arqueologia, Kern (1991: 8) diz que: "A utilização de teorias na prática da Arqueologia representa em primeiro lugar a possibilidade de trabalharmos cientificamente a partir de problemas e não apenas a partir dos vestígios arqueológicos encontrados." Lima (2000) questiona sobre a separação entre arqueólogo de campo e arqueólogo de gabinete, uma clivagem entre teoria e prática. Marca a distância do fazer teórico brasileiro em relação à produção internacional. Salienta que esta situação é consequência de decisão própria da Arqueologia brasileira ao se inferiorizar e se distanciar em relação às teorias, fortalecendo-se mais na técnica. "(...) uma disciplina sem princípios, sem um quadro conceitual de referência, sem um corpo estruturado e sistematizado de conhecimentos, não se sustenta" (Lima, idem:1). Neves (1988) aponta para a urgente necessidade de um "plano de emergência" para a Arqueologia brasileira. Afirma que "...é necessário conhecer e dominar vários níveis teóricos que se articulam nos diversos degraus da interpretação arqueológica" (Neves, idem:203). Num texto que trata sobre um panorama geral da Arqueologia brasileira

em perspectiva brasileira, Barreto (1998) destaca as principais etapas e influências sofridas por esta Arqueologia. Pontuando sobre o papel da teoria, pergunta:

Porque a Arqueologia brasileira é tão marginalizada? (...) Uma ampla fenda entre a teoria arqueológica e antropológica acrescida a um claro colonialismo cultural são importantes causas para este particular estado da disciplina no Brasil. Ironicamente, a forte influência de escolas estrangeiras (França e Estados Unidos), enquanto produziram muitos avanços, tem também deixado a Arqueologia brasileira num vácuo teórico e numa camisa-de-força metodológica (Barreto, 1998:574).

Questionando sobre a separação entre teoria e prática na Arqueologia e apontando para atitudes transformadoras desta limitação, Pacheco (1993: 106-107) destaca que: "Esta atitude em relação à teoria resulta não tanto da rejeição pela filosofia, mas sim de um amplo consenso silencioso sobre normas empíricas. (...). Qualquer argumento que diga que teoria é irrelevante para a Arqueologia é ele mesmo teórico".

Em outro trabalho, Pacheco (1992) utiliza-se de conceitos teóricos da "ciência da informação" para analisar contextos arqueológicos de artefatos. Indica que os mesmos, como portadores de informação, são transportadores de representações contextuais e provocadores de interpretações assentadas teoricamente.

Volto ao teorizar sobre teoria.

O que é teoria? Qual o estatuto, o lugar que deve ocupar teoria em qualquer trabalho científico-acadêmico? São perguntas gerais em direção a quem se propõe trabalhar e pesquisar em ciência. Pretendo algumas respostas, mais adiante, em outro capítulo. Para tal, me serão úteis os textos de Bunge (1974; 1985; 2002); de Granger (1994); de Koselleck (1992); de Kuhn (1989), entre outros.

Dito de outro lado, é um pressuposto e universalmente consensual que ciência sem teoria, no mínimo, é ficção. As questões, no que apontam para a Arqueologia

brasileira, são oriundas do que vem sendo constatado como um lugar de falta, de medo ou de descaso. Partindo deste campo do conhecimento, as respostas poderão ser encontradas em vários caminhos ou fundamentações advindas da Filosofia da Ciência, da Epistemologia³, etc. São questões básicas, portanto, que subjazem em qualquer pretensão de um fazer científico.

Não há trabalho científico sem base teórica. Neste sentido, aponta Althusser (s.d.:23): "Uma pesquisa ou uma observação nunca é passiva: só é possível sob a direção e o controle de conceitos teóricos que nela agem, quer direta, quer indiretamente nas suas regras de observação, de seleção e de classificação na montagem técnica que constitui o campo de observação ou da experiência".

A partir de um destaque que faz Althusser (s.d.: 39) no âmbito da teoria, entre a natureza formal-abstrata do objeto e o rigor da sua organização como sendo método, é apontada uma dificuldade específica no que seja a produção de um discurso teórico: a separação entre este objeto formal-abstrato – a teoria – e sua correspondente ordenação – o método.

Pensando no meu objeto, esta dificuldade aponta para uma incongruência que transparece na produção acadêmica da Arqueologia brasileira, qual seja, um pretenso fortalecimento e conhecimento de métodos em detrimentos de explicitação em termos teóricos. Dito de outro modo. Vem salientado o que já se sabe muito, na Arqueologia brasileira, sobre métodos e técnicas de pesquisas, porém, clivados de seus discursos teóricos correspondentes.

³ "Seu problema central, e que define seu estatuto geral, consiste em estabelecer se o conhecimento poderá ser reduzido a um puro registro, pelo sujeito, dos dados já anteriormente organizados independentemente dele no mundo exterior, ou se o sujeito poderá intervir ativamente no conhecimento dos objetos. (...) podemos defini-la como a disciplina que toma por objeto não mais a ciência verdadeira de que deveríamos estabelecer as

O estatuto de ciência e formação científica, para qualquer campo do conhecimento, propõe um conjunto que saliente a problemática teórica/os marcos teóricos, objetivando a delimitação de zonas de visibilidade e desvelamento de caminhos por onde se pode pesquisar. A problemática como ponto de partida, vai definindo e acolhendo os problemas da investigação, instigadores de respostas. Os meios pelos quais serão obtidas são dispostos em instrumentos de coleta e tratamento dos dados. Informações propiciadas e organizadas através de métodos e técnicas. Uma pesquisa científica é sempre um jogo inter-relacionado/interdependente, cujas peças imbricam teoria, métodos e técnicas no conjunto de qualquer trabalho científico. Portanto, o pesquisar na Arqueologia é um fazer de pleno estatuto científico onde se faz presente a teoria ou teorias.

Pelo exposto, fica claro que o que ocorre na Arqueologia brasileira pode ser um proposital velamento, reforçador de descritivismos e dados empíricos, em detrimento de um assumir teórico e conceitualmente explícito.

1.3. Por que: a presença da teoria na Arqueologia brasileira; o jogo do implícito/explicito; o temor, o descaso, o desprezo, resistência à teoria?; qual corpus teórico existe?

Em relação às questões iniciais, colocam-se três situações que poderão ser encaminhadas de diferentes formas e instrumentalizadas como bases para justificar a elaboração desta tese:

a) "Existe teoria arqueológica no Brasil? (...) há uma falta de teoria na Arqueologia Brasileira (...) é ainda muito comum desprezar artigos interpretativos como

condições de possibilidade ou os títulos de legitimidade, mas as ciências em via de se fazerem, em seu

sendo muito teóricos” (Funari,1998:13). Sim, existe teoria na Arqueologia brasileira como destacam Fogaça, 2000; Funari, 1989a;1989b, 1992, 1995a, 1998; Kern, 1991; Lima, 2000; Neves, 1988;Schiavetto,2003; Pacheco, 1993.

A questão remete a uma hipótese em relação à produção acadêmica no que diz respeito às teorias. Elas existem nas pesquisas, porém não de forma explícita. Daí o desinteresse/temor em relação ao interpretar.

Pode-se pensar que este desinteresse/temor faça parte de um jogo entre saber/poder na pesquisa arqueológica. É inegável que a Arqueologia é uma ciência.⁴ A partir desta condição, nos deparamos com paradigmas que controlam todo e qualquer conhecimento científico. Este controle é notadamente o poder que a ciência interpõe ao social, ao político, em conjugação ao ideológico. Neste sentido, reflete Morin (1994: 106): “(...) ignorou-se que as teorias científicas não são o puro e simples reflexo das realidades objetivas, mas são os co-produtos das estruturas do espírito humano e das condições sócio-culturais do conhecimento”;

b) portanto, não há falta de teoria na literatura publicada sobre a Arqueologia brasileira. Existe, só que tal “literatura referida traz marcadamente o que se pode denominar de conceitos no vazio, isto é, embora presentes não são explicitados” (Reis, 2002: 23);

c) o referido desinteresse/temor é algo marcante ainda na pesquisa arqueológica brasileira, no sentido de clivar, de um lado o dito arqueólogo de gabinete e, de outro, o arqueólogo de campo. Marca separação. É um equívoco persistente, como se teoria estivesse separada ou esvaziada de uma prática. Esta situação “reflete uma pressão muito intensa no interior do fazer arqueológico que ainda separa o arqueólogo teórico do

processo de gênese, de formação e de estruturação progressiva” (Japiassú e Marcondes, 1996: 84).

arqueólogo prático. Divisão esquizofrênica, clivando um sujeito, um único fazer, em dois objetos confrontantes” (Reis, 2002: 149).

Como um esclarecimento de ordem comparativa, apresento algumas considerações a partir da leitura de um texto de Barreira (1995). Pesquisou sobre dissertações e teses visando a interpretação, avaliação e explicação de como os historiadores da educação brasileira expressam suas concepções de história e de como apresentam diferentes estratégias explicativas sobre os eventos estudados por eles. Barreira (1995) destaca que seu trabalho, entre outros objetivos, visa uma apreensão das diferentes concepções de história que estes historiadores apresentam e a compreensão de possíveis nexos entre as diferentes concepções. Destaca, também, que não concorda com a posição que aponta para uma relação mecânica que existiria entre a concepção de história do historiador e seu produto de trabalho científico.

Trazendo para a Arqueologia brasileira. Diz respeito aos diferentes entendimentos do possa ser esta arqueologia e seus possíveis nexos entre eles. Se o que se evidencia nas produções arqueológicas é esta clivagem de possíveis concepções teóricas soltas e perdidas, das conexões aos empíricos trabalhados, há que se perguntar em que nível de congruência ou consistência teórica tais concepções vão sendo apresentadas ou pretensamente pesquisadas nas produções acadêmicas arqueológicas. Concordo com Barreira (1995) e com a posição que adota este, que não há esta ligação mecânica entre concepção de Arqueologia/Arqueologias e os produtos de trabalhos científicos finalizados nas dissertações e teses. Esta clivagem acima apontada demonstra tal situação. Estariam os arqueólogos apontando de forma superficial, pouco estudada ou sob ocultamentos, as suas

⁴Não está no âmbito e nos objetivos desta tese tratar e desenvolver temas sobre o estatuto de cientificidade da Arqueologia.

concepções de Arqueologia? Clivam suas possíveis concepções de Arqueologia – em termos teóricos – dos empíricos trabalhados porque não se interessam por teoria ou porque não saberiam como amarrar teorias superficialmente estudadas com os empíricos pesquisados? É possível apresentar e sustentar diferentes concepções de Arqueologia que não estejam suficientemente conectadas com realidades empíricas pesquisadas?

Voltando a Barreira (1995:106), este assim conclui com relação as diferentes concepções dos historiadores da educação brasileira: “Noutras palavras, a prática científica dos historiadores da educação brasileira revela diferentes concepções sobre o tema em questão. Repito, a prática científica desses historiadores, e não os pressupostos teórico-metodológicos dos quais partem, é que revela, como se verá, essas diferentes concepções.”

Retorno para a Arqueologia. A tal prática acima citada se enquadra como luvas nas coruscadas mãos dos arqueólogos brasileiros. São fecundos praticantes em seus campos e laboratórios.

Como é possível, então, sustentar uma verificabilidade empírica se a teoria está implícita e/ou desconectada dos empíricos pesquisados? Teoria implícita, com os conceitos no vazio, faz distância de axiomatização daqueles. Estando implícitos, como se realizou a verificabilidade na realidade pesquisada? Com isto, sustento pela absoluta necessidade de axiomatização⁵ dos conceitos primários, oriundos das posições teóricas da Arqueologia e de outras, advindas dos mais variados campos do conhecimento, que conformam as produções acadêmicas da Arqueologia brasileira.

Para que a Arqueologia brasileira, que não está isolada do resto das ciências, adquira maturidade e cresça enquanto ciência social deve cumprir a exigência de explicitar

os princípios e conceitos teóricos que subjazem aos procedimentos técnicos empregados na obtenção e na pretensa interpretação e/ou explicação dos dados construídos.

Esclarecer a existência, o uso e a aplicação de teoria na Arqueologia é hoje quase um destaque anacrônico diante da importância já sedimentada das questões teóricas nas ciências humanas. O relevante é salientado por aponta Yoffee (1996: 108): “A questão, portanto, não é, devem os arqueólogos ser teóricos, mas qual teoria é boa e apropriada”. Em relação à Arqueologia, aponto o que diz Kern (1991: 10): “O uso crítico de teorias define melhor as problemáticas, as premissas, os objetivos, as metodologias e, principalmente, as interpretações da pesquisa e conhecimento por ela gerado”. Para a Arqueologia brasileira, onde nos bastidores já se efetua o debate entre as posições teóricas arqueológicas processual e pós-processual, a explicitação de teoria torna-se um lugar-comum. Deste viés, encontro o seguinte em Funari (1995a: 7): “A teoria arqueológica tem sido encarada, muitas vezes, como uma espécie de luxo cuja existência seria justificada em países ricos mas cuja valia, no Brasil, estaria por se provar. (...) a Arqueologia tem experimentado mudanças epistemológicas de grande alcance, a teoria arqueológica tem alterado, a nível mundial, a práxis mesmo do arqueólogo mais empirista”.

Parece ser bem mais fácil rejeitar o desafio do nosso fazer teórico na Arqueologia brasileira e delegá-lo aos ditos “países ricos”. Daí que ser implicitamente empirista/positivista nas exaustivas descrições, sem interpretações teoricamente fundamentadas e explicitadas, é comodamente livrar-se de um compromisso e ousadia em, verdadeiramente, assumir-se como arqueólogo construtor e intérprete de passados. Neste sentido, destacam Shanks e Tilley (1996: 10-11) que:

⁵ “Axiomática – Sistema formal no qual são totalmente explicitados os termos não-definidos e as proposições não-demonstradas, estas sendo afirmadas como simples hipóteses (axiomas) a partir das quais todas as

A Arqueologia tradicional tem freqüentemente tomado uma atitude que diminui a teoria do assunto real da Arqueologia. Sua quietude sobre os problemas da teoria resulta não tanto de uma rejeição de fundamentos filosóficos mas antes, de um consenso largamente silencioso sobre normas empíricas. Uma característica do empirismo (...) é que a reflexão é sempre sistematicamente desencorajada em favor da supremacia dos fatos ou metodologias geradas para produzir tais fatos. (...) Qualquer argumento de que a teoria é irrelevante à Arqueologia é por si próprio teórico.

Desta forma, não parece ser mais passível de descaso ou ignorância o que diz respeito ao presente ideológico do arqueólogo ao interpretar o passado. Esta interpretação não é apenas a construção de um passado, que sempre é feita pelo arqueólogo e finalizada num texto, mas também a construção deste passado a partir do contexto político, social, econômico e ideológico do arqueólogo enquanto construtor de seu específico ramo do conhecimento.

1.4. Onde: teses e dissertações de instituições acadêmicas – PUCRS, USP, UFPE

A proposta desta tese ancora-se empiricamente em um levantamento o mais exaustivo possível das teses e dissertações produzidas nos três centros formadores de profissionais em nível de pós-graduação, com área de concentração em Arqueologia, História e ou Pré-História.⁶ Estão localizados na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/USP) e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Os locais da pesquisa foram as bibliotecas

proposições do sistema podem ser deduzidas" (Japiassú e Marcondes, 1996:22).

⁶ Bem, como diz o ditado, toda a regra tem exceção. Nem todos textos foram produzidos nestas instituições. A tese de Eduardo Neves pela Universidade de Indiana e a tese de Dorath Uchoa pela FFCL de Rio Claro. No entanto, como exceção, incluí estas duas na USP, pois ambos autores são professores desta instituição. Esta decisão afina-se com um dos os critérios de escolha do empírico pesquisado que empreguei e que serão explicitados mais adiante.

das respectivas instituições. Cada tese e dissertação selecionada nesta fase da pesquisa foi identificada em fichamento específico (Anexo 01). Num levantamento geral, que não tem a pretensão de ser completo e total⁷, localizei 225 textos que englobam o conjunto das produções acadêmicas das três instituições, num período compreendido entre 1970 e 2001.

Também foram arroladas outras teses e dissertações produzidas nestas instituições. Porém, oriundas de outros departamentos ou institutos e em outras ciências, tais como História, Antropologia, Geografia e Biologia, que tenham contemplado temas da Arqueologia.

LEVANTAMENTO GERAL DAS TESES/DISSERTAÇÕES

<u>Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)</u>	
- Dissertações:.....	25 (1984/1999)
- Teses:.....	03 (1995/1997)
Total UFPE.....	28

<u>Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul PUCRS)</u>	
- Dissertações:.....	50 (1982/2001)
- Teses:	02 (1991/2001)
Total PUC.....	52

<u>Universidade de São Paulo (USP)</u>	
a) Dissertações:.....	92 (1970/2001)
b) Teses:.....	45 (1972/2001)
c) Livre-docências :.....	04 (1975/2000)
Total:.....	141
d) Teses no exterior:.....	04 (1992/1998)
Total:.....	04
TOTAL/USP:	145

⁷ Informações sobre os critérios e maneiras de como este levantamento foi realizado, a seguir serão

TOTAL DAS TESES:.....58
TOTAL DAS DISSERTAÇÕES: 167

TOTAL GERAL DAS TESES/DISSERTAÇÕES: 225

A partir destes 225 textos e através de vários critérios, compus a amostragem final que abrange o empírico desta tese, composto de 71 textos. Estes foram devidamente lidos e respectivamente trabalhados em fichamento específico (Anexo 02).

LEVANTAMENTO/EMPÍRICO

<u>Universidade de São Paulo - USP</u>

- Dissertações.....19
- Teses.....24
Total.....43

Pontificia Universidade Católica do RS – PUCRS

- Dissertações.....12
- Teses.....02
Total.....14

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

- Dissertações.....11
- Teses.....03
Total.....14

TOTAL/DISSERTAÇÕES.....42
TOTAL/TESES.....29

TOTAL GERAL DE TESES/DISSERTAÇÕES.....71

Os 71 textos selecionados são os que seguem, apresentados por instituição e divididos nas respectivas dissertações e teses.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

a) DISSERTAÇÕES

1. ANJOS, Fernanda M.F. dos.-1998- Engenho São Jorge dos Erasmos – uma abordagem interdisciplinar do documento na Arqueologia Histórica
2. BRANCAGLION JR., Antonio.-1993- Arqueologia e religião funerária: a propósito do acervo egípcio do MAE
3. CARVALHO, Marcos Rogério de.-1999- Pratos, xícaras e tigelas: um estudo de Arqueologia Histórica em São Paulo, séculos XVIII/XIX
4. COPÉ, Sílvia.-1985- Aspectos da ocupação pré-colonial no vale do rio Jaguarão
5. FACCIO, Neide B.-1992- O estudo do sítio arqueológico Alvim no contexto do Projeto Paranapanema
6. FACHIN, Maria Celeste.-1993- Moeda e instabilidade política no final da república romana: emissões monetárias de Marco Antônio
7. FERNANDES, Suzana C. G.-2001- Estudo tecnotipológico da cultura material das populações pré-históricas do vale do rio Turvo, Monte Alto, São Paulo e a Tradição Aratu-Sapucai
8. JULIANI, Lúcia de J. C. de Oliveira.-1996- Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo
9. MONZANI, Juliana C.-2001- A transição da idade do bronze para a idade do ferro na Grécia: uma nova perspectiva de estudo
10. MORAIS, José Luiz de.-1978- A ocupação do espaço em função das formas de relevo e o aproveitamento das reservas petrográficas por populações pré-históricas do Paranapanema, SP.
11. MORALES, Walter Fagundes.-2000- A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiá durante o século XVIII

12. MUNFORD, Danusa.-1999- Estudo comparado da morfologia craniana de populações pré-históricas da América do Sul: implicações para a questão do povoamento do Novo Mundo
13. NAVARRO, Alexandre G.-2001- O retorno de Quetzalcóatl: contribuição ao conhecimento do culto da divindade a partir do registro arqueológico de Chinchén Itzá, México
14. OLIVEIRA, Luciane M.-1999- A produção cerâmica como reafirmação de identidade étnica Maxakali: um estudo etno-arqueológico
15. RAMBELLI, Gilson.-1998- A arqueologia subaquática e sua aplicação à arqueologia brasileira: o exemplo do Baixo Vale do Ribeira do Iguape
16. RODRIGUES, Robson Antonio.-2001- Cenários da ocupação Guarani na calha do alto Paraná: um estudo etnoarqueológico
17. SCABELLO, Andréa L. M.-1997- Estudo das populações de caçadores-coletores do médio curso do rio Tietê: o estudo de caso do sítio Três Rios, município de Dois Córregos, estado de São Paulo
18. SILVA, Sergio F. S. M. da.-2001- Um outro olhar sobre a morte: arqueologia e imagem de enterramentos humanos no catálogo de duas coleções – Tenório e Mar Virado, Ubatuba-SP
19. SOUSA, Ana C.-1998- Fábrica de pólvora e vila Inhomirim: aspectos de dominação e resistência na paisagem e em espaços domésticos (século XIX)

b) TESES

1. AFONSO, Marisa Coutinho.-1995- Caçadores-coletores pré-históricos: estudo geoarqueológico da bacia do Ribeirão Queimador (vale médio do rio Tietê, SP)
2. ALVES, Márcia Angelina.-1988- Análise cerâmica: estudo tecnopológico
3. ARAUJO, Astolfo G. de M.-2001- Teoria e método em Arqueologia regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, estado de São Paulo
4. BRUNO, Maria C Oliveira.-1995- Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema
5. DE BLASIS, Paulo A. D.-1996- Bairro da Serra em três tempos: arqueologia, uso do espaço regional e continuidade cultural no vale do Ribeira
6. FLEMING, Maria I. D.-1986- O vasilhame de bronze romano: produção e consumo no início do período imperial

7. FLORENZANO, Maria B. B.-1986- Cunhagens e circulação monetária na Magna Grécia e Sicília durante a expedição de Pirro (280-272 a.C.)
8. FUNARI, Pedro P. A.-1990- Padrões de consumo de azeite na Britannia romana
9. GUARINELLO, Norberto Luiz.-1993- Ruínas de uma paisagem – arqueologia das casas de fazenda da Itália Antiga (VIII a.C. – II d. C.)
10. HIRATA, Elaine F.V.-1986- Os prótomos femininos de Gela: especificidade e função no quadro da coroplastia siciliota (séc. VI-V a.C.)
11. LEITE, Nívea.-1990- O estudo sistemático dos grafismos da Gruta do Índio (Januária – MG) no contexto arqueológico regional
12. LEMOS, Maria de L.-1992- Registros visuais na arqueologia: uma abordagem técnica de linguagem da imagem
13. LIMA, Tania Andrade.-1991- Dos mariscos aos peixes: um estudo zooarqueológico de mudança de subsistência na pré-história do Rio de Janeiro
14. MARTINS, Dilamar C.-1999- Arqueologia da Serra da Mesa: planejamento, gestão e resultados de um projeto de salvamento arqueológico
15. MAXIMINO, Eliete P. B.-1997- Porto de Santos e o Portinho dos Piratas: um estudo de arqueologia industrial
16. Milder, Saul E. S.-2000- Arqueologia do sudoeste do Rio Grande do Sul: uma perspectiva geoarqueológica
17. MORAIS, José L.-1980- A utilização dos afloramentos litológicos pelo homem pré-histórico brasileiro: análise do tratamento da matéria-prima
18. NEVES, Eduardo G.-1998- Paths in Dark Waters: Archaeology as Indigenous History in the Upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon
19. NEVES, Walter A.-1984- Paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina)
20. OLIVEIRA, Cláudia A.-2000- Estilos tecnológicos da cerâmica pré-histórica no sudeste do Piauí - Brasil
21. SCATAMACCHIA, Maria C. M.-1990- A tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação guarani e tupinambá: fontes arqueológicas e etno-históricas
22. SILVA, Fabíola Andréa.-2000- As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Assurini do Xingu e da cestaria do Kayapó-Xikrin, sob uma perspectiva etnoarqueológica

23. SILVEIRA, Maura Imazio.-2001- “Você é o que você come” – aspectos da subsistência no Sambaqui do Moa-Saquarema/RJ

24. UCHÔA, Dorath P.-1973- Arqueologia de Piaçaguera e Tenório: análise de dois tipos de sítios pré-cerâmicos do litoral paulista

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RS – PUCRS

a) DISSERTAÇÕES

1. BARBOSA, Elvis P.-1999- Significantes, significados e símbolos na interpretação da cerâmica arqueológica

2. BARCELOS, Artur H.F.-1997- Espaço e arqueologia nas Reduções Jesuíticas: o caso de S. João Batista

3. CARLE, Cláudio Baptista.-1993- Metalurgia nas Missões – uma introdução

4. CECÍLIO, Gilmara Mariana.-1997- Mãos e mós: um modelo de circulação do material lítico no sítio da Quitéria - RS

5. FARIAS, Deisi S. E. de.-2000- Arqueologia e educação: uma proposta de preservação para os sambaquis do sul de Santa Catarina (Jaguaruna, Laguna e Tubarão)

6. HOELTZ, Sirlei E.-1995- As tradições Umbu e Humaitá – releitura das indústrias líticas das fases rio Pardinho e Pinhal através de uma proposta alternativa da investigação

7. JACOBUS, André L.-1996- Resgate arqueológico e histórico do Registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha-RS)

8. LANDA, Beatriz dos Santos.-1995- A mulher guarani: atividades e cultura material

9. NOELLI, Francisco Silva.-1993- Sem tekoha não há tekó – em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí/RS

10. OLIVEIRA, Lizete Dias.-1993- Iconografia missioneira – um estudo das imagens das reduções jesuítico-guarani

11. SYMANSKI, Luis C.-1997- Grupos domésticos e comportamento de consumo em Porto Alegre no século XIX: o solar Lopo Gonçalves

12. THIESEN, Beatriz V.-1999- As paisagens da cidade: arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX

b) TESES

1. RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz.-1991- Arqueologia do Vale do Rio Pardo, RS, Brasil.
2. FOGAÇA, Emílio.-2001- Mãos para o pensamento. A variabilidade tecnológica de indústrias líticas de caçadores-coletores holocênicos a partir de um estudo de caso: as camadas VII e VIII da Lapa do Boquete (Minas Gerais, Brasil, 12.000 – 10.500 B.P.).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

a) DISSERTAÇÕES

1. CALDAS FILHO, Alberto Frederico Lins.-1991- A sedução do espelho – avaliação epistemológica da Arqueologia brasileira
2. LA SALVIA, Eliany Salaroli.-1998- A utilização da área cárstica de S. Raimundo Nonato pelos grupos pré-históricos da Serra da Capivara
3. LUZ, Maria de Fátima da.-1989- O método de pré-escavação na pesquisa arqueológica – análise de um caso: a Toca de Cima do Pilão, Piauí.
4. MACHADO, Ana Lúcia da Costa.-1991- As tradições ceramistas da Bacia Amazônica: uma análise crítica baseada nas evidências arqueológicas do médio rio Urubu-AM.
5. OLIVEIRA, Cláudia Alves de.-1990- A cerâmica pré-histórica no Brasil: avaliação e propostas
6. PAULA, Marcus V. S. de.-1998- Vestígios arqueológicos na Formação Cacimbas: sítio Lagoa da Pedra/Salgueiro - Pernambuco
7. PEREIRA, Edithe da Silva.-1990- As gravuras e pinturas rupestres no Pará, Maranhão e Tocantins: estado atual do conhecimento e perspectivas
8. SANTOS, Claristella Alves dos.-1991- Rotas da migração tupiguarani – análise de hipóteses
9. SANTOS, Shirlei Martins dos.-1995- Reconhecendo os engenhos da Freguesia de Santo Antônio do Cabo: uma leitura interpretativa da cultura material remanescente do final do século XVI e início do século XVII.
10. SILVA, Rosiclér Theodoro da.-1995- Horticultores e ceramistas do Planalto Central Brasileiro: análise de 20 anos de pesquisa (1970/1990).

11. VERGNE, Maria Cleonice Souza.1990- Distribuição macro-espacial dos sítios arqueológicos do Sudeste do Piauí

b) TESES

1. ALBUQUERQUE, Marcos Antonio G.de M.-1995- Jesuítas em Olinda: igreja de Nossa Senhora da Graça – herança e testemunho

2. ALBUQUERQUE, Veleida C. Lucena D.-1996- O Forte de Óbidos, Pará – uma visão arqueológica

3. SANTOS, Adelson A. da Silva.-1997- Paleopatologia do sítio pré-histórico Pedra do Alexandre – Carnaúba dos Dantas, RN – avaliação epistemológica, radiológica e histopatológica

1.5. Como: o levantamento geral das dissertações e das teses; amostragem a partir do levantamento geral do empírico: critérios; leitura elucidativa/explicativa do empírico; questões dirigidas ao empírico; de que lugar teórico: propostas de se trabalhar com algumas idéias de Shanks e Tilley

Aqui vou descrever as etapas da pesquisa.

Como falei lá no início, um dos caminhos desta tese vem sendo trilhado sob o signo da orientação acadêmica. A partir dos tantos encontros com o orientador, decidi que a primeira e fundamental etapa seria a realização do mais amplo possível levantamento geral das teses e dissertações. Para tal, pesquisei nos acervos das bibliotecas das respectivas instituições formadoras de arqueólogos em nível de pós-graduação. Saliento que duas situações concretas inviabilizaram o que poderia ter sido um exaustivo e total levantamento. Uma, por se tratar de biblioteca e mesmo tendo realizado várias consultas e em diferentes épocas, nem sempre consegui encontrar todo o completo acervo das teses e dissertações em suas estantes. Afinal, é um acervo rotativo e bastante solicitado. Mesmo assim, posso dizer que cheguei quase bem perto desta situação ideal de completude. Digo

quase, devido à segunda situação. De um lado, os constantes roubos em bibliotecas me colocaram diante de fichas catalográficas, sem que a devida existência física da referência estivesse nas sisudas prateleiras. De outro, nem todos os colegas mestres e doutores entregam e encaminham devidamente suas produções para as mesmas bibliotecas. Mesmo com estas vicissitudes⁸, realizei um levantamento geral que redundou na identificação de 225 textos. A partir dos fichamentos realizados nesta etapa, apresento alguns dados elucidativos.

TESES/DISSERTAÇÕES – USP-PUC-UFPE

Arqueologia Pré-Histórica.....	142
Arqueologia Histórica.....	75
Arqueologia Histórica/Pré-Histórica.....	8
Total.....	225

TEMÁTICA – ARQUEOLOGIA HISTÓRICA⁹

(PUC – UFPE – USP)

acervo museológico.....	01
área industrial.....	01
armações.....	02
arqueologia clássica.....	32
arqueologia da paisagem.....	01
centro urbano.....	01
cerâmica neo-brasileira.....	01
economia.....	01
engenhos.....	05

⁸ Por estas vicissitudes, algumas teses/dissertações poderão ser "reclamadas" por não estarem presentes nesta pesquisa. Por exemplo, apesar das variadas consultas que fiz nas tais bibliotecas, não tive sorte de me deparar com os textos de Irnhild Wüst.

⁹ Corresponde ao tema principal de cada tese ou dissertação.

espaço/povoamento.....	01
estrada.....	01
faiança portuguesa.....	01
feitorias.....	01
fortes.....	02
gestão arqueológica.....	01
igrejas.....	02
levantamento arqueológico.....	01
louças domésticas.....	01
missões.....	05
pederneira.....	01
portos.....	01
práticas funerárias.....	01
registro/guarda.....	02
tijolos.....	01
tralha doméstica.....	01
unidades domésticas.....	07
TOTAL.....	75

TEMÁTICA – ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA

(UFPE – PUC – USP)

análise de produção científica.....	02
análise de solos.....	01
arqueozoologia.....	01
arte rupestre.....	13
assentamentos.....	16
cerâmica.....	20
contato.....	01
dunas fluviais.....	01
espaço/ambiente.....	01
espaço/paisagem.....	07
etnoarqueologia.....	02

evolução humana.....	01
gênero.....	01
indústrias líticas.....	42
linguagem visual.....	01
megafauna.....	01
metodologia de escavação.....	01
musealização.....	04
organização sócio-política.....	01
ossos.....	09
paleogenética.....	01
práticas funerárias.....	05
restos faunísticos.....	01
sambaquis.....	06
técnicas de escavação.....	01
teorias.....	02
TOTAL.....	142

TEMÁTICA – ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E
PRÉ-HISTÓRICA
(PUC-USP-UFPE)

arqueologia subaquática.....	01
contato.....	01
indústrias líticas.....	02
missões.....	02
termoluminiscência.....	01
unidades domésticas.....	01
TOTAL.....	08

Concluído o levantamento geral, era preciso fazer uma amostragem que desse conta de um empírico a ser pesquisado. Para tal, a escolha de critérios. Novamente, a partir de conversas com o orientador, optei por critérios de subjetividade. Esta decisão foi principalmente tomada em função de que, em termos quantitativos, o universo geral

levantado limitava escolhas por critérios de amostragem em termos matemáticos ou estatísticos. Representou um número pequeno, o que restringiu muito em se optar por metodologias estatísticas. Isto é, idealmente seria o caso de dar conta deste universo de 225 textos. Tarefa impossível e suspeita de ser efetuada, com um mínimo de qualidade, por um único pesquisador e dentro do tempo de quatro anos para realização total da pesquisa.

Além disso, marcando ainda mais estas possíveis restrições em termos de critérios matemáticos ou estatísticos, o levantamento geral demonstrou uma ampla gama de diversidades temáticas, de orientadores e de locais de produção das teses e dissertações. Esta situação levou-me por escolhas subjetivas de critérios definidores da amostragem empírica que redundou em 71 textos, conforme quadro acima apresentado.

Os critérios da amostragem que foram estabelecidos são os seguintes: a) repercussão e importância das teses/dissertações; b) por área de pesquisa onde se vinculam; c) pela importância do orientador na pesquisa arqueológica; d) pela formação acadêmica dos autores; e) pelos locais de produção; f) pelos orientadores que atualmente são professores nos cursos de pós-graduação das instituições; g) pela diversidade dos temas; h) prioridade para as teses. Saliento que estes critérios não foram aplicados uniformemente em relação ao todo do universo da abrangência do levantamento geral. Foram ajustados de acordo com as especificidades e diversidades oriundas dos três diferentes locais de produção das teses e dissertações. Para cada local, os critérios foram diferentemente escolhidos e aplicados.

Selecionado e definido o empírico, parti para uma segunda etapa da pesquisa. Efetuei a leitura de cada um dos 71 textos. Visava duas direções. De uma, a extração de dados que dariam conta dos itens elaborados no fichamento específico para o empírico. De outra, a busca de respostas advindas de diversas questões direcionadas ao

empírico: quais teorias arqueológicas estavam sendo aplicadas?; estavam explicitadas ou se apresentavam de forma implícita?; de que modo eram tratados os conceitos básicos em cada texto?; quais referenciais teóricos arqueológicos e não arqueológicos estavam sendo utilizados?

Nesta etapa da pesquisa e tentando encontrar um suporte para responder as questões acima apresentadas, busquei uma possível sustentação dentro de uma metodologia hermenêutica (Palmer, 1989) aplicada sobre as teses/dissertações, visando a elucidação do lugar e da existência da teoria arqueológica nestes textos científicos. “O termo ‘hermenêutica’ provém do verbo grego e significa declarar, anunciar, interpretar ou esclarecer e, por último, traduzir. (...) uma multiplicidade de acepções, as quais, entretanto, coincidem em significar que alguma coisa é tornada compreensível ou levada à compreensão” (Coreth, 1973: 01). O que aqui vem sendo denominada de metodologia hermenêutica se refere ao seguinte:

A hermenêutica é a arte da interpretação de textos, o esforço intelectual que tenta fixar seu sentido. (...) Hermenêutica é então o intento de encontrar uma resposta a pergunta de como seja possível a compreensão ali onde o objeto desta não está imediatamente dado e existe assim uma tendência a essa descontinuidade sujeito-objeto cujo nome habitualmente é o de ‘mal-entendido’ (Hernandez-Pacheco, 1996: 230).

Um trabalho de interpretar através da hermenêutica passaria do dito/escrito ao não dito/escrito, mas pensado.

Bem, empírico apresentado. Sigo descrevendo este panorama de tese.

Não somente de leituras de teses e dissertações sucedeu-se este trabalho. De fundamental importância foram as disciplinas cursadas no doutorado. Tiveram o efeito de impulsionar estudos de variadas e diversificadas possibilidades teóricas. Muito importante

também, provocados por esta experiência, foram os contatos com colegas formados academicamente nos mais variados campos do conhecimento e com diversos projetos e problemáticas.

Além dos estudos acima, leituras exaustivas da mais ampla abrangência possível, da literatura arqueológica que trata da teoria arqueológica e da teoria na Arqueologia, em quase sua totalidade publicada em língua inglesa.

Destas tantas leituras, destaco o conceito de 'posição teórica'. Utilizo-me deste ao referir-me as quatro principais posições teóricas que abrangem as utilizações de teoria arqueológica na Arqueologia brasileira: Histórico-Cultural, Processual, Pós-Processual e Escola Francesa. Sobre o conceito, assim se refere Gándara (1994:74): “Podemos definir *posição teórica* como o conjunto de pressupostos valorativos, ontológicos e epistemo-metodológicos que orientam o trabalho de uma comunidade acadêmica particular e que a permitem produzir investigações concretas, algumas das quais atuam como casos exemplares”. Segundo Gándara (1993) dentro de uma posição teórica, a área valorativa é a que aponta para as escolhas éticas e políticas da investigação; define para que se pesquisa; distingue a relevância dos problemas considerados dentro do conjunto da investigação; estipula a hierarquia dos princípios que a guiarão; determina o tipo de conhecimento a ser produzido como resultado da pesquisa. Na área ontológica é onde se determina o que é que se vai estudar; como se apresenta a realidade a ser pesquisada. Esta área é que investiga questões de causalidade, probabilidade e identidade da investigação. A área epistemo-metodológica busca como será estudado o que foi proposto na área ontológica e como serão alcançados os objetivos cognitivos estipulados na área valorativa.

Bate (1998) salienta que não é possível o entendimento de qualquer posição teórica sem que seja destacada sua área valorativa. É preciso que, em qualquer trabalho

científico, estejam explícitos seus valores e compromissos éticos que todo o cientista deve assumir claramente em seu trabalho. O autor destaca que em qualquer posição teórica sempre haverá juízos de valor, ideológicos, que orientarão as escolhas do pesquisador em termos de métodos, procedimentos investigativos e objetivos cognitivos, ontológicos, gnoseológicos, heurísticos. Haverá maior congruência na posição teórica que explicita tais juízos, do que naquelas onde isto não ocorre. Além da área valorativa, Bate (2000) acentua que é a partir da área epistemológica que se afirma a prioridade da teoria com relação ao método. Parte-se sempre do conhecido em direção ao desconhecido. Trata-se de, a partir da aplicação de uma teoria sobre o empírico, transformá-la, reavaliá-la.

Diante deste conjunto de leituras, sempre como uma sombra fantasmática a me cutucar, a pergunta: de qual lugar teórico vou trabalhar para a elucidação de minha problemática?

Depois de madrugadas e de chimarrões, fiz as seguintes escolhas: um lugar teórico assentado na Arqueologia Pós-Processual com a utilização de algumas propostas de Shanks e Tilley: Shanks and Mackenzie (1994); Shanks and Tilley (1996, 1992, 1989a, 1989b); Tilley (1998, 1995, 1993, 1991, 1989).

No prosseguimento, apresento sucintamente estas escolhas.

Algumas propostas oriundas de Shanks e Tilley – no meu entendimento, são os autores que mais avançaram em termos sociais e políticos em relação às tão díspares e múltiplas propostas da chamada Arqueologia Pós-Processual. Foi por este caminho que escolhi trazer algumas de suas idéias para um possível encadeamento nesta tese.

Em Shanks e Mackenzie (1994), Shanks enfatiza a Arqueologia como uma prática social do presente, carregada de subjetividade, uma dialética entre um 'eu

arqueológico' e o outro ou o objeto. Arqueologia encarada como um "...modo de produção cultural do passado material" (Shanks e Mackenzie, 1994:28).

Em dois famosos textos e, quem sabe, já fora das modas para muitos arqueólogos, Shanks e Tilley (1996; 1992) afirmam importantes considerações sobre a Arqueologia como um trabalho realizado no presente, autobiográfico. É feito a partir de um sujeito observador e produtor, o arqueólogo, inserido no contexto social, político, cultural e ideológico no presente. Os autores enfatizam a Arqueologia como uma prática social e uma experiência no presente. Confrontam a convencional oposição entre objetividade e subjetividade, propondo que isto seja superado. Pretendem uma investigação sobre as fissuras existentes entre a prática e a teoria arqueológica.

Tilley (1998, 1995, 1993, 1991, 1989), nestes vários textos, expõe diversas idéias que, para a finalidade do que agora escrevo, podem ser sintetizadas nesta sua afirmação: "A Arqueologia é uma relação entre passado e presente, mediada por indivíduos, grupos e instituições. Isto tem, inexoravelmente, alguma relevância contemporânea. Inevitavelmente isto toma um caráter político e ideológico" (Tilley, 1995:106).

1.6. Sobre o trabalho da pesquisa; apresentação geral dos capítulos da tese

O que segue no escrito de agora, advém da constatação de uma grande ausência nos textos do empírico: a narrativa, por mais simples que seja, de como foi efetuada a pesquisa. Por que trago isto? Já afirmei anteriormente minha convicção de que se esboroam também determinadas fronteiras em relação ao que seria o correto e

determinado em termos de normas dos trabalhos científicos. Nestes, portanto, entendo hoje que deve aparecer não somente os necessários e fundamentais aportes teórico-metodológicos, mas também considerações sobre como a pesquisa se realizou. Afinal, a partir de algumas idéias acima apresentadas, acredito também na contemporaneidade autobiográfica e social do pesquisador (Geertz, 1989).

Esta pesquisa teve seu início num domingo de uma calorenta manhã, ao tomar chimarrão. Já tinha esboçado comigo o que seriam os objetivos e problemas a serem motivos desta tese. Faltava resolver aonde e com qual orientação. Resolvi escrever para o professor Pedro Paulo Funari. Carta enviada. Fiquei no aguardo. Veio a resposta afirmativa e com um grosso envelope de textos já como auxílio e indicações. Matriculei-me na Pós-Graduação em História Social da UNICAMP. Um ano e meio de disciplinas cursadas. Entremeados de vários encontros com o orientador. Além disso, as tão importantes trocas com os colegas de doutorado, especialmente com o Lucio Meneses Ferreira e com o José Augusto Dias Jr. Saliento que, desde o primeiro ano, e até hoje, mantive constantes leituras e estudos da literatura arqueológica que pude adquirir e conhecer sobre o tema da teoria na e da Arqueologia.

Disciplinas cursadas, créditos cumpridos. Vieram as etapas de campo das pesquisas. Frequentei as bibliotecas das instituições formadoras de arqueólogos – MAE/USP, UFPE e PUCRS - em busca das teses e dissertações. Além destas, pesquisei na biblioteca do Instituto Anchietano de Pesquisa, em São Leopoldo/RS. Trabalhei na documentação sobrevivente ainda no já extinto curso de graduação em Arqueologia na Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro e, também, na documentação que me foi disponibilizada nas secretarias das referidas instituições dos cursos de Pós-Graduação.

Muito importante, apesar da curta duração de apenas dois meses, foi minha estada de estudos na Cidade do México. Além dos variados e animados encontros com o professor co-orientador, Luis Felipe Bate, tive a oportunidade de conversar e de trocar idéias com vários arqueólogos. Entre eles, Manuel Gándara, Alejandro Terrazas, Guillermo A. Ochoa, José Luiz Pérez Flores. Acrescentando aos encontros pessoais, de muito proveito foram as consultas realizadas nas bibliotecas da Universidade Autônoma do México (UNAM) – Área de Ciências Humanas, na biblioteca da Escuela Nacional de Antropología e História (ENAH) e nas bibliotecas particulares dos pesquisadores e colegas que gentilmente as colocaram a minha disposição.

Junto com isso tudo e somado, a presença constante e cúmplice da arqueóloga Fernanda Bordin Tocchetto, esposa e lição de paixão desta minha vida.

Tendo cumprido estas etapas e com o Sumário como um mapa, presentifico a tese em quatro capítulos. Serão precedidos e finalizados pelas tradicionais introdução, conclusão, agradecimentos, anexos e bibliografia. Neste primeiro capítulo, apresentei as linhas gerais da tese acentuando o que, o por que, o onde, o para que e o como desta pesquisa.

‘Teorizando a teoria’ é o título do segundo capítulo. Lá vou tratar e tentar esclarecer o que entendo por teoria e sua autoridade em qualquer fazer científico. Justificarei que Arqueologia não existe sem teoria. Sustento que é fundamental para o amadurecimento da Arqueologia brasileira, a axiomatização das teorias que são nela empregadas e utilizadas. Neste capítulo apresentarei o lugar teórico de onde contemplo o empírico, situado no âmbito da Arqueologia Pós-Processual. Apresentarei também as principais concepções que fazem parte das posições teóricas que predominam no cenário arqueológico brasileiro: Histórico-Cultural, Processual e a Escola Francesa.

O terceiro capítulo - considero o mais difícil e delicado. Não foi por pouco que o denomino de 'O ardiloso empírico'. Afinal estou trabalhando com as idéias, os produtos finais acadêmicos dos colegas, dos professores e, sendo quase todos arqueólogos, com a maneira e a forma como expressaram suas concepções e usos de teoria na Arqueologia. Tento elucidar neste capítulo: onde se localizam alguns problemas, as questões que inicialmente propus ao iniciar este texto, quais são alguns dos efeitos da utilização de teoria na Arqueologia brasileira que se apresentam nas teses e dissertações estudadas. Também dentro deste capítulo e a partir do empírico trabalhado, uma proposta de classificação deste.

O último capítulo compreenderá um abrangente contexto da produção acadêmica da Arqueologia brasileira. Analiso os programas das disciplinas focadas em teoria e ministradas nos cursos de Pós-Graduação das instituições objeto desta pesquisa. Também, da mesma forma, trabalho com os programas de algumas disciplinas que foram ministradas no curso de graduação em Arqueologia da Universidade Estácio de Sá e com os artigos publicados pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) que trataram explicitamente de questões teóricas.

1.7. Para não concluir

É possível, portanto, e pelo que aqui escrevi, perguntar e investigar sobre o lugar da teoria na Arqueologia brasileira. É incontestável sua existência. Precisei fazer um desvelamento que explicitasse o que já existe implícito ou oculto. Fundamentei um esclarecimento sobre que teorias estão sendo aplicadas e usadas nas pesquisas

arqueológicas. Esta constatação sustenta a hipótese desta tese: é possível a elucidação sobre a existência e uso de um corpus teórico na Arqueologia brasileira, posto que fragmentado, disperso ou oculto nos textos publicados.

Sobre este ocultamento, este jogo entre o implícito e o explícito, apresento uma situação advinda da Arqueologia norte-americana. Num texto sobre uma história e etapas da assim denominada posição teórica Histórico-Cultural, Lymann et al. (1997) apontam, insistentemente, que duas metafísicas – uma materialista e outra essencialista - se confundem e até se interpõem em relação ao desenvolvimento do histórico-culturalismo. Para os autores, esta situação é devido à incongruência, fraqueza ou mesmo inexistência, segundo eles, de teoria. Como exemplo, as diversas e confusas mudanças que sofreu o conceito de “tipo”¹⁰, até sua formulação madura, dentro desta posição teórica.

O que se pode extrair deste texto, que propõe uma história crítica do histórico-culturalismo na Arqueologia norte-americana, com relação à pretensa ausência de teoria e suas conseqüências, está diretamente relacionado à existência de uma não explicitação conceitual, implícita na produção teórica histórico-cultural e que desse conta do crescimento que tal posição teórica vinha passando. Assim, segundo os autores, “tipo” vai surgindo e sedimentando-se dentro da Arqueologia Histórico-Cultural como um conceito fundamental, na base da tentativa e erro.

Acompanhando a trajetória que vai mostrando Lymann et al. (1997), penso que o ponto tão salientado por estes, qual seja a inexistência de teoria que teria marcado a fraqueza e o forte empirismo da posição teórica Histórico-Cultural, está muito mais por uma não explicitação de uma teoria arqueológica. Mais ainda, uma não explicitação das

¹⁰ "Um sistema hierárquico de classificação dos artefatos e desenvolvido pelos histórico-culturalistas, para medir relações espaço-temporais" (Ellis (ed.), 2000: 638).

teorias observacionais (Gándara,1987) que os principais pesquisadores desta posição teórica usaram e empregaram ao construir e utilizarem nas pesquisas, de um lado, os conceitos de tipo, fase, componente, etc. e, de outro, as concepções de escavação estratigráfica e de seriação - os dois grandes pilares do histórico-culturalismo.

Neste conjunto de procedimentos técnicos e de conceitos que lhes embasaram, não está ausente mas, implicitamente presente, uma teoria geral e uma teoria observacional de forte cunho empiricista, ao salientar, como num fluxo aquático, os dados falando por si próprios. Afinal, Lyman et al. (1997) destacam que, nos principais momentos de construção teórica do histórico-culturalismo prevaleceu a tentativa e erro. A teoria sempre lá estava, mesmo que oculta. Esta posição teórica, a partir de seus principais pesquisadores, tomou rumo de tentativa e erro baseado muito mais no empírico, do que numa explicitação teórica, carregando sempre os fardos e os cacos da cerâmica que sustentavam os procedimentos técnicos empregados e criados dentro da proposta Histórico-Cultural.

Como visto, o jogo de velamento teórico já vem de longa data pelas lides arqueológicas. Por que e como isto se sucedeu na Arqueologia brasileira é o mistério que tentei desvelar no trabalho desta tese.

Algumas palavras finais em defesa da teoria na pesquisa acadêmica. Digo defesa pois, no meu entendimento, a presença explícita da teoria é fundamental, especialmente, na pesquisa realizada pela Arqueologia brasileira.

Talvez esta defesa seja hoje considerada uma posição fora das modas, retrógrada ou desnecessária. Afinal, a pesquisa não se move por si própria? Será mesmo assim? Sobre esta questão de onde está ou não mais está teoria na Arqueologia, Criado Boado (2001) aponta que a teorização arqueológica tem sumido das agendas temáticas

ultimamente. Em seu lugar estaria sendo recolocado algo como uma reação empiricista. Diz o autor: “Há, além disso, uma paralisia dentro da teorização arqueológica que não oferece novos paradigmas com os quais se possa ler a realidade arqueológica. Uma domesticação da crítica arqueológica que aponta para um amaciamento pela institucionalização das ‘críticas’ e pelos subseqüentes jogos de poder e de estratégias da reprodução acadêmica” (Criado Boado, *idem*:127). No que vai passando pelos cenários de nossa pesquisa arqueológica brasileira, talvez suceda mesmo algo não como reação, mas como permanência renovada de uma antiga e cômoda postura empírica. Há que se confirmar ou não esta assertiva. Pretendo firmar com o trabalho desta tese algo que acredito fundamental. Para um amadurecimento e fortalecimento das condições de possibilidade da teoria na Arqueologia brasileira, teoria deve estar cada vez mais presente e explicitamente assumida. Para tal, demonstrando a necessidade da mudança, concordo com o que diz Luhmann (2002: 55) sobre o que nomeia como

...seqüencialização da estrutura da teoria. Seria preciso dispor as apresentações de uma teoria, conferências ou livros de tal maneira que inicialmente fossem expostos os aspectos gerais, os conceitos básicos, os axiomas que são o pressuposto para a compreensão do que vem depois, e então poder-se-ia passar para as afirmações decorrentes, os empregos, as concretizações.

Agora sim, encerro esta escrita. Finalizo dizendo que com a tese aqui apresentada, tenho a pretensão e ousadia de propor algum acréscimo de conhecimento à produção científica da Arqueologia brasileira, pesquisando sobre os seguintes pontos:

- existe sim, teoria na Arqueologia brasileira;
- qual ou quais teorias são usadas e/ou aplicadas;
- instalou-se um jogo entre explícito/implícito com relação à teoria na Arqueologia brasileira;

Assim posto, sigo pelas tramas e construção desta tese. O próximo passo vai ser um capítulo que inicia com um pequeno panorama histórico de como teoria/teorias vêm percorrendo a produção textual da arqueologia brasileira. Prossigo teorizando sobre teoria. Vou sustentar e justificar que Arqueologia não existe sem teoria. Por fim, minhas próprias ferramentas teóricas/heurísticas¹¹, instrumentos que uso para escavar no empírico textual pesquisado.

É claro, sem terra embaixo da unhas, ainda que arqueólogo.

¹¹ Heurístico, encarado aqui como aquilo que serve para ajudar na descoberta e/ou investigação de fatos. "Heurística: ajuda não algorítmica para a descoberta e solução de problemas" (Bunge, 2002:172).

2. Teorizando a teoria

Trata-se de mostrar a infantilidade ou doença infantil, como diz você, e a maturidade (em alguns casos, senilidade, para seguir-se sua metáfora) da arqueologia brasileira a partir das teses produzidas nos diferentes centros. Não há o que temer. Sua tarefa é a de navegar no balanço da maré - o fluxo do que se diz nas teorias arqueológicas, o refluxo de como se diz das teses. Por outra, segure firme seu leme hermenêutico e, com ímpeto, atravesse as vagas das verdades neste mar tempestuoso da arqueologia brasileira. Ao final, você naufragará?

Certamente que não, a julgar por nossas conversas e seu plano de trabalho.

Lance-se ao mar, velho marujo!

E, entre um porto e outro, mande-me uma velha garrafa com alguma mensagem.

(trecho de uma carta enviada por um arqueólogo e grande amigo, durante a redação da tese, no outono de 2003)

2.1. Um panorama histórico da Arqueologia brasileira relacionado com a produção teórica: houve mesmo ocultamento, atraso, temor, aderência velada ou o que pode ter sucedido?

Uma pergunta demanda resposta, seja pelo sim ou pelo não. Intrigante, uma pergunta que vem formulada a partir de adjetivações, como esta aí, logo acima. É na tentativa de resposta, por uma das vias, que apresento este panorama a seguir. São textos que fundamentalmente enfocam tempos de revisão e apontam para perspectivas no transcorrer da Arqueologia brasileira. Sigo uma rota diacrônica, na seqüência das publicações. Vou atuar numa escavação de textos. Um trabalho de campo através de estratigrafias cujas camadas são de idéias e de concepções diferentes sobre a questão que problematizo. Uma escavação sem bolhas nos dedos, apesar do suor frio nas mãos. Arqueólogo, dito de gabinete, também padece de vicissitudes no quadriculamento e plotagem em suas atividades de campo.

Começo em 1972. Neste ano, sob coordenação de Ulpiano T.B. de Menezes, na XXIV^a Reunião anual da SBPC, realizou-se uma mesa-redonda com a finalidade de apresentar um amplo levantamento sobre como estava a pesquisa arqueológica no país e clarear problemas que a ela afetavam. Segundo o coordenador, foram enviados 140 formulários para instituições e pesquisadores visando um cadastramento dos projetos de pesquisa que já tinham terminado, em andamento ou programados. Entre outros dados, o cadastramento propiciaria informações sobre as principais teorias e metodologias empregadas nas pesquisas. Como resultado, em 1973, foram publicados os trabalhos apresentados na mesa-redonda.

A Arqueologia então praticada no Brasil, em termos de cientificidade e com objetivos propriamente arqueológicos, permanecia incipiente, segundo Menezes (1973).

Salientava que nossa arqueologia é ainda sensivelmente jovem já que, somente a partir dos anos 1950, o ensino e programas de pesquisa no âmbito acadêmico foram iniciados e implantados. Pelos anos 1970, na Arqueologia brasileira, constatava-se a falta de perspectivas teóricas nas pesquisas. Curiosamente, para Menezes (1973), existia nesta época o sintoma de um satisfatório e destacado conhecimento e aplicação de sofisticadas técnicas de campo e de laboratório. Esta situação, segundo o autor, mascararia e compensaria um débil nível interpretativo e uma insuficiente sustentação conceitual e metodológica. "... tal orientação explica que, na sua maior parte, as publicações arqueológicas se restrinjam a relatórios de escavações e a tarefas essencialmente classificatórias" (Menezes, idem:8). Outra constatação do autor diz respeito a uma insuficiente interdisciplinaridade nos projetos das pesquisas arqueológicas brasileiras. Mesmo sem conceituar o que entende por interdisciplinaridade, Menezes (idem:8) salienta que sua ausência é norma nos projetos arqueológicos. O que ocorre é "... mera utilização, ainda que exaustiva e minuciosa, dos dados recebidos apenas para compor um rele pano de fundo ou cenário teatral: as "análises ecológicas"(...)".

Aqui, quem sabe, pistas para elucidar a intrigante questão na montagem das respostas. O ano é 1973. Recém foi encerrado o PRONAPA (1965/1970)¹ e sua influência na formação de arqueólogos vai ainda predominar (Souza, 1988). Uma pista de resposta que provoca outra pergunta. Será que esta formação fascinou os arqueólogos brasileiros com vistas a aprimoramentos de técnicas de pesquisa de campo e de laboratório em detrimento da teoria?

¹ Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: "...caracterizou-se por trabalhos de campo voltados à coleta de amostras regionais com o objetivo de traçar padrões cronológicos a partir de seriação. De acordo com esta proposta, seqüências seriadas semelhantes para uma mesma região seriam reunidas em fases que, por sua vez, formariam as tradições. Os conceitos de fase e tradição, de acordo com o padrão pronapiano, marcariam os

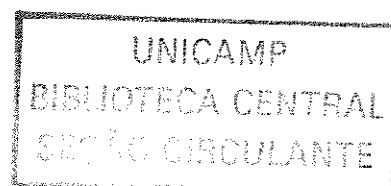
Saliento que não é minha intenção estar sugerindo que o PRONAPA é o responsável pela inoculação desta doença. O que talvez foi inoculado e manifestado como esta doença seja uma acomodação temerosa e preguiçosa. Os arqueólogos se deitaram no berço esplêndido de uma proposta técnica e por aí dormiram. Parafraseando o ditado popular, foi uma roupa que serviu. "No campo teórico o sucesso do PRONAPA foi indiscutível, graças à unidade metodológica rigorosamente observada pelos seus coordenadores. Resultou daí a extrapolação das propostas metodológicas, para muito além do sentido inicial a elas atribuído pelos coordenadores do programa" (Nunes, 1999:123).

Outra pista, esta interdisciplinaridade insuficiente e teatral. Outra pista, a ainda juventude da pesquisa arqueológica acadêmica no país. Acadêmica, pois Arqueologia é assunto velho e geopolítico nas plagas nacionais (Ferreira, 2002)². Assim, pistas para clarear as adjetivações da pergunta inicial.

Dos trabalhos publicados acima apontados (Menezes, 1973), apenas um explicitou sua referência para com teoria ou, como chamou o autor, 'preocupações teóricas dos pesquisadores' (Schmitz, 1973:71). Para este, entre outros tópicos, a evidência teórica dos pesquisadores no Rio Grande do Sul - abrangência de seu texto - apontava para a reconstrução histórica assentada no estabelecimento de fases cronológicas e de tradições tecnológicas ou industriais e sedimentada a partir da leitura de Willey e Phillips, Steward, entre outros. Sobre a relevância da teoria na pesquisa arqueológica, no âmbito do trabalho que publicou, assim conclui Schmitz (1973:72):

As novas orientações metodológicas como as da New Archaeology americana ou de grupos franceses, que tem sido tentados em outras áreas

ritmos da distribuição espaço-temporal dos grupos humanos pré-históricos que por ventura viessem a ser identificados a partir das atividades do Programa" (Dias, A.S.-1995:31).



latinoamericanas, estão ainda totalmente fora do alcance dos arqueólogos e das instituições, embora os princípios gerais pudessem ser muito úteis para melhorar nossa objetividade de análise e descrição. Os problemas principais com que se defrontam os pesquisadores são a falta de domínio da teoria e da metodologia e da visão do que se pode conseguir com uma e outra.

Outras pistas, novas perguntas. O tal 'fora do alcance dos arqueólogos e das instituições' para com novas orientações diz respeito aos brasileiros ou apenas aos gaúchos, foco principal do texto? Seja em termos nacionais ou sulistas, esta falta é por desconhecimento de línguas estrangeiras ou de escassez de recursos para importar bibliografia? Por outro lado e por sombra sobre esta falta, lembro que a década de 1970 é a do recrudescimento da então ditadura militar que dominava o país, com o controle e censura sobre o que se lia e sobre acesso ao que se gostaria de ler.

Vou adiante, até 1982. Neste ano o CNPq publica avaliações sobre o estado da arte nas ciências humanas brasileiras. Dentre elas, uma avaliação da Arqueologia feita por Schmitz (1982). Segundo o texto, o ano de 1965 marcou um intenso crescimento da Arqueologia. A partir do impulso oriundo do PRONAPA, o Brasil litorâneo, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, foi contemplado com intenso levantamento sistemático de sítios arqueológicos. Para o interior, somente o Mato Grosso e parte do Nordeste ainda estavam sem projetos. Agora já se pode contar com instituições universitárias que formam arqueólogos em nível de graduação e pós-graduação e que possibilitam treinamento e execução de projetos de pesquisa. Apesar disso, Schmitz (idem:346) acentua que falta ainda um curso de pós-graduação que seja "...dedicado exclusivamente à formação de arqueólogos, com acento maior em teoria e metodologia do que os atuais". Para os

² Este autor vem realizando um ótimo trabalho de construção/desconstrução da história da Arqueologia no Brasil. A referência apontada é de sua dissertação de mestrado. Seu trabalho vai continuando pelo doutorado, em andamento, com aprofundamentos e ampliações sobre o mesmo tema.

arqueólogos, uma novidade. 1980 - foi o ano que marcou a fundação da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Também um novo campo de trabalho vem adquirir grande importância. Trata-se da chamada Arqueologia de Contrato ou de Salvamento. O interesse pela Arqueologia Pré-Histórica continua ainda predominante. Já vai se manifestando um crescimento por trabalhos em Arqueologia Histórica.

As publicações sobre os resultados do que vem sendo feito, são ainda dispersas. São divulgadas com menor intensidade e importância em relação às pesquisas que as originaram, como aponta Souza (1988). Aparecem como notas prévias, pequenas sínteses e relatórios finais de projetos ou como trabalhos acadêmicos. Esta situação caracteriza uma circulação de informações para os pares, distante e isolada do público em geral e da divulgação nos textos didáticos. Quanto às técnicas, ainda são usadas as tradicionais da Arqueologia. Já vão surgindo, no entanto, outras mais modernas e sofisticadas. Para tal, faz-se necessário maior aporte de recursos financeiros, treinamento de pessoal especializado na manipulação de aparelhos sofisticados.

Na conclusão de avaliação, diz Schmitz (idem:347) que: "Para os arqueólogos poderem responder às expectativas e atender às necessidades emergentes, espera-se nos próximos anos, além da triplicação dos profissionais em todos os níveis, uma melhoria considerável no treinamento teórico e metodológico, instalações e aparelhagens mais adequadas e aumento substancial dos recursos e empregos".

Melhorias nas instalações e aparelhagem moderna e sofisticada vem acontecendo até hoje. Por outro lado, empregos, enquanto arqueólogos, são situações no mínimo risíveis. Recursos financeiros são advindos, em sua quase maioria, a partir dos contratos de salvamento. Com relação a uma maior qualificação teórica dos arqueólogos

brasileiros, mesmo com a existência de formação em nível de pós-graduação, é motivação ainda de apelo e acentuação de falta nos inícios dos anos 1980.

Meggers (1987) publicou o que denominou de sua visão pessoal do desenvolvimento da Arqueologia brasileira. Abrange um período de 50 anos, vindo de 1935 até 1985. Trata-se de uma narrativa cronológica e factual. Apresenta pessoas, instituições e projetos de pesquisa que, segundo a autora, comporiam o transcorrer da Arqueologia brasileira no período referido. Destaque é dado para cursos de formação de arqueólogos em técnicas de campo e análise de laboratório, principalmente com relação à cerâmica. Explicitamente, cursos sobre teoria, abordagens ou referências teóricas, no texto e para o período narrado, não foram contemplados ou mencionados pela autora.

Um destaque. Em 1987, um lampejo de estímulo sobre a importância da teoria no fazer arqueológico brasileiro foi provocado. Promovido pelo Museu Paranaense e contando com trinta participantes, realizou-se em Curitiba - no período entre 05 a 30 de janeiro - o "Curso de Etnoarqueologia". Constatou na programação de estudos e de debates, os seguintes temas: arqueologia como ciência social e a posição da etnoarqueologia; a natureza da etnoarqueologia; as abordagens metodológicas da etnoarqueologia dentro de uma perspectiva histórica; o trabalho de campo em etnoarqueologia; a situação da arqueologia brasileira e as perspectivas para uma etnoarqueologia; os processos de formação de refúgio; cultura material e sistemas e processos culturais; etnoarqueologia e padrões de assentamento; arqueologia histórica e arqueologia industrial; temáticas; etnoarqueologia e a "Nova Arqueologia"; Antropologia e cultura material; cultura material e o campo da História; experiências/experimentações em etnoarqueologia. Os textos dos seminários contemplaram, dentre vários, os seguintes autores: Chang, Ulpiano Menezes, R. A. Gould, R.A., Wüst, Schiffer, Ascher, Kramer, Stanislawski, Hodder, Dunne, Oswalt,

Patterson, Brochado, Meggers, Mendonça de Souza, Tom Miller, Binford, Arnold, Ucko, Yellen, Wobst, Hayden, Hassan, Wiessner, Sahlins, Conkey.

Ulpiano B. de Menezes, Tânia Andrade Lima, Irmhild Wüst, Tom Miller, entre outros, foram alguns dos professores.

Este impulso teve seus efeitos em alguns dos novos arqueólogos, participantes do curso³, que hoje produzem seus trabalhos com explícitas e fundamentadas abordagens teóricas.

A década de 90 foi bem contemplada com publicações. No seu início, dois textos apresentam sínteses que abrangem a Arqueologia brasileira como um todo. Vou dar uma olhada sobre como teoria ali foi acomodada.

Souza (1991) compôs um texto bem dividido. Um capítulo, onde formula importantes reflexões sobre teoria - epistemologia, filosofia da ciência, antropologia, semiótica, etc. - e sobre teoria arqueológica. As reflexões vão sendo estruturadas a partir de referências que explicitam autores e conceitos, relacionando temas e idéias de teoria e teoria arqueológica. Aonde quer chegar o autor? Na situação que ele aponta como sendo uma crise contemporânea que abala a Arqueologia enquanto ciência. Que crise é esta? Trata-se de sair do suposto lugar de auxílio para com a História e a Antropologia, de a Arqueologia se pensar enquanto ciência e suas próprias construções teóricas. Sobre a tal crise, diz Souza (idem:48): "As questões cruciais, levantadas pela arqueologia contemporânea, portanto, são epistemológicas, dizem respeito ao que conhecemos, como conhecemos e como conhecemos que conhecemos". O outro capítulo apresenta uma história da Arqueologia brasileira. Para tal, o autor constrói uma periodização que vem de

³ Vivemos, comemos, dormimos e amamos Arqueologia por vinte e cinco dias. Morávamos e estudávamos no mesmo local. (comunicação pessoal da arqueóloga Fernanda Bordin Tocchetto).

1500 até 1985. É uma narrativa factual e cronológica sobre eventos, etapas, instituições e pesquisadores. A teoria não foi considerada nesta história. Nem mesmo nos períodos que são contemporâneos à crise que o autor tão bem tece reflexões no primeiro capítulo. Por isso falo de divisão, cisão entre capítulos. Será que esta crise é do hemisfério norte e não atinge a Arqueologia brasileira? Nossas questões teóricas já estão epistemologicamente resolvidas? Acredito que não. Portanto, aqui mais uma importante pista de tentar responder a questão inicial. Um texto sobre história da Arqueologia brasileira onde questões teóricas estão veladas e separadas de seu processo de crescimento.

'Arqueologia brasileira' é o título do livro de Prous (1992). Aqui não se trata propriamente de uma periodização histórica, mas de uma ampla narrativa sobre pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil. Na primeira parte, o autor tem a clara preocupação de explicitar conceitos que estão imbricados na sua ampla síntese. Na segunda parte, a pesquisa arqueológica brasileira é narrada com relevância para os vestígios, as estratigrafias, o ambiente, os pesquisadores, a geomorfologia, etc. Um capítulo é dedicado a Arqueologia Histórica. Com exceção de uma pequena introdução ao capítulo que trata da arqueologia amazônica, onde algumas débeis referências teóricas explícitas são apresentadas, a teoria arqueológica acomoda-se veladamente nas entrelinhas, na quase totalidade do livro. A reflexão teórica está no texto, mas implícita, sobrepujada aos eventos, aos sítios e aos materiais arqueológicos que a encobrem. Quase vem a tentação de dizer que, neste texto, os fatos arqueológicos falam por si. Ou, como diz Prous (idem:563), "...seu texto teve por intuito a transcrição de documentos publicados pelos colegas e a exposição de suas teorias".

Agora estou no final da década de 90. Foi um tempo bem premiado com publicações. Continuando no foco do meu interesse, vou dar uma visada por onde nelas andou teoria.

Uma surpresa. A Arqueologia brasileira consegue uma seção especial na revista inglesa *Antiquity*. Vários arqueólogos brasileiros escrevem sobre diferentes temas, possibilitando um amplo panorama.

Destaco aqui, o trabalho de Barreto (1998). A autora inicia seu texto, já que publicado no exterior, dizendo que sim, existe pesquisa arqueológica no Brasil. Para além da já tão bem conhecida e divulgada arqueologia da região amazônica. Segue apresentando as várias instituições de pesquisa atuantes, fala da existência de uma sociedade nacional de arqueólogos - a SAB -, dos vários veículos especializados na divulgação dos trabalhos e acentua o ativo crescimento da atuação dos arqueólogos brasileiros pelo vasto território nacional. Infelizmente, diz a autora, as pesquisas ainda permanecem no descritivismo, com projetos de pesquisa sem problemáticas, destacando descontextualizadas biografias de sítios. Fazendo uma retrospectiva dos últimos 50 anos da Arqueologia brasileira, Barreto (1998) diz que é nos anos de 1950⁴ que esta vai se dissociar da Antropologia, caminhando por práticas classificatórias e descritivas, semelhantes as das ciências naturais. Contudo, ampliando um leque de problemáticas, a Antropologia brasileira cresce teórica e metodologicamente.

Continuando, salienta a autora que, a partir dos anos 1940/1950, acadêmicos estrangeiros atuam em instituições nacionais instigando os pesquisadores brasileiros para

⁴ Em mensagem eletrônica a mim enviada, como resposta a um esclarecimento, aponta a autora que no período compreendido entre os anos 1940/1950 é quando vai transcorrer tal dissociação. Destaca algumas datas importantes: 1935 - criação do Centro de Estudos Arqueológicos por Luis de Castro Faria, no Rio de Janeiro, mais tarde absorvido pelo Museu Nacional; 1952 - quando Paulo Duarte criou a Comissão de Pré-História na USP; 1956 - José Loureiro Fernandes fundou o CEPA no Paraná.

um maior aperfeiçoamento. É um tempo em que teorias estruturalistas, funcionalistas e aportes teóricos advindos da chamada Escola dos Anais, de origem francesa, são estudados e aplicados por antropólogos e historiadores. Segundo Barretto (1998:575), a Arqueologia brasileira apartou-se destas teorias: "As conseqüências destas origens permanecem numa perspectiva descritiva histórico-cultural às vezes denominada de '*ethnographie culturelle*', mais interessada na documentação do passado do que com sua explicação e interpretação". Tal situação definiu o rumo da primeira geração de arqueólogos profissionais atuando no Brasil: descobrir, documentar e conservar. "Para alcançar estas metas, foram treinados por pesquisadores estrangeiros: de um lado a escola francesa, representada por Joseph e Annette Emperaire e, de outro, a escola norte-americana, especialmente representada por Clifford Evans e Betty Meggers" (Barreto, idem:575).

Por fim, nas conclusões sobre como estava a Arqueologia brasileira nos finais dos anos 1990, Barretto (1998) acentua que ainda continuam raras as aplicações de novas orientações teóricas para com as pesquisas empíricas. Citando vários arqueólogos brasileiros que já pioneiramente avançam e atuam na concretização destas novas teorias, a autora marca que pouco ainda tem sido feito no Brasil visando a superação das limitações por ela enfatizadas. Sua esperança e otimismo são para com a nova geração de arqueólogos que vem surgindo a partir da formação nos cursos de pós-graduação.

Bem, outras pistas. A Arqueologia brasileira não só tem teorias como tem escolas que as sustentam. Formou uma chamada 'velha geração'. Pelos finais da década de 90 vem surgindo um 'nova geração'. Será então que se instalou um conflito de gerações que ocasionou o retrancamento teórico? Estabeleceu-se um conflito de poder e de ideologias com relação ao uso explícito e múltiplo de teorias? Ficam estas questões, sinalizando novos indícios nesta minha escavação sem terra, sem pó e sem mosquitos.

Permaneço ainda nos finais dos anos 1990.

Outra surpresa. Aconteceu em 1998, na cidade de Vitória/ES, a 1ª. Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul.⁵ Além dos arqueólogos brasileiros, estavam presentes colegas da Argentina, México, Estados Unidos e Inglaterra. Um interessante detalhe é que esta reunião foi acomodada dentro da programação da 21ª. Reunião da Associação Brasileira de Antropologia.

Uma pletora de temas e de trabalhos compôs a reunião teórica. Dentre estes, escolho dois - Barreto (1999) e Funari (1999) - pela relevância em relação ao que estou estudando.

Barreto (1999) apresenta o que denominou de uma proposta histórica e comparativa para a Arqueologia brasileira. Salientando que esta arqueologia ainda é considerada teoricamente pobre e isolada internacionalmente, seu artigo pretende uma análise, entre outros tópicos, que reavalie o papel do uso de teorias na Arqueologia nas últimas décadas. Para a autora, o período referido foi cenário de intenso e plural debate teórico que, entre outras consequências, levou a Arqueologia contemporânea a um aprofundamento reflexivo sobre sua natureza e compromisso social. Para o Brasil, segundo a autora, as ausentes discussões teóricas não foram incluídas num também ausente debate sobre o lugar da Arqueologia em relação à sociedade nacional. Segundo Barreto (idem:204): "Uma perspectiva histórica da arqueologia brasileira permite explicitar não só as correntes teóricas que influenciaram a produção até hoje e entender como se chegou ao cenário atual de usos de teoria tão pouco explícitos, quase nunca discutidos, e geralmente

⁵ Mais duas reuniões internacionais de teoria arqueológica já aconteceram:

2ª Reunión Internacional de Teoría Arqueológica en América Del Sur/Olavarria-Prov. de Buenos Aires/Argentina, de 04 a 07 de outubro de 2000.

3ª Reunión Intenacional de Teoría Arqueológica Suramerica/Depto. de Antropología/Universidad de Los Andes, Bogotá/Colombia, de 20 a 21 de setembro de 2002.

desprezados na arqueologia brasileira". A perspectiva histórica desenvolvida pela autora visa um esclarecimento do contínuo isolamento em relação aos debates teóricos internacionais da Arqueologia e das demais ciências sociais - seja no Brasil ou no exterior - que vem assentando o desenvolvimento da Arqueologia brasileira. Isolamento este que, de acordo com Barreto (1999), continua mantendo características de ser descritivo e ateuórico. Dentre vários fatores que demonstrariam e esclareceriam este isolamento, Barretto (idem:204) destaca dois: "as circunstâncias históricas que afastaram a arqueologia da antropologia cultural, e das ciências sociais em geral; e o uso pouco consciente, inadequado, ou ainda mal adaptado ao contexto brasileiro, de teorias e práticas metodológicas introduzidas no Brasil por escolas estrangeiras".

"Existe teoria arqueológica no Brasil?", pergunta Funari (1999:213) ao tratar sobre o caso brasileiro no cenário internacional da teoria arqueológica e no contexto latino-americano. O caso em questão, segundo o autor, está permeado por um jogo entre o explícito e o implícito em termos teóricos, o que já responderia a questão pela existência de teoria, ainda que ocultada ou velada. Porém, segundo o autor, a partir de 1964, sob a direção e responsabilidade de Clifford Evans e Betty Meggers, os arqueólogos brasileiros teriam recebido treinamentos e participado de cursos onde a hegemonia teórica seria ditada pelo positivismo, empirismo e determinismo ecológico. Para Funari (1999), o casal de arqueólogos norte-americanos atuou além do ensino e treino de técnicas de campo e de laboratório. Constituíram um grupo sob sua égide: "Este grupo formou uma confraria (...) que passaria a controlar escavações, financiamentos, publicações, postos arqueológicos em museus, e, não menos importante, a limitar a difusão de perspectivas diversas" (Funari, idem:215). Portanto, segundo o autor, o que ocorreu no caso brasileiro, a partir de 1964, foi a aplicação de uma teoria empirista-determinista aliada a interesses políticos e ideológicos

de um grupo hegemônico na condução dos rumos da Arqueologia brasileira. Contudo, de acordo com Funari (1999), citando autores, artigos, produções acadêmicas em nível de pós-graduação e oriundas de várias instituições nacionais, há um vislumbre de mudança deste quadro devido a atuação emergente de uma nova geração de arqueólogos. Concluindo e acentuando o papel da teoria para a Arqueologia brasileira, diz Funari (idem:217): "No contexto de uma Arqueologia ainda dominada por relações de compadrio, muitas vezes infensa, até mesmo, ao empirismo que busca seguir padrões internacionais de qualidade, a teoria tem um papel crucial em impulsionar os arqueólogos ao pensamento crítico, à interpretação e análise e, não menos importante, a desafiar idéias e práticas estabelecidas".

Assim, mais duas pistas no trajeto desta perquirição que vou redigindo pelas sendas da teoria na Arqueologia brasileira. Para Barreto (1999) ocorreu um isolamento que teve por consequência marcá-la como meramente descritivista e até mesmo atórica. Já Funari (1999) identifica claramente uma teoria que foi aliada e sustentáculo de questões políticas e ideológicas⁶, limitando e ocultando mais do que estimulando o avanço teórico.

Numa tese que teve por tema pesquisar sobre o controle de vocabulário, no âmbito da Análise Documentária, seu autor escolheu a Arqueologia brasileira como objeto de investigação, utilizando os conceitos de consenso e representações do mundo social. De

⁶ Perguntando pela pertinência e salientando uma polissemia conceitual polêmica, Canguilhem (s.d.) apresenta considerações sobre o que entende por ideologia científica. Esta seria a representação de formações discursivas com pretensões de teoria. Numa ideologia científica estariam discursos paralelos e preliminares em relação aos saberes científicos já constituídos, relacionados a qualquer produção científica. Sobre este tema, assim conclui o autor: "a) As ideologias científicas são sistemas explicativos cujo objeto é hiperbólico, relativamente à norma de cientificidade que eventualmente lhe é aplicada; b) No campo em que uma ciência virá a instituir-se, existe sempre, antes da ciência, uma ideologia científica. Existe sempre uma ciência antes de uma ideologia, num campo lateral que essa ideologia visa obliquamente; c) (...) a ideologia científica é uma crença que *olha de soslaio*, do lado de uma ciência já instituída, cujo prestígio reconhece e cujo estilo procura imitar" (Canguilhem, s.d.:41). Por que trazer estas considerações, em nota de rodapé? Penso que aqui posso identificar mais uma pista que possibilitaria elucidações para com as adjetivações que venho destacando em relação à teoria na Arqueologia brasileira. Seriam os lugares de ateorismo, de isolamento, de empirismo, de resistência, etc., lugares de formações discursivas que encobrem a construção de uma paralela

acordo com Nunes (1999), a partir dos anos 1950 cresceu significativamente a produção intelectual dos arqueólogos brasileiros, o que provocaria a necessidade de se pesquisar e apontar para o desenvolvimento de terminologias próprias e a construção de linguagens documentárias e de sistemas de informação, fundamentais para o aprimoramento teórico desta arqueologia. Nunes (1999) coletou seus dados empíricos a partir da pesquisa em fontes documentais primárias e em quatorze entrevistas com pesquisadores.

Como as falas destes arqueólogos, em sua maioria ocupando lugares de destaque no cenário arqueológico brasileiro e formadores de novos pesquisadores, podem representar uma síntese de opiniões em âmbito nacional, é que as trouxe para esta tese. As entrevistas estão resumidamente publicadas no final da tese do autor. Selecionei delas o conteúdo que se insere no objeto do meu trabalho e passo agora a transcrevê-las. Saliento que, em conversa com o autor, pedi licença - que me foi concedida - para realizar estas transcrições. Dentre as várias perguntas das entrevistas, algumas se reportam a temas e inquirições sobre teoria e influências teóricas no desenvolvimento da Arqueologia brasileira. Foi das respostas a estas questões que extraí o que vou agora apresentar. Como todas são advindas do trabalho de Nunes (1999), indico o nome do entrevistado ou da entrevistada e a página ao final de cada citação.

- ANDRÉ PROUS: "Mas aqueles que efetivamente estabeleceram as bases da arqueologia científica foram Betty Meggers, Clifford Evans e o casal Emperaire. Nesse início, predominam orientações pragmáticas e não houve propriamente formulações teóricas. Mais tarde, Ulpiano de Meneses obrigou os alunos a pesquisar, o que os forçou a entrar e tomar conhecimento dos fundamentos da Arqueologia em outros países, onde encontrava-se mais desenvolvida. Ainda assim, até os 70 há uma insuficiência da reflexão teórica. Mais recentemente, nos anos 80, predominou uma falta de equilíbrio entre teoria e prática. As pessoas parece que têm uma preocupação maior em iniciar pelas abordagens teóricas" (pg. 230).

ideologia científica na Arqueologia brasileira? Como ainda não foram suficientemente explicadas as condições de possibilidade da teoria nesta arqueologia, ficam aqui estas considerações como questões.

"Com o mestrado em São Paulo, nos anos 80, achei que se formaria uma geração mais irrequieta, com uma formação teórica melhor, abrindo a perspectiva de afirmação de uma reflexão autóctone não dependente" (pg. 232).

- PAULO R.G. SEDA: "Considero que existe de fato uma Arqueologia Brasileira, que se distingue por estar na própria formação da maioria dos arqueólogos a partir da década de 60. A formação científica é mais intensa a partir da década de 60, com base em duas vertentes, uma de inspiração americana e outra francesa" (pg. 234).

- TÂNIA ANDRADE LIMA: "A fonte em que a Arqueologia Brasileira sempre se embasou teórica e metodologicamente é uma só: a Antropologia. Os grandes marcos teóricos da Arqueologia são oriundos da Antropologia e os que tentam escapar a isso caem numa prática desprovida da necessária fundamentação teórica" (pg. 239).

- MARCOS A.G. de M. ALBUQUERQUE: "A Arqueologia brasileira assumiu contornos mais científicos numa época em que havia duas grandes lideranças, nos anos 60/70, quando havia mais recursos do lado americano do que do lado francês. Os que se vincularam à corrente americana seguiram a cartilha do chamado método Ford e assimilaram uma linguagem mais ou menos uniforme. Restaram algumas datações incontestáveis, porém não houve avanços teórico-interpretativos. As fases, para mim, não significam absolutamente nada. Betty Meggers trouxe uma contribuição teórica importante, assentada na lógica difusionista. Annette Laming-Emperaire coordenou estudos mais profundos. (...). Anne-Marie Pessis deu uma contribuição teórica relevante. (...). Clifford Evans disseminou um método de campo profundamente primário. Vendo seu manual, avalia-se as limitações do padrão teórico da arqueologia brasileira na época. Nós, brasileiros, damos pouca atenção às questões teórico-metodológicas" (pg. 241)

- IRMHILD WÜST: "Quando comecei a trabalhar, deparei-me com dois campos teóricos distintos e concorrentes. De um lado, o PRONAPA, com os Evans, dando ênfase à pesquisa exploratória, descritiva, mas à qual faltavam os aspectos complementares, sociológicos. Havia muita ênfase no treinamento prático, das técnicas de escavação. O que se publicava limitava-se a notas prévias, sem muita profundidade. A desvantagem desse campo é que lhe faltou uma visão mais antropológica, sociológica, ideológica, econômica, que emprestasse mais consistência, profundidade, aos estudos, limitando-se a análise aos artefatos. (...). De outro lado, estavam os franceses Emperaire, trabalhando com sítios pontuais, descontextualizados. (...), na escola francesa, começa-se a selecionar aleatoriamente sítios de forma pontual, sem ter um contexto em termos de um território. Se faziam descrições detalhadas das estruturas internas desses sítios, mas também se constatava a ausência de uma interpretação mais sociológica. (...). São duas orientações que se comportam quase que como excludentes" (pg. 248).

"Questiono resultados do tipo "achei a data mais antiga sobre isso, sobre aquilo". Este tipo de coisa desviou a atenção da Arqueologia Brasileira de questões teóricas e metodológicas mais importantes" (pg. 250).

- MARIA D. GASPAR: "O treinamento metodológico proporcionado pelo PRONAPA confundiu-se com o "fazer arqueologia" no Brasil. Por conta disso, os pesquisadores estão sempre nos "primeiros passos" de suas pesquisas. Por outro lado, há uma contribuição importantíssima dos franceses, liderados por Madame Emperaire, mas insisto em que a maneira como o PRONAPA estruturou seu trabalho assegurou-lhe condições para que sua orientação assumisse a hegemonia" (pg. 253).

"Insisto que o PRONAPA é uma referência seríssima, extremamente evolucionista, empirista, tendo exercido e ainda exercendo uma influência muito forte. Agora, há uma nova tendência que é o provincianismo dos arqueólogos, que se expressa na importação dos últimos modelos. As pessoas se comportam como se quisessem saber "qual é a última novidade?" nos EUA e Inglaterra. Sou crítica deste 'supermercado teórico'" (pg. 254).

- MARIA C. TENÓRIO: "Acredito que o historicismo cultural ainda é muito forte no Brasil. O isolamento brasileiro dos grandes centros de estudos fez com que fosse desenvolvida aqui uma arqueologia moldada por modelos técnico/metodológicos introduzidos por estrangeiros. Esses modelos foram "aprendidos" por arqueólogos brasileiros mas não foram "desenvolvidos". Quando essas missões deixaram ou diminuíram seus trabalhos no país, os arqueólogos que aqui ficaram continuaram a trabalhar com esses modelos, porém deixaram de participar das reflexões teóricas. E os modelos ficaram aqui como heranças estáticas. (...). Essa carência de embasamento teórico/metodológico fez com que, no Brasil, fosse desenvolvida uma arqueologia sem objetividade, não interpretativa. Uma arqueologia descritiva sem questões a serem respondidas. Uma simples coleta de campo de pouco valor conclusivo. Onde não são testadas inúmeras possibilidades interpretativas oferecidas pela arqueologia mundial. E isso não é culpa de ninguém e sim da miséria brasileira" (pg. 259).

- JOSÉ L. de MORAIS: " Há duas grandes escolas, lideradas pelo casal Evans, que foram os semeadores do PRONAPA, e o casal Emperaire, que criaram a escola francesa. Ambos os grupos contribuíram para a emergência da chamada "Arqueologia Científica". Sua contribuição se expressa através da sistematização da pesquisa arqueológica em nível regional, isto é, incluindo o Brasil no contexto da Arqueologia universal" (pg. 266).

Bem, pistas, indícios, vestígios neste continuar.

Sobre as falas: 1) em sua quase unanimidade, acentuam a presença atuante e dominante das tais duas escolas - a americana e a francesa; a primeira com maior poder

hegemônico; ambas desinteressadas em incentivar interpretações e reflexões teóricas; 2) apontam para teoria insuficientemente refletida; desequilíbrio entre teoria e prática; desvio e desinteresse de e por questões teórico-metodológicas; uma arqueologia acrítica e inerte consumidora de um supermercado teórico; aprendeu-se modelos que não foram ampliados e amadurecidos, adoecidos na nossa miséria acomodada sempre em um país do futuro. Detrimentos que são apontados e acompanham as adjetivações para com a Arqueologia brasileira.

Foi diretamente marcada, em uma fala, nossa fonte teórica na Antropologia. Outra fala contrapôs o isolamento. Diz que foram as tais escolas acima apontadas que contribuíram para com a cientificidade e inclusão internacional da Arqueologia brasileira.

Prossigo minha escavação acadêmica.

Na passagem para o terceiro milênio, outra saborosa surpresa para nossa arqueologia. Dois volumes da Revista USP nº 44, intitulados "Antes de Cabral: Arqueologia brasileira". Trazem uma gama de textos que compõem a mais recente e madura síntese sobre o que vai transcorrendo pelas lides arqueológicas. Daqueles, dois se destacam para o meu trabalho, o de Funari (1999-2000) e o de Barreto (1999-2000).

"Como tornar-se arqueólogo no Brasil" é o título do texto de Funari (1999-2000). Para tal, apresenta três principais direções que formariam arqueólogos no interior da academia e entre os anos 1950/1960: 1) francesa - sob a liderança de A. Laming-Emperaire. Atuando no âmbito de uma arqueologia de cunho humanista, faltou a esta direção interesses epistemológicos o que acentuou uma separação entre pesquisa empírica e interpretação; 2) norte-americana - teve à frente Betty Meggers e Clifford Evans. Implicou uma formação de arqueólogos no Brasil com alguns problemas. Dentre eles, ignorou a clássica literatura arqueológica norte-americana, bem como, o movimento conhecido como Nova

Arqueologia', que já vinha agindo desde início dos anos 1960, no cenário da arqueologia estadunidense. "A formação intelectual propugnada pela equipe de Meggers não bebia do imenso manancial americano" (Funari, *idem*:77); 3) clássica - emergiu no interior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Propiciou à arqueologia brasileira uma visibilidade e presença em projetos internacionais.

No transcorrer das décadas de 1970/1980, tornar-se arqueólogo no Brasil passava pela inserção numa reforma universitária implantada pela ditadura militar. Neste período, foi a primeira geração advinda dos anos 1960 que marcou predomínio na formação de arqueólogos. Esta se fundamentava basicamente na aplicação de uma arqueologia empirista o que levou, segundo Funari (1999-2000), a igualar-se arqueologia com escavação, entendida como mero trabalho de campo.

Em relação aos tempos mais recentes. É a partir da exclusividade na formação obtida na pós-graduação que é possível tornar-se arqueólogo no Brasil. Apostando em mudanças, o autor acredita que a superação de limitações teóricas já está ocorrendo pela ação de uma nova geração de arqueólogos que passam a atuar na academia em função da titulação e orientação na pós-graduação.

Do trabalho de Barretto (1999-2000) destaco algumas de suas considerações sobre a relação entre arqueologia e academia no Brasil. "Diferentemente das outras ciências sociais no Brasil, a arqueologia surgiu dentro das universidades, não através de projetos intelectuais específicos, mas a partir de campanhas preservacionistas, promovidas por alguns poucos intelectuais indignados com a destruição acelerada dos sítios arqueológicos e a falta de profissionais especializados para resgatá-los" (Barretto, *idem*:40). Neste sentido, destaca a autora, é que a arqueologia acadêmica brasileira vai se fundamentar mais numa política de preocupação preservacionista que estimularia a pesquisa científica, do que na

elaboração e execução de projetos intelectuais amplos, como aqueles que tinham por objetivo o aprimoramento e formação de quadros no interior das demais ciências sociais no Brasil. Dentro deste caminho é que são convidados os especialistas estrangeiros que trarão à Arqueologia brasileira mais do que ensino propriamente teórico, treinamento em métodos e técnicas de escavação, de classificação, de análises laboratoriais, etc. Porém, destaca Barreto (idem:41), "... não poderiam ser aplicados ao contexto brasileiro de forma teoricamente neutra e estavam necessariamente imbuídos das tradições teóricas de suas matrizes de origem".

A partir dos anos 1940, segundo a autora, a arqueologia brasileira vai se distanciar da Antropologia e estagnar-se teoricamente. Neste caminho, mesmo estando mais próxima da História, se confirmará esta estagnação já que também se manterá distante das influências teóricas advindas da historiografia marxista de origem inglesa e da historiografia francesa oriunda da Escola dos Anais. Ambas, a partir deste período, vão fortemente influenciar a produção teórica dos historiadores brasileiros.

Foi, portanto, dentro desse isolamento das ciências humanas em geral, dessa ambigüidade conceitual sobre a natureza da arqueologia, e de um certo "tecnicismo" promovido pela emergente arqueologia acadêmica, que passaram a atuar os arqueólogos estrangeiros na pesquisa e formação de novos arqueólogos no Brasil. Franceses e norte-americanos deixaram marcas profundas no desenvolvimento da arqueologia brasileira por toda esta segunda metade do século XX (Barreto, 1999/2000:42).

Conclui a autora apontando para uma mudança nos rumos da arqueologia brasileira, a partir de uma nova geração de arqueólogos, desde os anos 1980, que já vem elaborando e atuando com projetos teóricos mais bem definidos oriundos de uma melhor formação acadêmica no Brasil e no exterior.

Assim, tanto para Funari (1999-2000) como para Barreto (1999-2000) são as tais novas gerações de arqueólogos que estão virando a mesa da estagnação e isolamento teórico da Arqueologia brasileira.

Bem, chego ao finalmente desta minha escavação acadêmica. Uma última referência. Schmitz (2001) apresentou, durante o XIº Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), um texto que avaliou e apontou perspectivas para a Arqueologia brasileira. Destacou o crescimento do número dos associados da SAB e o das instituições formadoras de arqueólogos no país. Constata ainda a manutenção de um quadro insuficiente de profissionais que dêem conta da demanda e necessidades nacionais. Permanece ainda uma situação de isolamento e descompasso. "A comunidade existente, se olhada como um todo, encontra-se defasada com relação às comunidades do Primeiro Mundo e mesmo distanciada de países vizinhos da América Latina, com os quais o contato é muitíssimo pequeno" (Schmitz, *idem*:56).

Com relação ao fazer arqueológico brasileiro, o autor salienta que, até 1990, este era trabalho da academia ou de instituições com atribuições de ensino e pesquisa. A partir de então um novo campo se estabelece e vem se firmando: a chamada arqueologia de contrato ou de salvamento. Para Schmitz (2001) esta vem provocando a elaboração de novos critérios e metodologias de pesquisa. Com relação a teoria, diz o autor, seu crescimento é proporcional à sedimentação dos programas acadêmicos nos cursos de pós-graduação. No entanto, ainda nos inícios do terceiro milênio, conclui Schmitz (*idem*:60): "No grande mundo e mesmo na América Latina somos conhecidos mais por nossas deficiências que por nossos resultados. (...). Nas grandes obras americanas geralmente o Brasil consta por ausência por ser difícil produzir uma síntese sobre temas em que a comunidade local não chegou a um consenso".

Encerro aqui esta escavação acadêmica. A partir do apresentado e comentado, tentei responder a pergunta fundante, lá do início. É possível, a partir do que foi dito e constatado pelos autores antes citados, que o sucedido em relação aos efeitos da teoria na Arqueologia brasileira é um caldeirão de temor, descaso, velamento, isolamento, ateorismo, estagnação, atraso e, quem sabe mesmo desinteresse e desprezo. O certo é que, alimentada por estas adjetivações conjunturais, a teoria lá esteve e está. Com ela, sem ela e apesar dela, a Arqueologia brasileira fez caminho.

Continuo por esta escavação em terrenos de idéias. Antes, porém, me apresento teoricamente.

2.2. Qual é o meu lugar?; algumas características e propostas da Arqueologia Pós-Processual

Atualmente, nas cenas acadêmicas é intensamente cobrado o claro e explícito lugar de onde se fala nos fazeres científicos. É o tão propalado fim das grandes narrativas, das explicações e das interpretações generalizantes e universais. Até este ponto da escrita desta tese, ao intitular este capítulo - 'Teorizando teoria' - e ao redigi-lo, assentei-me num lugar universal⁷ para falar de teoria, de teoria na Arqueologia brasileira e suas indigestas adjetivações.

Pois bem! Vários foram os caminhos que trilhei para chegar no texto desta tese. A partir dos rumos que apontaram, tive que fazer escolhas. Estas têm seu

⁷ "Universal é aquilo que se aplica à totalidade, que é válido em qualquer tempo ou lugar" (Japiassú e Marcondes, 1996:265). Desde a Escolástica instalou-se a acirrada 'querela' dos universais que provocou a origem de três grandes correntes filosóficas: realismo, conceitualismo e nominalismo. Estas três correntes encamparam as discussões. Atualmente, após a instalação do cenário pós-moderno e mesmo não mais sendo debatida nos termos precípuos destas três correntes, a 'querela' de lugares universais nos fazeres científicos ainda não foi superada e encerrada.

assentamento no âmbito da Arqueologia Pós-Processual⁸. É deste lugar que falo e de onde tento trabalhar as questões que formulei em direção ao empírico. Instiga-me a assumir cada dia mais por um fundamental compromisso e engajamento - palavra que forjou minha geração - político do fazer arqueológico. Nesta verve, ao escolher trabalhar com temática de teorias, é onde encontro um especial lugar para afiançar o presente discursivo do arqueólogo em relação ao passado pelo qual pesquisa. Afinal, é como sempre dizia o velho mestre Dário: "Não há problemática que não tenha uma solucionática!".

Por que fiz esta escolha para situar meu lugar? Porque me identifico com o que Shanks, em Pearson and Shanks (2001), chama de atitude em relação ao trabalho do arqueólogo e ao lugar da teoria neste. É a atitude de agir refletida e criticamente, de sempre se estar aberto a alternativas, ainda que com metas bem clareadas e estipuladas. Nos corredores lotados, no entremeio de conversas tensas e de olhares furtivos, quando dos intervalos das atividades de nossas reuniões científicas, seguidamente tenho ouvido: por que teorizar? por que polemizar? por que não simplesmente escavar/cavar o passado? A resposta advém do que Shanks (Pearson and Shanks, idem:08) propõe como atitude: "A atitude é sobre desmistificar, mantendo um senso de humildade, constantemente nossas reflexões sobre o que fazemos enquanto arqueólogos. (...) Teoria arqueológica, para mim, é menos sobre um corpo de teoria e mais sobre esta atitude. É pensar criticamente".

Enfim, sinto-me afinado com alguns dos rumos que são apontados pela APP. Neste sentido e trazendo para meu trabalho, concordo com Hodder (1994:192) ao salientar que está no âmbito da APP, fazendo parte fundamental do fazeres arqueológicos, "... defender a necessidade de ser mais explícitos e rigorosos em nossa reconstrução dos

⁸ É importante destacar que este 'pós' da Arqueologia Pós-Processual tem maior sentido como aquela que veio depois e como reação à Arqueologia Processual. Porém, arqueólogos pós-processuais também se identificam

significados do passado e a necessidade de analisar os problemas teóricos e metodológicos que daí derivem".

No prosseguimento, apresento características e tópicos que conformam esta arqueologia.

2.2.1 Arqueologia Pós-Processual (APP)⁹: características, abrangências

Ainda não se chegou a um consenso se esta arqueologia é uma escola teórica, um paradigma, uma corrente, uma perspectiva ou apenas uma reação. "Assim, a Arqueologia Pós-Processual é menos um movimento e mais uma fase no desenvolvimento da disciplina" (Hodder, 1991b:37). Daí, o 'pós' que lhe nomeia.

É um saco de gatos! Esta arqueologia tem sido provocativa, inquietante, instigadora e ousada em suas propostas. O que é muito bom para o desmonte e amadurecimento das encruadas casamatas acadêmicas. Enfim, se ainda não tem um nome definido e consensual, a APP veio para ficar e incomodar. No Google, em inglês, após um longo tempo internético de doze segundos, pode-se visualizar mais de 800 registros virtuais sobre esta arqueologia.

Para início, apresento um panorama geral.

Indo desde os hiperrelativistas aos moderados, tendo sua principal figura no arqueólogo inglês Ian Hodder, a APP abrange diversas tendências teóricas atuais, muitas delas advindas da sociologia, da semiótica, do estruturalismo, da teoria crítica, do feminismo, da filosofia, do marxismo, entre outras (Patterson, 1989). Apesar das

nos seus discursos com o que ferve no caldeirão pós-moderno.

⁹ Emprego estas três letras maiúsculas toda vez que me referir a esta arqueologia.

divergências, no entanto, agrupa alguns pontos comuns no âmbito da pesquisa arqueológica.

Apresento-os.

Traz, com ênfase para a Arqueologia, a dimensão dos significados simbólicos que variarão e se destacarão em diferentes contextos culturais. Visa resgatar o significado cultural adquirido pela cultura material que determinada sociedade produziu e utilizou. Insiste na existência de uma diversidade em relação aos estudos dos povos do passado. Retoma, na Arqueologia, a discussão de problemas de caráter histórico, derivados de postulados da Nova História, incorporando as propostas dos três tempos históricos de Braudel (2002)¹⁰. Propugna a destacada ação dos arqueólogos enquanto construtores e intérpretes do passado a partir de sua classe social, ideologia, cultura, e gênero como pontos de partida para suas perguntas que formulam às evidências arqueológicas. "Por isso a Arqueologia Pós-Processual é simplesmente 'pós'. Parte de uma crítica do anterior, construindo sobre essa via. Porém, ao mesmo tempo, divergindo dela. Supõe diversidade e falta de consenso. Caracteriza-se pelo debate e a incerteza acerca de problemas fundamentais pouco discutidos anteriormente em arqueologia" (Hodder, 1994:190).

No prosseguir, esmiúço algumas das afirmações acima esboçadas.

Fagan (1996:576) nos informa que foi em 1985 que Ian Hodder empregou pela primeira vez a expressão pós-processual em assuntos arqueológicos. A partir de 1980 a APP vai tomando destaque na produção arqueológica anglo-norteamericana pelas suas críticas dirigidas à Arqueologia Processual¹¹. Visavam dois postulados fundamentais do

¹⁰ Braudel (2002) apresentou uma proposta de três tempos históricos: o de longa duração ou o tempo geográfico; o de média duração ou o tempo social; o de curta duração ou o tempo dos eventos, o tempo individual.

¹¹ Sobre esta arqueologia, sobre a histórico-cultural e sobre a escola francesa, tecerei comentários mais adiante, neste capítulo.

processualismo: a explicação da evolução social em termos de adaptação ao ambiente e a transformação estrutural dos sistemas sociais através dos tempos. Teve seu marco inicial na conferência intitulada 'Arqueologia simbólica e estrutural', proferida por Ian Hodder, em Cambridge, na Inglaterra (Ellis, 2000:494).

Não há um corpo uniforme de concepções e nenhuma metodologia específica que possam definir precisamente o âmbito da APP (Hodder 1985; 1991; 1991a; 1994). Dentro desta, no entanto, pode-se encontrar uma base consensualmente aceita pelos seus seguidores: toda a produção de conhecimento é estrategicamente empregada em práticas sociais e que esta produção vem sempre acompanhada de componentes da dúvida e da autocrítica.

Tratando sobre o que denominam de 'natureza científica do pós-processualismo', Van Pool e Van Pool (1999) apresentam uma tipologia de pós-processualistas. Os hiperrelativistas – não há experiência humana que não seja subjetiva e ideologicamente orientada. Qualquer interpretação do passado está permeada de preconceitos atuais dos arqueólogos e, portanto, sempre politicamente influenciada. Os moderados – reconhecem e aceitam a existência de um registro arqueológico que pode ser estudado, porém colocado sob limites de interpretações. Para estes, os objetos da pesquisa arqueológica são empíricos e reais, porém, com múltiplos significados sociais. O discurso arqueológico requer coerência e precisa apresentar conclusões que sejam plausivelmente determinadas pelos dados arqueológicos. Segundo os autores, a APP deve propugnar por um campo humanista mais do que propor uma pesquisa como ciência natural.

Para os pós-processualistas, o conhecimento arqueológico é subjetivo e não possibilita a descoberta de leis ou generalizações universais e nem tampouco verdades absolutas. Discordam dos processualistas que propõem que o ambiente ou forças sociais

externas aos grupos humanos sejam fatores predominantes de mudança ou de escolha cultural, em termos de teorias funcionalistas e ecológico-culturalistas. A mudança é também ação motivada e escolhida por indivíduos dentro de uma coletividade. Além de padrões comportamentais que estão envolvidos na mudança cultural existem também motivações e desejos pessoais na construção de um mundo cultural.

Os pós-processualistas observam que a Arqueologia pode servir como uma ideologia para legitimar estruturas sociais conhecidas. As interpretações arqueológicas podem, portanto, adquirir significados que são intencionais ou não-intencionais pelo pesquisador, mas que não são inerentes aos dados por eles mesmos. (...) Assim como a interpretação funcional é o coração da Arqueologia processual, as interpretações sociais são o coração da Arqueologia pós-processual. Pós-processualistas argumentam que não há últimas ou corretas interpretações. Em lugar disto, argumentam que há muitas e plausíveis interpretações consistentes com o registro arqueológico (Van Pool e Van Pool, 1999:38).

O pós-processualismo vem acentuando que os vestígios arqueológicos assemelham-se a textos, que requerem interpretação, e que poderão ser variavelmente lidos por diferentes pesquisadores. Os discursos¹² arqueológicos representam estilos de escritas de determinados grupos. São estilos que poderão ser nomeados, pelos seus autores, como impessoais, científicos, neutros, pessoais, subjetivos, emocionais, carregados de valores. Para a APP os vestígios arqueológicos não existem independentes das maneiras pelas quais suas interpretações são concebidas. "... a arqueologia pode ser definida não somente como

¹² Texto e Discurso são termos que provocam desafios, assim como aqueles do leito de Procusto, pois estão emaranhados em intensa polissemia conceitual.

Texto: "Unidade de análise do discurso que, enquanto tal, é uma superfície lingüística fechada em si mesma (tem começo, meio e fim). É um objeto empírico, inacabado, complexo de significação; lugar de jogo de sentidos, do trabalho da linguagem, do funcionamento da discursividade" (Ferreira (org.), 2001:23).

Discurso: "Objeto teórico da Análise do Discurso (objeto histórico-ideológico), que se produz socialmente através de sua materialidade específica (a língua). (...) O discurso é a dispersão de textos e a possibilidade de entender o discurso como prática deriva da própria concepção de linguagem marcada pelo conceito de social e histórico com a qual a Análise do Discurso trabalha"(Ferreira (org.), 2001:14).

leitura de signos do passado dentro de um processo no qual estes signos são escritos desde o presente, mas através da transformação da cultura material em um texto arqueológico sobre a cultura material" (Ellis, 2000:494). Neste sentido, a APP salienta a subjetividade do arqueólogo presente nas diferentes produções discursivas. Destaca que as identidades sociais e culturais dos arqueólogos, enquanto autores, têm um significado crítico. Estas identidades determinam diferentes visões que formam a base dos discursos dos arqueólogos.

A APP tem provocado desafios teóricos em relação à elucidação de dois importantes questionamentos: a) a pretensão ontológica de que as reais forças da história atuam em nível de sistemas sociais e de transformações estruturais dos mesmos; b) a confiança epistemológica de que toda a produção de conhecimento advém de seguras e objetivas referências obtidas a partir da observação de realidades externas e não contingentes. Isto é, não incluem a posição ou o lugar de onde se encontra o observador.

É possível agrupar alguns pressupostos teóricos comuns ao pós-processualismo: 1) recoloca historicidade ao nível da ação humana (Barret, 2001). A materialidade estudada pela arqueologia não foi somente moldada por transformações sociais de ordem estrutural. Também por uma ação humana que, contingencial e contextualmente, introduziu significados em tal materialidade. Os vários significados da cultura material são negociados por diferentes sujeitos e em específicos contextos culturais através do tempo; 2) provoca um reordenamento no que diz respeito a uma epistemologia da Arqueologia. Propugna que a cultura material tem um ativo papel na constituição de um significativo mundo cultural. Os significados de qualquer amostra da cultura material pesquisada são sempre abertos. Não podem estar encerrados em um único processo de produção ou de autoria. O discurso da APP tem evitado se colocar como buscando

explicação ou testagem. Ao invés disso, salienta que visa interpretar o conhecimento que a arqueologia produz; 3) as propostas teóricas da APP são advindas de vários ramos do conhecimento. Como exemplos: do estruturalismo, vem o reconhecimento de que as categorias pelas quais o mundo é conhecido não são inerentes a este mundo, mas são criações mentais oriundas da ação humana sobre o mundo. Considerações sobre adaptação humana aos mais diversos ambientes têm que levar em conta tais categorias mentais; do marxismo, o entendimento e interpretação de determinadas ordens simbólicas que sustentam e legitimam assimetrias de poder social que levam grupos sociais a alcançarem melhores chances de vida, enquanto que, para outros, estas são diminuídas; do feminismo e através da chamada arqueologia de gênero, o questionamento sobre a ação de códigos simbólicos dominantes que são estrategicamente usados para legitimar o poder de específicos grupos sociais.

As propostas teóricas da APP têm sido criticadas por estarem eivadas de um amplo relativismo. Respondendo as críticas, o pós-processualismo argumenta que, não somente os significados da cultura material são contingências em relação a discursos sociais oriundos de contextos passados como fazem parte de interpretações arqueológicas situadas em amplas e contemporâneas realidades sociais e políticas.

Nunca houve um único passado. O que vem transcorrendo através da ação humana sobre o mundo? Contextos contingências de conflito e de diversidade, acentuando como outras pessoas, além e apesar dos arqueólogos, interpretaram suas existências. Não há como buscarmos e identificarmos significados únicos nos vestígios materiais que estuda a arqueologia. Pelo contrário, o grande desafio do fazer arqueológico é interpretar a significância histórica extraída justamente das ambigüidades elucidadas na cultura material.

O desafio interpretativo que a APP tem provocado demanda um constante controle autocrítico em relação ao trabalho do arqueólogo. Contempla como arrogantes as afirmações de arqueólogos que assumem como verdades suas descobertas sobre as vidas de outras pessoas, mesmo sobre aquelas que já de longo tempo estão desaparecidas.

... a Arqueologia Pós-Processual tem criado debaixo de seu espaçoso guarda-chuva, uma série de novas abordagens para com o passado. Todas elas rejeitam o cientificismo positivista e as generalizações assentadas em leis. A maioria das novas abordagens professa uma radical autocrítica e um saudável pluralismo baseado na desconstrução sustentada a partir dos diversos campos do conhecimento que abrangem o amplo guarda-chuva da Arqueologia Pós-Processual (Ellis, 2000:498).

2.2.2 algumas propostas de Shanks e Tilley

Selecionei alguns textos desses autores por terem sido os que mais provocaram e instigaram novas propostas, dentro da Arqueologia Pós-Processual, para com o raciocínio e para com a produção informativa dos discursos da Arqueologia. Dentre elas, posso destacar algumas: o arqueólogo enquanto sujeito atuante e responsável pela construção interpretativa do passado; a fundamental importância do uso e emprego explícito das teorias na discursividade arqueológica; a Arqueologia como produção discursiva no presente a partir dos vestígios materiais do passado; a Arqueologia como prática social e política que destaca e dá sentido simbólico e significativo as suas pesquisas; um mesmo passado com possíveis múltiplas interpretações; a interpretação arqueológica como um movimento contínuo. Os autores salientam para a necessidade da Arqueologia tomar a História a sério, o que requer o reconhecimento da descontinuidade, a inclusão do arqueólogo enquanto subjetividade comprometida na construção do passado. Estabelece-se uma relação pessoal e social com o tempo.

Shanks, em Shanks e Mackenzie (1994), enfatiza a Arqueologia como uma prática social do presente, carregada de subjetividade, uma dialética entre um 'eu arqueológico' e o outro. A cientificidade da Arqueologia é encarada como um modo de produção cultural sobre o passado. "Mais do que dizer que este objeto é um pote, precisamos também admitir que este objeto *torna-se* um pote, devido a minha produtiva interação com ele" (Shanks e Mackenzie, *idem*:28).

Tratando de questionamentos sobre temas epistemológicos e ontológicos da Arqueologia em relação aos seus objetivos, Shanks e Tilley (1989b) enfatizam o que chamam de 'erros' que resultam de uma radical separação entre o arqueólogo e seus objetos de pesquisa.

O primeiro erro: uma atitude contemplativa e passiva do arqueólogo em relação aos tais objetos. Esta levaria a uma investigação que simplesmente mimetizaria o passado, espelhando-o nos objetos pesquisados. Existe a realidade lá no passado para ser absorvida no presente dentro de uma pretensa objetividade. Para os autores não se trata de questionar a existência de objetividade, mas, que objetividade é esta? Qual a relação que é criada entre esta tal objetividade e a prática do arqueólogo? Quando não se questiona ou não se clareia de qual objetividade estamos tratando, posição usual na Arqueologia, acontece então que "... *na prática*, uma relação instrumentalista é adotada no sentido de um suposto passado completo e acabado que é, assim, propriamente tornado e por si constituído como objetividade" (Shanks e Tilley, *idem*:43). Esta auto constituída objetividade não provoca e nem esclarece qualquer relação do arqueólogo com sua investigação do passado.

O segundo erro diz respeito a um idealismo que considera a objetividade como inteiramente dependente de um sujeito pensante. Os autores salientam que seu

trabalho tem se constituído, fundamentalmente, em questionar o conhecimento arqueológico em duas vertentes: sobre os objetos estudados e sobre a tal objetividade advinda da atuante ação interpretativa dos arqueólogos imposta sobre tais objetos. O passado é matéria bruta que requer complexidade para tornar-se objeto arqueologicamente significativo e discursivo. "O objeto é traduzido para dentro de uma existência significativa no particular e contingente momento da prática e da interpretação arqueológica" (Shanks e Tilley, *idem*:44).

De acordo com Shanks e Tilley (1989b) e com Funari (1990), está claro que não podemos escrever sobre o passado se primeiro não o lermos a partir de seus traços materiais. A questão é: qual seria a mais frutífera e estratégica leitura e escrita do passado? O empiricismo não responderia favoravelmente, pois seus resultados acentuam um idealismo do objeto falando por si próprio e, tampouco, mostra diferenças e relações na materialidade estudada, que inclui também as relações e diferenças entre o arqueólogo e o que ele pesquisa.

Tentando desfazer uma velha herança da dicotomia entre sujeito-objeto, Shanks e Tilley (1989b) apresentam três – só cito duas - situações que dizem respeito a esta desmontagem: a) 'experiência' – os arqueólogos são individualidades presentemente constituídas e agindo do e no mundo. "A experiência arqueológica emerge em sua existência através de uma experiência autobiográfica. Nosso sentido pessoal de identidade não é puro, livre, radicalmente único" (Shanks e Tilley, 1989b:44); b) 'intersubjetividade' – a arqueologia é uma prática social no aqui e agora, através da textualidade que produz. Fazem uma distinção entre uma arqueologia empírica, que eles aderem, e uma arqueologia empiricista que consiste na aplicação formal e abstrata de metodologias na pesquisa.

Ao estabelecerem alguns parâmetros que permeariam a relação entre o passado e o presente, os autores afirmam o passado como real. Não é ficção. Pode ser usado no e contra o presente e aí jaz a diferença. Sobre este assunto, pontuam o seguinte: não há um só significado para o passado; o passado é lido desde o presente e isto tem produzido diferentes significados próprios em diferentes circunstâncias históricas; há uma não resolvida tensão entre o passado e o presente, o que produz uma não-identidade entre eles.

Por fim, tratando da textualidade sobre o passado, os autores concordam que a escrita arqueológica é deliberadamente provocativa. Acentuam a retórica como um dispositivo estratégico na produção da discursividade. Isto faz parte da tensão não resolvida entre passado e presente.

É importante salientar que há uma fenda entre a teoria e a realidade. Isto significa que não podemos resolver, exceto de uma maneira imaginária as reais contradições pensadas e nem há um conceito que seja idêntico a realidade que ele representa.(...) os textos arqueológicos não são inocentes espelhos de um objeto do mundo e nem são simplesmente concebidos em termos de uma intenção autoral. Há um problema da adequação dos conceitos e há a questão do que constitui uma representação realista (Shanks e Tilley, 1989b:49).

2.3. Outros lugares: tópicos sobre Arqueologia Histórico-Cultural, Processual e Escola Francesa

No andamento desta escrita. Apresento um panorama das posições teóricas conhecidas como Arqueologia Histórico-Cultural (AHC), Arqueologia Processual (AP) e

Escola Francesa (EF)¹³. Serão destacados pontos essenciais, tendo por objetivo uma visão geral que agrupe algumas das propostas de cada uma destas arqueologias.

2.3.1 Arqueologia Histórico-Cultural (AHC)

Pode-se dizer que seus postulados nortearam a grande maioria das pesquisas arqueológicas durante o século XIX e primeira metade do século XX, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos.

Como a própria denominação indica, trata-se de uma pesquisa sobre vestígios arqueológicos visando à elaboração de linhas gerais de tempo em relação aos principais eventos e mudanças culturais de sociedades pré-históricas de uma determinada região, identificando áreas e estágios culturais¹⁴. Tais estágios tiveram fundamental influência no núcleo da elaboração teórica da AHC. Esta tinha por meta determinar quais estágios tinham sido atingidos e onde, pelas várias culturas estudadas em diferentes partes do mundo, usando dados arqueológicos como guia.

A fundamentação teórica da AHC essencialmente baseou-se na pesquisa sobre três principais caminhos que impulsionariam e direcionariam as mudanças sociais: a) invenção - coisas novas ou novas maneiras de se fazer coisas; b) difusão - transmissão das invenções de um grupo a outro ou de uma região a outra. Frequentemente, uma trajetória que implicava modificações e ou acréscimos ao longo do caminho e ou através da passagem do tempo; c) migração - movimento de pessoas de uma região para outra, provocando ou não, o deslocamento de anteriores grupos humanos já anteriormente

¹³ No transcorrer do texto, nomearei, respectivamente, AHC para Arqueologia Histórico-Cultural, AP para Arqueologia Processual e EF para Escola Francesa.

¹⁴ "Área cultural - área onde os dados arqueológicos, etnográficos e históricos são coincidentes. (...) Estágio cultural - intervalo cronológico com características culturais gerais compartilhadas pela maior parte da população" (Mendonça de Souza, 1997: 18 e 51).

assentados, bem como, acrescentando velocidade na difusão de novas idéias, de novos instrumentos, de novas maneiras de se fazer coisas.

Como acima aponte, os inícios vieram de um histórico-culturalismo europeu. No entanto, desenvolveu-se do lado de cá do Atlântico, um outro, também similarmente denominado de histórico-culturalismo norte-americano (Lyman et al., 1997). A AHC norte-americana buscou a identificação de amplas áreas culturais demarcadas ambientalmente e que continham, no interior de suas fronteiras, culturas partilhando uma grande multiplicidade de traços culturais. A maioria ou quase todos estes se originavam de um núcleo e dele difundiam-se para a periferia da área. A pesquisa arqueológica tinha por meta a plotagem da distribuição temporal e espacial dos traços - artefatos, estilos, características, etc. - e a identificação dos núcleos a partir dos quais aqueles tinham sido originados.

A AHC norte-americana teve profunda influência da obra antropológica de Franz Boas. Ligado à Antropologia Cultural, Boas vai acentuar a importante conjunção entre dados antropológicos e arqueológicos como requisito básico para uma cientificidade da arqueologia. "A antropologia boasiana popularizou os conceitos de cultura etnográfica como unidade básica de estudo e o de difusão como uma das causas principais da mudança cultural" (Trigger, 1992: 178). Reagiu contra a idéia de uma evolução unilinear e contra as formulações de leis gerais evolutivas que estabeleciam raças ou progressos. Sua forte influência na arqueologia norte-americana foi a idéia de que o estudo de unidades culturais era apropriado, desde que limitado às dimensões geográficas e temporais. Afirmava que cada cultura pesquisada era única e deveria ser entendida em suas particularidades. Acentuava, com esta proposta, idéias de relativismo cultural e de particularismo histórico. Na sua visão, teoria deve estar fundamentada em dados empíricos e testada por estes.

Enfatizou também que uma minuciosa análise dos dados arqueológicos adviria do método comparativo como base para a formulação de histórias culturais. As comparações seriam feitas entre artefatos, coleções de artefatos, padrões de assentamentos, estilos, etc., visando à determinação de diferenças e semelhanças entre regiões geográficas através do tempo e do espaço.

Acompanho Lyman et al. (1997) que apresentam algumas características gerais da AHC: a) de um lado, uma tipologia essencialista - o tipo é real, a mudança deste é que é ilusória - de outro, uma tipologia materialista - o tipo é uma abstração do arqueólogo, a variação daquele é que é real. Sobre este assunto, diz Gándara (1982: 66): "É informativo que a única discussão teórica que os arqueólogos histórico-culturalistas tomaram a liberdade de sustentar, é precisamente a discussão sobre tipologia"; b) um tópico intensamente estudado pela AHC foi o estilo dos artefatos, assentado, porém, mais no senso comum, na tentativa e erro, do que em teoria; c) a AHC focou-se muito nas categorias de tempo e espaço ligados a forma. Acentuava, porém, de maneira implícita, que os sujeitos analisados eram os produtos culturais, isto é, estes eram os próprios sujeitos das pesquisas. "Dado que os histórico-culturalistas estavam e estão interessados pela história, desenvolvimento e evolução das culturas, estavam bem conscientes de processos históricos tais como invenção, inovação, difusão e migração. Algumas vezes procuravam paralelismos destes processos dentro do reino biológico" (Lyman et al., *idem*:9).

A AHC afirma-se como paradigma na segunda década do século XX. Porém, em termos arqueológicos, já se buscavam classificações desde meados do século XIX. "Nos inícios do século vinte, os arqueólogos passam a apreciar o elemento espacial na variação formal dos artefatos, particularmente a cerâmica. Suspeitavam de um componente cronológico, demonstrável com estratigrafia em alguns lugares (...). Como resultado, a

classificação permaneceu *ad hoc*, local e com o intuito somente de comunicação e simplificação da descrição. (...) não havia teoria que guiasse os esforços classificatórios" (Lyman et al.,idem:17).

Os autores, ao traçarem um histórico da AHC, destacam que, desde seu nascimento, estratos eram usados como unidades identificatórias de coleções de artefatos. Porém, ocasionalmente eram empregadas amostragens de estratos visando demonstrar passagem do tempo ou mudança cultural. Eram os 'traços culturais'(Lyman et al.,idem:33), que os arqueólogos consideravam como suas preferidas unidades de observação dos artefatos. No transcorrer da AHC acontece a chamada 'revolução estratigráfica' que provoca uma mudança de escala em termos de presença ou ausência dos tais traços que, por consequência desta revolução, vieram a ser conhecidos como tipos ou estilos. "Esta mudança de escala (...), desde o essencialismo para o materialismo, permitiu aos arqueólogos medir a passagem do tempo usando, desde décadas, a estratégia da escavação estratigráfica. É importante destacar que tal estratégia, inicialmente, servia mais como um meio de confirmar do que descobrir a passagem do tempo, como era indicada pelas mudanças nas frequências dos tipos" (Lyman et al.,idem:33).

Em termos metodológicos, a AHC propiciou um significativo avanço nas pesquisas com o intensivo emprego da escavação estratigráfica, da técnica da seriação, das classificações tipológicas.

Nos Estados Unidos, o desenvolvimento do enfoque histórico-cultural inicialmente estimulou os arqueólogos a escavarem principalmente para buscar amostras artefatuais que pudessem ser usadas para a elaboração de listas de características e para definir culturas. Supunha-se que, qualquer parte do sítio era representativa de sua globalidade. Era dada preferência a prática de escavações nos desaguadouros. Ali os artefatos eram muito mais abundantes e podiam ser recuperados sem grandes investimentos de

dinheiro. Além dos artefatos, os arqueólogos recuperavam restos de flora e de fauna como indicadores de modelos de subsistência. Da mesma maneira, restos esqueléticos, que permitiam a identificação de tipos físicos da população que havia habitado o sítio (Trigger, 1992:194).

Segundo Trigger (1992) o principal erro da AHC foi não ter saído do difusionismo como principal explicação para as mudanças culturais. Não conseguiram extrapolar esta base teórica, contemplando sistemas culturais como provocadores de inovação ou impulsores de transformações.

Por outro lado, salientando a não explicitação teórica ou falta de interesse por teoria e apontando para o que ficou conhecido como 'atraso paradigmático', Gándara (1982:66) ressalta o que pode ser apontado como outra falha da AHC ao manter a forte herança do particularismo histórico: "... os arqueólogos seguiram sendo particularistas, apesar de que, desde os anos 1930, o particularismo havia sido questionado e caído em desgraça entre os antropólogos".

Enfim, a preocupação dos arqueólogos histórico-culturais assenta-se no estudo da distribuição geográfica dos artefatos e suas relações com grupos históricos. Enfoca principalmente o estudo de seqüências regionais empiricamente documentadas pelos artefatos. Destaca reconstruções cronológicas minuciosas e descritivas, enumerando as culturas arqueológicas e ressaltando atributos técnicos dos artefatos exumados. Explica mudanças culturais como causadas externamente, através de migrações de povos ou difusão geográfica das culturas.

Na Arqueologia brasileira esta posição teórica, por aqui denominada de 'escola americana', teve bastante ascendência e influência através do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas/1965-1970) sob coordenação dos arqueólogos norte-americanos Clifford Evans e Betty Megers (Barreto, 1998; Dias, 1995).

Com o surgimento e desenvolvimento da Arqueologia Processual a partir dos anos 1960, a AHC declinou como principal interesse das pesquisas arqueológicas norte-americanas. No entanto, abaixo do Rio Grande, tal arqueologia prosperou e se mantém em atividade até hoje. Nesta verve, no cenário contemporâneo e de forma substancialmente explícita, brada Morris (1997: 13): "A Arqueologia é história cultural ou não é nada".

2.3.2 Arqueologia Processual (AP)

Surge nos Estados Unidos com a denominação de "Nova Arqueologia", a partir dos anos 1960. Originou-se nas Universidades de Michigan e de Chicago sob a liderança do arqueólogo Lewis R. Binford. Discordando das abordagens da tradicional Arqueologia Histórico-Cultural, a AP vai empenhar-se acirradamente na busca de teorias que trouxessem fundamentos para uma arqueologia dita científica. Da mesma forma, reorienta a pesquisa arqueológica que, até então, se interessava peculiarmente por classificações temporais e espaciais, na direção de estudos científicos que explicassem processos culturais provocadores de mudanças no desenvolvimento e no comportamento humanos, evidenciados no registro arqueológico.

A teorização da AP é um conjunto de referenciais oriundos da epistemologia, do neo-evolucionismo, da Filosofia da Ciência, da Teoria dos Sistemas, do positivismo lógico, entre outros. Deste último, apoiou-se basicamente nas idéias de Carl Hempel visando a aplicar na arqueologia o modelo de confirmação hipotético-dedutivo e o modelo de explicação nomológico-dedutivo. Rejeitou as generalizações indutivas que eram fomentadas pela Arqueologia Histórico-Cultural.

Tem como principal foco a identificação e a explicação de processos culturais no registro arqueológico. Advoga por enfoques teórico-metodológicos rigorosos no sentido de dotar a Arqueologia de um caráter científico visando a solução de problemas e hipóteses cientificamente formuladas e testadas. Busca a construção de modelos cuja aplicação à Arqueologia propiciaria a formulação de leis evolutivas que explicassem processos culturais. Enfoca a noção de cultura como um sistema adaptativo, destacando a importância de variáveis ambientais nas pesquisas arqueológicas. Marcou, durante muito tempo, uma agenda que acentuava a procura e formulação de teorias e de leis gerais sobre o comportamento humano. Permanece, contudo, salientando a fundamental importância da testagem das hipóteses.

Certos de que difusão, invenção e migração - pilares do histórico-culturalismo - não explicavam variabilidade e mudanças culturais, os processualistas foram buscar fundamentações na teoria da evolução cultural - Leslie White, Elman Service - na teoria da ecologia cultural - Julian Steward - e na teoria dos sistemas - James Miller - entre outras.

Dentre estas fundamentações que embasaram a produção teórica da AP, destaca-se o neoevolucionismo¹⁵. Salienta dois aspectos principais: 1) ênfase às adaptações culturais através das quais mudanças evolutivas ocorrem; 2) propostas de novas sínteses teóricas que reelaboraram e integraram perspectivas evolucionistas anteriormente consideradas contraditórias. Dois autores exerceram importantes influências na Arqueologia Processual.

¹⁵ "Trata-se de reavaliação muito moderna da história da cultura - tendo por base alguns dos postulados evolucionistas - que se seguiu ao funcionalismo de B. K. Malinowski e ao historicismo de F. Boas. esta atitude favorável a uma perspectiva mais evolucionista na interpretação dos dados sócio-culturais teve origem nos EUA por volta de 1945, na antropologia, com repercussão em outras áreas. Seus principais líderes foram os antropólogos norte-americanos J.H. Steward, L.A. White, M. Sahlins e o arqueólogo inglês V.G. Childe" (Silva (coord. geral), 1987: 813).

Um, Leslie White, professor de Binford, cuja teoria evolucionista baseia-se na premissa de que a evolução cultural é o resultado de modificações nos volumes de energia à disposição das sociedades, determinadas pelo tipo de tecnologia utilizada para o aproveitamento dessas mesmas fontes. A partir do momento em que tal tecnologia é incorporada à cultura, inúmeros efeitos de retroalimentação têm lugar. Isto é, uma cadeia de reações provoca grandes mudanças e processos sócio-culturais.

Outro, Julian Steward, que apresentou uma versão evolucionista baseada na adaptação da cultura ao ambiente, a denominada ecologia cultural. As descobertas, as invenções, os empréstimos culturais são matérias-primas para mudanças evolutivas na cultura. O chamado evolucionismo multilinear de Steward buscou encontrar paralelos na evolução específica de sociedades distintas. Fundamentou-se na noção de que no processo evolutivo ocorrem regularidades significativas e a identificação das mesmas permite a caracterização de leis culturais que regem a evolução humana. Os estudos multilineares pretendiam, de um lado, examinar em detalhe e identificar processos específicos nos diferentes níveis de complexidade de integração social e, de outro, encontrar grande diversidade de detalhes em tais processos supondo, no entanto, a existência de prováveis generalizações delimitadoras no que diz respeito às direções da evolução.

Sintetizando a forte presença do neoevolucionismo na Arqueologia Processual e apontando mais especificamente tal influência na obra de Binford, apresento o que diz Trigger (1992:363):

O enfoque de Binford sobre a arqueologia está vinculado ao seu compromisso com o neoevolucionismo. Os neoevolucionistas acreditam que as culturas que se encontram no mesmo nível de desenvolvimento têm muitas características em comum, especialmente traços estruturais que possuem significado adaptativo. Só as características pouco significativas, principalmente de natureza estilística, podem ser consideradas de maneira

proveitosa como produtos aleatórios de casualidades históricas (...). Devido a este alto grau de regularidade, teria que ser relativamente fácil para os arqueólogos formular um grande número de generalizações de alcance médio que os permitisse inferir uma ampla gama de comportamentos humanos a partir dos dados arqueológicos. Os neoevolucionistas também acreditam, igual aos evolucionistas unilineares do século XIX, que se podendo determinar como era uma parte de uma cultura pré-histórica, especialmente seu modelo de subsistência, estarão em condições de predizer o resto do sistema, ao menos em termos gerais. Estes dois enfoques se contemplam como constituintes de uma metodologia entrelaçada e mutuamente verificável sobre a reconstrução do comportamento humano em lugares e tempos específicos do passado.

Pode-se dizer que a concepção de cultura da AP é materialista. Isto é, cultura é considerada como um sistema de adaptação extrasomática, a ligação entre organismos biológicos humanos com o ambiente. A interação entre cultura e ambiente se manifesta na tecnologia e seus produtos. Apoiada nos estímulos da produção tecnológica estabelece-se a organização social. Subsistemas culturais, tais como padrões de assentamento e de subsistência, empenham-se na obtenção e manutenção de um mútuo movimento de estabilidade e de integração. As mudanças culturais, portanto, são de ordem externa ao sistema, com destaque para o que advém de pressão ambiental e de crescimento populacional.

Alguns postulados fundamentais fazem parte da abrangência teórica da AP:

a) dado que o comportamento humano é altamente padronizado e encarado como um subsistema, os artefatos produzidos também serão igualmente padronizados em termos de suas propriedades morfológicas e espaciais; b) já que o comportamento humano e seus artefatos seguem padrões, o registro arqueológico - um produto do comportamento humano - exibirá e conformará esta forte padronização. Esta argumentação, oriunda de Taylor (1964), foi adotada pelos processualistas e enfatizava que é a cultura que determinará os

padrões de comportamento humano. Porém, o arqueólogo não tem acesso direto a essa cultura, tão pouco aos comportamentos por ela determinados. Mas, tem acesso aos vestígios desse comportamento humano, que é a cultura material. Assim, as inferências realizadas serão sobre tal comportamento, o qual foi culturalmente padronizado. Foi a partir dessa premissa que, posteriormente, Schiffer desenvolveu as bases da chamada arqueologia comportamental.¹⁶

A partir dos anos 1970, uma importante discussão marcou muito a Arqueologia Processual. Trata-se do que foi destacado no debate teórico como sendo a denominada - *Middle-Range Theory* - "Teoria de Alcance Médio" cuja expressão fundamental partia da seguinte questão: como extrair do registro arqueológico estático a dinâmica das sociedades do passado? Respondendo, Binford (1981) desenvolveu vários argumentos em seus estudos atualísticos - etnoarqueológicos -, fortemente baseados na idéia de uniformidade. Isto é, os mesmos processos que atuam no presente, atuaram no passado. Sobre a importância desta teoria, assim ressalta Binford (1994:209): "Necessitamos concentrar-nos no desenvolvimento de uma Teoria de Alcance Médio - um campo em que as observações etnográficas e históricas são cruciais como prova - e empregar os métodos de inferência desenvolvidos desta forma para obter respostas à perguntas tais como o que significa? e como era?".

Numa breve síntese, aponto algumas das principais características da Teoria de Alcance Médio no âmbito da pesquisa arqueológica: a) formular argumentos que

¹⁶ "O estudo da relação entre comportamento e artefatos em todos os tempos e espaços. Os arqueólogos comportamentalistas não priorizam análises do passado ou dos depósitos arqueológicos em termos de tempo ou de espaço. Ao invés, estes heterodoxos pesquisadores agrupam, com igual entusiasmo, artefatos que podem ser encontrados numa pequena aldeia de produção agrícola nas Filipinas ou numa enxuta caverna pré-histórica. Acreditam que entender singularmente o mundo dos artefatos humanos requer teorias arqueológicas que busquem respostas para além das fronteiras do registro arqueológico. As interações das pessoas com os

esclareçam a ligação entre os dados arqueológicos estáticos do presente com o entendimento de um passado dinâmico; b) inferir comportamento humano a partir do registro arqueológico; c) entender as relações entre as propriedades dinâmicas do passado e as propriedades estáticas dos vestígios arqueológicos do presente; d) estimular investigações etnoarqueológicas e trabalhos de arqueologia experimental.¹⁷

A metodologia da AP trouxe um grande enriquecimento para o aprimoramento da pesquisa arqueológica: 1) ênfase na descoberta e adoção de novas formas de obter e de evidenciar informações do registro arqueológico a partir de aportes oriundos, entre outros, da geologia, ecologia, paleontologia, paleobotânica, economia; 2) explícitos projetos de pesquisa visando amostragens em relação a determinados levantamentos e escavações; 3) uma multiplicidade de tipologias de artefatos problematicamente orientadas; 4) amplo uso de análises quantitativas, especialmente estatísticas, com os mais variados aportes da informática; 5) pioneirismo e grande estímulo para com o uso e fundamentação teórica na e da pesquisa etnoarqueológica e a importância da analogia etnográfica como fonte de hipóteses.

Durante os anos 1970 e meados dos anos 1980 a AP dominou a cena arqueológica no hemisfério norte. A maioria dos arqueólogos que, de estudantes, se tornaram profissionais, durante este período, foram treinados e fundamentados teoricamente no âmbito da AP. Esta sempre teve o ímpeto e o objetivo de tornar a arqueologia uma ciência. Nesta verve, seus seguidores muito estudaram e publicaram.

objetos são importantes processos - seja onde ou quando ocorrerem - que os arqueólogos devem se esforçar para explicar" (Ellis, 2000:69).

¹⁷ "Arqueologia Experimental - estuda os processos de comportamento e as tecnologias do passado mediante uma reconstrução experimental, sob condições científicas controladas, visando obter hipóteses que possam ser contrastadas com os dados arqueológicos" (Alcina Franch, 1998:81).

Hoje, a maioria dos textos fundamentais desta arqueologia, já se encontram disponíveis em bibliotecas brasileiras¹⁸.

Bem, como em todo o movimento inovador e pioneiro, nem tudo foi mar de rosas. Dissidências, discordâncias e desconstruções, a partir de um certo momento, acompanham o transcorrer desta arqueologia. Alguns processualistas se identificavam como antropólogos, isto é, estudando processos comportamentais e sociais de povos do passado. Para outros, a AP devia buscar identificação em referências teóricas advindas da biologia evolutiva. Nem todos se interessavam ou concordavam com as bases filosóficas que a AP buscava como fundamentação teórica. Enfim, o processualismo não andou por um caminho homogêneo. As disputas aconteceram num variado leque de proposições teóricas e as discordâncias situavam-se principalmente quanto à natureza dos métodos e quanto as suas aplicações nas pesquisas arqueológicas.

Uma das primeiras dissidências se originou na Universidade do Arizona, sob a liderança de Michael Schiffer, e que se tornou conhecida sob a denominação de 'Arqueologia Comportamental' (*Behavioral Archaeology*).

Afirmando enfaticamente que 'A Arqueologia é Arqueologia é Arqueologia' e, também, ao publicar o livro 'Arqueologia Analítica', em 1968, David Clarke, abriu um poderoso flanco de críticas e novas propostas dentro da AP, no cenário da produção inglesa. Mais tarde, este caminho aberto provocará destacadas conseqüências. Um seu discípulo, Ian Hodder, liderará a Arqueologia Pós-Processual que levantou as mais contundentes críticas direcionadas à AP.

Abaixo do Rio Grande, o arqueólogo mexicano Manuel Gándara (1982), produziu um importante estudo com os seguintes objetivos: um esclarecimento das

¹⁸ Principalmente nas bibliotecas do MAE/USP, do Instituto Anchieta/São Leopoldo-RS, da PUCRS.

características centrais da AP; exame do desenvolvimento recente da AP tratando de entender a ocorrência de rupturas internas nesta arqueologia e suas possíveis conseqüências; esboço crítico de um dos pilares da AP: a adoção de postulados neopositivistas, para a arqueologia, visando aportes sobre a natureza da explicação científica e sobre aperfeiçoamentos metodológicos.

Atualmente, para a grande maioria dos arqueólogos, a "Nova Arqueologia" já envelheceu e não é mais tão nova. No entanto, é inegavelmente fundamental e importante para o fortalecimento da arqueologia, enquanto ciência social, as contribuições metodológicas e as discussões teóricas promovidas pela Arqueologia Processual. Mantém-se ainda como processual na sua principal identificação no cenário mundial das posições teóricas arqueológicas. Neste sentido aponta Binford (2001:3): "... a teoria da explicação que tenho desenvolvido está disponível ao uso dos arqueólogos, num raciocínio dedutivo, para a simulação de ou simulando condições de mudança e, por meio disso, fornecer padrões de mudança que possam ser esperados que ocorram no registro arqueológico em específicas situações".

2.3.3 Escola Francesa

Para começar, uma ressalva. Esta denominação faz parte apenas da discursividade arqueológica brasileira. Não há esta tal 'escola francesa' na França e nem lá tem qualquer semelhante nome (Prous, 1996). Desta maneira, tal situação, diferentemente das outras posições teóricas que antes apresentei, dificulta a apresentação de um corpus teórico que possa ser consensual e congruente com esta peculiar denominação. Mesmo assim, corro este risco. Neste sentido, alerta Audouze (1999:168) que "... o francês tende a empregar 'conceitos' para aquilo que o britânico chama de 'teorias'".

Dado que assim vem sendo por aqui nomeada e, por suas importantes contribuições, é que aqui trago considerações sobre esta escola. Uma artesanagem de conceitos e de proposições gerais.

Da mesma maneira como para a tal 'escola americana', a denominação de 'escola francesa' está implantada, mesmo com ressalvas ou discordâncias entre seus seguidores, na Arqueologia brasileira. Exerceu e ainda se mantém como importante influência nesta arqueologia (Palestrini, 1972/1973, 1975, 1976, 1978); (Palestrini e Moraes, 1980). Teve seus inícios a partir dos treinamentos e trabalhos de campo exercidos no Brasil pelo casal Joseph e Anette Laming Emperaire.

Esta posição teórica tem seu principal mentor no arqueólogo francês André Leroi-Gourhan que propõe o seguinte: "É, portanto, de uma situação real, se não geral, que se pode tirar uma doutrina da escavação atual. Esta doutrina se resume em poucas linhas. O registro deve ter prioridade sobre a escavação e, na escavação, a pesquisa das estruturas deve predominar sobre a estratigrafia" (Leroi-Gourhan, 1981:215).

Para situar melhor, apresento algumas informações que possibilitam um panorama geral e um percurso que acompanha algumas etapas do desenvolvimento da arqueologia na França.¹⁹ Saliento, também, pontuações em relação às idéias de Leroi-Gourhan.

Acompanho, então, o que apresentam Cleuziou et al.(1991) em relação ao que se sucedeu na França. Os autores iniciam o texto relatando vários momentos cronológicos e respectivos pesquisadores. Após a Primeira Guerra, acontece uma revitalização no ensino universitário, na área das humanas. Dois caminhos se destacam: 1)

¹⁹ Para melhor facilidade e para não cansar em repetições, sempre que me referir à arqueologia francesa uso as letras maiúsculas AF.

a partir de seminários promovidos pelo sociólogo Mauss, pelo sinólogo Granet, pelo antropólogo Rivet e pelo lingüista Meillet; 2) a expansão da revista *Année Sociologique* e o lançamento da também revista *Annales*. Segundo os autores, tanto pré-historiadores quanto arqueólogos estavam distantes destes caminhos. No entanto, é neste contexto, nutrido pela antropologia de um lado e pelo orientalismo de outro, que Leroi-Gourhan busca as bases da sua idéia de uma etnografia comparativa (Cleuziou et all.,idem:95).

A partir dos anos 1920, apenas duas escolhas se apresentavam à AF: uma, ortodoxa, na linha dos trabalhos de Breuil e Bordes, outra, heterodoxa, no caminho representado pelas propostas de Leroi-Gourhan. "Prática, sintética, antropológica e semiológica, a etnologia pré-histórica de Leroi-Gourhan era a resposta para uma visão de arqueologia que mostrasse os vestígios somente em termos de culturas e tipologias arqueológicas" (Cleuziou et all.,idem:97).

Os anos 1960. É quando acontece uma fertilidade e expansão no mundo acadêmico francês. É o tempo de Sartre, Merleau-Ponty, Ricoeur, Lacan, Althusser, Barthes, Lefebvre, Braudel, Lévi-Strauss, Piaget entre outros. Mas, segundo os autores, a AF apresentava-se diante desta efervescência com uma esterilidade intelectual. Em 1969, acontece em Marselha um simpósio denominado de 'Arqueologia e Computadores', organizado por Jean Claude Gardin. Entre os palestrantes, destaca-se Soudsky. Apresentou uma espécie de programa para o futuro da AF a ser desenvolvido pelos jovens arqueólogos presentes. Nas décadas seguintes, os tais jovens empenharam-se na implantação das propostas de Soudsky. A prioridade não foi para com o debate teórico. Os esforços foram dirigidos na direção das instituições onde a pesquisa arqueológica tinha lugar, com objetivos de progresso e aperfeiçoamento nas técnicas de escavação e de documentação,

bem como, uma busca de qualificação em arqueometrias para a AF. Tanto Gardin quanto Leroi-Gourhan seguiram esta estratégia.

Vou finalizando esta apresentação geral. Concluindo, apontam Cleuziou et al.(idem:116) que: "É no específico campo da tecnologia cultural que a França tem contribuído com algo promissor e original. Esta contribuição é devida a confluência de três correntes de pensamento. A primeira é a etnologia em estrito senso. (...) onde se incluem as pesquisas de Leroi-Gourhan (...). A segunda é a abordagem etnológica aplicada à Pré-História por Leroi-Gourhan. A terceira é a pesquisa experimental sobre tecnologia lítica executada por Tixier e seguidores".

Introduzo aqui outros comentários.

Acompanho Olivier (2003), num importante texto que trata também, sob outros pontos de vista, das origens e trajetórias da arqueologia francesa. Salienta o autor que é preciso, ao se fazer referências à atual AF, que se fale de arqueologias. Por outro lado, destaca o que chama de "incomensurável pobreza teórica" (Olivier, idem:32) que paira sobre a contemporaneidade da AF ao ser comparada com a rica e instigante produção da Sociologia, da Filosofia, da Psicanálise francesas. Neste sentido, o autor ressalta que atualmente pouco se debate e se estuda sobre Arqueologia na França. Seu ensino universitário está concentrado em Paris. Além disso, o Estado detém total controle do exercício profissional da arqueologia. Esta, segundo Olivier (2003:32) "... é conduzida principalmente por funcionários, e não por pesquisadores".

Apresentando várias etapas pelas quais passou a AF, de suas origens até o presente, Olivier (2003) destaca que seu desenvolvimento adveio de influências externas e de construções teóricas não produzidas pela reflexão de arqueólogos. Quais seriam? Concepções sociais, políticas e filosóficas do Iluminismo, da Revolução Francesa e sua

invenção da Nação. Concluindo e fundamentando estas reflexões sobre as trajetórias da construção das 'arqueologia francesas', diz Olivier (*idem*:56):

Na perspectiva francesa, a Arqueologia desempenha, então, naturalmente, um papel ideológico e político maior, na medida em que, globalmente, ela restitui a evolução da humanidade, e, localmente, ajunta testemunhos das origens e da continuidade da Nação. Isso explica, sem dúvida, porque, tradicionalmente, o Estado ocupa na França um lugar tão importante na condução da Arqueologia. Cometeríamos, então, um grave erro considerando a Arqueologia francesa como ateuórica. Ao contrário, se a Arqueologia francesa parece tão pobre em sua pesquisa de teorias interpretativas é, no fundo, porque o passado já está teorizado e porque o quadro de sua interpretação já está fixado antes mesmo que a disciplina entre no jogo.

Tecendo comentários sobre novos avanços e propostas na AF, Audouze (1999) aponta que predominam os estudos sobre tecnologia²⁰, encarada como mediadora entre Natureza e Cultura. Também vem sendo incrementada uma procura por princípios universais em relação aos estudos do material e de detalhes físicos relacionados com determinados aspectos tecnológicos, com destaque sobre o papel do artesão e suas habilidades. Nos últimos anos toma importância a expressão 'cadeia operatória'²¹ como base de análise para a tecnologia na Pré-história. Esta abordagem teve grande influência no trabalho de Leroi-Gourhan. Salienta, no entanto que: "Leroi-Gourhan era muito desconfiado da epistemologia e era relutante e até opositor na explicação de seus conceitos e respectivas origens. Ele preferia descreve-los como funcionavam. (...) A análise

²⁰ "O conjunto de conhecimentos, instrumentos (ativos) e facilidades (passivos, p. ex. tigela), possuída e exercida por uma sociedade humana para se articular com o seu meio ambiente. O exercício da tecnologia para prover as necessidades da sociedade e de seus membros, denomina-se, Economia" (Souza, 1997:122).

²¹ "Todo o objecto deve ser estudado: 1º em si mesmo; 2º em relação às pessoas que se servem dele; 3º em relação à totalidade do sistema observado. O modo de fabricação dará lugar a um inquérito aprofundado: o material é local ou não? (...) Estudo dos diferentes momentos de fabricação momentos de fabricação desde o material bruto até o objecto acabado. Estudar-se-á, em seguida, da mesma maneira, o modo de emprego e a produção de cada ferramenta" (Mauss, 1993:47).

epistemológica do trabalho de Leroi-Gourhan somente começou após sua morte, (...)” (Audouze, *idem*:168).

Após a morte de Leroi-Gourhan, curiosamente, não foram arqueólogos que começaram novas abordagens. Análises de tecnologia e os conceitos para torná-las aplicáveis partiram de antropólogos sociais – Cresswell e Balfet - numa etnologia da tecnologia.

Audouze (1999) aponta para os diversos encaminhamentos que tomou o conceito de ‘cadeia operatória’ e seus diversos usos e operações nas pesquisas. Aconteceu uma tão variada conceituação, que levou a um desentendimento entre os pesquisadores da ‘cadeia operatória’. Visando uma qualificação e busca consensual em relação às diferenças conceituais, entre as décadas de 1970 e 1980, dois grupos se articularam e trabalharam: os aprimoradores das idéias de Leroi-Gourhan e os experimentadores da escola de Tixier. Estes grupos fizeram crescer e aprimorar os conceitos e a operacionalidade das pesquisas em tecnologia na pré-história. Destaque é feito para com as propostas metodológico-analíticas de Boëda como reação à tradição de Leroi-Gourhan.

As duas propostas comparativas aqui descritas situam-se em sólida teoria ancorada na tradição tecnológica francesa. (...) Ambas retêm algum neopositivismo o qual é ainda forte na pesquisa francesa. Embora as implicações sociais e o papel do meio na produção estudada não é ignorada ou subestimada, ambas reduzem o sistema social aos seus componentes ‘elementares’ e focam somente no sub-sistema de sociedades do Paleolítico: sistema técnico analisado por seus conteúdos internos” (Audouze, 1999:174).

Ressaltando aspectos da AF que influenciaram certas arqueologias praticadas no Uruguai e no Brasil, López Mazz (1999) aponta para o fato de que vários professores e seus alunos latino-americanos freqüentaram, durante os anos 1980, cursos de Arqueologia e Pré-história na França. Segundo o autor, a originalidade da influência

francesa está ligada a proposta evolutiva desta, que tinha por objetivo a elaboração de uma história natural da cultura humana, enfocada principalmente em estudos sobre uma visão social da tecnologia.

Lopez Mazz (1999) descreveu um panorama que trata das diversas propostas francesas. Demonstra a grande influência que adveio de Leroi-Gourhan nos trabalhos do casal Laming-Emperaire. O difusionismo de Paul Rivet foi outra. Da mesma forma, as tradicionais tipologias do paleolítico e a busca de classificação e identificação de fósseis diretores também marcaram a arqueologia sul-americana no sentido de uma melhor compreensão da evolução humana. "As detalhadas tipologias dos atributos sustentam o princípio de que quanto mais algo é descrito, melhor é entendido" (López Mazz, *idem*:41). Mais em termos de método e de técnica, outra influência adveio da chamada 'escavação etnográfica' que propunha uma dissecação estrutural do sítio visando à obtenção do detalhamento dos dados encontrados e uma acurada interpretação dos processos ocorridos no sítio.

Para o Brasil, assinala que a obra de Leroi-Gourhan marca a principal influência deste pesquisador nos trabalhos de Luciana Pallestrini. Segundo López Mazz (*idem*:45) os principais interesses metodológicos e os essenciais influxos sobre as arqueologias uruguaia e brasileira, oriundas da tal 'Escola Francesa', seriam:

Analises de escala regional e as inter-relações entre Arqueologia e Geomorfologia são partes dos interesses metodológicos essenciais da Escola Francesa e de sua perspectiva difusionista. (...) exemplos de sítios arqueológicos contextualizados, ambos geológica e geomorfologicamente. Tais propostas, complementadas por uma visão ambiental, (...) apontam para levantamentos e mais registros exaustivos da localização de sítios, facilitando ainda mais a interpretação funcional. (...) esta proposta de levantamento é essencial para a construção de hipóteses sobre padrões de assentamento e paleo-ambientes e seqüências geo-cronológicas.

Com relação a uma específica intervenção francesa, oriunda das tipologias líticas, salienta que esta começou em 1950, na Patagônia, com os trabalhos de Laming-Emperaire. Nestes, as tipologias eram vistas como definidoras de culturas arqueológicas e apontavam para difusão e evolução em termos espaciais e cronológicos. A partir dos anos 1960 surge a necessidade da implantação de um vocabulário comum em função das grandes dimensões que as tipologias líticas tomavam. Para o Brasil, indica o trabalho de Prous, onde os estudos tipológicos aliam-se a um trabalho de experimentação e de traceologias.²²

Porém, é na arte rupestre que se manifesta especificamente a principal ascendência teórica francesa na arqueologia sul-americana, oriunda do estruturalismo. Advinda principalmente de Leroi-Gourhan, também se faz presente nos trabalhos de Laming-Emperaire. "A orientação estruturalista no Brasil, em estudos de arte rupestre, incluiu uma dupla proposta no sentido de contrastar hipóteses feitas a partir de análises estruturais da arte rupestre com informações etnográficas" (López Mazz, *idem*:50).

Aglutinando o que aqui chamei de informações gerais sobre esta tal 'escola francesa', finalizo, apresentando um conjunto geral de seus possíveis pressupostos.

Destacando o registro, escavando em amplas superfícies pela técnica da decapagem²³, esta escola visa uma arqueologia que pesquise relações como mais importante do que pesquisar objetos. Salienta a importância de uma pesquisa arqueológica com aportes etnológicos e antropológicos (Mohen et al., 1990). Identifica o tempo sincrônico, o espaço sociológico de um momento das sociedades passadas. Salienta que os grupos sociais se mantêm e se reproduzem com aspectos conservadores que podem ser

²² "Estudo das marcas de uso de artefatos líticos ou sobre osso, dente, concha e chifre, por recurso à microscopia de reflexão com alta capacidade de ampliação da imagem (microscópios metalográficos, eletrônicos)" (Souza, 1997:124).

identificados pelos tipos de artefatos através de sua funcionalidade e duração, impressos pela chamada cadeia operatória e seus precípuos gestos técnicos. Com longas paradas em cada camada para o minucioso e preciso registro, assim destaca Leroi-Gourhan (1981:218): "O trabalho de leitura das superfícies, (...), é verdadeiramente o ato de pesquisa do pré-historiador; qualquer outro processo merece quando muito ser considerado como recuperação estratigráfica".

Bem, vou ficando por aqui com estas panorâmicas sobre tais posições teóricas - Histórico-Cultural, Processual e Escola Francesa - e suas tão diversas proposições. Estas três, junto com a Pós-Processual, compõem o conjunto principal de influências teóricas na Arqueologia brasileira.

Apesar de tão salientes diferenças em termos de teoria e de metodologia, já há quem proponha e sugira uma possível conciliação entre elas (Alarcão, 1996). Por outro lado, tal conciliação se mostra bastante difícil, sendo vista mais como uma 'tensão paradigmática' (Silva, 1995). Salientando que esta 'tensão' se manifesta principalmente através de um debate crítico entre processualistas e pós-processualistas, Silva (idem:133) ressalta que "... torna-se cada vez mais explícito que os problemas arqueológicos são bastante complexos e que nem um nem outro *background* teórico consegue dar todas as respostas sobre a trajetória humana no passado". No entanto, tentativas são feitas no sentido de conciliar estas diferentes posições teóricas. Como exemplo, a pesquisa de Duke (1995), onde o autor argumenta sua prática numa combinação de elementos das teorias do histórico-culturalismo, do processualismo e do pós-processualismo, num modelo sintético aplicado em duas séries: a) "reconstruindo eventos do passado" (Duke, idem:213); b)

²³ "Operação que consiste em seguir os movimentos do solo fóssil, respeitando minuciosamente a manutenção do lugar exato que ocupam os vestígios que se encontram no solo (...)" (Leroi-Gourhan et Brézillon,

"construindo explicações arqueológicas" (Duke, idem:215). Os argumentos teóricos foram aplicados na pesquisa arqueológica de um segmento da Pré-história das montanhas do Sudoeste do Colorado/USA.

Prossigo agora numa ousadia. Vou enfocar minha escrita em teorizar sobre teoria.

2.4. O que é teoria? qual teoria, quais teorias?; natureza da autoridade da teoria na pesquisa científica; o que significa teoria para se fazer pesquisa em Arqueologia?

O que pretendo neste tópico? Visando respostas às questões acima, vou tecer alguns comentários e apresentar conceituações gerais sobre 'teoria', 'conceito' e 'teoria arqueológica'. Saliento que apresento os três itens separadamente como mero recurso de redação de um texto que agora vai transitar pela aridez e dureza da escrita acadêmica. Separá-los é uma tentativa de tornar mais facilitada a leitura, pois, evidentemente, compreende um único e imbricado conjunto.

2.4.1 - Sobre 'teoria'

Início esta simples preleção com uma retrospectiva sobre a noção de teoria em várias escolas filosóficas. Para a filosofia clássica, teoria é considerada abstração. O obrar com uma idéia separada de sua realidade concreta. O pensamento, ao trabalhar uma idéia enquanto abstração, na tarefa de teorizar, encaixa-se nas regras da lógica formal enquanto raciocínio. Teoria como oposição a uma prática. Este é o sentido de abstração para a filosofia clássica.

Na filosofia moderna, aparece uma novidade. De agora em diante objeto e experiência vinculam-se no teorizar, numa direta relação de causa e efeito. Teorizar é agora experimentar, elaborar a partir de dados, fenômenos ou fatos. É quando toma importância fundamental a confecção de hipóteses. Teoria como fundamentação das hipóteses já experimentadas e comprovadas.

Teoria nas ciências humanas tem um predominante caráter interpretativo dado a ampla relatividade dos dados. Ultrapassa o âmbito da lógica ou da gnoseologia, enquanto teoria do conhecimento, para ser uma questão de ordem antropológica. "A formulação da teoria nas ciências humanas tem de ser mais aberta, visto que seu objeto de investigação não é o mero dado bruto da natureza ou do raciocínio e é tampouco passível de certa "manipulação". Seu objeto de investigação é ao mesmo tempo seu sujeito. (...) É a natureza humana e social" (Pereira, 1998:60). O autor tece reflexões sobre uma possível oposição entre teoria e prática. Esta vem, principalmente, da filosofia clássica com a abstração desligada de uma abordagem da realidade. De outro lado, dentro desta oposição, a filosofia moderna acentua em demasia a experimentação do objeto concreto. Tal postura leva a uma rejeição da visão ontológica – essencial e global – da realidade.

"... a palavra 'teoria' nos ensina algo sobre a coisa, o conceito: a proximidade da teoria como mero exemplo, como me indagar e contemplar assombrado, distanciado de toda a necessidade e utilidade, de todo o negócio sério" (Gadamer, 1993:24). Para o autor, a teoria, desde sua denominação latina, como *contemplatio*, por sua vez, *speculatio*, passará a adquirir o papel de ciência e investigação, a partir do mundo medieval, agora como *curiositas*. A partir do idealismo hegeliano, com progresso e experiência dominando a cena científica, perde-se o antigo ideal contemplativo da teoria. De agora em diante, teoria deve estar a serviço de algo próspero e útil. Com a

industrialização, a teoria perde seu lugar de investigação livre. Vai estar confinada a fins específicos e a pressões políticas. Com relação à contemporaneidade, pondera Gadamer (idem:38) que "... chegamos a raiz do que deveríamos chamar de teoria: ver o que é. (...) é conseguir na práxis vital de cada um, ver o que é, em lugar do que se deseja que fosse".

O termo teoria tem sua precedência do grego - *theoreo* - significando olhar. Por outro lado, também se deriva de - *theoros* - designação grega para a comitiva de embaixadores enviada pelas cidades a festas religiosas, como os famosos Jogos, com a única finalidade da observação sem participação. Esta atividade observadora sem ação - *theoria* - posteriormente vai tomando um sentido de contemplação passiva, podendo ser entendida como uma observação física e ou mental. "(...) *theoria*. A palavra significa contemplar, (...). Não significa um mero 'ver', constatar o existente ou acumular informações. A *contemplatio* não se demora em um determinado existente, senão em um domínio. *Theoria* não é tanto só o ato momentâneo, como uma atitude, um lugar ou um estado em que se permanece" (Gadamer, idem:39).

Falar sobre teoria é falar de um amplo e polissêmico campo de concepções. Pode ser compreendida como organizadora de um conjunto de conceitos e das relações entre eles estabelecidas. Uma teoria bem formulada e completa prediz e antecipa novas leis, possibilita a inferição de leis conhecidas e explica as leis que a constituem. Tem como propósito fundamental, partindo de determinações ou medições efetuadas por quem investiga, realizar inferições e medições posteriores. Boudon (1986) salienta a questão da polissemia que teoria tem no âmbito das ciências humanas. Segundo ele, tal situação pode advir de alguns fatores: uma não distinção entre teoria e paradigma; a oposição entre teoria e interpretação *post factum*; a oposição entre teoria *a priori* e teoria *ad hoc*. Aponta que

teoria implica proposições dedutivas e que paradigma seriam proposições primárias a serem testadas empiricamente, sem cunho dedutivo.

Para Bunge (1985), a construção de teoria deve aspirar ao cumprimento de algumas qualificações fundamentais: sistematização de conhecimento; explicações; uso de hipóteses; estímulo a novas proposições; contrastabilidade das hipóteses. Apontando algumas características sobre o lugar da teoria no atual conhecimento científico, Bunge (idem:413) diz que:

É uma peculiaridade da ciência contemporânea que a atividade científica mais importante – a mais profunda e mais fecunda – se centre em torno de teorias e não em torno da coleta de dados, das classificações dos mesmos ou de hipóteses soltas. (...) o que caracteriza a ciência moderna é a insistência na teoria – na teoria empiricamente contrastável – e não no interesse primordial pela experiência em estado bruto.

Em qualquer teoria é preciso que seja elucidada a estrutura lógica de sua interpretação. Teorização significa tornar mais precisas as significações das hipóteses, bem como reforçar suas contrastabilidades. Sobre o lugar da teorização nas ciências humanas e sobre um atraso teórico nestas, comenta Bunge (idem:416):

Porém, nesses e em outros departamentos da investigação, a teorização é considerada freqüentemente como um luxo e não se admite como ocupação decente mais do que a coleta de dados, ou seja, a descrição. E isto, até o ponto de que está na moda nessas ciências, opor teoria (como especulação) a investigação científica (entendida como acúmulo de dados). Esta atitude paleocientífica, sustentada por um tipo de filosofia empirista, é em grande parte a causa do atraso das ciências do homem. Esse ponto de vista ignora que os dados não têm sentido e nem podem ser relevantes em nada mais do que num contexto teórico, (....). Não se pode saber se um dado é relevante se não se é capaz de interpretá-lo e a interpretação de dados requer o uso de teorias.

Volto aqui ao que chamei de 'pistas' que estariam propiciando respostas à pergunta fundante do primeiro tópico deste capítulo. Aparece mais uma: o que o autor

chamou de 'atitude paleocientífica' se encaixa no transcorrer teórico da Arqueologia brasileira, assentado num empirismo dos dados supostamente ateóricos.

É possível o estabelecimento de alguns critérios fundamentais que comporiam uma chamada boa teoria. Kuhn (1989) sugere os seguintes: a) exatidão: as deduções de uma teoria consagram a concordância com e demonstram os resultados de experimentos e observações; b) consistência: interna e externa com outras teorias; c) abrangência: o alcance de uma teoria vai além de suas próprias observações, leis, etc.; d) simplicidade: implica a ordenação de fenômenos próprios a ela e a elucidação de confusões; e) fecundidade: visa a revelação de novos fenômenos ou a ampliação do âmbito de fenômenos já conhecidos.

Para Quine (1995), a identificação de uma boa teoria está atravessada por uma tensão que a confirma nesta qualidade. "Uma boa teoria científica está sob a tensão de duas forças opostas: o impulso para a evidência e o impulso para o sistema. (...). Se um destes impulsos não for controlado pelo outro, conduzirá a algo que não merece o nome de teoria científica: num dos casos um simples registro de observações e, no outro, um mito sem fundamento" (Quine, idem: 189).

Volto ao Kuhn (1989). Salienta que todo o cientista se defronta com escolhas: entre teorias rivais, de âmbito individual, entre fatores subjetivos e objetivos, entre critérios coletivos ou individuais. Segue enfatizando alguns pontos sobre o tema da subjetividade/objetividade na escolhas teóricas. Aponta que a Filosofia da Ciência tem negligenciado o papel da subjetividade do cientista na efetivação de suas escolhas teóricas. "(...) as escolhas que os cientistas fazem entre teorias rivais dependem não só de critérios partilhados – o que meus críticos chamam objetivos – mas também dos fatores idiossincráticos, dependentes da biografia e da personalidade individuais"

(Kuhn,idem:394). Para o autor as escolhas não são regras, mas valores que as influenciam. Acentua que os filósofos da ciência têm categoricamente negado que, aspectos que diferenciam o homem do cientista entram decisivamente nas justificativas das escolhas teóricas dos cientistas. Estes aspectos estariam fora do âmbito da filosofia da ciência. No entanto, enfatiza que “(...) pode sempre se exigir aos cientistas que expliquem as respectivas escolhas, para exhibir as bases para os seus juízos” (Kuhn,idem:402).

2.4.2 - Sobre 'conceito'

Por que preciso dedicar alguns parágrafos para comentários sobre concepções de 'conceito'? No panorama histórico da Arqueologia brasileira antes apresentado e relacionado com a produção teórica, ficou bem marcado, desde seus inícios acadêmicos até o presente, que vem permeando uma trajetória de ocultamento, fraqueza e até desinteresse em relação ao âmbito e importância de se explicitar conceitos no fazer arqueológico.

Início estes prolegômenos, buscando um aporte em Hegel (1991:80): "O conceito é o pensamento que se tornou ativo e consegue determinar-se, criar-se e produzir-se; não é, pois, simples forma para um conteúdo, mas forma-se a si mesmo, confere a si próprio um conteúdo e determina para si a forma". Aqui, entendo que Hegel apresenta atributos fundamentais que sustentam um rigor teórico, nos fazeres científicos, quando são explicitados conceitos. Sua importância, bem como as dificuldades que suscitam, correspondem à fundamental articulação que propiciam entre sujeito e objeto de qualquer ciência. Imbricam os aportes teóricos com os empíricos que os sustentam (Mendonça,1985). Conjugam a qualidade de serem comunicados e compartilhados por uma pluralidade de sujeitos, de um lado, e de outro, de serem entendidos peculiarmente pelos

sujeitos dos específicos campos do conhecimento que os produzem. Podem ser expressos através de definições ou por outros diversos caminhos epistemologicamente fundamentados. "Desde o ponto de vista epistemológico, o decisivo é que o conceito tem a virtude de designar um conjunto de indivíduos mediante um único constructo da mente" (Muñoz e Velarde, 2000:129).

É possível estabelecer um lugar para conceitos no fazer científico? Sugerindo uma resposta que estabeleça uma apreciação sobre esta questão, Videira (2000) acentua que os conceitos científicos são originados a partir do que se pergunta aos fenômenos, do que se pergunta à natureza. Da mesma forma, salienta que a ciência precisa justificar suas afirmações e ações através de uma reflexão filosófica sobre seus fundamentos e um clareamento do vocabulário empregado em seus procedimentos. "Os nomes e conceitos são convenções, correspondendo quase sempre a decisões explícitas e arbitrárias tomadas pelos cientistas" (Videira, *idem*:21). Para o autor, a teoria é considerada como uma das mais importantes atividades do cientista e nela, a construção dos conceitos. Por isso encara os conteúdos das teorias não como objetos do mundo mas, como construção de signos expressos em palavras. As teorias como construções lingüísticas, como interpretações e representações da natureza e seus conceitos científicos, como elaborações sógnicas de suporte às interpretações e representações. "(...) é a partir de um problema específico, cuja solução é momentaneamente ignorada que se define um conceito, o qual é, então, compreendido como sendo uma proposta, ou tentativa de resolvê-la" (Videira, *idem*:28).

Althusser (s.d.) aponta para uma necessária diferenciação entre significado usual e conceitual das palavras. É este último que confere o lugar de teórico ao uso das palavras enquanto conceitos. Para o autor, uma conceituação teórica é boa, bem

determinada e referenciada quando não confunde o significado usual do significado conceitual ou teórico das palavras. Salienta que uma pesquisa nunca se apresenta passivamente. É controlada em suas etapas de observação, seleção e de classificação, pelos conceitos teóricos. Faz uma distinção entre conceito teórico e empírico: "Os conceitos teóricos (em sentido estrito) dizem respeito às determinações ou objetos abstratos formais. Os conceitos empíricos dizem respeito às determinações da singularidade dos objetos concretos. Como exemplo, 'modo de produção' é um conceito teórico" (Althusser,s.d.:23).

Trabalhando sobre o que denominou de história dos conceitos, Koselleck (1992) parte de uma necessária distinção que dever ser feita entre palavra – que remete a um sentido e indica conteúdo – e conceito. Esta história seria a indagação sobre quando certos conceitos, ao deixarem de ser palavras, para se tornarem conceitos, passam por um processo de teorização. Este processo é o que distinguiria e mudaria o lugar de palavra em conceito. Interrogaria sobre o limite que separa palavras potencialmente teorizáveis daquelas que permaneceriam apenas reflexivas. Para o autor, a utilização e o emprego de conceitos é uma questão bastante controversa no debate teórico. Sobre isto diz: "Defendo a hipótese de que todo o conceito é sempre concomitante Fato e Indicador. Todo o conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno lingüístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua" (Koselleck,idem:136). Um conceito aponta sempre para uma tensa relação entre o que se quer compreender e o conteúdo a ser compreendido ou buscado num clareamento deste conteúdo. Neste sentido, o autor faz algumas considerações sobre o emprego e importância da utilização explícita de conceitos:

Todo o conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível (Koselleck, 1992:136).

(...) todo o conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos (Koselleck,1992:137).

(...) o conceito indica num primeiro momento a soma de todas as histórias possíveis, seu campo empírico; ao mesmo tempo significa o relato, o pensamento, o falar sobre esta história, enquanto campo empírico (Koselleck, 1992:142).

Parafraseando e citando Bunge (1985), continuo no prosseguir de minha escrita. É onde encontro uma variada gama de considerações sobre o que pode ser entendido por 'conceito'. É a unidade do pensamento científico.

O uso dos conceitos no conhecimento científico tem sua base na criação de uma linguagem científica que representa a construção de signos artificiais e arbitrários que darão conta desta linguagem. A expressão das idéias científicas é atravessada por esta linguagem científica construída e mantida através dos conceitos. Ao se analisar internamente uma linguagem científica dois caminhos podem ser percorridos. Um, pela análise semântica que fará uma averiguação daquilo que relaciona os termos e os conceitos por eles designados. Outro, pela análise sintática que atua na decomposição dos termos usados nos conceitos e as relações que aqueles mantêm entre si. A análise interna de uma linguagem científica implica um trabalho com os conceitos e suas respectivas representações lingüísticas. A linguagem científica representa um uso extraordinário da linguagem ordinária. Este uso vem a ser o emprego de conceitos ditos científicos, por isso extraordinários, que têm seu sentido e lugar no contexto de alguma teoria.

Em todo conceito é possível identificar uma intenção ou conotação, referência ou denotação e extensão que abrange sua aplicabilidade. A intenção representaria a síntese do que o conceito quer dizer. Mesmo bem explicitada e definida, a intenção de um conceito é necessária, porém, não suficiente. Precisa-se entender a extensão que compreende os objetos reais e irreais que correspondem ao domínio de sua aplicabilidade. "Em ciência e em tecnologia, a intenção e a referência dos conceitos se determinam pela

investigação teórica, no entanto, sua extensão ou domínio de validade se determina pela investigação de laboratório ou de campo" (Bunge, idem:85).

Do ponto de vista metodológico, os conceitos são usados para distinguir e agrupar entidades. Um dos usos mais freqüentes é a classificação que simultaneamente discrimina e agrupa os elementos de um conjunto. É o mais simples modo de análise e síntese de um conjunto de entidades. Pode-se dizer que aquilo que foi classificado compreende o universo de um discurso. A divisão é a mais elementar forma de se estabelecer uma classificação, ao distribuir os elementos de um conjunto em um certo número de classes. A ordenação, em ordem de complexidade, segue depois da divisão e estabelece relações que possam existir entre dois ou mais membros de um conjunto. Não são as divisões e nem as ordenações que representam as agrupações científicas mais fecundas e profundas. Estes lugares são ocupados pelas classificações sistemáticas que representam o resultado de "... uma operação pela qual se relacionam conceitos – e suas referências, se as têm – uns com outros, de tal modo que resulte uma conexão ou um sistema de algum tipo. A melhor classificação sistemática é a que consegue a agrupação mais natural, menos arbitrária, menos subjetiva" (Bunge, idem:97).

Além de relacionar, uma classificação sistemática também estabelece uma hierarquia de conceitos, para além de uma catalogação, no sentido de fundamentar um sistema de proposições, não uma teoria. Exemplificando, pode-se dizer que um sistema taxonômico - um sistema de proposições – não é uma teoria, mas, um sistema de conceitos sistematicamente classificados e associados a um conjunto de hipóteses. Aqui se pode perguntar pelo uso dos conceitos de datação absoluta e relativa²⁴ em Arqueologia. Seriam

²⁴ Datação absoluta: "Datação arqueológica obtida por meio de análises físico-químicas ou biológicas, que permite estimativa bastante precisa da idade de um objeto, monumento ou pisco cultural". (...)

empregados como meras classificações simplistas em termos de ordenação e divisão ou proporiam uma classificação sistemática de cronologias e suas hipóteses correlacionadas?

As classificações transitam entre superficialidades ou aprofundamentos, entre antropocentrismo ou objetividades, entre uma cientificidade estéril ou criativa.

Vários são os critérios que podem ser usados para uma classificação de conceitos. Em termos de critérios lógicos serão agrupados em individuais, de classes, relacionais e quantitativos. Isto para um mero âmbito classificatório. Porém, um dado importante é o que diz respeito à formação dos conceitos. Acentuando este aspecto Granger (1994:99) faz um destaque sobre alguns problemas na formação dos conceitos, no sentido de que estes podem se apresentar como decalques ingênuos de uma teoria ou como construções ideológicas:

Em primeiro lugar, a formação dos conceitos cujo sistema constitui a teoria se depara com a tentação do puro e simples decalque das noções ingênuas, imediatas, por meio das quais nós *fixamos* nossa apreensão dos fatos na prática da vida. Em segundo lugar, uma teoria acerca dos fatos humanos está constantemente ameaçada, se não tomarmos cuidado com isso, de se transformar numa ideologia, substituindo os conceitos pelos mitos e as descrições pelas prescrições.

O núcleo de uma teoria está representado pelos conceitos ditos teóricos e, a partir deles, são originados os mais interessantes problemas epistemológicos. "...independente das vicissitudes históricas de um conceito, adotaremos a seguinte definição: um conceito se chamará *teórico* em um momento dado se e somente se nesse momento pertence a alguma teoria" (Bunge, *idem*:111).

Para que um conceito obtenha uma significação precisa é necessário recorrer a sua dilucidação, elucidação. Nesta busca, podem ocorrer três 'doenças' que afetam esta

dilucidação: "Existem três doenças que afetam e, talvez, afetam sempre nosso equipamento conceitual: falta de conceitos, abundância de conceitos pobres e vagueza de todos os conceitos, (...)" (Bunge, idem:120). Dado que todo o conceito tem uma intenção e uma extensão, a vagueza pode ser intencional ou extensional. Ambas se referem a uma indeterminação parcial da intenção ou extensão de um conceito.

Todo um sistema conceitual apresenta uma evolução desde conceitos primitivos a avançados. No conhecimento científico e em função de sua especificidade, os conceitos apresentam três níveis: aqueles tomados do conhecimento comum; os que são refinamentos de conceitos comuns existentes e os conceitos novos. Uma submissão dos conceitos ao empírico que são referência poderá causar a seguinte situação: "O não atender mais que o resultado das operações empíricas, desprezando as idéias que o subjaz, dará uma imagem deformada do conhecimento científico e uma epistemologia vulgar, segundo a qual, a ciência não é mais que o sentido comum refinado" (Bunge, idem:130).

Uma forma de se obter uma maior precisão dos conceitos é a da importação destes fora de seu contexto originário. Para tal, a importação tem que frutificar novos problemas ou assimilação dos conceitos exportados a este novo campo teórico. Sobre a precisão dos conceitos, é bom salientar que esta visa sua melhor compreensão e clareamento em detrimento de sua vagueza ou obscurecência. Precisar conceitos é o melhor meio de progredir no fazer científico e um dos aspectos fundamentais no processo do conhecimento. A precisão tem sido exagerada por uns e desprezada por outros. "A precisão dos conceitos não é para diminuir as discrepâncias entre os homens, senão para aumentar a fecundidade da investigação e da discussão" (Bunge, idem:135).

ou evidência que esteja abaixo de outro, no contexto de um sítio arqueológico intacto, será certamente o mais antigo" (Souza, 1997:43).

Bem, paro por aqui.

Concluo estes prolegômenos com esta afirmação de Bunge (idem:182): "... ainda que desde um ponto de vista lógico os conceitos são as unidades mínimas do pensamento científico, não podem ser estimados se isolados de sistemas inteiros: sua validade se deriva de sua sistematicidade, de sua presença em um sistema que possa submeter-se a contrastação para estabelecer sua adequação aos fatos e sua coerência com sistemas previamente contrastados".

Volto à mesma pergunta: por que precisei dedicar alguns parágrafos para comentários sobre concepções de 'conceito'? É mesmo por ousadia de quem, como eu, pouco conhece sobre as vastidões corruscantes que abrange a Filosofia da Ciência, que teci estas comentadas linhas. A finalidade precípua dos comentários apresentados é fortalecer meu entendimento de que um rigor teórico, a partir de uma fundamental e devida explicitação de conceitos, cambiaria as negativas adjetivações até agora apontadas para a Arqueologia brasileira. Provocaria ativação, determinação e criação positivas na sua produção teórica.

Penso que explicitar e fundamentar claramente conceitos assentará um vigor e amadurecimento para a Arqueologia brasileira, transformando as tais adjetivações em termos de qualidades positivas. Nesta verve, fazendo referência ao que Hegel denominava de 'esforço do conceito', aponta Konder (2002: 243) o seguinte: "... se não reconhecermos a importância decisiva da construção rigorosa do conhecimento científico, estaremos, conscientemente ou não, encalhados na superficialidade".

2.4.3 - Sobre 'teoria arqueológica'

Com este sobrenome, aumenta a polissemia da ampla abrangência do que antes apresentei em relação ao que pode ser entendido como teoria.

Para muitos arqueólogos, o clareamento de aportes teóricos ou a explicitação de posições teóricas é mesmo desnecessário. Concebem Arqueologia como uma técnica. O que é preciso fazer? Uma irrestrita exposição dos métodos empregados em campo e laboratório. Prescindem das devidas e necessárias explicitações teóricas. São então elaborados discursos descritivos com pretensos cunhos interpretativos.

Para outros poucos arqueólogos, suas conclusões, predições e possíveis comprometimentos sócio-políticos estão sustentados, carregados de teoria. Toda a Arqueologia é teórica e interpretativa. Portanto, não existe teoria. Vou por esta verve. Ao menos para a Arqueologia, é uma afirmação besuntada de uma fragrância que traz cheiro de um velho e rançoso determinismo. Não encaro assim. É simples. Como arqueólogos, nossos discursos, em suas finais textualizações, são construções de passados. Sejam estas sobre os mais remotos ou sobre os de ontem, recém acontecidos. Assim, entendo ser impossível fazer Arqueologia sem teoria. Para mim, o que se põe diante desta produção de conhecimento é a escolha por qual teoria ou quais teorias, com suas devidas e inexoráveis explicitações. Daí que se pode dizer que tudo é teoria. Toda a Arqueologia é teórica.

Contido nestas afirmações anteriores, subjaz um velho e polêmico debate sobre esta temática da teoria arqueológica²⁵. Já em 1939, Kluckhohn²⁶ alertava que o

²⁵ É incrivelmente amplo o que já foi publicado sobre teoria arqueológica. Acredito que, para esta tese, não li nem a metade. Mas, a título de básicas indicações, aqui faço estes registros. Fique claro que estes são meras indicações sem a menor pretensão de acaunbarcar a totalidade da imensa bibliografia sobre esta temática: Bate (1998); Binford (1977; 1988; 2001); Bruneau e Balut (1997); Clarke (1984); Hodder (1982; 1994; 1999; 2001); Johnson (2000); Shanks e Tilley (1996); Trigger (1992); Ucko (1995); Willey e Phillips (1962); Willey e Sabloff (1993); Whitley (1999); Yoffee e Sherratt (1997).

desenvolvimento e eficácia da Arqueologia estavam essencialmente ligados ao reconhecimento e responsabilidade dos pesquisadores para com as dimensões teóricas de suas práticas. Sobre isto dizia que: "A alternativa não é entre teoria e não teoria ou um mínimo de teoria, mas entre adequadas ou inadequadas teorias. Ainda mais importante, entre teorias, postulados e proposições os quais eles [pesquisadores] estão conscientes e, por conseqüência, prestam-se a um sistemático criticismo sobre teorias e suas premissas que não tinham sequer sido examinadas por seus formuladores".

Nos tempos de agora, o debate não terminou. Arrefeceu. Não sei se por exaustão, descaso, desinteresse. Uma ação cujos efeitos de poder (Foucault, 1984), oriundos de contextos institucionais e epistemológicos, afetariam as responsabilidades do fazer arqueológico provocadas pelas reflexões e clareamentos oriundos do pensar teoricamente. Pelo sim, pelo não, algo se passa no contemporâneo cenário internacional da Arqueologia, como acentua Criado Boado (2001). Salienta o que chama de uma 'arqueologia reacionária' (Criado Boado, *idem*: 127) que estimula o uso de novos métodos empíricos e tecnológicos, visando mais um aperfeiçoamento de padrões tecnológicos da pesquisa. Constata uma paralisia e domesticação em relação ao que vinha sendo trabalhado e fortalecido como teoria arqueológica, especialmente as propostas oriundas da chamada 'arqueologia crítica'. A tal domesticação pode ser localizada em termos de jogo de poder e suas reproduções no âmbito da academia já que "... a arqueologia teórica cessou de estar na agenda. Tem sido recolocada por uma reação empiricista que enfatiza os dados e é duvidosa em relação a qualquer tipo de grande teoria ou interpretação. Perde de vista que a

²⁶ Kluckhohn, C.-1939- The place of theory in Anthropological studies. In: *Philosophy of Science*, 6: 328-344 *apud* Wylie, A. (1985: 480).

evidência epistemológica e que todo o conhecimento é interpretativo em maior ou menor grau" (Criado Boado, *idem*:127).

Retomo o trajeto de minhas considerações dentro deste tópico. Entre os inícios não precisamente demarcados e o arrefecimento, em relação ao tema da teoria arqueológica, faço alguns cortes sincrônicos.

Inícios dos anos 1960. Nos Estados Unidos, Lewis Binford (1962), publica o famoso texto "Arqueologia como Antropologia". Inícios dos anos 1970. Na Inglaterra, David Clarke (1973), publica "Arqueologia: a perda da inocência". Em ambos textos, veementes questionamentos que apontam para o necessário clareamento sobre o lugar da teoria arqueológica. Miravam as casamatas da então chamada arqueologia tradicional (Zubrow, 1980), onde se incluía a posição teórica histórico-cultural, atacada por ser indutiva, empírica e particularista. Estes dois pioneiros, seus discípulos e seguidores - com todas as dissidências sucedidas - abriram e traçaram os caminhos da posição teórica denominada de "Nova Arqueologia" ou Arqueologia Processual.

Uma década após, inícios dos anos 1980. Ainda na Inglaterra, Ian Hodder (1982), discípulo dissidente de Clarke, começa outra senda. Consagrar-se-á como Arqueologia Pós-Processual. Continuando pelos anos 1980, década dos anos 1990 e até o arrefecimento presentemente constatado, no palco teórico será intercaladamente ou antagonicamente estreado e apresentado o confronto entre estas duas principais posições teóricas.

Vale destacar que, no âmbito de reuniões acadêmicas sobre teoria arqueológica, notabilizaram-se os chamados TAGs (*Theoretical Archaeology Group*). Reunidos anualmente a partir de 1980, por iniciativa de arqueólogos ingleses, tornaram-se modelos seguidos por outros países europeus. Sobre isto, diz Funari et al (1999:3): "Os

primeiros TAGs, (...), devem ser situados no clima do campo acadêmico da Arqueologia britânica daquela época, ou seja, sob a insígnia da ruptura com a Arqueologia "processual" (*New Archaeology*) de matriz norte-americana". Apresentando informações sobre as origens e continuidades dos TAGs, Fleming e Johnson (1990) salientam sua curiosa natureza e organização. São grupos existentes apenas quando da conferência anual. Não têm sócios contribuintes. Caracterizam-se por uma constante rotatividade em instituições acadêmicas inglesas.

Conforme antes apresentado, a ruptura com o processualismo nem sempre foi de trégua e acomodação. Ocasinou acirrados debates teóricos. Salientou diferenças no que diz respeito a concepções e entendimentos da teoria arqueológica (Bintliff, 1991; Thomas e Tilley, 1992).

Bem, existe ou não existe teoria arqueológica? Existe e pode ser concebida como sendo o conjunto de conceitos, princípios, proposições e modelos cuja finalidade é explicitar e interpretar os dados e os fenômenos arqueológicos. É importante salientar que cada posição teórica terá sua particular concepção de teoria arqueológica. Acredito que uma das maiores qualidades da Arqueologia é sua transmultidisciplinaridade, no que diz respeito ao constante perpassar que faz pelos mais variados e excêntricos campos do conhecimento em busca de troca e de resolução para seus intrínsecos problemas. Como consequência, está cada vez mais sucedendo uma variação de interpretações do passado. Propicia sofisticções na manutenção das e nas novas construções no âmbito da teoria arqueológica. Hoje se faz ainda, desde a mais dura arqueologia descritiva dos vestígios materiais amparada em

refinadas arqueometrias,²⁷ até arqueologia das emoções, dos grafites urbanos, das mensagens eletrônicas que flutuam pelo ilusório espaço internético-virtual.

Quais fenômenos, dados, fatos? A Arqueologia, junto com as demais ciências sociais, partilha o objeto comum de dar conta da trama e urdidura que contém a amplitude, a universalidade, as particularidades e as diversidades do mundo humano. Porém, entendo que tem sua peculiaridade e exclusividade empírica de pesquisa focadas na ainda denominada cultura material.

Esmiuço um pouco mais esta afirmação.

Esta especificidade da Arqueologia, embora não sendo exclusiva desta, condicionou tradicionalmente o fazer do arqueólogo. Trata-se de uma pesquisa realizada empiricamente sobre a materialidade concreta da sociedade humana. Os dados obtidos a partir desta singular pesquisa apresentam algumas características que os particularizam no âmbito da Arqueologia. Sobre elas, assim se refere Bate (1998:43): a) necessariamente ao estabelecerem relações sociais, os seres humanos produzem "...efeitos de atividades de transformação material da natureza ..." sejam intencionais ou não; b) ao se relacionarem cotidianamente com e através destes efeitos materiais, os humanos criam "...a singularidade fenomênica de sua cultura..."; c) muito do trabalho do arqueólogo advém da inferição a partir dos efeitos e condições materiais das atividades humanas que constituem os dados arqueológicos já que, geralmente, estes se apresentam "... desvinculados das atividades e relações sociais..." das quais se originam.

É importante salientar que os dados recuperados não se apresentam exatamente tal como poderiam ter sido produzidos. São produtos de uma sociedade em

²⁷ "Arqueometria - conjunto de técnicas físico-químicas empregadas na análise e interpretação dos materiais arqueológicos, principalmente cerâmicos, metálicos e líticos. (...) também conhecida como Arqueologia

movimento. Foram afetados por processos de formação e transformação de ordem social e natural. Além, é claro, dos processos resultantes das operações que realizam os arqueólogos. Portanto, a particular informação empírica com a qual trabalha a Arqueologia está condicionada pelas características acima elencadas. Estas, por sua vez, baseadas em métodos e técnicas adequadas à sua obtenção e registro, diretamente relacionadas a "...sistemas de medições inferenciais que permitem a investigação, assim como dos problemas teóricos que são necessários resolver para poderem ser sistematizados como procedimentos investigativos em nível metodológico:(...)" (Bate,1998:44).

Antes de prosseguir minha escrita, apresento uma conceituação que agrupa os denominados vestígios arqueológicos em sua expressão comumente empregada como sendo cultural material. Acrescento que, também faz parte desta conceituação da produção material humana tudo o que diz respeito ao significativo e ao simbólico:

Por cultura (documento) material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações, pinturas) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica) (Menezes, 1983: 112).

Continuo nas trilhas da teoria arqueológica.

Conforme antes salientei, a discursividade multitransdisciplinar é uma das marcas que permeiam os efeitos da teoria na pesquisa arqueológica. Assim, cada vez mais aportes teóricos vão sendo importados e incorporados aos fazeres de tal pesquisa.

Neste trânsito, a teoria pode seguir caminhos diversos, como aponta Barret (2001:142): “A teoria pode operar em duas vias: facilitando a formulação de idéias sobre certas condições onde estas idéias demandam algum tipo de investigação empírica ou orientando caminhos de observação e interpretação de certas condições”. Tomando a trilha da segunda via, o autor tece considerações sobre o entendimento do registro arqueológico como uma metáfora, no sentido de que, ao se estudar sua materialidade, se estaria apreendendo todo o passado. Esta metáfora é apontada ao se considerar uma série de padrões materiais do registro arqueológico como sendo caracterizados em termos de formas e associações completas na operação do passado.

Barret (2001) faz uma explanação sobre o estudo arqueológico da sociedade humana tornado possível a partir da materialidade de sociedades passadas. Este estudo, segundo o autor, envolve um processo de objetificação. O mundo das coisas, produtos sociais e comportamentais do passado, é mediado e apresentado no presente através das práticas discursivas dos arqueólogos. A partir destas práticas, não é revelado o mundo como tal, mas a construção de um entendimento sobre o passado, alcançada desde uma perspectiva particular do arqueólogo. Acentua Barret (2001) que, até os anos 1980, a teoria arqueológica salientava o estudo da organização social do passado humano somente através do estudo do registro material. Este enfoque, segundo o autor, requer um novo programa teórico, um novo objeto de análise. Conforme demonstra o autor, seria uma proposta teórica de trazer a ‘ação’ humana (*agency*) para objeto de estudo da Arqueologia. Barrett

(idem:156) propõe uma nova abordagem para que esta ação humana (*agency*) se destaque como uma nova categoria conceitual para se pensar teoria em Arqueologia:

Precisamos abandonar o conceito de registro arqueológico. As condições materiais precisam ser concebidas como um elemento de propriedades estruturais de um sistema social. As condições materiais não podem ser tomadas como tendo recursivamente organizado as propriedades estruturais de um sistema social e, ao mesmo tempo, formarem o registro da existência de tal sistema. (...).

A Arqueologia necessita investigar as realidades históricas da ação humana. Uma confrontação com as vidas das pessoas e comunidades antes do que simplesmente investir trabalho nas catalogações dos vestígios materiais na esperança de que, brotando do catálogo, podemos algum dia representar algo que reconheceríamos como o passado.

Faço agora um giro em direção a opostas paragens.

A partir da fala de um velho pioneiro, outras abordagens em torno do que possa significar teoria arqueológica. Binford (2001a:669) vai definindo, sem rodeios, que a "...arqueologia é a ciência do registro arqueológico, (....) e os problemas que buscamos resolver são derivados de um estudo dos vestígios arqueológicos". O autor sugere que os problemas que são colocados sobre a pesquisa arqueológica, advindos do presente em termos políticos, sociais ou culturais, a partir das ciências sociais, seriam estranhos aos próprios do registro arqueológico. Questiona os arqueólogos que propõem problemas à Arqueologia a partir de campos culturais do conhecimento contemporâneo e pergunta onde estaria aí o passado. Pergunta sobre como é possível obter "informação cultural" (Binford, idem:670) sobre o passado a partir do registro arqueológico. Para o autor existem, de um lado, encarando a Arqueologia como uma disciplina humanista, arqueólogos interessados em realizar uma história cultural visando a reconstituição de modos de vida do passado e, de outro, arqueólogos que não se autoproclamam humanistas, porém, ligados às teorias mais variadas – marxistas, estruturalistas, evolucionistas, etc. As ferramentas para a

explicação arqueológica são advindas de convenções cognitivas que o arqueólogo utiliza ao observar o estático registro arqueológico. Produz uma narrativa sobre o passado. Traduz vestígios estáticos em dinâmicas humanas. Binford (2001a) critica os colegas que sempre repetem que todas as observações são dependentes de teoria. Salienta que sua meta foi e permanece ainda hoje, uma busca de explicação mais do que interpretação do registro arqueológico. Por fim, não sem menos rodeios do que sua inicial definição, faz várias considerações sobre o que entende por teoria e o lugar desta na pesquisa arqueológica:

Teoria não é algo produzido para os dados. Teoria é desenvolvida para explicar padrões relacionados entre os dados que são analiticamente gerados entre diferentes domínios observacionais ou conjunto de dados. (...) A teoria é sobre unidades observacionais e seus mecanismos padronizados de interação com outras unidades observacionais. Um arqueólogo constrói teoria sobre padrões derivados de segunda ordem e não sobre as primeiras observações feitas no sítio arqueológico (Binford,2001a:676).

Construir teoria é focar na sinérgica relação identificável através de estudos de reconhecimento de padrões, usando propriedades selecionadas do registro arqueológico. Esta pesquisa indutiva é bastante diferente da imposição de "teoria" emprestada sobre o registro arqueológico (Binford,2001a:677).

Girando mais. Ancorando em outra praia nos caminhos da teoria arqueológica.

Vai ficando difícil um possível consenso sobre o entendimento da categoria 'registro arqueológico' nas elaborações teóricas da Arqueologia. Acima, apresentei as considerações de Barret (2001) sobre este assunto. Agora outras. Boschín (1991) estabelece diferença entre resto arqueológico e registro arqueológico. Um sítio arqueológico está composto de restos e de evidências oriundas de ações humanas culturais. Para a autora, o registro não existe. É o arqueólogo que o cria como objeto de conhecimento. O registro é

criado a partir dos restos, estes, sim, ativos porque estimuladores para criação de categorias, conceitos e relações que o pesquisador ativo vai elaborar como registro. "Os restos arqueológicos são o produto de feitos histórico-sociais passados (...) são testemunhos" (Boschin, idem:82). Entende a autora que testemunho implica o estabelecimento de uma relação entre um sujeito cognoscente e o respectivo objeto do conhecimento. "Em nossos termos, esta [relação] é que transforma restos arqueológicos em registro arqueológico" (Boschin, idem:82). A autora se contrapõe a Binford por este identificar resto com registro e considerá-lo como estático. Esta posição é oriunda da adesão de Binford ao neopositivismo que considera o objeto do conhecimento como passivo e submetido às construções do sujeito. Critica o que chama de reducionismo exclusivo da dedução em oposição à indução. Segundo ela, é muito mais produtiva uma dialética entre ambas em termos de vínculos solidários na pesquisa. Salienta que foi um pretense ensino apolítico de teoria que facilitou a entrada do método hipotético-dedutivo na Universidade de Buenos Aires (UEBA), durante os governos ditatoriais nos finais dos anos 1970 e começos dos anos 1980.

Assim, o que já foi denominado de 'perda da inocência' (Clarke, 1973). Situação que identifica o que possa significar teoria na pesquisa arqueológica. Esta tal perda, já de longa data anunciada, referia-se fundamentalmente ao lugar que teoria, daí em diante, viria ocupar na Arqueologia. Clarke (1973), falando de epistemologia e de metafísica arqueológicas, salienta que é nestes campos que encontram-se as bases para novos desafios que ampliem o restrito campo conceitual e teórico da Arqueologia, advindo exclusivamente de intrínsecas limitações do registro arqueológico. Para o autor, uma renovação do raciocínio arqueológico adquire maior importância e solidez se construído a partir de uma lógica arqueológica inserida numa filosofia e teoria arqueológica. "Temos visto que o crescente interesse para com uma filosofia arqueológica naturalmente nos

conduz a necessárias teorias metafísicas de conceitos arqueológicos, teorias epistemológicas da informação e da classificação arqueológica e teorias do raciocínio arqueológico" (Clarke, *idem*:116).

A partir do panorama apresentado, lá no primeiro tópico deste capítulo, a Arqueologia brasileira ainda está na inocência epistemológica. Por outro lado, o que Clarke destacava como crescente interesse em 1973, com relação ao aprimoramento teórico que adviria da filosofia - pela lógica e pela epistemologia - ainda permanece. Tem destaque contemporâneo no trabalho de Wylie (2002). De acordo com ela, apesar das peremptórias aparências imbricadas na terra - os tais vestígios arqueológicos -, a Arqueologia é um conhecimento profundamente filosófico. Como arqueólogos, estamos sempre nos perguntando sobre como conhecemos e o que conhecemos em relação a qualquer passado. Está inerente nos dados arqueológicos um padecimento fragmentário e efêmero. Tal situação provoca uma ambigüidade epistêmica, pois, se de um lado, as evidências arqueológicas são constructos interpretativos, de outro, estão subvertendo constantemente nossas descobertas e convicções sobre o passado.

Uma das categorias da teoria arqueológica que talvez mais provoque as tais subversão e ambigüidade acima apontadas é 'cultura material'. Aqui sim há polissemia de acordo com a posição teórica do arqueólogo. Cultura material: reflete uma sociedade, dissimula efeitos de poder social, pode ser lida e transformada em texto, são os vestígios materiais do passado, é a agente ativa da vida humana, está significada, simbolizada carregada e imbuída de emoções, de estética, de relações sócio-culturais-crenças, etc.

Dentro destas variadas sendas de sentido para cultura material, mais uma. É de Hodder (1989). Parte da afirmação de que há uma ação concreta da consciência prática²⁸ no âmbito da materialidade, independente do pensamento consciente e abstrato. Para o autor, pensamento e cultura material estabelecem uma relação abstrata. É por causa desta relação que se torna difícil estabelecer os significados completos da cultura material. O que se pode obter são os significados da consciência prática.

Hodder (1989) reporta-se a Binford, que cunhou a expressão 'paleopsicologia', para se referir à impossibilidade da pesquisa arqueológica acessar os significados de sistemas cognitivos do passado. Binford acentua, com esta expressão, a situação do impossível diálogo a ser feito com povos do passado. Já que significados eram convenções históricas e arbitrárias não cabem, como qualquer possibilidade, de serem estudados pela Arqueologia em termos objetivos e comparativos. De acordo com Hodder (1989), através desta posição enfatizou-se a função dos artefatos e se rejeitou pesquisar significados simbólicos da cultura material. Apostando nesta viabilidade, vai defender que existe uma ação simbólica que pode ser encontrada no estudo da cultura material. A rejeição desta possibilidade veio do fato de que arqueólogos evitaram assumir que o âmbito do êmico na cultura material é possível de ser pesquisado. Assumiram que, como a fala está ausente nesta materialidade, isto tem como consequência a impossibilidade de aí se estudar simbolismo na cultura material. "A ênfase foi dada aos significados funcionais e adaptativos os quais eram pensados para determinar ou serem independentes do pensamento e dos significados simbólicos. A arqueologia simbólica foi referida como sendo difícil ou mesmo impossível" (Hodder, idem:255).

²⁸ "Uma consciência prática consiste em todas as coisas que os atores sabem tacitamente sobre o mundo, de "ser com" em contextos da vida social sem serem capazes de dar-lhes uma expressão discursiva direta"

Hodder (1989) aventa a possibilidade de se encontrar significados simbólicos na cultura material do passado. Acentua que estes não estão separados de um contexto social de uso e nem tão pouco são considerados inteiramente arbitrários. Existem várias coincidências entre o mundo material externo com estruturas simbólicas. Neste sentido, diz o autor que características ambientais afetam estruturas simbólicas e são passíveis de serem pesquisadas na cultura material. Apontando implicações em relação a posição que defende, diz: "É necessário desenvolver teorias sobre a organização dos significados da cultura material em relação à consciência prática" (Hodder, idem:262). Estas teorias sustentariam hipóteses sobre relações contextuais que seriam estabelecidas no âmbito da consciência prática. Já que os significados da cultura material não são inteiramente abstratos, pois também se originam da consciência prática, é possível estudá-los inclusive no campo da arqueologia pré-histórica. "Em um sentido, então, a cultura material fornece elementos de um texto através do qual as mudanças evolutivas, sociais e humanas são iniciadas e finalizadas. Esta visão difere daquela onde predições de mudanças evolutivas na cultura material são encaradas como meros produtos" (Hodder, idem:266).

Bem, giros e giros da espiral que vai traçando a via láctea da teoria no fazer arqueológico. Não param aqui e nem aqui se esgotarão. Minha escrita vai delineando alguns e considerando seus aportes diversos.

Na enigmática e esdrúxula interdisciplinaridade²⁹, conformando abraços de tamanduá que alimentam a voracidade da Arqueologia brasileira, uma assídua referência ao uso de 'modelos'. Estes encarados como moldes, esboços ou formas(ô) onde podem ser encaixados os empíricos pesquisados.

(Giddens, 1995:24).

²⁹ Sobre assuntos de inter - trans - multidisciplinaridade na Arqueologia, falarei melhor no capítulo três.

Por que trago este assunto? Entendo que é preciso tecer algumas considerações que esclareçam sobre a abrangência do conceito de modelo no âmbito da pesquisa acadêmica.

Volto a pedir o auxílio de Bunge (1974). Para o autor trabalhar com modelo significa uma trajetória histórica de simplificações para complexificações. Esta trajetória implica um afastamento das informações do real e um adicionamento de elementos hipotéticos visando a constituição do que ele denomina de “objeto-modelo” (Bunge, *idem*:16), - coisas concretas convertidas em imagens conceituais - intencionalmente realista, que será embasado em teoria suscetível de confrontação empírica. É preciso salientar que modelo tem sobrenome, isto é, modelo teórico, epistemológico, tecnológico, etc. Bunge (2002) alerta sobre a devida atenção para não se confundir estas acepções de modelo e nem encará-las como metáforas ou analogias.

modelo teórico: é um sistema hipotético-dedutivo que concerne a um objeto-modelo, que é, por sua vez, uma representação conceitual esquemática de uma coisa ou de uma situação real ou suposta como tal. (Bunge, 1974:16). (...)

O termo “modelo” designa uma variedade de conceitos que é preciso distinguir. Nas ciências teóricas da natureza e do homem parece haver dois sentidos principais: o modelo enquanto representação esquemática de um objeto concreto e o modelo enquanto teoria relativa a esta idealização. O primeiro é um conceito do qual certos traços podem às vezes ser representados graficamente, ao passo que o segundo é um sistema hipotético-dedutivo particular e, portanto, impossível de figurar, salvo como uma árvore dedutiva.

Todo o modelo teórico é parcial e aproximativo. Não apreende senão uma parcela das particularidades do objeto representado. Eis porque malogrará cedo ou tarde. Mas na ciência, mesmo a morte é fecunda: o malogro de um modelo teórico levará à construção, quer de novos objetos-modelo, quer de novas teorias gerais – pois cada modelo é constituído de um esquema genérico no qual se enxertou um objeto-modelo (Bunge, 1974:422).

As teorias não são modelos. Incluem os modelos. Um modelo é uma representação idealizada de uma classe de objetos reais (Bunge, 1985:420).

Volto à Arqueologia brasileira.

Em 1988, Walter Neves já tecia algumas considerações sobre o tema do uso de modelos na pesquisa. Segundo o autor, faz-se necessário para a Arqueologia brasileira passar de modelos indutivos que responsabilizam os resultados da pesquisa no objeto, para modelos dedutivos cuja responsabilidade fica com os pesquisadores e suas devidas competências. Acentua que: "Um modelo epistemológico dedutivo prescreve, necessariamente, a construção de hipóteses e a adoção de teorias explícitas" (Neves, 1988:201). A cientificidade da pesquisa na Arqueologia brasileira, segundo o autor, precisa adotar uma 'metafísica', uma 'epistemologia' e uma 'lógica' peculiar à disciplina. Esta cientificidade acontecerá com o abandono do indutivismo e com a adoção do dedutivismo que concerne uma pesquisa com hipóteses explicitamente formuladas, sujeitas as mais variadas testagens a partir de procedimentos rigidamente elaborados. "A primeira transformação, portanto, que urge ser feita na arqueologia brasileira, é a de substituir velhos paradigmas da arqueologia tradicional, assim como a narrativa literária da "história cultural", por uma teoria da recuperação, por uma "teoria da informação" e por uma "teoria da interpretação" que, integradamente, conduzam à construção de modelos sociais e adaptativos "poperianamente testáveis"(Neves, idem:203).

Bem, apelos não se originaram, por exemplo, somente de Clarke (1973), que marcou a 'perda da inocência', e de Wylie (2002), acentuando a importante contribuição da Filosofia para a Arqueologia. Também de um arqueólogo brasileiro vem um aviso com o intuito de encaminhar uma maior qualificação para a Arqueologia brasileira destacando a urgente necessidade de explicitação das hipóteses e teorias adotadas.

Pode já parecer cansativo ou mesmo repetitivo, por onde ando agora nesta minha escrita! O movimento de destaque que tenho feito sobre a importância do que pode advir da Filosofia para o fazer arqueológico (Holtorf and Karlsson, 2000). Afinal, para a nossa tão adjetivada arqueologia, o que terá provocado uma falta de empenho em se buscar maiores aportes teóricos com vistas à superação dos limites que antes relatei? Falta de recursos para compra e acesso de material bibliográfico? Por que predominaram apenas as tão citadas duas escolas - americana e francesa - no transcorrer de parte da Arqueologia brasileira? Ainda não tenho respostas a estas questões. Suponho que não se possa apontar apenas os sujeitos - os arqueólogos - como responsáveis por tais situações. Estavam imersos em contextos históricos, institucionais e epistemológicos que envolviam as condições de possibilidade de se pensar e aplicar teorias. Algo peculiar ocorreu com a Arqueologia brasileira no sentido de não buscar, ao menos em direção à Filosofia, sustentação teórica. Afinal, de onde vieram as várias unidades de análise da pesquisa arqueológica que tanto marcaram e marcam o fazer arqueológico por aqui, tais como tipo, artefato, tradição, cultura, etc?

A partir dos anos 1960, instigantes questionamentos permearão o cenário filosófico sobre qual seria o lugar que ocupariam conceitos, categorias, postulados, etc. em termos ontológicos e epistemológicos. Na tentativa de solucionar tais questões muito foi buscado, pela Arqueologia, principalmente no âmbito da Filosofia da Ciência. Neste sentido, Wylie (1985) faz considerações sobre os limites e possibilidades do que é proposto a partir da Filosofia da Ciência visando fundamentar questões teóricas na pesquisa em geral. Segundo a autora, uma das maiores querelas atuais na Arqueologia norte-americana é

o interesse dos arqueólogos para com fundamentações filosóficas de suas pesquisas³⁰. Esta busca é em termos da melhor definição possível, a partir de estudos filosóficos, em termos de escolha teórica para com definições metodológicas, o lugar do sujeito da investigação e suposições epistemológicas que dêem conta da natureza e limites do potencial conhecimento de tal sujeito. No entanto, nem tudo é mar de rosas, conforme salienta Wylie (1985:480):

A natureza e o papel do discurso filosófico em Arqueologia tem, desde então, mudado significativamente. Era esperado que providenciasse não somente análises críticas, mas também construísse alternativas para suposições subjacentes às práticas tradicionais. Era nesta conexão que se apelaria para a filosofia da ciência com vistas em modelos gerais da prática científica propriamente. Este movimento, no entanto, tem provocado veemente ceticismo e discórdia, muito mais do que as questões originalmente postas, por seu valor e relevância para a Arqueologia (...). Não somente isto falhou para ajudar na solução de problemas de importância prática e empírica como desviou a atenção destes problemas.

Para Wylie (1985) este amplo descontentamento e descaso dos arqueólogos para com a filosofia teriam três causas fundamentais: primeiro, as teorias filosóficas foram inaplicáveis aos problemas arqueológicos e tampouco ajudaram a transpô-los; segundo, os modelos filosóficos importados não se coadunaram com os anseios da "Nova Arqueologia"; terceiro, a importação dos modelos filosóficos aconteceu de maneira improdutiva em relação aos problemas arqueológicos. Salienta, porém, que atualmente uma nova necessidade de filosofia volta a provocar os problemas advindos do crescimento e sofisticação da pesquisa arqueológica.

... na medida que às objeções as recentes discussões filosóficas em Arqueologia incluem algum legítimo criticismo e não tomam a forma de uma polêmica reacionária, elas tomam a forma de construtivas

³⁰ Sobre possíveis relações entre o Filosofia e Ciência, algumas considerações são encontradas em Gadamer (1983).

compreensões sobre as armadilhas que devam ser evitadas se o discurso filosófico é para ser produtivo. Isto torna claro que os interesses arqueológicos e filosóficos diferem bastante e que as respostas a questões filosóficas sobre ciência não são diretamente transferíveis para contextos arqueológicos ainda que as mesmas questões apontam para o mesmo debate. O fato de que tal disjunção existe não estabelece, contudo, que resultados filosóficos são *categoricamente* irrelevantes para a Arqueologia (Wylie, 1985:488).

A autora reforça a importância de se buscar aportes filosóficos que visem elucidar questões internas aos problemas arqueológicos, surgidas da prática, independente dos resultados de tais aportes no trabalho dos filósofos.

No prosseguimento, vou apresentar considerações onde destaco alguns dos efeitos institucionais ou epistemológicos que cercam os fazeres teóricos na Arqueologia.

Minha intenção em acentuar e citar acima as idéias de Wylie é no sentido de apontar para a fundamental importância, dentro da transdisciplinaridade da Arqueologia, de se buscar e fundamentar aportes teóricos na Filosofia. No meu entendimento, mesmo com todos os problemas e questões que este trânsito teórico pela Filosofia possa provocar na Arqueologia. Ruim com ele, pior sem ele.

Volto à Arqueologia brasileira.

Pelo que já venho apresentando, esta vem andando por um caminho de ateorismo, descritivismo, empirismo, isolamento e não explicitação conceitual. Identificam efeitos institucionais e epistemológicos assentados na trajetória teórica até a contemporaneidade do fazer arqueológico brasileiro. Faltou empenho dos arqueólogos em estudar e pensar nas apostas de outros caminhos que não fossem puramente empíricos e descritivistas? Afinal, as tão acentuadas duas escolas - americana e francesa - não foram 'escolas' e, portanto, instituições e seus respectivos efeitos de poder em contextos sócio-

políticos? Ou foram dois casais que para aqui vieram ensinar indefesos arqueólogos teoricamente tábulas rasas?

Como não foi ainda efetuado um estudo contextual - sócio-político-cultural-ideológico - das instituições e da formação epistemológica da Arqueologia brasileira, apresento alguns exemplos deste tema oriundos de outras arqueologias.

"Se algo caracteriza a arqueologia argentina nas últimas quatro ou cinco décadas, tem sido a ausência de desenvolvimentos teóricos. O desinteresse e, as vezes, até desprezo pela teoria foram concomitantes com uma atitude frente ao trabalho arqueológico empírico e indutivista, em seus sentidos mais latos e tradicionais. (...). Esta foi uma das conseqüências negativas da escola histórico-cultural em nosso país" (Boschin e Llamazares, 1984:101). É importante salientar que a escola histórico-cultural aqui referida é a de origem européia. A atitude diz respeito a uma posição da Arqueologia argentina no sentido de favorecer e estimular o empirismo e o indutivismo como preponderantes nas pesquisas. Segundo as autoras, esta atitude em relação ao indutivismo é uma evitação explícita a pressupostos teórico-metodológicos marcada por redimensionamentos em relação aos trabalhos de campo, enfoques empíricos e tipológicos. Tinha por fim encobrir uma adesão implícita ao histórico-culturalismo.

Apresentam um panorama geral sobre a situação contemporânea da arqueologia Argentina. Segundo as autoras, é destacado que foi esta implícita influência da escola histórico-culturalista que exerceu um certo totalitarismo científico a partir dos seus pressupostos teóricos, implicitamente aplicados na Arqueologia argentina. Favoreceu uma situação que cerceou um pluralismo ideológico e a liberdade de investigação na academia.

Da Argentina para o hemisfério norte!

"... a teoria arqueológica na Inglaterra envolve dois distintos temas: o caráter de como questões teóricas vem sendo debatidas e a natureza do contexto institucional dentro do qual o conhecimento arqueológico é produzido" (Thomas, 1995:344). Na história recente da teoria na arqueologia inglesa destaca-se uma descontinuidade em termos de discussão de problemas específicos. Por outro lado, permanece ainda a influência de Clarke como uma continuidade de um processo por ele iniciado.

No cenário acadêmico inglês, em termos de teoria, Thomas (1995:344) fala de fronteiras que delimitam o que ele chama de "querência-arqueológica". Ao serem contemplados sujeitos fora desta querência, anda-se por fronteiras que se extraviam por "querência-História" ou "querência-Teoria Literária" (Thomas, 1995:344). O autor enfatiza que não há trabalho arqueológico sem teorias e que estas são constantemente renovadas e transformadas em relação aos diferentes contextos das pesquisas. Destaca que a Arqueologia como prática social e busca de idéias a partir das ciências humanas tem sido, mais do que a ampliação de temas de metodologia, a tônica das pesquisas nos anos 1970.

No entanto, salienta que é o empiricismo que preponderantemente domina a arqueologia acadêmica inglesa. Empiricismo no sentido de que arqueólogo é aquele que escava. Um especialista em técnicas para extração e tratamento laboratorial de dados. Nesta arqueologia é a escavação que ocupa o lugar de excelência e de exercício de poder acadêmico. Além desta, as demais técnicas arqueológicas são entendidas como alegorias da escavação e, neste contexto, teoria passa a ser encarada como mais uma destas técnicas exercida por um especialista. Neste sentido, diz o autor, que a concepção de teoria na arqueologia inglesa é completamente errônea. Encara teoria como um trabalho de um 'especialista teórico' (Thomas, 1995:351) que, a partir desta especialidade, faz algo com os dados.

Conclui Thomas (1995) que interpretar o passado não é mero assunto de identificação de como ele foi produzido. Trata-se de considerar seus efeitos nas interpretações sobre ele feitas e sobre os usos que retornam contemporaneamente sobre este passado.

Como foi escrito, o passado é produzido pelo trabalho contemporâneo do arqueólogo (Thomas, 1995:354). (...)

... o caso do passado escrito como um Outro é um passado que pode agir para desestabilizar e deslegitimar o presente através desta alteridade. (...) Enquanto que o passado é escrito sob o signo do Mesmo desvia gradualmente do perigo de convencer-nos de que as coisas eram "justo como sempre foram" (seres humanos hoje tendo os mesmos desejos, necessidades e hábitos como na Pré-história). Esta narrativa toma o cuidado de nos dizer algo sobre o potencial perigo do passado escrito como Outro (Thomas, 1995:355). (...)

Na Arqueologia, presentemente, aparece uma escolha completa entre modos de textualidade. Por muitas décadas, a disciplina tem desenvolvido e sancionado meios de escrita sobre o passado empregando uma complexa série de códigos disciplinares: o arqueólogo está sempre ausente do texto; a evidência é apresentada de uma tal maneira para que seja assumida como objetiva e universal em suas aplicações; áreas particulares do conhecimento são localizadas nas mãos de especialistas que são respeitadas autoridades em sua própria esfera, mas que são encorajados a absterem-se de fazer comunicações gerais; para com as observações empíricas são concedidas prioridades sobre as hipóteses teóricas (...). (...) é preciso estar atento para escrever em dois diferentes tropos: a normalização e objetificação da Arqueologia do Mesmo ou a fragmentação e ruptura da Arqueologia do Outro (Thomas, 1995:358).

Fazendo um contraponto entre Inglaterra e França no que diz respeito à teoria arqueológica, Scarre (1999) acentua que, na França, esta não tem sido parte importante do cenário arqueológico. Motivos para tal não faltam. No entanto, o autor destaca que o principal contraste neste contraponto é que os arqueólogos franceses não teriam se envolvido com a "Nova Arqueologia" seja de origem britânica ou norte-

americana. Aponta que teoria, na Arqueologia francesa, poderia ser identificada nas análises estruturalistas de arte rupestre, feitas por Leroi-Gourhan a partir dos anos 1960. Contemplando a pesquisa arqueológica no âmbito da pré-história francesa, destacam-se duas características: o uso de técnicas quantitativas e estatísticas, de um lado, e de outro, o emprego da analogia etnográfica. Para Scarre (1999), é ainda uma questão aberta se esta última teria alguma derivação daquilo que foi também proposto pela "Nova Arqueologia" anglo-americana.

Com relação às técnicas acima citadas, na Arqueologia francesa, foram utilizadas independentemente das propostas advindas da "Nova Arqueologia". Neste contraponto, Scarre (1999) aponta uma curiosa e peculiar situação. Enquanto que nas obras de Hodder, Shanks, Tilley, por exemplo, acentuam-se as presenças teóricas de vários filósofos franceses, estes praticamente não são citados e nem referenciados nos discursos produzidos pela Arqueologia francesa.

Voltando para o sul. Abaixo do Rio Grande. Outros efeitos institucionais e epistemológicos da teoria na Arqueologia.

Pesquisando em vários países da América Latina, arqueólogos³¹ atuaram dentro de uma proposta mais conhecida como Arqueologia Social Latino-americana (Benavides, 2001). Várias questões sociais, culturais e políticas se contrapuseram diante do transcorrer da atuação desta arqueologia: a ideologia da mestiçagem, identidades nacionais, autenticidades étnicas e culturais, movimentos políticos de libertação, engajamento e envolvimento com o Estado. Tais questões continuamente provocaram e redimensionaram as propostas advindas da Arqueologia Social Latino-americana (Vargas e Sanoja, 1999).

³¹ Na fala de um deles e um dos seus principais fundadores, assim a denomina de "Arqueologia Marxista Latino-americana" (Luis Felipe Bate, comunicação pessoal, na sua casa, Cidade do México, em 2002).

Uma peculiar situação vem ocorrendo no México. É o que Gándara (1992) denomina de 'arqueologia oficial mexicana'. Assenta-se num remoto passado de grandes civilizações - asteca, maia, entre tantas outras - e num passado mais recente, uma centralizada revolução social. Ancora-se num Estado profundamente interessado na manutenção e legitimação do poder político e do orgulho nacional.

Comentando etapas do percorrer da Arqueologia colombiana, Gnecco (2001) ressalta que esta vem se apossando de um discurso regulador em relação à produção discursiva do passado. É uma arqueologia cujo projeto científico passa por uma supressão da diversidade, que se contrapõe, inclusive, aos próprios discursos dos arqueólogos imbuídos de autoridade científica.

Para Gnecco (2001) isto representa uma intrusão na Arqueologia de uma postura da ciência enquanto produtora de um amplo discurso regulador. Isto é, regula e dirige o que deve ser legítimo ou não na emissão do discurso histórico e do discurso das pesquisas arqueológicas. "A Arqueologia institucionalizada passou a controlar a produção e reprodução de parte do discurso histórico sobre a identidade, baseada nos objetos" (Gnecco, idem:3). Concretizou uma hegemonia do discurso arqueológico que vai agir no sentido de estigmatizar e excluir discursos distintos dos propósitos institucionais hegemônicos.

Segundo Gnecco (2001), tal situação baseia-se em mecanismos de exclusão que, apesar de distintos, se complementam: a) um fulcral aparte entre o que seja tradição escrita e tradição oral. Representa isto, a manutenção de uma prática de regulação discursiva herdada de anteriores formas coloniais; b) distinção entre o que seja texto científico do texto não-científico.

Esta hegemonia, porém, está em crise. Gnecco (idem: 4) aponta os principais cenários desta crise: "...as exigências performativas da ordem contemporânea do capital, os enfrentamentos disciplinares (basicamente epistemológicos e ontológicos) e a insubordinação histórica". Sobre esta última cena, o autor destaca que esta insubordinação vem provocando um deslocamento do locus hegemônico e institucional na produção do discurso arqueológico regulador. O que era privilégio deste discurso é agora abalado por produções discursivas oriundas de minorias étnicas, de currículos escolares, de lugares multiétnicos e de decisões políticas governamentais.

Vou encerrando este tópico sobre teoria arqueológica. Assim, finalizo com alguns aportes sobre um tema que não temos mais como esconder com peneiras. Tratam sobre um dos efeitos da teoria no fazer arqueológico presentificado nos comprometimentos políticos da Arqueologia. Isto é, quaisquer que sejam os sentidos das práticas discursivas da Arqueologia, estarão imbricadas, explicitamente ou não, em propostas ou cenários políticos (Funari: 1995b, 1996, 2002; McGuire e Navarrete, 1999; Wylie, 1994).

Enfim, é hoje um truísmo acentuar que a Arqueologia atua inerentemente envolvida em desafios e compromissos políticos. Afinal, já se foi para o brejo - que lá permaneça - a tão sonhada neutralidade científica. Por mais desconforto que ainda provoque, a investigação e construção de passados, desde o presente, como ações da pesquisa arqueológica são inegavelmente políticas.

E quanto ao futuro? Respondendo, Wood (2002) afirmativamente acentua o caráter político da produção do conhecimento arqueológico. Apresentando e discorrendo sobre as pesquisas efetuadas pela autora e sua equipe em um projeto denominado *Colorado Coal Field War Archaeology Project*, Wood (idem:191) acentua o que entende por um engajamento político da pesquisa arqueológica: "Não há uma visão ou argumento que

poderia ser certo ou errado. Para mim, uma engajada e transformadora arqueologia emerge desde um entendimento crítico e histórico do mundo. Desde nossa participação na construção de relações democráticas dentro de nossas salas de aula, dos sítios-escola e de nossos lugares de trabalho, ainda que nosso ativo engajamento em grupos de ações sócio-políticas esteja fora da academia".

Para encerrar, como ajuda num possível desvencilhar deste novelo que emaranha as condições e os sentidos da teoria no fazer arqueológico, busco aportes em Certeau (1988). Para o autor, seja para a História ou para outras disciplinas do conhecimento, uma prática sem teoria é caminho de dogmatismo e intemporalidade. A validade de uma teoria articulada com uma prática se concretiza numa abertura social e na ordenação do que é precípua de cada disciplina.

...a operação histórica se refere à combinação de um *lugar social* e de *práticas científicas*. (...) Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. (...) Encontra-se, portanto, submetida a opressões, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os *dossiers* e as indagações relativas aos documentos (Certeau, 1988:18).

2.5. Arqueologia não existe sem teoria: justificativas; o jogo do implícito/explicito: por que ocultar a teoria na pesquisa?; a axiomatização das teorias: importância e necessidade na pesquisa

É ainda preciso que escreva no sentido de destacar a importância e necessidade de teoria na pesquisa arqueológica? Buscar justificativas para a afirmação de que Arqueologia não existe sem teoria? Ao menos no que diz respeito à Arqueologia brasileira, sim. Por outro lado e com a insistência a partir destas questões, posso estar passando, com meu texto, uma boa dose de cansaço e repetitividade nos argumentos.

Derrapei em tautologias, em retórica? Corro o risco de assim ser apontado. No entanto, entendo que tautologia é ainda estarmos deitados em possíveis arqueologias empiricistas e descritivistas temerosas de explanação e explicitação teórica. Mais ainda, relutantes em uso declarado de aportes teóricos.

Faltam teorias ou são inaplicáveis à Arqueologia? Esta é uma pergunta absurdamente anacrônica no cenário contemporâneo das pesquisas. Mas, por baixo dela está iniscuída uma situação de relutância e resistência às teorias na Arqueologia brasileira, conforme já explanei anteriormente. Aliás, nestas explanações, posso também ter escorregado num declarado enxerimento mais formal do que teórico. Enxerimento, pode ser atitude ou de um atrevido ou de um intrometido ou ambas em uma única ação.

O que pretendi ao discorrer sobre teoria e conceito pode ser um enxerimento de um atrevido que se intrometeu em campos da Filosofia da Ciência com o fito de ser repetitivo, sim. Por que assim posso transparecer neste meu texto? Como ainda vem se apresentando o cenário atual da Arqueologia brasileira? Um somatório que articula, de um lado, uma pequena parcela de uma nova geração de arqueólogos já preocupados e substancialmente envolvendo suas pesquisas com explícitos aportes teóricos e, de outro lado, dentro desta mesma geração, outros novos arqueólogos que não se vexam em ser repetitivos em suas pesquisas tautologicamente assentadas nas descrições duras a partir dos dados, temerosos de explicitarem suas ocultas teorias.

Nesta verve já Castro Faria (1989) alertou sobre o rumo de um possível clareamento da identidade da Arqueologia brasileira. Esta indefinição de identidade se manifesta por uma curiosa sobreimposição dos métodos em relação às teorias. Os métodos e as técnicas como condições de saber sobrepostos às teorias. "Não se reúne e, muito menos se antepõe, *método* a *teoria*, isto é um contra-senso. Os métodos *servem*, são desenvolvidos

para que se possa alcançar um determinado fim, que é proposto com anterioridade. São as teorias que indicam os fins, e criam métodos que permitam alcançá-los, ou que ao menos, permitam aproximações reveladoras" (Castro Faria, *idem*:39).

Assim, continuo minha escrita buscando alguns aportes que apontem para a necessidade de se construir elementos que sustentem teorizações (Bate,2000; Bell,1994; Lopez Aguilar,1990; Wylie,2000) e que justifiquem a existência da Arqueologia com teoria. Neste sentido acentua Hodder (1987:11) que "...a Arqueologia é, entre todas as humanidades, a mais dependente e necessitada de teoria". Seja por dependência ou por necessidade, é fácil encontrar justificativas para as anteriores afirmações. Johnson (2000) apresenta quatro razões porque considera relevante a teoria para a prática arqueológica. Por representarem uma perfeita síntese em relação ao que penso e concordo sobre esta relevância é que as cito quase integralmente:

1. Necessitamos justificar o que fazemos. (...) O que não muda é o fato de que cada "justificativa" é uma proposta teórica que necessita justificação em argumentação e debate para que seja aceita ou rejeitada.
2. Necessitamos avaliar uma interpretação do passado diante de outra e decidir qual a mais competente. (...) É impossível decidir qual é a mais competente interpretação arqueológica na base do "senso comum" apenas. (...) usamos critérios teóricos para decidir quais fatos são importantes ou quais não são (...) (Johnson,2000:4).
3. Precisamos ser explícitos no que fazemos como arqueólogos. (...) precisamos ser tão abertos quanto possível em nossas razões, propostas e preconceitos, mais do que tentar escondê-los ou fingir que eles não existem (Johnson,2000:5).
4. Não "necessitamos" de teoria. Usamos teoria, quer queiramos ou não. Qualquer arqueólogo que nos diga que seu trabalho é ateuórico, que 'não esteja interessado em teoria' ou que esteja fazendo a 'real arqueologia' oposta a estes 'teóricos tendenciosos', não está dizendo toda a verdade (Johnson,2000:6).

Para o autor esta posição de ignorância em relação à teoria é um eximir da responsabilidade do arqueólogo para com seus inexoráveis princípios teóricos. "O que nos faz arqueólogos (...) é o conjunto de regras que usamos para traduzir os fatos em narrativas do passado, (...). E estas regras, se elas estão implícitas ou explícitas, são teóricas em sua natureza. Fatos são importantes, mas sem teoria eles permanecem silenciosamente proferidos" (Johnson,2000:6).

Yoffee e Sherratt (1997) apostam em relação a justificativas para a existência de teoria na Arqueologia. Numa posição assumida pelos arqueólogos, no sentido de superação das polêmicas, visam uma conjugação de idéias que levem ao entendimento do que sejam teorias apropriadas para a pesquisa arqueológica.

Não devemos procurar reduzir o passado a uma aplicação mecânica de um positivismo ingênuo disfarçado de procedimento científico, no qual a metodologia é confundida com teoria. Igualmente, não devemos acreditar que critérios de testagem e falsificação devam ser abandonados em favor de especulações sobre intenções não registradas de atores, entendidas no âmbito do passado, onde qualquer opinião vale, advinda de qualquer lugar (Yoffee e Sherratt,1997:2).

Estas são justificativas generalizantes.

E para a Arqueologia brasileira? Funari (1995b), entre outros estudos, e Kern (1991) destacam que uma abordagem explícita e consciente para com teorias torna a Arqueologia uma disciplina com maior rigor científico e com mais autonomia diante da História e da Antropologia. Além disso, a utilização explícita de conceitos e de paradigmas aponta para o uso heurístico de teorias. Kern (1991) afirma que compreensão e interpretação devem ser os principais objetivos de uma Arqueologia teoricamente orientada. Com relação ao Brasil diz que:

A produção intelectual dos arqueólogos no Brasil tem sido muito influenciada pelas concepções positivistas, desde os inícios das primeiras

intervenções arqueológicas, em meados deste século. (...) os textos dos arqueólogos muitas vezes não têm ultrapassado o estágio de simples listagens de objetos encontrados, num esforço descritivo e exaustivo, mas sem maiores perspectivas conceituais ou interpretativas. (...)

Percebem-se muitas vezes reações conscientes ou inconscientes ao uso de teorias por parte dos pesquisadores em Arqueologia. Muitos não conseguem compreender a polissemia do termo “teoria” e desistem de ultrapassar este primeiro obstáculo, por não darem conta de que este é um problema lingüístico. (...) Outros investigadores ainda fazem objeções mais formais e candentes. Ora se afirma que o uso de teorias nos afasta das fontes documentais e limita o seu uso, privilegiando a teoria em detrimento das evidências empíricas. (...) Ora se duvida que haja muita correlação entre o que se apresenta como teoria (fantasia, sonho) e as evidências materiais (únicas certezas). (...) Chega-se mesmo a afirmar que os argumentos teóricos utilizam conceitos atuais que apenas servem para aprisionar em uma camisa de força as realidades concretas do passado. (...) Muitas destas posições são comuns na Arqueologia brasileira. Mas, ao contrário dos arqueólogos europeus, elas não se devem tanto a uma posição teórica face aos dados. Elas terminam levando, um pouco por ingenuidade, um pouco por ignorância, a um empirismo muito grande (Kern,1991:6).

O autor salienta o que posso chamar de autoridade/justificativa da teoria na pesquisa arqueológica apontando, desta maneira, para várias situações heurísticas: explicação e interpretação do passado; fornece novas interpretações sobre evidências já conhecidas ampliando o contexto teórico anteriormente acumulado; provoca ineditismo ou questionamentos novos como situações instigadoras para novas descobertas a serem teoricamente testadas. Para Kern (1991) é o uso crítico de uma arqueologia teoricamente orientada que levará a um repensar epistemológico, uma explícita apresentação de sínteses e a uma melhor definição dos objetivos e fundamentos da pesquisa arqueológica.

Aqui, a partir do que expõe Kern (1991) mais duas novas adjetivações: ingenuidade e ignorância. Será que é possível ficar tantos anos constatando o isolamento e

distanciamento teórico da Arqueologia brasileira no âmbito do que qualificam estas tantas adjetivações desqualificadoras? Então, no meio desta trama, fui acometido de uma especial premonição que redundava neste aparentemente repetitivo e tautológico texto que vem martelando no mesmo, sobre os efeitos da teoria na Arqueologia brasileira?

Não estou certo de desvendar e responder a estas questões nesta tese. Penso que a elucidação daquilo que subjaz a estas adjetivações está mais para efeitos de poder institucionais - poder enquanto produção de saber (Foucault, 1984) - do que efeitos oriundos de arqueólogos inconscientes e tabulas rasas diante do que vem há mais de, pelo menos vinte anos, transcorrendo nos fazeres teóricos pela Arqueologia mundial. Principalmente, aqueles oriundos das arqueologias anglo-saxônicas. As melhores respostas advirão dos trabalhos que vem realizando meu colega e doutorando Lucio Meneses Ferreira com o intuito de esclarecer efeitos de poder institucionais, geopolíticos e ideológicos que imbricam a história da Arqueologia brasileira.

Para finalizar este tópico e sugerindo um caminho de qualificação e extrapolação deste jogo do implícito/explicito nas teorizações, vou tecer algumas considerações sobre axiomatização de teoria.

Minha anterior ênfase em tratar sobre 'conceito', diz respeito a este jogo de ocultar teorias. Isto é, no não explicitar os conceitos básicos é que encontro a fragilidade teórica fundamental no tal ocultamento. Assim, axiomatizar teorias significa clarear, delimitar e organizar o conjunto dos conceitos teóricos que compõem qualquer teoria. Fundamentalmente, traz uma contribuição no sentido de elucidar e de assumir compromissos teóricos no fazer das pesquisas.

Para Bunge (2002) a axiomatização é um trabalho de organizar, com rigor e sistematicidade, os conteúdos conceituais de qualquer campo de investigação do

conhecimento. "... a axiomatização não traz rigidez. Ao contrário, ao apresentar as assunções de modo explícito e ordenado, a axiomática facilita a correção e o aprofundamento" (Bunge, *idem*:43). Para o autor, uma teoria científica é mais bem apresentada sob axiomatização. Isto implica uma explicitação de todos os seus princípios, uma clara distinção dos conceitos básicos e das hipóteses daqueles derivadas. É a ordenação das idéias básicas, dos conceitos principais e das afirmações principais de uma teoria. Cada teoria possui um corpo de pressuposições genéricas. Algumas de ordem filosófica, outras formais e outras metafísicas. Portanto, axiomatizar uma teoria implica um trabalho de: "Apanhar os conceitos básicos ou indefinidos de uma teoria e prosseguir colando-os uns aos outros (...) nas proposições básicas da teoria" (Bunge, 1974:59).

Encerro aqui mais este tópico.

2.6. Considerações parciais

Bem, finalizo este capítulo tecendo considerações que parcialmente agrupam algumas conclusões.

Compartilho com todos os pesquisadores que entendem o trabalho arqueológico como produtor de informação contextual a partir de suas variadas discursividades (Funari, Jones and Hall 1999a). Nesta produção não tem mais sentido ainda, em relação ao que já vem sendo produzido no Brasil (Funari, 2002a; Benoit e Funari, 2002), reclamar pelo leite derramado de ocultamentos teóricos. Não há prática científica em qualquer que seja o campo de conhecimento sem aportes teóricos. "A teoria não está ausente na obra dos pesquisadores, que aparentemente se despreocupam destas discussões

chamadas "especulativas"; o que está ausente é a consciência dela" (Pinto, 1979:8). Foi o que tentei demonstrar e acredito que quase cansativamente neste capítulo.

Não há mais o que chorar ou lamentar por ausência de teoria na Arqueologia brasileira. Pensar muito ou mesmo apenas pensar para transformar, superar e amadurecer dói mesmo. Os analgésicos estão à mão cheia nas prateleiras das bibliotecas, hoje bastante acessíveis pelos mais variados meios. As teorias estão lá, descansando um sono turbulento, só a espera de quem as acorde e delas se utilize nas pesquisas.

Assim, o que venho chamando aqui de adjetivações - temor, descaso, medo, resistência, ateorismo, empirismo, descritivismo, etc. - são pistas para tentar elucidar o que sucedeu e tornaram-se efeitos da teoria na Arqueologia brasileira.

Por minha parte, aqui nesta tese, levantei a lebre de alguns efeitos:

1) a responsabilidade do PRONAPA - este tema já rendeu textos, discussões, desavenças (Dias, 1995). Não acredito que seja questão fechada, encerrada. O que posso mapear é no sentido de que a geração pronapiana vem sendo apontada como responsável pela implantação e manutenção de aportes teóricos - ainda que implícitos e conscientemente ausentes (Pinto, 1979) - que se identificam com o histórico-culturalismo, por plagas da arqueologia brasileira renomeada de escola americana. Isto é algo curioso. Betty Meggers foi aluna de Steward e trouxe, escondida na manga, a carta da teoria da ecologia cultural³². Guardou esta para seus trabalhos. No entanto, usou e aplicou no Brasil,

³² "... é o estudo dos processos por meio dos quais uma sociedade se adapta a seu ambiente. Seu principal problema consiste em determinar se essas adaptações iniciam transformações sociais internas ou câmbios evolutivos. A ecologia cultural analisa estas adaptações, levando em conta outros processos de cambio. Seu método requer o exame da interação das sociedades e das instituições sociais entre si e com o ambiente" (Alicia Franch, 1998:283).

"A ecologia cultural aperfeiçoou conteúdos relacionados a aspectos ambientais oriundos do histórico-culturalismo. Mais do que acentuar como o ambiente demarca fronteiras em relação à variação e a mudança cultural, os ecologistas culturais argumentaram que é a adaptação cultural ao ambiente que determina variação e mudança cultural" (Ellis (ed.), 2000:133).

nos trabalhos do PRONAPA (Meggers e Evans, 1970) uma metodologia cujo embasamento teórico, sim, lá estava nos cânones da tradicional escola histórico-cultural norte-americana. No transcorrer da arqueologia brasileira ficou sendo hegemônica e acima da busca por teorizações explícitas. Portanto, entendo que a responsabilidade do PRONAPA ficou na implantação desta metodologia.

O mistério ainda não elucidado foi o que se seguiu. Isto é, teve por efeito a criação de uma geração de arqueólogos que se agarraram a esta metodologia sem demonstrarem anseios de superá-la ou de buscarem diferentes aportes teóricos. Este efeito tem permanência contemporânea na academia;

2) interdisciplinaridade insuficiente e teatral - este é um efeito que freqüenta assiduamente as discursividades da arqueologia brasileira. Pretendo tratar melhor este tema em tópico do próximo capítulo. Trago-o agora, nestas considerações parciais, pois é possível apontar uma relação deste tema com as discursividades da Arqueologia brasileira.

Nesta, interdisciplinaridade tem sido mesmo o que apontou Castro Faria (1989): um apelo programático constante. O interessante deste efeito é que ele aponta para buscas programáticas em direção as ditas ciências naturais e exatas. Tem visado com estas buscas a possível confirmação de uma cientificidade para a arqueologia brasileira. Porém, como já alertou Castro Faria (1989) esta interdisciplinaridade, mais do que afirmar, indefiniu. Como efeito, métodos e técnicas vêm ocupando um suposto lugar de verdade em relação ao duvidoso e ameaçador lugar da teoria. Assim, pode-se avistar por baixo desta busca que, interdisciplinaridade, mais do que perquirições epistemológicas, são efeitos de poder institucionais e ideológicos. Por que a direção das buscas foi para com as ditas ciências exatas e naturais e não para com as sociais? "Como as ciências sociais não oferecem uma garantia incontestável de cientificidade, a arqueologia afrouxou as suas

relações com a Antropologia social e a etnologia, que lhe poderiam fornecer os instrumentos teóricos básicos, e vai escorar-se nas ciências que desfrutam de maior consagração no campo científico" (Castro Faria, *idem*:33);

3) juventude da arqueologia acadêmica brasileira - efeito intimamente ligado ao que acima expus. Alegada juventude enquanto instituição acadêmica. Em outros rumos e compromissos, no entanto, já de longa data vem atuando pessoas e outras instituições em trabalhos de Arqueologia no Brasil (Ferreira:2002, 2001a, 2001b, 2000, 1999). Segundo o que estudei e apresentei no panorama lá do tópico primeiro deste capítulo, algo ocorreu em 1950 que provocou a separação da arqueologia brasileira da Antropologia. Não sei o que possa ter sido este algo. Porém, como efeito, ficou demonstrando que ocasionou um isolamento e enfraquecimento teórico na arqueologia brasileira. Esta pretensamente tentou endurecer em possíveis ditames oriundos das exatas e naturais. No entanto, a Antropologia e a História, no Brasil, tomaram outros rumos mais enriquecedores em termos teóricos. Tal separação só teve mesmo efeitos deletérios para a arqueologia brasileira: em 1980 ainda se apela por falta de qualificação teórica dos arqueólogos, conforme descrevi no panorama citado; Souza (1991) escreveu sobre uma história da arqueologia brasileira sem expor temas que tratassem da presença da teoria nesta história; ainda que implícita, a marcante presença de teoria empiricista/descritivista sustentando controle político-ideológico institucional. Por esta via, a partir de finais dos anos 1990, vem sendo também pontuado e emergindo um debate que contrapõe os tais velhos com os novos arqueólogos.

Além destes acima destacados, outros efeitos mais gerais permearam as condições de possibilidade do transcorrer da teoria na Arqueologia brasileira: desconhecimento de línguas estrangeiras por parte dos arqueólogos, escassez de recursos para importar livros e publicações estrangeiras, ingenuidade e ignorância como sinônimos

de empirismo que reforçaram uma atitude 'paleocientífica' (Bunge,1985:416) que assenta nos dados falando por si mesmos.

"Como podemos observar, a questão dos termos e conceitos, utilizados para o estudo dos grupos pré-históricos ceramistas no Brasil, abrange problemas e enfoques diferentes com soluções apropriadas para cada caso e o avanço do conhecimento, sobre esses grupos, dependerá do tipo de abordagem, da precisão da terminologia e conceituação, os quais possuem problemas e enfoques diferentes com soluções apropriadas para cada caso" (Oliveira, 2001:30).

Bem, ainda pelo hoje de nossa arqueologia, a não explicitação conceitual permanece inoculando sua virulência.

3....O ardiloso empírico...

TRECHO

Quem foi, perguntou o Celo
Que me desobedeceu?
Quem foi que entrou no meu reino
E em meu ouro remexeu?
Quem foi que pulou meu muro
E minhas rosas colheu?
Quem foi, perguntou o Celo
E a Flauta falou: Fui eu.

Mas que foi, a Flauta disse
Que no meu quarto surgiu?
Quem foi que me deu um beijo
E em minha cama dormiu?
Quem foi que me fez perdida
E que me desiludiu?
Quem foi, perguntou a Flauta
E o velho Celo sorriu

(Vinicius de Moraes, *Poesia completa e prosa*, pg. 198)

Ardil engendra armadilha. É algo posto no caminho, em silêncio, nas escondidas, para que o incauto seja preso e se transforme em presa. Eu e meu empírico, numa trama ardilosa. Qual ardil? Não fiz uma pesquisa baseada em cacos, estratigrafias, mapas, documentos primários, líticos, arte rupestre e outras tantas evidências mais. No entanto, pesquisei sobre tudo isso. Como? Meu trabalho é sobre idéias, concepções, fundamentações, usos e não usos de teorias nas teses/dissertações. São textos produzidos a partir dos fazeres arqueológicos sobre os tais vestígios e finalizados nos discursos acadêmicos, onde realizei minha pesquisa. A armadilha é que, ao lidar com estes textos, buscando elucidações sobre efeitos da teoria na Arqueologia brasileira, estou tratando com produtos finais que formalizam discursivamente os resultados de tais fazeres. Daí o risco de questionáveis e arriscados juízos de valor, - "... sempre lemos nossos objetos a partir de um ponto de vista ..." (Ribeiro,2003) - que acentuam ou evidenciam problemas e questionamentos nas pesquisas, apontando para jogos de poder e de saber subjetivos ou institucionais. Este risco é o ardil de um trabalho pioneiro, em nível de tese, sobre o assunto que escrevo.

Assim sendo, apresento os resultados que obtive. Almejo, com estes dados, tentar possíveis respostas para algumas das questões que levantei até agora. Não consegui responder a todas.

3.1. existe teoria na Arqueologia brasileira? quais teorias são empregadas?

Existe teoria nesta arqueologia. Quais teorias arqueológicas foram aplicadas? As quatro posições teóricas - Histórico-Cultural, Processual, Pós-Processual e Escola Francesa - têm sido usadas como referenciais teóricos nas produções acadêmicas em que

trabalhei. Estavam explicitadas ou se apresentavam de forma implícita? Quais referenciais teóricos arqueológicos e não-arqueológicos foram utilizados? Na sequência, seguindo os tópicos do fichamento que orientou minha pesquisa (Anexo 02) vou respondendo estas e outras questões até agora formuladas no transcorrer de minha escrita.

3.1.1 Posições Teóricas Arqueológicas

O que posso apresentar aqui, então? A partir dos fichamentos que fiz sobre o empírico deste capítulo - 71 textos, teses e dissertações - obtive os dados que a seguir exponho e trazem constatações sobre este jogo de ocultamento de teoria.

POSIÇÕES TEÓRICAS - IMPLÍCITAS

QUADRO 01

POSIÇÕES TEÓRICAS - IMPLÍCITAS - USP								
Escola Francesa	%	Pós-Processual	%	Processual	%	Hist.-Cultural	%	Total
8	19,51	6	14,63	18	43,90	9	21,95	41

QUADRO 02

POSIÇÕES TEÓRICAS - IMPLÍCITAS - PUC								
Escola Francesa	%	Pós-Processual	%	Processual	%	Hist.-Cultural	%	Total
1	9,09	3	27,27	5	45,45	2	18,18	11

QUADRO 03

POSIÇÕES TEÓRICAS - IMPLÍCITAS - UFPE								
Escola Francesa	%	Pós-Processual	%	Processual	%	Hist.-Cultural	%	Total
1	9,09	1	9,09	7	63,63	2	18,18	11

QUADRO 04

POSIÇÕES TEÓRICAS - IMPLÍCITAS - USP/PUC/UFPE								
Escola Francesa	%	Pós-Processual	%	Processual	%	Hist.-Cultural	%	Total
10	15,87	10	15,87	30	47,61	13	20,63	63

Algumas considerações. As percentagens foram obtidas em relação ao total de cada quadro. Das quatro principais posições teóricas, como resultado, se constata a predominância da processual, seja parcialmente ou no quadro final que engloba a produção conjunta das três instituições. Por outro lado, permanece ainda em segundo lugar a histórico-cultural, cuja responsabilidade vem sendo constantemente criticada por implantar e sustentar a descrição, o empirismo, o indutivismo e, por consequência, a sobre relevância e sustentação dos dados por si mesmos nas conclusões das pesquisas.

Quadro 05

POSIÇÕES TEÓRICAS - EXPLÍCITAS

USP - UFPE - PUC

Instituição	Histórico-Cultural	Processual	Pós-Processual	Escola Francesa	Total
USP	1	1	-	-	2
UFPE	-	2	1	-	3
PUC	-	2	1	-	3
Total	1	5	2	-	8

O quadro aqui é um só, com as três instituições. Ainda é tímida a explicitação teórica. Contudo, a posição teórica processual mantém a predominância. No entanto, passa para o segundo lugar a pós-processual. Com a explicitação teórica focada nas posições teóricas processual e pós-processual, posso, quem sabe aqui, encontrar um esforço

e presença da acentuada 'nova geração' de arqueólogos (Oliveira, 2002) que vem assumindo e adotando explicitamente o lugar da teoria nas suas pesquisas. Isto reforça o que acentuam Shanks e Tilley (1996) sobre a fundamental importância do uso explícito das teorias na discursividade arqueológica. Assim, é possível, a partir deste jogo do implícito e do explícito, apresentar um somatório que articula, de um lado, uma pequena parcela de uma nova geração de arqueólogos já preocupados e substancialmente envolvendo suas pesquisas com explícitos aportes teóricos e, de outro lado, dentro desta mesma geração, outros novos arqueólogos que não se vexam em ser repetitivos em suas pesquisas tautologicamente assentadas nas descrições duras a partir dos dados, indiferentes ou temerosos de explicitarem suas ocultas teorias.

No entanto, diante desta situação, se constata também um grande aporte de livros, revistas e as mais variadas publicações que nos últimos anos compõem os acervos das bibliotecas das instituições. Hoje, para se estudar e conhecer mais sobre teoria, não requer maior prática e habilidade do que consulta aos terminais computadorizados, leitura e estudo do que está disponibilizado aos acadêmicos. Assim, hegemonia, controle pessoal e financeiro das instituições sobre o público acadêmico, não pode mais ser constatado a partir de ignorância, inconsciência ou temores individuais com relação ao uso e usufruto de teorias nas pesquisas arqueológicas. Afinal, quem se propõe ao pensar, sente mesmo dor.

Quadro 06
REFERENCIAL TEÓRICO NÃO-ARQUEOLÓGICO
EXPLÍCITO
USP - UFPE - PUC

TEORIA	INSTITUIÇÃO			
	USP	PUC	UFPE	TOTAL
História	27	10	5	42
Antropologia	13	7	4	24
Etno-História	9	6	2	17
Geologia	5	-	2	7
Geomorfologia	5	-	1	6
Sociologia	2	1	2	5
Arquitetura	1	3	1	4
Biologia	2	-	1	3
Linguística	1	1	1	3
Antropologia Física	2	-	-	2
Botânica	1	1	-	2
Epigrafia	2	-	-	2
Iconografia	1	-	1	2
Numismática	2	-	-	2
Zoologia	1	1	-	2
Ecologia	-	-	1	1
Economia	-	1	-	1
Etnobiologia	-	1	-	1
Genética	-	-	1	1
Geografia	1	-	-	1
Hermenêutica	-	-	1	1
Hidrologia	1	-	-	1
Marxismo	-	-	1	1
Paleontologia	-	-	1	1
Patologia Humana	-	-	1	1
Pedagogia	-	1	-	1
Semiótica	-	1	-	1
Topografia	-	-	1	1

Curiosamente, os dados acima tabulados demonstram uma maior explicitação teórica não-arqueológica do que a anterior arqueológica. Nos textos do empírico encontrei maior atenção para com as referências teóricas explícitas, oriundas dos mais variados campos de conhecimento, que os arqueólogos empregaram na produção de suas pesquisas. Pelos dados, fica demonstrado o maior aporte a partir da História, seguido

da Antropologia e da Etno-História. Uma possível explicação para esta facilidade em explicitar teorias de outros campos, talvez advenha da formação acadêmica na graduação, correspondente às ciências relacionadas no quadro acima. Isto é, os arqueólogos somente tomariam possível contato com outras teorias e com teorias arqueológicas, a partir do curto tempo empregado no cursar das disciplinas ministradas nos programas de pós-graduação.

3.1.2 Referências Bibliográficas

Vários foram os caminhos que apontaram rumos para que eu buscasse possíveis elucidações sobre efeitos da teoria no empírico pesquisado. Dentre estes, escolhi como principal fonte, um levantamento e uma quantificação das referências bibliográficas apontadas nos textos a partir de livros e de artigos dos mais variados periódicos. Separadamente, apresentarei em quadros próprios, o mesmo trabalho, no entanto, tendo como referências, nas bibliografias, as teses e dissertações.

Em cada texto do empírico - tese/dissertação - a bibliografia foi acuradamente rastreada e quantificada nos quadros que, a seguir, serão apresentados e comentados. Visei, com esta trilha, dispor de dados suficientes que dessem conta dos lugares implícitos e explícitos - quadros 01 a 06 - nos textos pesquisados. Tal caminho, já foi trilhado anteriormente na Arqueologia e na Antropologia (Souza,1988; Rubim,1996; Piñón Sequeira,2000). Estes autores me apontaram com pistas para certeza e eficácia nesta escolha.

Os dados dos quadros de referências bibliográficas - de 07 a 35- foram assim agrupados: - contemplando as três instituições conjuntamente; - referindo-se a cada

instituição separadamente; - enfocando autores arqueólogos e não-arqueólogos, brasileiros e estrangeiros¹.

A quantificação dos dados sobre 'quantidade' e sobre 'percentagem' seguiu os seguintes critérios: 1) nos quadros onde constam as três instituições, tanto para quantidade quanto para percentagem, os dados foram quantificados em relação ao total geral do empírico, composto de 71 textos (teses/dissertações). Isto é, em um autor cuja quantidade é, por exemplo, 17, isto quer dizer que foi mencionado nas referências bibliográficas de dezessete textos e com a respectiva percentagem; 2) o mesmo é válido para os quadros onde são tabulados os dados das instituições separadamente. Nestes casos, no entanto, muda a relação numérica: 14 textos para a PUC e UFPE, respectivamente, e, 43 textos para a USP. Os comentários que tecerei após cada quadro são oriundos das leituras e das comparações entre os três itens: autor - quantidade - percentagem.

Quadro 07		
REFERENCIAL TEÓRICO		
USP - PUC - UFPE		
ARQUEOLÓGICO		
Autores estrangeiros e brasileiros		
TOTAL: 315		
AUTOR	Quantidade	%
Binford	27	38,02
Hodder	27	38,02
Leroi-Gourhan	20	28,16
Meggers	20	28,16
Schiffer	17	23,94
Willey	14	19,71
Brezillon	13	18,3
Trigger	13	18,3
Clarke	12	16,9
Funari	12	16,9
Laming-Emperaire	12	16,9
Renfrew	12	16,9
Butzer	11	15,49
Childe	11	15,49

¹ Novamente usarei as seguintes siglas: AP (Arqueologia Processual); APP (Arqueologia Pós-Processual); AHC (Arqueologia Histórico-Cultural); EF (Escola Francesa).

Ford, J.A.	11	15,49
Watson, P. J.	11	15,49
Chang	10	14,08
Orser	10	14,08
Rye	10	14,08
Shepard	10	14,08
Bahn	9	12,67
Deetz	9	12,67
Flannery	9	12,67
Kern, A.A.	9	12,67
Meneses, U.B. de	9	12,67
Neves, W.	9	12,67
Plog	9	12,67
Tilley	9	12,67
Tixier	9	12,67
Phillips	8	11,26
Rice	8	11,26
Shanks	8	11,26
Evans	7	9,85
Gould, R.	7	9,85
Lima, T. A.	7	9,85
Lumbreras	7	9,85
Arnold	6	8,45
South	6	8,45
Balfet	5	7,04
Beaudry	5	7,04
Carandini	5	7,04
Hill, J.	5	7,04
Orme	5	7,04
Sabloff	5	7,04
Yellen	5	7,04
Bate	4	5,63
Bettinger	4	5,63
Gibbon, G.	4	5,63
Leone	4	5,63
McGuire	4	5,63
Rathz	4	5,63
Redman	4	5,63
Alcina Franch	3	4,22
Bordes	3	4,22
Brochado, J.J.P.	3	4,22
Carr, C.	3	4,22
Charlton	3	4,22
Frédéric	3	4,22
Gallay	3	4,22
Gándara	3	4,22
Hassan	3	4,22
Hayden	3	4,22
Higgs	3	4,22
Jones, S.	3	4,22
Kelly	3	4,22
Kramer, C.	3	4,22
Lathrap, D.	3	4,22
Longacre	3	4,22
Marino	3	4,22

Moberg	3	4,22
Paynter	3	4,22
Rouse	3	4,22
Sanders	3	4,22
Sanoja	3	4,22
Seronie-Vivien	3	4,22
Sinopoli	3	4,22
Stanislawski	3	4,22
Ucko	3	4,22
Wobst	3	4,22
Albuquerque, M.	2	2,81
Andrefsky	2	2,81
Ascher	2	2,81
Clark	2	2,81
Collins	2	2,81
Conkey	2	2,81
Crabtree	2	2,81
Cressey	2	2,81
Criado Boado	2	2,81
De Vore	2	2,81
Eble	2	2,81
Foley	2	2,81
Gardin	2	2,81
Gladfelter	2	2,81
Guidon	2	2,81
Gummerman	2	2,81
Hally	2	2,81
Henrickson	2	2,81
Hoie	2	2,81
Ingold	2	2,81
Kingery	2	2,81
Lee, R.B.	2	2,81
Little	2	2,81
Majewski	2	2,81
Meltzer	2	2,81
Miller, D.	2	2,81
Miller, T.O.	2	2,81
Morris, I.	2	2,81
Mrozowski	2	2,81
Orton	2	2,81
Pallestrini, L.	2	2,81
Parsons	2	2,81
Pesez	2	2,81
Prous	2	2,81
Roosevelt, A.C.	2	2,81
Rubertone	2	2,81
Sackett	2	2,81
Semenov	2	2,81
Shennan	2	2,81
Skibo	2	2,81
Spaulding	2	2,81
Staski	2	2,81
Tarble	2	2,81
Tejero	2	2,81
Vita-Finzi	2	2,81

Wagstaff	2	2,81
Wheeler	2	2,81
Wiessner	2	2,81
Wust, I.	2	2,81
Wylie	2	2,81
Adams, W.Y.	1	1,4
Armitt	1	1,4
Aston	1	1,4
Atherton	1	1,4
Audouze	1	1,4
Avery	1	1,4
Baker	1	1,4
Banforth	1	1,4
Barceló	1	1,4
Barreto, C.N.B.B.	1	1,4
Barros, C.	1	1,4
Bartel	1	1,4
Bayley	1	1,4
Beltrão, M.C.	1	1,4
Bintliff	1	1,4
Bolson	1	1,4
Bowers	1	1,4
Brothwell	1	1,4
Brown, P.	1	1,4
Brumfiel	1	1,4
Bryan	1	1,4
Cahen	1	1,4
Calderón	1	1,4
Cardona	1	1,4
Champion	1	1,4
Chapmann	1	1,4
Chmyz, I.	1	1,4
Colan	1	1,4
Conklin	1	1,4
Consens	1	1,4
Cossons	1	1,4
Cousin	1	1,4
Daniel, G.	1	1,4
Daumas	1	1,4
Dauvois	1	1,4
Davidons, I.	1	1,4
Davidson, D.A.	1	1,4
Davis, W.	1	1,4
Deagan	1	1,4
Deane	1	1,4
Deboer	1	1,4
Delaporte	1	1,4
Desroisiers	1	1,4
Dias, A.S.	1	1,4
Dias, O.	1	1,4
Dickens, R.	1	1,4
Dillehay	1	1,4
Dobres	1	1,4
Donnan	1	1,4
Duff	1	1,4

Dunnell	1	1,4
Ebert	1	1,4
Ericson, J.	1	1,4
Faccio, N.B.	1	1,4
Fagan	1	1,4
Falk	1	1,4
Figuti, L.	1	1,4
Fish	1	1,4
Flenniken	1	1,4
Fournier	1	1,4
Freeman	1	1,4
Fritz, J.	1	1,4
Gaspar, M.D.	1	1,4
Gero	1	1,4
Glassow	1	1,4
Goldberg, P.	1	1,4
Gonzalo	1	1,4
Gorecki	1	1,4
Gould	1	1,4
Hackens, T.	1	1,4
Hardin	1	1,4
Harrington	1	1,4
Heizer	1	1,4
Hudson	1	1,4
Hunter-Anderson	1	1,4
Ingersoll	1	1,4
Jarman	1	1,4
Jochim	1	1,4
Johnson, G.	1	1,4
Karlin	1	1,4
Keeley	1	1,4
Kent, S.	1	1,4
Kintig	1	1,4
Kirch	1	1,4
Klein	1	1,4
Klinger	1	1,4
Kohler	1	1,4
Krammer	1	1,4
Kristiansen	1	1,4
Kroll	1	1,4
Kus	1	1,4
La Salvia	1	1,4
Laet	1	1,4
Laffineur	1	1,4
Larsen	1	1,4
Lees	1	1,4
Lins Caldas	1	1,4
Luró	1	1,4
Lyman	1	1,4
Maranca	1	1,4
Martin	1	1,4
Martinez, V.M.	1	1,4
Mascher	1	1,4
Matson	1	1,4
McManamon	1	1,4

McNutt	1	1,4
Medin	1	1,4
Mendonça de Souza, A.	1	1,4
Mentz Ribeiro, Pedro A.	1	1,4
Molyneaux	1	1,4
Moratto	1	1,4
Moss	1	1,4
Nash	1	1,4
Nastri	1	1,4
Negri, A.	1	1,4
Neves, E.	1	1,4
Noble	1	1,4
O'Brien, M.	1	1,4
Odell	1	1,4
Oliveira Jorge	1	1,4
Oswalt	1	1,4
Parker, S.	1	1,4
Patterson	1	1,4
Pearson	1	1,4
Péries	1	1,4
Perota	1	1,4
Persons	1	1,4
Pessis, A.M.	1	1,4
Pinard	1	1,4
Potter	1	1,4
Praetzelis	1	1,4
Raab	1	1,4
Rapp	1	1,4
Rapp Jr	1	1,4
Reynolds	1	1,4
Rhoades	1	1,4
Rivet, P.	1	1,4
Rohr	1	1,4
Rosignol	1	1,4
Rowlands, M.	1	1,4
Sabloff	1	1,4
Salwen	1	1,4
Sánchez, R.N.	1	1,4
Scatamacchia, M.C.M.	1	1,4
Schlanger	1	1,4
Schmitz, P.I.	1	1,4
Schnapp	1	1,4
Schobinger	1	1,4
Schortman	1	1,4
Schyler	1	1,4
Scott, D.	1	1,4
Shackel	1	1,4
Shackley	1	1,4
Sharer	1	1,4
Silva, F.	1	1,4
Simões	1	1,4
Smardz	1	1,4
Smith, B.	1	1,4
Spencer-Wood	1	1,4
Sullivan, A.P.	1	1,4

Tabaczynski	1	1,4
Taylor, W.	1	1,4
Telster	1	1,4
Thomas, D.	1	1,4
Thomas, J.	1	1,4
Upton	1	1,4
Van der Leuw	1	1,4
Vargas-Arenas	1	1,4
Veloz Maggiolo	1	1,4
Vialou	1	1,4
Vierra	1	1,4
Vogt	1	1,4
Washburn	1	1,4
Waters	1	1,4
Watters, M.R.	1	1,4
Whallon	1	1,4
Wing	1	1,4
Wynn	1	1,4
Yamim	1	1,4
Yentsch	1	1,4
Zamora	1	1,4
Zapatero	1	1,4
Zubrow	1	1,4

Neste quadro 07, o primeiro lugar é ocupado, respectivamente, pelo principal autor processual e pelo pós-processual. Na seqüência, este mesmo destaque, só que, respectivamente, para um autor da escola francesa e outro da histórico-cultural. Dentre os 315 autores referenciados, Funari é o primeiro autor brasileiro, ocupando o sexto lugar.

As diferentes quantidades de autores seguem um 'padrão referencial': não se distanciam numericamente de um para outro e diminuem entre si, na quase totalidade dos quadros, com valor de uma unidade. Este padrão vai se manter em praticamente todos os quadros. Grande número é referenciado apenas duas vezes. Um fenômeno vai se apresentar na quase totalidade dos quadros: mais da metade dos autores aparecem com uma única referência. Neste quadro 07, dos 315, aparecem desta maneira, 185.

REFERENCIAL TEÓRICO - PUC-		
ARQUEOLÓGICO		
Autores Estrangeiros e Brasileiros		
TOTAL: 108		
AUTOR	Quantidade	%
Hodder	8	57,14
Binford	7	50
Kern, A.A.	6	42,85
Funari	5	35,71
Meggers	5	35,71
Schiffer	5	35,71
Brezillon	4	28,57
Childe	4	28,57
Clarke	4	28,57
Laming-Emperaire	4	28,57
Leroi-Gourhan	4	28,57
Neves, W.	4	28,57
Orser	4	28,57
Deetz	3	21,42
Ford, J.A.	3	21,42
Rathz	3	21,42
Watson, P. J.	3	21,42
Wiley	3	21,42
Balfet	2	14,28
Beaudry	2	14,28
Butzer	2	14,28
Chang	2	14,28
Clark	2	14,28
Collins	2	14,28
Evans	2	14,28
Flannery	2	14,28
Higgs	2	14,28
Leone	2	14,28
Lima, T. A.	2	14,28
Phillips	2	14,28
Shepard	2	14,28
South	2	14,28
Alcina Franch	1	7,14
Arnold	1	7,14
Aston	1	7,14
Audouze	1	7,14
Bahn	1	7,14
Baker	1	7,14
Banforth	1	7,14
Barceló	1	7,14
Bate	1	7,14
Bettinger	1	7,14
Bordes	1	7,14
Bowers	1	7,14
Brumfiel	1	7,14
Charlton	1	7,14
Cousin	1	7,14
Crabtree	1	7,14
Cressey	1	7,14

Criado Boado	1	7,14
Davidons, I.	1	7,14
Delaporte	1	7,14
Desroisiers	1	7,14
Dias, A.S.	1	7,14
Dobres	1	7,14
Frédéric	1	7,14
Gallay	1	7,14
Gardin	1	7,14
Gero	1	7,14
Gould, R.	1	7,14
Hayden	1	7,14
Ingold	1	7,14
Jarman	1	7,14
Karlin	1	7,14
Krammer	1	7,14
Laet	1	7,14
Lathrap, D.	1	7,14
Little	1	7,14
Luró	1	7,14
Marino	1	7,14
McGuire	1	7,14
Medin	1	7,14
Moss	1	7,14
Mrozowski	1	7,14
Nash	1	7,14
Odell	1	7,14
Oliveira Jorge	1	7,14
Orme	1	7,14
Patterson	1	7,14
Paynter	1	7,14
Pérles	1	7,14
Pesez	1	7,14
Plog	1	7,14
Prous	1	7,14
Renfrew	1	7,14
Reynolds	1	7,14
Rice	1	7,14
Rubertone	1	7,14
Rye	1	7,14
Sabloff	1	7,14
Sanders	1	7,14
Schobinger	1	7,14
Shanks	1	7,14
Sinopoli	1	7,14
Spencer-Wood	1	7,14
Stanislowski	1	7,14
Staski	1	7,14
Tabaczynski	1	7,14
Taylor, W.	1	7,14
Tilley	1	7,14
Tixier	1	7,14
Trigger	1	7,14
Upton	1	7,14
Vialou	1	7,14

Vita-Finzi	1	7,14
Wheeler	1	7,14
Wynn	1	7,14
Zapatero	1	7,14

No quadro 08, em primeiro lugar um autor pós-processual, seguido de um processual. Respectivamente, no terceiro e quarto lugar Kern e Funari, autores brasileiros. Um histórico-cultural no quarto lugar e três da escola francesa, em quinto. As referências seguem o padrão anterior, sendo que aqui, de 108, 79 com apenas uma.

Quadro 09		
REFERENCIAL TEÓRICO -UFPE-		
ARQUEOLÓGICO		
Autores estrangeiros e brasileiros		
TOTAL: 85		
AUTOR	Quantidade	%
Binford	6	42,85
Meggers	6	42,85
Hodder	5	35,71
Trigger	5	35,71
Rye	4	28,57
Schiffer	4	28,57
Butzer	3	21,42
Clarke	3	21,42
Evans	3	21,42
Ford, J.A.	3	21,42
Willey	3	21,42
Albuquerque, M.	2	14,28
Alcina Franch	2	14,28
Brochado, J.J.P.	2	14,28
Childe	2	14,28
Flannery	2	14,28
Funari	2	14,28
Kelly	2	14,28
Kern, A.A.	2	14,28
Laming-Emperaire	2	14,28
Leroi-Gourhan	2	14,28
Lumbreras	2	14,28
Marino	2	14,28
Meneses, U.B. de	2	14,28
Orser	2	14,28
Phillips	2	14,28
Plog	2	14,28
Sanders	2	14,28
Shepard	2	14,28
South	2	14,28

Watson, P. J.	2	14,28
Wust, I.	2	14,28
Bahn	1	7,14
Beaudry	1	7,14
Beltrão, M.C.	1	7,14
Bettinger	1	7,14
Brothwell	1	7,14
Calderón	1	7,14
Carandini	1	7,14
Chang	1	7,14
Chmyz, I.	1	7,14
Deetz	1	7,14
Dias, O.	1	7,14
Dunnell	1	7,14
Falk	1	7,14
Foley	1	7,14
Frédéric	1	7,14
Fritz, J.	1	7,14
Guidon	1	7,14
Hally	1	7,14
Henrickson	1	7,14
Hill, J.	1	7,14
Hole	1	7,14
Kingery	1	7,14
Krammer	1	7,14
La Salvia	1	7,14
Lathrap, D.	1	7,14
Lima, T. A.	1	7,14
Lins Caldas	1	7,14
Longacre	1	7,14
Maranca	1	7,14
Martin	1	7,14
Matson	1	7,14
McNutt	1	7,14
Mentz Ribeiro, Pedro A.	1	7,14
Miller, T. O.	1	7,14
Pallestrini, L.	1	7,14
Parsons	1	7,14
Perota	1	7,14
Pessis, A.M.	1	7,14
Prous	1	7,14
Renfrew	1	7,14
Rice	1	7,14
Rohr	1	7,14
Schmitz, P.I.	1	7,14
Shanks	1	7,14
Simões	1	7,14
Spaulding	1	7,14
Tarble	1	7,14
Tilley	1	7,14
Tixier	1	7,14
Vargas-Arenas	1	7,14
Veloz Maggiolo	1	7,14
Wheeler	1	7,14
Zubrow	1	7,14

Quadro 09, outra ordem. Em primeiro, respectivamente, um autor processual e um histórico-cultural. Em segundo, um é pós-processual. Albuquerque, Brochado, Funari, Kern e Meneses, autores brasileiros, em quinto, respectivamente. O padrão referencial se mantém. De 85 autores, 55 com uma única referência.

Quadro 10		
REFERENCIAL TEÓRICO-USP-		
ARQUEOLÓGICO		
Autores estrangeiros e brasileiros		
TOTAL: 246		
AUTOR	Quantidade	%
Binford	14	32,55
Hodder	14	32,55
Leroi-Gourhan	14	32,55
Renfrew	10	23,25
Brezillon	9	20,93
Meggers	9	20,93
Schiffer	8	18,6
Willely	8	18,6
Bahn	7	16,27
Chang	7	16,27
Meneses, U.B. de	7	16,27
Tilley	7	16,27
Tixier	7	16,27
Trigger	7	16,27
Butzer	6	13,95
Gould, R.	6	13,95
Laming-Emperaire	6	13,95
Plog	6	13,95
Rice	6	13,95
Shanks	6	13,95
Shepard	6	13,95
Watson, P. J.	6	13,95
Arnold	5	11,62
Childe	5	11,62
Clarke	5	11,62
Deetz	5	11,62
Flannery	5	11,62
Ford, J.A.	5	11,62
Funari	5	11,62
Lumbreras	5	11,62
Neves, W.	5	11,62
Rye	5	11,62
Yellen	5	11,62
Carandini	4	9,3

Gibbon, G.	4	9,3
Hill, J.	4	9,3
Lima, T. A.	4	9,3
Orme	4	9,3
Orser	4	9,3
Phillips	4	9,3
Redman	4	9,3
Sabloff	4	9,3
Balfet	3	6,97
Bate	3	6,97
Carr, C.	3	6,97
Gándara	3	6,97
Hassan	3	6,97
Jones, S.	3	6,97
McGuire	3	6,97
Moberg	3	6,97
Rouse	3	6,97
Sanoja	3	6,97
Seronie-Vivien	3	6,97
Ucko	3	6,97
Wobst	3	6,97
Andrefsky	2	4,65
Ascher	2	4,65
Beaudry	2	4,65
Bettinger	2	4,65
Bordes	2	4,65
Charlton	2	4,65
Conkey	2	4,65
De Vore	2	4,65
Eble	2	4,65
Evans	2	4,65
Gallay	2	4,65
Gladfelter	2	4,65
Gummerman	2	4,65
Hayden	2	4,65
Lee, R.B.	2	4,65
Leone	2	4,65
Longacre	2	4,65
Majewski	2	4,65
Meltzer	2	4,65
Miller, D.	2	4,65
Morris, I.	2	4,65
Orton	2	4,65
Paynter	2	4,65
Roosevelt, A.C.	2	4,65
Sackett	2	4,65
Semenov	2	4,65
Shennan	2	4,65
Sinopoli	2	4,65
Skibo	2	4,65
South	2	4,65
Stanislawski	2	4,65
Tejero	2	4,65
Wagstaff	2	4,65
Wiessner	2	4,65

Wylie	2	4,65
Adams, W.Y.	1	2,32
Armitt	1	2,32
Atherton	1	2,32
Avery	1	2,32
Barreto, C. N.B.B.	1	2,32
Barros, C.	1	2,32
Bartel	1	2,32
Bayley	1	2,32
Bintliff	1	2,32
Bolson	1	2,32
Brochado, J.J.P.	1	2,32
Brown, P.	1	2,32
Bryan	1	2,32
Cahen	1	2,32
Cardona	1	2,32
Champion	1	2,32
Chapmann	1	2,32
Colan	1	2,32
Conklin	1	2,32
Consens	1	2,32
Cossons	1	2,32
Crabtree	1	2,32
Cressey	1	2,32
Criado Boado	1	2,32
Daniel, G.	1	2,32
Daumas	1	2,32
Dauvois	1	2,32
Davidson, D.A.	1	2,32
Davis, W.	1	2,32
Deagan	1	2,32
Deane	1	2,32
Deboer	1	2,32
Dickens, R.	1	2,32
Dillehay	1	2,32
Donnan	1	2,32
Duff	1	2,32
Ebert	1	2,32
Ericson, J.	1	2,32
Faccio, N.B.	1	2,32
Fagan	1	2,32
Figuti, L.	1	2,32
Fish	1	2,32
Flenniken	1	2,32
Foley	1	2,32
Fournier	1	2,32
Frédéric	1	2,32
Freeman	1	2,32
Gardin	1	2,32
Gaspar, M.D.	1	2,32
Glassow	1	2,32
Goldberg, P.	1	2,32
Gonzalo	1	2,32
Gorecki	1	2,32
Gould, R.	1	2,32

Guidon	1	2,32
Hackens, T.	1	2,32
Hally	1	2,32
Hardin	1	2,32
Harrington	1	2,32
Heizer	1	2,32
Henrickson	1	2,32
Higgs	1	2,32
Hole	1	2,32
Hudson	1	2,32
Hunter-Anderson	1	2,32
Ingersoll	1	2,32
Ingold	1	2,32
Jochim	1	2,32
Johnson, G.	1	2,32
Keeley	1	2,32
Kelly	1	2,32
Kent, S.	1	2,32
Kern, A.A.	1	2,32
Kingery	1	2,32
Kintig	1	2,32
Kirch	1	2,32
Klein	1	2,32
Klinger	1	2,32
Kohler	1	2,32
Kramer, C.	1	2,32
Krammer	1	2,32
Kristiansen	1	2,32
Kroll	1	2,32
Kus	1	2,32
Laffineur	1	2,32
Larsen	1	2,32
Lathrap, D.	1	2,32
Lees	1	2,32
Little	1	2,32
Lyman	1	2,32
Martinez, V.M.	1	2,32
Mascher	1	2,32
McManamon	1	2,32
Mendonça de Souza, A.	1	2,32
Miller, T. O.	1	2,32
Molyneaux	1	2,32
Moratto	1	2,32
Mrozowski	1	2,32
Nastri	1	2,32
Negri, A.	1	2,32
Neves, E.	1	2,32
Noble	1	2,32
O'Brien, M.	1	2,32
Oswalt	1	2,32
Pallestrini, L.	1	2,32
Parker, S.	1	2,32
Parsons	1	2,32
Pearson	1	2,32
Persons	1	2,32

Pesez	1	2,32
Pinard	1	2,32
Potter	1	2,32
Praetzelis	1	2,32
Raab	1	2,32
Rapp	1	2,32
Rapp Jr	1	2,32
Rathz	1	2,32
Rhoades	1	2,32
Rivet, P.	1	2,32
Rosignol	1	2,32
Rowlands, M.	1	2,32
Rubertone	1	2,32
Sabloff	1	2,32
Salwen	1	2,32
Sánchez, R.N.	1	2,32
Scatamacchia, M.C.M.	1	2,32
Schlanger	1	2,32
Schnapp	1	2,32
Schortman	1	2,32
Schylar	1	2,32
Scott, D.	1	2,32
Shackel	1	2,32
Shackley	1	2,32
Sharer	1	2,32
Silva, F.	1	2,32
Smardz	1	2,32
Smith, B.	1	2,32
Spaulding	1	2,32
Staski	1	2,32
Sullivan, A.P.	1	2,32
Tarble	1	2,32
Telster	1	2,32
Thomas, D.	1	2,32
Thomas, J.	1	2,32
Van der Leuw	1	2,32
Vierra	1	2,32
Vita-Finzi	1	2,32
Vogt	1	2,32
Washburn	1	2,32
Waters	1	2,32
Watters, M.R.	1	2,32
Whallon	1	2,32
Wing	1	2,32
Yamim	1	2,32
Yentsch	1	2,32
Zamora	1	2,32

No quadro 10, em primeiro lugar, estão um processual, um pós-processual e um da escola francesa. No terceiro, um histórico-cultural. Meneses, autor brasileiro, em quinto. Continua o mesmo padrão referencial e, de 246, 160 com uma única referência.

Os dados dos quadros 11 ao 16, desmembrados do quadro 07, ressaltam autores estrangeiros e brasileiros, por instituição.

Quadro 11		
REFERENCIAL TEÓRICO-USP		
ARQUEOLÓGICO		
Autores Estrangeiros		
TOTAL: 227		
AUTOR	Quantidade	%
Binford	14	32,55
Hodder	14	32,55
Leroi-Gourhan	14	32,55
Renfrew	10	23,25
Brezillon	9	20,93
Meggers	9	20,93
Schiffer	8	18,6
Willey	8	18,6
Bahn	7	16,27
Chang	7	16,27
Tilley	7	16,27
Tixier	7	16,27
Trigger	7	16,27
Butzer	6	13,95
Gould, R.	6	13,95
Laming-Emperaire	6	13,95
Plog	6	13,95
Rice	6	13,95
Shanks	6	13,95
Shepard	6	13,95
Watson, P. J.	6	13,95
Arnold	5	11,62
Childe	5	11,62
Clarke	5	11,62
Deetz	5	11,62
Flannery	5	11,62
Ford, J.A.	5	11,62
Lumbreras	5	11,62
Rye	5	11,62
Yellen	5	11,62
Carandini	4	9,3
Gibbon, G.	4	9,3
Hill, J.	4	9,3
Orme	4	9,3
Orser	4	9,3
Phillips	4	9,3
Redman	4	9,3
Sabloff	4	9,3
Balfet	3	6,97
Bate	3	6,97
Carr, C.	3	6,97

Gándara	3	6,97
Hassan	3	6,97
Jones, S.	3	6,97
McGuire	3	6,97
Moberg	3	6,97
Rouse	3	6,97
Sanoja	3	6,97
Seronie-Vivien	3	6,97
Ucko	3	6,97
Wobst	3	6,97
Andrefsky	2	4,65
Ascher	2	4,65
Beaudry	2	4,65
Bettinger	2	4,65
Bordes	2	4,65
Charlton	2	4,65
Conkey	2	4,65
De Vore	2	4,65
Evans	2	4,65
Gallay	2	4,65
Gladfelter	2	4,65
Gummerman	2	4,65
Hayden	2	4,65
Lee, R.B.	2	4,65
Leone	2	4,65
Longacre	2	4,65
Majewski	2	4,65
Meltzer	2	4,65
Miller, D.	2	4,65
Morris, I.	2	4,65
Orton	2	4,65
Paynter	2	4,65
Roosevelt, A.C.	2	4,65
Sackett	2	4,65
Semenov	2	4,65
Shennan	2	4,65
Sinopoli	2	4,65
Skibo	2	4,65
South	2	4,65
Stanislowski	2	4,65
Tejero	2	4,65
Wagstaff	2	4,65
Wiessner	2	4,65
Wylie	2	4,65
Adams, W.Y.	1	2,32
Armitt	1	2,32
Atherton	1	2,32
Avery	1	2,32
Bartel	1	2,32
Bayley	1	2,32
Bintliff	1	2,32
Bolson	1	2,32
Brown, P.	1	2,32
Bryan	1	2,32
Cahen	1	2,32

Cardona	1	2,32
Champion	1	2,32
Chapmann	1	2,32
Colan	1	2,32
Conklin	1	2,32
Consens	1	2,32
Cossons	1	2,32
Crabtree	1	2,32
Cressey	1	2,32
Criado Boado	1	2,32
Daniel, G.	1	2,32
Daumas	1	2,32
Dauvois	1	2,32
Davidson, D.A.	1	2,32
Davis, W.	1	2,32
Deagan	1	2,32
Deane	1	2,32
Deboer	1	2,32
Dickens, R.	1	2,32
Dillehay	1	2,32
Donnan	1	2,32
Duff	1	2,32
Ebert	1	2,32
Ericson, J.	1	2,32
Fagan	1	2,32
Fish	1	2,32
Flenniken	1	2,32
Foley	1	2,32
Fournier	1	2,32
Frédéric	1	2,32
Freeman	1	2,32
Gardin	1	2,32
Glassow	1	2,32
Goldberg, P.	1	2,32
Gonzalo	1	2,32
Gorecki	1	2,32
Gould	1	2,32
Hackens, T.	1	2,32
Hally	1	2,32
Hardin	1	2,32
Harrigton	1	2,32
Heizer	1	2,32
Henrickson	1	2,32
Higgs	1	2,32
Hole	1	2,32
Hudson	1	2,32
Hunter-Anderson	1	2,32
Ingersoll	1	2,32
Ingold	1	2,32
Jochim	1	2,32
Johnson, G.	1	2,32
Keeley	1	2,32
Kelly	1	2,32
Kent, S.	1	2,32
Kingery	1	2,32

Kintig	1	2,32
Kirch	1	2,32
Klein	1	2,32
Klinger	1	2,32
Kohler	1	2,32
Kramer, C.	1	2,32
Krammer	1	2,32
Kristiansen	1	2,32
Kroll	1	2,32
Kus	1	2,32
Laffineur	1	2,32
Larsen	1	2,32
Lathrap, D.	1	2,32
Lees	1	2,32
Little	1	2,32
Lyman	1	2,32
Martinez, V.M.	1	2,32
Mascher	1	2,32
McManamon	1	2,32
Miller, T.O.	1	2,32
Molyneaux	1	2,32
Moratto	1	2,32
Mrozowski	1	2,32
Nastri	1	2,32
Negri, A.	1	2,32
Nobie	1	2,32
O'Brien, M.	1	2,32
Oswalt	1	2,32
Parker, S.	1	2,32
Parsons	1	2,32
Pearson	1	2,32
Persons	1	2,32
Pesez	1	2,32
Pinard	1	2,32
Potter	1	2,32
Praetzelis	1	2,32
Raab	1	2,32
Rapp	1	2,32
Rapp Jr	1	2,32
Rathz	1	2,32
Rhoades	1	2,32
Rivet, P.	1	2,32
Rosignol	1	2,32
Rowlands, M.	1	2,32
Rubertone	1	2,32
Salwen	1	2,32
Sánchez, R.N.	1	2,32
Schlanger	1	2,32
Schnapp	1	2,32
Schortman	1	2,32
Schyler	1	2,32
Scott, D.	1	2,32
Shackel	1	2,32
Shackley	1	2,32
Sharer	1	2,32

Smardz	1	2,32
Smith, B.	1	2,32
Spaulding	1	2,32
Staski	1	2,32
Sullivan, A.P.	1	2,32
Tarble	1	2,32
Telster	1	2,32
Thomas, D.	1	2,32
Thomas, J.	1	2,32
Van der Leuw	1	2,32
Vierra	1	2,32
Vita-Finzi	1	2,32
Vogt	1	2,32
Washburn	1	2,32
Waters	1	2,32
Watters, M.R.	1	2,32
Whallon	1	2,32
Wing	1	2,32
Yamim	1	2,32
Yentsch	1	2,32
Zamora	1	2,32

Neste quadro 11, as três primeiras posições são ocupadas com a mesma quantidade e representam, respectivamente, autores do processualismo, pós-processualismo e da escola francesa. Em terceiro lugar, um autor é do histórico-culturalismo. Dos 227 autores, 141 foram contemplados com uma única referência.

Quadro 12		
REFERENCIAL TEÓRICO-UFPE		
ARQUEOLÓGICO		
Autores Estrangeiros		
TOTAL: 62		
AUTOR	Quantidade	%
Binford	6	42,85
Meggors	6	42,85
Hodder	5	35,71
Trigger	5	35,71
Rye	4	28,57
Schiffer	4	28,57
Butzer	3	21,42
Clarke	3	21,42
Evans	3	21,42
Ford, J.A.	3	21,42
Willely	3	21,42
Alcina Franch	2	14,28
Childe	2	14,28

Flannery	2	14,28
Kelly	2	14,28
Laming-Emperaire	2	14,28
Leroi-Gourhan	2	14,28
Lumbreras	2	14,28
Marino	2	14,28
Orser	2	14,28
Phillips	2	14,28
Plog	2	14,28
Sanders	2	14,28
Shepard	2	14,28
South	2	14,28
Watson, P. J.	2	14,28
Bahn	1	7,14
Beaudry	1	7,14
Bettinger	1	7,14
Brothwell	1	7,14
Carandini	1	7,14
Chang	1	7,14
Deetz	1	7,14
Dunnell	1	7,14
Falk	1	7,14
Foley	1	7,14
Frédéric	1	7,14
Fritz, J.	1	7,14
Hally	1	7,14
Henrickson	1	7,14
Hill, J.	1	7,14
Hole	1	7,14
Kingery	1	7,14
Krammer	1	7,14
Lathrap, D.	1	7,14
Longacre	1	7,14
Matson	1	7,14
McNutt	1	7,14
Miller, T. O.	1	7,14
Parsons	1	7,14
Pessis, A.M.	1	7,14
Prous	1	7,14
Renfrew	1	7,14
Rice	1	7,14
Shanks	1	7,14
Spaulding	1	7,14
Tarble	1	7,14
Tilley	1	7,14
Tixier	1	7,14
Vargas-Arenas	1	7,14
Veloz Maggiolo	1	7,14
Wheeler	1	7,14
Zubrow	1	7,14

No quadro 12, a primeira posição é, respectivamente, de autores do processualismo e do histórico-culturalismo. Em segundo, um autor é pós-processual. Dois autores da escola francesa, entre outros, ocupam o quinto. 37 autores com uma única referência, num total de 62.

Quadro 13		
REFERENCIAL TEÓRICO-PUC		
ARQUEOLÓGICO		
Autores Estrangeiros		
TOTAL: 103		
AUTOR	Quantidade	%
Hodder	8	57,14
Binford	7	50
Meggers	5	35,71
Schiffer	5	35,71
Brezillon	4	28,57
Childe	4	28,57
Clarke	4	28,57
Laming-Emperaire	4	28,57
Leroi-Gourhan	4	28,57
Orser	4	28,57
Deetz	3	21,42
Ford, J.A.	3	21,42
Rathz	3	21,42
Watson, P. J.	3	21,42
Willey	3	21,42
Balfet	2	14,28
Beaudry	2	14,28
Butzer	2	14,28
Chang	2	14,28
Clark	2	14,28
Collins	2	14,28
Evans	2	14,28
Flannery	2	14,28
Higgs	2	14,28
Leone	2	14,28
Phillips	2	14,28
Shepard	2	14,28
South	2	14,28
Alcina Franch	1	7,14
Arnold	1	7,14
Aston	1	7,14
Audouze	1	7,14
Bahn	1	7,14
Baker	1	7,14
Banforth	1	7,14
Barceló	1	7,14

Bate	1	7,14
Bettinger	1	7,14
Bordes	1	7,14
Bowers	1	7,14
Brumfiel	1	7,14
Charlton	1	7,14
Cousin	1	7,14
Crabtree	1	7,14
Cressey	1	7,14
Criado Boado	1	7,14
Davidons, I.	1	7,14
Delaporte	1	7,14
Desroisiers	1	7,14
Dobres	1	7,14
Frédéric	1	7,14
Gallay	1	7,14
Gardin	1	7,14
Gero	1	7,14
Gould, R.	1	7,14
Hayden	1	7,14
Ingold	1	7,14
Jarman	1	7,14
Karlin	1	7,14
Krammer	1	7,14
Laet	1	7,14
Lathrap, D.	1	7,14
Little	1	7,14
Luró	1	7,14
Marino	1	7,14
McGuire	1	7,14
Medin	1	7,14
Moss	1	7,14
Mrozowski	1	7,14
Nash	1	7,14
Odell	1	7,14
Oliveira Jorge	1	7,14
Orme	1	7,14
Patterson	1	7,14
Paynter	1	7,14
Pérles	1	7,14
Pesez	1	7,14
Plog	1	7,14
Prous	1	7,14
Renfrew	1	7,14
Reynolds	1	7,14
Rice	1	7,14
Rubertone	1	7,14
Rye	1	7,14
Sabloff	1	7,14
Sanders	1	7,14
Schobinger	1	7,14
Shanks	1	7,14
Sinopoli	1	7,14
Spencer-Wood	1	7,14
Stanislawski	1	7,14

Staski	1	7,14
Tabaczynski	1	7,14
Taylor, W.	1	7,14
Tilley	1	7,14
Tixier	1	7,14
Trigger	1	7,14
Upton	1	7,14
Vialou	1	7,14
Vita-Finzi	1	7,14
Wheeler	1	7,14
Wynn	1	7,14
Zapatero	1	7,14

No quadro 13, voltam posições em quantidades diferenciadas. Na primeira, um autor pós-processual; na segunda, processual; na terceira, um é histórico-cultural. Na quarta, entre outros, três autores da escola francesa. De 103 autores, 75 com uma única referência.

Quadro 14		
REFERENCIAL TEÓRICO-USP		
ARQUEOLÓGICO		
Autores brasileiros		
TOTAL: 17		
AUTOR	Quantidade	%
Meneses, U.B. de	7	16,27
Funari	5	11,62
Neves, W.	5	11,62
Lima, T. A.	4	9,3
Eble	2	4,65
Barreto, C. N.B.B.	1	2,32
Brochado, J.J.P.	1	2,32
Faccio, N.B.	1	2,32
Figuti, L.	1	2,32
Gaspar, M.D.	1	2,32
Guidon	1	2,32
Kern, A.A.	1	2,32
Mendonça de Souza, A.	1	2,32
Neves, E.	1	2,32
Pallestrini, L.	1	2,32
Scatamacchia, M.C.M.	1	2,32
Silva, F.	1	2,32

Autores brasileiros, como referência teórica, estão substancialmente em número menor, ao se comparar com os dados anteriores para com os autores estrangeiros. Neste quadro 14, o primeiro é da AP. Apresentando a mesma quantidade, no segundo, respectivamente, um autor da APP e o outro da AP. De 17, 12 autores com uma única referência.

Quadro 15		
REFERENCIAL TEÓRICO-UFPE		
ARQUEOLÓGICO		
Autores brasileiros		
TOTAL: 22		
AUTOR	Quantidade	%
Albuquerque, M.	2	14,28
Brochado, J.J.P.	2	14,28
Funari	2	14,28
Kern, A.A.	2	14,28
Meneses, U.B. de	2	14,28
Wust, I.	2	14,28
Beltrão, M.C.	1	7,14
Calderón	1	7,14
Chmyz, I.	1	7,14
Dias, O.	1	7,14
Guidon	1	7,14
La Salvia	1	7,14
Lima, T. A.	1	7,14
Lins Caldas	1	7,14
Maranca	1	7,14
Martin	1	7,14
Mentz Ribeiro, Pedro A.	1	7,14
Pallestrini, L.	1	7,14
Perota	1	7,14
Rohr	1	7,14
Schmitz, P.I.	1	7,14
Simões	1	7,14

Os três primeiros autores apresentam as mesmas quantidades e são, respectivamente, da AP, da AHC e da APP. Neste quadro 15, dos 22 autores, 16 com uma única referência.

Quadro 16		
REFERENCIAL TEÓRICO-PUC		
ARQUEOLÓGICO		
Autores brasileiros		
TOTAL: 05		
AUTOR	Quantidade	%
Kern, A.A.	6	42,85
Funari	5	35,71
Neves, W.	4	28,57
Lima, T. A.	2	14,28
Dias, A.S.	1	7,14

Cinco autores compõem o quadro 16. Destes, o primeiro é referência da EF, o segundo da APP e o terceiro da AP. Apesar de pequeno, em relação aos quadros anteriores, mantém o 'padrão referencial' apresentado no quadro 07.

Até aqui apresentei os dados dos quadros 07 a 16. Dizem respeito ao referencial teórico arqueológico, agrupando autores estrangeiros e brasileiros.

É possível, a partir dos dados dos quadros acima relacionados, se afirmar pela existência de teoria arqueológica na Arqueologia brasileira? Sim, principalmente, pelos dados do quadro 07 que ordena os dos demais quadros (de 08 a 16). Ainda que majoritariamente implícitos (quadro 04), as referências para com as quatro posições teóricas estão bem representadas nos quatro primeiros autores do quadro 07: Binford, Hodder, Leroi-Gourhan e Meggers. Assim, pode-se caracterizar, a partir destes dados, não tanto oposição ou desinteresse, mas uma aderência velada a estas posições teóricas. Será esta não explicitação uma elementar, deliberada e consensual escolha dos arqueólogos brasileiros para com as tais posições teóricas? Escolha esta, que estaria apontando para um silêncio e indiferença, assumido em afirmar por não importância em explicitações teóricas que vinculem posições teóricas arqueológicas aos trabalhos das pesquisas? Pelo sim, pelo não, os 315 autores referenciados no quadro 07, abrangem um amplo universo que abarca

os mais variados caminhos dentro das principais propostas das quatro posições teóricas que se destacam na discursividade do empírico pesquisado.

Tecendo algumas comparações. Posso constatar que, no quadro 07, com dados de todas as instituições, estão, em primeiro lugar, um autor processual e um pós-processual respectivamente. Em segundo, também juntos, um autor da escola francesa e um histórico-cultural. No sexto, - Funari - um autor brasileiro. Muda um pouco, no quadro 08/PUC. Aqui, em primeiro, um autor pós-processual e, em segundo, um processual. Kern e Funari, autores brasileiros, respectivamente, em terceiro e em quarto lugar. No quadro 09/UFPE, volta a situação de empate no primeiro lugar. Porém, aqui, um autor processual e um histórico-cultural respectivamente. Em quinto lugar, entre outros, cinco autores brasileiros. Por fim, no quadro 10/USP, outra situação. Em primeiro lugar, três autores: um processual, um pós-processual e um da escola francesa. Em quinto, - Meneses - autor brasileiro. Tais dados demonstram, apesar de diferentes situações - com todas as instituições juntas ou cada uma separadamente - que as quatro posições teóricas estão marcadas e escolhidas nas produções discursivas pesquisadas. Enfim, lá estão as teorias arqueológicas.

Por outro lado, a partir dos dados dos quadros 07 a 16, se confirma a manutenção do que venho denominando de 'padrão referencial' - os autores não se distanciam numericamente de um para outro e diminuem entre si, na quase totalidade dos casos, com valor de uma unidade.

O que seria possível dizer em relação a impressionante quantidade de autores referenciados apenas uma vez - na maioria dos quadros ultrapassando a metade em relação ao número total? Posso apenas tentar responder em nível de hipóteses: 1) os pós-graduandos não tiveram, em sua formação acadêmica, disciplinas suficientes e necessárias

que lhes fornecesse sólidos rumos em relação ao uso e estudo das teorias arqueológicas. Buscaram os principais autores de cada posição teórica - que se destacam nas primeiras colocações na maioria dos quadros - e pipocaram dentro da quente panela que contivesse a mais ampla gama possível de referenciais teóricos e que abrangesse os mais variados autores inseridos nas quatro principais posições teóricas. Sobre esta situação, Ribeiro (2003:126) faz um alerta em relação ao emprego de referências bibliográficas, em assuntos de teorias, nos trabalhos acadêmicos: "O método² é algo que nós vamos constituindo à medida que pesquisamos (...). Só ao término do trabalho é que sabemos como ele funcionou. E isso vale até para as teses ou dissertações medíocres: porque, se alguém só consegue utilizar teorias alheias com uma desesperadora falta de criatividade, parafraseando, repetindo, etc., mesmo assim sempre realçará certos pontos da teoria imitada e deixará outros de fora; e nisso está sua, digamos, originalidade, ainda que fraca"; 2) tiveram os pós-graduandos, durante sua formação acadêmica, orientadores que seguiram uma orientação segura e normativa, de um lado, dispersa e descompromissada, de outro.

Prossigo nesta enquadração de dados. Apresento agora - quadros 17 a 26 - os que organizam informações do referencial teórico não-arqueológico, autores estrangeiros e brasileiros.

Quadro 17		
REFERENCIAL TEÓRICO		
PUC-UFPE-USP		
NÃO-ARQUEOLÓGICO		
Autores Estrangeiros e Brasileiros		
TOTAL: 226		
AUTOR	Quantidade	%
Levi-Strauss	9	12,67
Cardoso, C.F.	7	9,85
Harris, M.	7	9,85

² O autor, em nota ao texto, salienta que utiliza o termo 'método' no sentido de referências teóricas/teorias.

Eco	6	8,45
Mello, M.A.S.	6	8,45
Vogel, A.	6	8,45
Freyre, G.	5	7,04
Furtado, C.	5	7,04
Holanda, S.B.	5	7,04
Le Goff	5	7,04
Bachelard	4	5,63
Bourdieu	4	5,63
Da Matta	4	5,63
Fernandes, F.	4	5,63
Foucault	4	5,63
Murdock	4	5,63
Service	4	5,63
Steward, J.H.	4	5,63
Wittgenstein	4	5,63
Braudel	3	4,22
Carneiro, R.	3	4,22
Chartier	3	4,22
Clastres, H.	3	4,22
Geertz	3	4,22
Godelier	3	4,22
Kaplan	3	4,22
Kossoy	3	4,22
Lapa	3	4,22
Marx	3	4,22
Mauss	3	4,22
Popper	3	4,22
Prado Jr., C.	3	4,22
Sahlins	3	4,22
Santos, M.	3	4,22
Schaff	3	4,22
Veyne	3	4,22
Viveiros de Castro	3	4,22
Wallerstein	3	4,22
White, L.	3	4,22
Ariés	2	2,81
Barthes	2	2,81
Benjamin	2	2,81
Bertalanffy	2	2,81
Boas	2	2,81
Bornheim	2	2,81
Bosi	2	2,81
Cândido, A.	2	2,81
Cardoso, F.H.	2	2,81
Chauí	2	2,81
Clastres, P.	2	2,81
Comas, J.	2	2,81
Deely	2	2,81
Durkheim	2	2,81
Engels	2	2,81
Faoro	2	2,81
Giddens	2	2,81
Goldman, L.	2	2,81
Heller	2	2,81

Higgs	2	2,81
Laraia	2	2,81
Malinowski	2	2,81
Marrou	2	2,81
Mota, C.G.	2	2,81
Novais, F.	2	2,81
Olivier, G.	2	2,81
Ortiz, R.	2	2,81
Panofski	2	2,81
Ribeiro, D.	2	2,81
Rodrigues, J.H.	2	2,81
Salmon	2	2,81
Sodré, N.W.	2	2,81
Thompson, P.	2	2,81
Ab'Saber	1	1,4
Adorno	1	1,4
Alencastro, L.F.	1	1,4
Algranti	1	1,4
Alland Jr.	1	1,4
Alston	1	1,4
Althusser	1	1,4
Arantes	1	1,4
Arruda, J.J.	1	1,4
Atlan	1	1,4
Azevedo, F.	1	1,4
Bachi	1	1,4
Backes-Clément	1	1,4
Baker	1	1,4
Balandier	1	1,4
Balibar	1	1,4
Barth	1	1,4
Bastide	1	1,4
Bates, M.	1	1,4
Baudrillard	1	1,4
Bazin	1	1,4
Benoist	1	1,4
Berman, M.	1	1,4
Bernardi, B.	1	1,4
Besselaar	1	1,4
Boff, L.	1	1,4
Bonfil Batalla	1	1,4
Brandão, C.R.	1	1,4
Burke, P.	1	1,4
Calligaris	1	1,4
Carena	1	1,4
Castoriadis	1	1,4
Cavalli-Sforza	1	1,4
Certeau	1	1,4
Chaunu	1	1,4
Coelho Neto	1	1,4
Corbin	1	1,4
Costa, M.H.	1	1,4
Coutinho, C.N.	1	1,4
Dagognet	1	1,4
Damásio	1	1,4

Darwin	1	1,4
Debret	1	1,4
Deloche	1	1,4
Descartes	1	1,4
Dias, M.O.	1	1,4
Douglas, M.	1	1,4
Duarte, P.	1	1,4
Dumont	1	1,4
Duncan, J.	1	1,4
Ehret	1	1,4
Elias	1	1,4
Engelmann	1	1,4
Ewers	1	1,4
Falcade	1	1,4
Fenton	1	1,4
Foot	1	1,4
Fox, R.	1	1,4
France, C.	1	1,4
France, X.	1	1,4
Freire, P.	1	1,4
Fulchignoni	1	1,4
Gadamer	1	1,4
Galvão, E.	1	1,4
Genovese	1	1,4
Gianotti	1	1,4
Ginzburg	1	1,4
Glenisson	1	1,4
Gorini	1	1,4
Gould, S.J.	1	1,4
Gourarier	1	1,4
Gramsci	1	1,4
Guattari	1	1,4
Gullar	1	1,4
Habermas	1	1,4
Haggett	1	1,4
Harpending	1	1,4
Hauser	1	1,4
Hobsbawn	1	1,4
Hoebel	1	1,4
Horkheimer	1	1,4
Ianni	1	1,4
Keesing	1	1,4
Kelso	1	1,4
Kosik	1	1,4
Lalande	1	1,4
Leach, E.	1	1,4
Leite, M.M.	1	1,4
Lemonnier	1	1,4
León	1	1,4
Lewontin	1	1,4
Lukács	1	1,4
Lustig-Arecco	1	1,4
Luz, N.V.	1	1,4
Lyell	1	1,4
Manheim	1	1,4

Marcuse	1	1,4
Martins, W.	1	1,4
Matos, O.	1	1,4
Mavaiwala	1	1,4
Mayr	1	1,4
Mead	1	1,4
Meiklejohn	1	1,4
Meilassoux	1	1,4
Merlau-Ponty	1	1,4
Métraux	1	1,4
Miceli, S.	1	1,4
Monteiro, J. M.	1	1,4
Moran	1	1,4
Morgan	1	1,4
Morin	1	1,4
Niles	1	1,4
Odell	1	1,4
Oliveira, R.C.	1	1,4
Onfray	1	1,4
Orlandi, E.	1	1,4
Ortega y Gasset	1	1,4
Pérez, C.	1	1,4
Pierce	1	1,4
Pouillon	1	1,4
Rappaport, R.	1	1,4
Ribeiro, B.G.	1	1,4
Ricoeur	1	1,4
Rodrigues, A.	1	1,4
Rouanet	1	1,4
Rugendas	1	1,4
Saes	1	1,4
Salmon, M.	1	1,4
Salzano	1	1,4
Sanchez Vázquez	1	1,4
Sartre	1	1,4
Shalins	1	1,4
Silva, M.B.N. da	1	1,4
Singer, P.	1	1,4
Sontag	1	1,4
Souza, L.M.	1	1,4
Spencer	1	1,4
Stein, S.	1	1,4
Stocking	1	1,4
Sturtevant	1	1,4
Tattersal	1	1,4
Touraine	1	1,4
Trinkaus	1	1,4
Tylor	1	1,4
Vansina	1	1,4
Varine Bohan	1	1,4
Vidal, L.B.	1	1,4
Viet	1	1,4
Vilar	1	1,4
Vovelle	1	1,4
Wachtel	1	1,4

Washburn	1	1,4
Weber	1	1,4

Voltando aos dados do quadro 06 - Referencial Teórico Não-Arqueológico Explícito. Lá aparece, respectivamente, a História e a Antropologia, como os principais campos do conhecimento explicitados em referências teóricas no empírico que pesquisei. Seguindo a ordem, vem a Etno-História, a Geologia, a Geomorfologia, a Sociologia e a Arquitetura, a Biologia, a Lingüística e a Antropologia Física nas primeiras dez colocações. Invertendo esta constatação, no quadro 17, o primeiro autor é da Antropologia e estrangeiro. O segundo é da História e brasileiro; em terceiro lugar, um autor da Semiótica, estrangeiro, e dois da Arquitetura, brasileiros; em quarto, um sociólogo brasileiro, um economista brasileiro, um historiador brasileiro e um historiador estrangeiro. Portanto, dos dez primeiros autores, seis são brasileiros e quatro estrangeiros.

Contudo, ainda que em termos de referenciais teóricos não-arqueológicos, permanece também para os dados dos quadros 17 a 26, o que antes aponte como hipóteses que instigariam futuras elucidações destas escolhas.

Mantém-se o que venho chamando de 'padrão referencial' - os autores não se distanciam numericamente de um para outro e diminuem entre si, na quase totalidade dos casos, com valor de uma unidade. Neste quadro 17, de 226 autores, 153 com uma única referência.

Quadro 18		
REFERENCIAL TEÓRICO-USP		
NÃO-ARQUEOLÓGICO		
Autores Estrangeiros e Brasileiros		
TOTAL: 150		
AUTOR	Quantidade	%
Levi-Strauss	6	13,95

Harris, M.	5	11,62
Holanda, S.B.	4	9,3
Murdock	4	9,3
Steward, J.H.	4	9,3
Wittgenstein	4	9,3
Viveiros de Castro	3	6,97
Boas	2	4,65
Bosi	2	4,65
Bourdieu	2	4,65
Cândido, A.	2	4,65
Cardoso, C.F.	2	4,65
Clastres, H.	2	4,65
Comas, J.	2	4,65
Durkheim	2	4,65
Faoro	2	4,65
Kaplan	2	4,65
Kossoy	2	4,65
Lapa	2	4,65
Le Goff	2	4,65
Olivier, G.	2	4,65
Ribeiro, D.	2	4,65
Service	2	4,65
White, L.	2	4,65
Ab'Saber	1	2,32
Alencastro, L.F.	1	2,32
Algranti	1	2,32
Alland Jr.	1	2,32
Arantes	1	2,32
Áries	1	2,32
Azevedo, F.	1	2,32
Baker	1	2,32
Balandier	1	2,32
Balibar	1	2,32
Barth	1	2,32
Barthes	1	2,32
Bastide	1	2,32
Bates, M.	1	2,32
Bazin	1	2,32
Benjamin	1	2,32
Benoist	1	2,32
Bernardi, B.	1	2,32
Bertalanffy	1	2,32
Boff, L.	1	2,32
Bonfil Batalla	1	2,32
Bornheim	1	2,32
Braudel	1	2,32
Carneiro, R.	1	2,32
Cavalli-Sforza	1	2,32
Chartier	1	2,32
Chaui	1	2,32
Clastres, P.	1	2,32
Coutinho, C.N.	1	2,32
Da Matta	1	2,32
Dagognet	1	2,32
Darwin	1	2,32

Debret	1	2,32
Deloche	1	2,32
Descartes	1	2,32
Dias, M.O.	1	2,32
Duarte, P.	1	2,32
Duncan, J.	1	2,32
Eco	1	2,32
Elias	1	2,32
Engelmann	1	2,32
Engels	1	2,32
Ewers	1	2,32
Fenton	1	2,32
Fernandes, F.	1	2,32
Foot	1	2,32
Foucault	1	2,32
Fox, R.	1	2,32
France, C.	1	2,32
France, X.	1	2,32
Freire, P.	1	2,32
Freyre, G.	1	2,32
Fulchignoni	1	2,32
Furtado, C.	1	2,32
Galvão, E.	1	2,32
Geertz	1	2,32
Genovese	1	2,32
Giddens	1	2,32
Ginzburg	1	2,32
Godelier	1	2,32
Goldman, L.	1	2,32
Gorini	1	2,32
Gould, S.J.	1	2,32
Gourarier	1	2,32
Gullar	1	2,32
Haggett	1	2,32
Harpending	1	2,32
Hauser	1	2,32
Hobsbawn	1	2,32
Hoebel	1	2,32
Ianni	1	2,32
Kelso	1	2,32
Laraia	1	2,32
Leach, E.	1	2,32
Leite, M.M.	1	2,32
Lemonnier	1	2,32
León	1	2,32
Lewontin	1	2,32
Lustig-Arecco	1	2,32
Luz, N.V.	1	2,32
Lyell	1	2,32
Malinowski	1	2,32
Martins, W.	1	2,32
Marx	1	2,32
Mauss	1	2,32
Mavalwala	1	2,32
Mayr	1	2,32

Meiklejohn	1	2,32
Meillassoux	1	2,32
Miceli, S.	1	2,32
Monteiro, J. M.	1	2,32
Moran	1	2,32
Morgan	1	2,32
Mota, C.G.	1	2,32
Novais, F.	1	2,32
Onfray	1	2,32
Ortiz, R.	1	2,32
Pérez, C.	1	2,32
Pouillon	1	2,32
Rappaport, R.	1	2,32
Ribeiro, B.G.	1	2,32
Rodrigues, J.H.	1	2,32
Rugendas	1	2,32
Saes	1	2,32
Salmon	1	2,32
Salmon, M.	1	2,32
Salzano	1	2,32
Shalins	1	2,32
Sodré, N.W.	1	2,32
Sontag	1	2,32
Souza, L.M.	1	2,32
Spencer	1	2,32
Stein, S.	1	2,32
Stocking	1	2,32
Sturtevant	1	2,32
Thompson, P.	1	2,32
Trinkaus	1	2,32
Tylor	1	2,32
Vansina	1	2,32
Varine Bohan	1	2,32
Vidal, L.B.	1	2,32
Viet	1	2,32
Wachtel	1	2,32
Wallerstein	1	2,32
Washburn	1	2,32
Weber	1	2,32

Seguindo as cinco primeiras colocações do quadro 18: em primeiro e segundo lugares, dois antropólogos estrangeiros; em terceiro, um historiador brasileiro, dois antropólogos estrangeiros e um filósofo estrangeiro; em quarto, um antropólogo brasileiro; em quinto um antropólogo estrangeiro e, dois sociólogos, respectivamente, um brasileiro e um estrangeiro. Aqui, dos dez primeiros autores, sete são estrangeiros e três brasileiros. De um total de 150, 126 autores com uma única referência.

Quadro 19		
REFERENCIAL TEÓRICO-UFPE		
NÃO-ARQUEOLÓGICO		
Autores Estrangeiros e Brasileiros		
TOTAL: 79		
AUTOR	Quantidade	%
Cardoso, C.F.	3	21,42
Freyre, G.	3	21,42
Furtado, C.	3	21,42
Le Goff	3	21,42
Prado Jr., C.	3	21,42
Bachelard	2	14,28
Eco	2	14,28
Heller	2	14,28
Mello, M.A.S.	2	14,28
Popper	2	14,28
Santos, M.	2	14,28
Schaff	2	14,28
Service	2	14,28
Vogel, A.	2	14,28
Wallerstein	2	14,28
Adorno	1	7,14
Althusser	1	7,14
Áries	1	7,14
Arruda, J.J.	1	7,14
Atlan	1	7,14
Bertalanffy	1	7,14
Besselaar	1	7,14
Bornheim	1	7,14
Bourdieu	1	7,14
Braudel	1	7,14
Burke, P.	1	7,14
Carena	1	7,14
Carneiro, R.	1	7,14
Castoriadis	1	7,14
Chartier	1	7,14
Chauí	1	7,14
Chaunu	1	7,14
Costa, M.H.	1	7,14
Da Matta	1	7,14
Ehret	1	7,14
Engels	1	7,14
Fernandes, F.	1	7,14
Foucault	1	7,14
Gadamer	1	7,14
Gianotti	1	7,14
Godelier	1	7,14
Goldman, L.	1	7,14
Gramsci	1	7,14
Guattari	1	7,14
Habermas	1	7,14
Harris, M.	1	7,14
Higgs	1	7,14
Horkheimer	1	7,14

Kosik	1	7,14
Kossoy	1	7,14
Lapa	1	7,14
Lukács	1	7,14
Malinowski	1	7,14
Manheim	1	7,14
Marcuse	1	7,14
Marrou	1	7,14
Marx	1	7,14
Métraux	1	7,14
Morin	1	7,14
Mota, C.G.	1	7,14
Niles	1	7,14
Novais, F.	1	7,14
Orlandi, E.	1	7,14
Ortega y Gasset	1	7,14
Ortiz, R.	1	7,14
Panofski	1	7,14
Rodrigues, A.	1	7,14
Rodrigues, J.H.	1	7,14
Rouanet	1	7,14
Sahlins	1	7,14
Sanchez Vázquez	1	7,14
Sartre	1	7,14
Silva, M.B.N. da	1	7,14
Sodré, N.W.	1	7,14
Tattersal	1	7,14
Veyne	1	7,14
Vilar	1	7,14
Vovelle	1	7,14
White, L.	1	7,14

Cinco brasileiros e cinco estrangeiros, ocupando, respectivamente, o primeiro e segundo lugares, estão entre os dez primeiros autores neste quadro 19. No primeiro: três historiadores, dois brasileiros e um estrangeiro, um sociólogo brasileiro e um economista brasileiro. No segundo: três filósofos estrangeiros, um autor da Semiótica e estrangeiro e um da Arquitetura e brasileiro. 66 autores com uma única referência, dentre 79.

Quadro 20		
REFERENCIAL TEÓRICO-PUC		
NÃO-ARQUEOLÓGICO		
Autores Estrangeiros e Brasileiros		
TOTAL: 66		
AUTOR	Quantidade	%
Mello, M.A.S.	4	28,57
Vogel, A.	4	28,57
Eco	3	21,42
Levi-Strauss	3	21,42
Bachelard	2	14,28
Cardoso, C.F.	2	14,28
Cardoso, F.H.	2	14,28
Da Matta	2	14,28
Deely	2	14,28
Fernandes, F.	2	14,28
Foucault	2	14,28
Geertz	2	14,28
Mauss	2	14,28
Sahlins	2	14,28
Veyne	2	14,28
Alston	1	7,14
Bachi	1	7,14
Backes-Clément	1	7,14
Barthes	1	7,14
Baudrillard	1	7,14
Benjamin	1	7,14
Berman	1	7,14
Bourdieu	1	7,14
Brandão, C.R.	1	7,14
Braudel	1	7,14
Calligaris	1	7,14
Carneiro, R.	1	7,14
Certeau	1	7,14
Chartier	1	7,14
Clastres, H.	1	7,14
Clastres, P.	1	7,14
Coelho Neto	1	7,14
Corbin	1	7,14
Damásio	1	7,14
Douglas, M.	1	7,14
Dumont	1	7,14
Falcade	1	7,14
Freyre, G.	1	7,14
Furtado, C.	1	7,14
Giddens	1	7,14
Glenisson	1	7,14
Godelier	1	7,14
Harris, M.	1	7,14
Higgs	1	7,14
Holanda, S.B.	1	7,14
Kaplan	1	7,14
Keesing	1	7,14
Lalande	1	7,14

Laraia	1	7,14
Marrou	1	7,14
Marx	1	7,14
Matos, O.	1	7,14
Mead	1	7,14
Merleau-Ponty	1	7,14
Odell	1	7,14
Oliveira, R.C.	1	7,14
Panofski	1	7,14
Pierce	1	7,14
Popper	1	7,14
Ricoeur	1	7,14
Salmon	1	7,14
Santos, M.	1	7,14
Schaff	1	7,14
Singer, P.	1	7,14
Thompson, P.	1	7,14
Touraine	1	7,14

No quadro 20, dos dez primeiros autores, seis são brasileiros e quatro estrangeiros. No primeiro lugar, dois são brasileiros e da Arquitetura. No segundo, um é estrangeiro e da Semiótica e o outro antropólogo e estrangeiro. No terceiro, um é filósofo e estrangeiro, um é brasileiro e historiador, dois são sociólogos brasileiros e dois são antropólogos, respectivamente, brasileiro e estrangeiro. Neste quadro, 50 com uma única referência, de um total de 66.

Na sequência, apresento os quadros de 21 a 26, cujos dados, extraídos do quadro 17, destacam autores estrangeiros e brasileiros, por instituição.

Quadro 21		
REFERENCIAL TEÓRICO-USP		
NÃO-ARQUEOLÓGICO		
Autores Estrangeiros		
TOTAL: 105		
AUTOR	Quantidade	%
Levi-Strauss	6	13,95
Harris, M.	5	11,62
Murdock	4	9,3
Steward, J.H.	4	9,3
Wittgenstein	4	9,3
Boas	2	4,65
Bourdieu	2	4,65

Clastres, H.	2	4,65
Comas, J.	2	4,65
Durkheim	2	4,65
Kaplan	2	4,65
Le Goff	2	4,65
Olivier, G.	2	4,65
Service	2	4,65
White, L.	2	4,65
Alland Jr.	1	2,32
Ariés	1	2,32
Baker	1	2,32
Balandier	1	2,32
Balibar	1	2,32
Barth	1	2,32
Barthes	1	2,32
Bastide	1	2,32
Bates, M.	1	2,32
Bazin	1	2,32
Benjamin	1	2,32
Benoist	1	2,32
Bernardi, B.	1	2,32
Bertalanffy	1	2,32
Bonfil Batalla	1	2,32
Braudel	1	2,32
Carneiro, R.	1	2,32
Cavalli-Sforza	1	2,32
Chartier	1	2,32
Clastres, P.	1	2,32
Dagognet	1	2,32
Darwin	1	2,32
Debret	1	2,32
Deloche	1	2,32
Descartes	1	2,32
Duncan, J.	1	2,32
Eco	1	2,32
Eliás	1	2,32
Engelmann	1	2,32
Engels	1	2,32
Ewers	1	2,32
Fenton	1	2,32
Foucault	1	2,32
Fox, R.	1	2,32
France, C.	1	2,32
France, X.	1	2,32
Fulchignoni	1	2,32
Geertz	1	2,32
Genovese	1	2,32
Giddens	1	2,32
Ginzburg	1	2,32
Godelier	1	2,32
Goldman, L.	1	2,32
Gorini	1	2,32
Gould, S.J.	1	2,32
Gourarier	1	2,32
Haggett	1	2,32

Harpending	1	2,32
Hauser	1	2,32
Hobsbawn	1	2,32
Hoebel	1	2,32
Kelso	1	2,32
Leach, E.K.	1	2,32
Lemonnier	1	2,32
León	1	2,32
Lewontin	1	2,32
Lustig-Arecco	1	2,32
Lyell	1	2,32
Malinowski	1	2,32
Marx	1	2,32
Mauss	1	2,32
Mavalwala	1	2,32
Mayr	1	2,32
Meiklejohn	1	2,32
Meillassoux	1	2,32
Moran	1	2,32
Morgan	1	2,32
Onfray	1	2,32
Pérez, C.	1	2,32
Pouillon	1	2,32
Rappaport, R.	1	2,32
Rugendas	1	2,32
Salmon	1	2,32
Salmon, M.	1	2,32
Shalins	1	2,32
Sontag	1	2,32
Spencer	1	2,32
Stein, S.	1	2,32
Stocking	1	2,32
Sturtevant	1	2,32
Thompson, P.	1	2,32
Trinkaus	1	2,32
Tylor	1	2,32
Vansina	1	2,32
Varine Bohan	1	2,32
Viet	1	2,32
Wachtel	1	2,32
Wallerstein	1	2,32
Washburn	1	2,32
Weber	1	2,32

No quadro 21, entre os dez primeiros autores, sete são antropólogos e, dentre estes, quatro ocupam as primeiras posições. Dois são sociólogos e um filósofo. De 105, 91 com uma única referência.

Quadro 22		
REFERENCIAL TEÓRICO-UFPE		
NÃO-ARQUEOLÓGICO		
Autores Estrangeiros		
TOTAL: 54		
AUTOR	Quantidade	%
Le Goff	3	21,42
Bachelard	2	14,28
Eco	2	14,28
Heller	2	14,28
Popper	2	14,28
Schaff	2	14,28
Service	2	14,28
Wallerstein	2	14,28
Adorno	1	7,14
Althusser	1	7,14
Áries	1	7,14
Atlan	1	7,14
Bertalanffy	1	7,14
Besselaar	1	7,14
Bourdieu	1	7,14
Braudel	1	7,14
Burke, P.	1	7,14
Carena	1	7,14
Carneiro, R.	1	7,14
Castoriadis	1	7,14
Chartier	1	7,14
Chaunu	1	7,14
Ehret	1	7,14
Engels	1	7,14
Foucault	1	7,14
Gadamer	1	7,14
Godelier	1	7,14
Goldman, L.	1	7,14
Gramsci	1	7,14
Guattari	1	7,14
Habermas	1	7,14
Harris, M.	1	7,14
Higgs	1	7,14
Horkheimer	1	7,14
Kosik	1	7,14
Lukács	1	7,14
Malinowski	1	7,14
Manheim	1	7,14
Marcuse	1	7,14
Marrou	1	7,14
Marx	1	7,14
Métraux	1	7,14
Morin	1	7,14
Niles	1	7,14
Ortega y Gasset	1	7,14
Panofski	1	7,14
Sahlins	1	7,14
Sanchez Vázquez	1	7,14

Sartre	1	7,14
Tattersal	1	7,14
Veyne	1	7,14
Vilar	1	7,14
Vovelle	1	7,14
White, L.	1	7,14

No primeiro lugar, um historiador, neste quadro 22. No segundo, três filósofos, um antropólogo, um sociólogo, um historiador e um autor da Semiótica. 46 com uma única referência, de 54 no total.

Quadro 23		
REFERENCIAL TEÓRICO-PUC		
NÃO-ARQUEOLÓGICO		
Autores Estrangeiros		
TOTAL: 48		
AUTOR	Quantidade	%
Eco	3	21,42
Levi-Strauss	3	21,42
Bachelard	2	14,28
Deely	2	14,28
Foucault	2	14,28
Geertz	2	14,28
Mauss	2	14,28
Sahlins	2	14,28
Veyne	2	14,28
Alston	1	7,14
Backes-Clément	1	7,14
Barthes	1	7,14
Baudrillard	1	7,14
Benjamin	1	7,14
Berman	1	7,14
Bourdieu	1	7,14
Braudel	1	7,14
Calligaris	1	7,14
Carneiro, R.	1	7,14
Certeau	1	7,14
Chartier	1	7,14
Clastres, H.	1	7,14
Clastres, P.	1	7,14
Corbin	1	7,14
Damásio	1	7,14
Douglas, M.	1	7,14
Dumont	1	7,14
Giddens	1	7,14
Glenisson	1	7,14
Godelier	1	7,14

Harris, M.	1	7,14
Higgs	1	7,14
Kaplan	1	7,14
Keesing	1	7,14
Lalande	1	7,14
Marrou	1	7,14
Marx	1	7,14
Mead	1	7,14
Merlau-Ponty	1	7,14
Odell	1	7,14
Panofski	1	7,14
Pierce	1	7,14
Popper	1	7,14
Ricoeur	1	7,14
Salmon	1	7,14
Schaff	1	7,14
Thompson, P.	1	7,14
Touraine	1	7,14

No quadro 23, 39 autores com uma única referência, de um total de 48.

Destes, no primeiro lugar um é da Semiótica e o outro antropólogo. Seguem, em segundo lugar, quatro antropólogos, dois filósofos e um historiador.

Quadro 24		
REFERENCIAL TEÓRICO-USP		
NÃO-ARQUEOLÓGICO		
Autores brasileiros		
TOTAL: 45		
AUTOR	Quantidade	%
Holanda, S.B.	4	9,3
Viveiros de Castro	3	6,97
Bosi	2	4,65
Cândido, A.	2	4,65
Cardoso, C.F.	2	4,65
Faoro	2	4,65
Kossoy	2	4,65
Lapa	2	4,65
Ribeiro, D.	2	4,65
Ab'Saber	1	2,32
Alencastro, L.F.	1	2,32
Algranti	1	2,32
Arantes	1	2,32
Azevedo, F.	1	2,32
Boff, L.	1	2,32
Bornheim	1	2,32
Chauí	1	2,32
Coutinho, C.N.	1	2,32

Da Matta	1	2,32
Dias, M.O.	1	2,32
Duarte, P.	1	2,32
Fernandes, F.	1	2,32
Foot	1	2,32
Freire, P.	1	2,32
Freyre, G.	1	2,32
Furtado, C.	1	2,32
Galvão, E.	1	2,32
Gullar	1	2,32
Ianni	1	2,32
Laraia	1	2,32
Leite, M.M.	1	2,32
Luz, N.V.	1	2,32
Martins, W.	1	2,32
Miceli, S.	1	2,32
Monteiro, J. M.	1	2,32
Mota, C.G.	1	2,32
Novais, F.	1	2,32
Ortiz, R.	1	2,32
Ribeiro, B.G.	1	2,32
Rodrigues, J.H.	1	2,32
Saes	1	2,32
Salzano	1	2,32
Sodré, N.W.	1	2,32
Souza, L.M.	1	2,32
Vidal, L.B.	1	2,32

No quadro 24, no primeiro lugar, um historiador. No segundo, um antropólogo. No terceiro, três sociólogos, dois historiadores, um antropólogo e um jornalista. No quarto, um geógrafo. De 45 autores, 36 com uma única referência.

Quadro 25		
REFERENCIAL TEÓRICO-UFPE		
NÃO-ARQUEOLÓGICO		
Autores brasileiros		
TOTAL: 23		
AUTOR	Quantidade	%
Cardoso, C.F.	3	21,42
Freyre, G.	3	21,42
Furtado, C.	3	21,42
Prado Jr., C.	3	21,42
Santos, M.	2	14,28
Arruda, J.J.	1	7,14
Bornheim	1	7,14
Chaui	1	7,14

Costa, M.H.	1	7,14
Da Matta	1	7,14
Fernandes, F.	1	7,14
Gianotti	1	7,14
Kossoy	1	7,14
Lapa	1	7,14
Mota, C.G.	1	7,14
Novais, F.	1	7,14
Orlandi, E.	1	7,14
Ortiz, R.	1	7,14
Rodrigues, A.	1	7,14
Rodrigues, J.H.	1	7,14
Rouanet	1	7,14
Silva, M.B.N. da	1	7,14
Sodré, N.W.	1	7,14

Neste quadro, uma alteração. Como a maior concentração de autores está nos cinco primeiros, ative-me a estas posições. No primeiro lugar, dois historiadores, um sociólogo, um economista. No segundo, um geógrafo. 18 autores com uma única referência, de um total de 23.

Quadro 26		
REFERENCIAL TEÓRICO-PUC		
NÃO-ARQUEOLÓGICO		
Autores brasileiros		
TOTAL: 16		
AUTOR	Quantidade	%
Cardoso, C.F.	2	14,28
Cardoso, F.H.	2	14,28
Da Matta	2	14,28
Fernandes, F.	2	14,28
Bachi	1	7,14
Brandão, C.R.	1	7,14
Coelho Neto	1	7,14
Falcade	1	7,14
Freyre, G.	1	7,14
Furtado, C.	1	7,14
Holanda, S.B.	1	7,14
Laraia	1	7,14
Matos, O.	1	7,14

Oliveira, R.C.	1	7,14
Santos, M.	1	7,14
Singer, P.	1	7,14

Aqui também uma alteração. Somente quatro autores, na primeira posição. Nesta, dois sociólogos, um historiador e um antropólogo. No quadro 26, de 16 autores, 12 com uma única referência.

Volto sobre os dados do quadro 06 - Referencial Teórico Não-Arqueológico Explícito. Lá aparece, respectivamente, a História e a Antropologia como os principais campos do conhecimento explicitados em referências teóricas no empírico que pesquisei. Seguindo a ordem, vem a Etno-História, a Geologia, a Geomorfologia, a Sociologia e a Arquitetura, a Biologia, a Lingüística e a Antropologia Física nas primeiras dez colocações. E a Filosofia? Esta, lá no quadro 06, explicitamente como Hermenêutica. No entanto, implicitamente, apareceu com as citações de filósofos nas referências bibliográficas.

Faço algumas comparações com os quadros 17 a 20 que também expõem dados sobre referências teóricas não-arqueológicas. Diferente do que mostra o quadro 06, no quadro 17, cujos dados agrupam as três instituições, em primeiro lugar está a Antropologia e, em segundo, a História. O que houve aqui? Enquanto dados advindos da busca por elucidar posições teóricas não-arqueológicas explícitas - quadro 06 - e obtidos a partir do fichamento de cada texto (Anexo 02), a História está colocada em primeiro lugar. No entanto, com a pesquisa nas referências bibliográficas dos textos do empírico e que resultaram nos dados quadro 17, a Antropologia se sobressai. Da mesma forma se confirma a diferença acima pontuada, no quadro 18/USP. Aqui, em primeiro lugar também a Antropologia e, em segundo, a História.

Entretanto, outros rumos. No quadro 19/UFPE, não se destaca a Antropologia. Na primeira colocação, empatam cinco autores. Destes, dois são da História. Outra situação. No quadro 20/PUC, em primeiro lugar, dois autores da Arquitetura. Em segundo, também dois autores, sendo um deles, da Antropologia.

Quadro 27		
REFERENCIAL TEÓRICO		
PUC-UFPE-USP		
AUTORES ESTRANGEIROS		
Arqueólogos e Não-Arqueólogos		
TOTAL: 438		
AUTOR	Quantidade	%
Binford	27	38,02
Hodder	27	38,02
Leroi-Gourhan	20	28,16
Meggers	20	28,16
Schiffer	17	23,94
Willey	14	19,71
Brezillon	13	18,3
Trigger	13	18,3
Clarke	12	16,9
Laming-Emperaire	12	16,9
Renfrew	12	16,9
Butzer	11	15,49
Childe	11	15,49
Ford, J.A.	11	15,49
Watson, P. J.	11	15,49
Chang	10	14,08
Orser	10	14,08
Rye	10	14,08
Shepard	10	14,08
Bahn	9	12,67
Deetz	9	12,67
Flannery	9	12,67
Levi-Strauss	9	12,67
Plog	9	12,67
Tilley	9	12,67
Tixier	9	12,67
Phillips	8	11,26
Rice	8	11,26
Shanks	8	11,26
Evans	7	9,85
Gould, R.	7	9,85
Harris, M.	7	9,85
Lumbreras	7	9,85
Arnold	6	8,45
Eco	6	8,45

South	6	8,45
Balfet	5	7,04
Beaudry	5	7,04
Carandini	5	7,04
Hill, J.	5	7,04
Le Goff	5	7,04
Orme	5	7,04
Sabloff	5	7,04
Yellen	5	7,04
Bachelard	4	5,63
Bate	4	5,63
Bettinger	4	5,63
Bourdieu	4	5,63
Carr, C.	4	5,63
Foucault	4	5,63
Gibbon, G.	4	5,63
Leone	4	5,63
McGuire	4	5,63
Murdock	4	5,63
Rathz	4	5,63
Redman	4	5,63
Service	4	5,63
Steward, J.H.	4	5,63
Wittgenstein	4	5,63
Bordes	3	4,22
Braudel	3	4,22
Carneiro, R.	3	4,22
Carr, C.	3	4,22
Charlton	3	4,22
Chartier	3	4,22
Clastres, H.	3	4,22
Alcina Franch	3	4,22
Frédéric	3	4,22
Gallay	3	4,22
Gándara	3	4,22
Geertz	3	4,22
Godelier	3	4,22
Hassan	3	4,22
Hayden	3	4,22
Higgs	3	4,22
Jones, S.	3	4,22
Kaplan	3	4,22
Kelly	3	4,22
Kramer, C.	3	4,22
Lathrap, D.	3	4,22
Longacre	3	4,22
Marino	3	4,22
Marx	3	4,22
Mauss	3	4,22
Moberg	3	4,22
Paynter	3	4,22
Pesez	3	4,22
Popper	3	4,22
Rouse	3	4,22
Sahlins	3	4,22

Sanders	3	4,22
Sanoja	3	4,22
Schaff	3	4,22
Seronie-Vivien	3	4,22
Sinopoli	3	4,22
Stanislowski	3	4,22
Ucko	3	4,22
Veyne	3	4,22
Wallerstein	3	4,22
White, L.	3	4,22
Wobst	3	4,22
Andrefsky	2	2,81
Ariés	2	2,81
Ascher	2	2,81
Barthes	2	2,81
Benjamin	2	2,81
Bertalanffy	2	2,81
Boas	2	2,81
Clark	2	2,81
Clastres, P.	2	2,81
Collins	2	2,81
Comas, J.	2	2,81
Conkey	2	2,81
Crabtree	2	2,81
Cressey	2	2,81
Criado Boado	2	2,81
De Vore	2	2,81
Deely	2	2,81
Durkheim	2	2,81
Engels	2	2,81
Foley	2	2,81
Gardin	2	2,81
Giddens	2	2,81
Gladfelter	2	2,81
Goldman, L.	2	2,81
Gummerman	2	2,81
Hally	2	2,81
Heller	2	2,81
Henrickson	2	2,81
Higgs	2	2,81
Hole	2	2,81
Ingold	2	2,81
Kingery	2	2,81
Lee, R.B.	2	2,81
Little	2	2,81
Majewski	2	2,81
Malinowski	2	2,81
Marrou	2	2,81
Meltzer	2	2,81
Miller, D.	2	2,81
Morris, I.	2	2,81
Mrozowski	2	2,81
Olivier, G.	2	2,81
Orton	2	2,81
Panofski	2	2,81

Parsons	2	2,81
Pesez	2	2,81
Prous	2	2,81
Roosevelt, A.C.	2	2,81
Rubertone	2	2,81
Sackett	2	2,81
Salmon	2	2,81
Semenov	2	2,81
Shennan	2	2,81
Skibo	2	2,81
Spaulding	2	2,81
Staski	2	2,81
Tarble	2	2,81
Tejero	2	2,81
Thompson, P.	2	2,81
Vita-Finzi	2	2,81
Wagstaff	2	2,81
Wheeler	2	2,81
Wiessner	2	2,81
Wylie	2	2,81
Adams, W.Y.	1	1,4
Adorno	1	1,4
Alland Jr.	1	1,4
Alston	1	1,4
Althusser	1	1,4
Armitt	1	1,4
Aston	1	1,4
Atherton	1	1,4
Atian	1	1,4
Audouze	1	1,4
Avery	1	1,4
Backes-Clément	1	1,4
Baker	1	1,4
Balandier	1	1,4
Balibar	1	1,4
Banforth	1	1,4
Barceló	1	1,4
Barros, C.	1	1,4
Bartel	1	1,4
Barth	1	1,4
Bastide	1	1,4
Bates, M.	1	1,4
Baudrillard	1	1,4
Bayley	1	1,4
Bazin	1	1,4
Benoist	1	1,4
Berman	1	1,4
Bernardi, B.	1	1,4
Besselaar	1	1,4
Bintliff	1	1,4
Bolson	1	1,4
Bonfil Batalla	1	1,4
Bowers	1	1,4
Brothwell	1	1,4
Brown, P.	1	1,4

Brumfiel	1	1,4
Bryan	1	1,4
Burke, P.	1	1,4
Cahen	1	1,4
Calligaris	1	1,4
Cardona	1	1,4
Carena	1	1,4
Castoriadis	1	1,4
Cavalli-Sforza	1	1,4
Certeau	1	1,4
Champion	1	1,4
Chapmann	1	1,4
Chaunu	1	1,4
Colan	1	1,4
Conklin	1	1,4
Consens	1	1,4
Corbin	1	1,4
Cossons	1	1,4
Cousin	1	1,4
Dagognet	1	1,4
Damásio	1	1,4
Daniel, G.	1	1,4
Darwin	1	1,4
Daumas	1	1,4
Dauvois	1	1,4
Davidons, I.	1	1,4
Davidson, D. A.	1	1,4
Davis, W.	1	1,4
Deagan	1	1,4
Deane	1	1,4
Deboer	1	1,4
Debret	1	1,4
Delaporte	1	1,4
Deloche	1	1,4
Descartes	1	1,4
Desroisiers	1	1,4
Dickens, R.	1	1,4
Dillehay	1	1,4
Dobres	1	1,4
Donnan	1	1,4
Douglas, M.	1	1,4
Duff	1	1,4
Dumont	1	1,4
Duncan, J.	1	1,4
Dunnell	1	1,4
Ebert	1	1,4
Ehret	1	1,4
Elias	1	1,4
Engelmann	1	1,4
Ericson, J.	1	1,4
Ewers	1	1,4
Fagan	1	1,4
Falk	1	1,4
Fenton	1	1,4
Fish	1	1,4

Flenniken	1	1,4
Fournier	1	1,4
Fox, R.	1	1,4
France, C.	1	1,4
France, X.	1	1,4
Freeman	1	1,4
Fritz, J.	1	1,4
Fulchignoni	1	1,4
Gadamer	1	1,4
Genovese	1	1,4
Gero	1	1,4
Ginzburg	1	1,4
Glassow	1	1,4
Glenisson	1	1,4
Goldberg, P.	1	1,4
Gonzalo	1	1,4
Gorecki	1	1,4
Gorini	1	1,4
Gould	1	1,4
Gould, S.J.	1	1,4
Gourarier	1	1,4
Gramsci	1	1,4
Guattari	1	1,4
Habermas	1	1,4
Hackens, T.	1	1,4
Haggett	1	1,4
Hardin	1	1,4
Harpending	1	1,4
Harrington	1	1,4
Hauser	1	1,4
Heizer	1	1,4
Hobsbawn	1	1,4
Hoebel	1	1,4
Horkheimer	1	1,4
Hudson	1	1,4
Hunter-Anderson	1	1,4
Ingersoll	1	1,4
Jarman	1	1,4
Jochim	1	1,4
Johnson, G.	1	1,4
Karlin	1	1,4
Keeley	1	1,4
Keesing	1	1,4
Kelso	1	1,4
Kent, S.	1	1,4
Kintig	1	1,4
Kirch	1	1,4
Klein	1	1,4
Klinger	1	1,4
Kohler	1	1,4
Kosik	1	1,4
Krammer	1	1,4
Kristiansen	1	1,4
Kroll	1	1,4
Kus	1	1,4

Laet	1	1,4
Laffineur	1	1,4
Lalande	1	1,4
Larsen	1	1,4
Leach, E.	1	1,4
Lees	1	1,4
Lemonnier	1	1,4
León	1	1,4
Lewontin	1	1,4
Lukács	1	1,4
Luró	1	1,4
Lustig-Arecco	1	1,4
Lyell	1	1,4
Lyman	1	1,4
Manheim	1	1,4
Marcuse	1	1,4
Martinez, V.M.	1	1,4
Mascher	1	1,4
Matson	1	1,4
Mavalwala	1	1,4
Mayr	1	1,4
McManamon	1	1,4
McNutt	1	1,4
Mead	1	1,4
Medin	1	1,4
Meiklejohn	1	1,4
Meilassoux	1	1,4
Meriau-Ponty	1	1,4
Métraux	1	1,4
Miller, T. O.	1	1,4
Molyneaux	1	1,4
Moran	1	1,4
Moratto	1	1,4
Morgan	1	1,4
Morin	1	1,4
Moss	1	1,4
Nash	1	1,4
Nastri	1	1,4
Negri, A.	1	1,4
Niles	1	1,4
Noble	1	1,4
O'Brien, M.	1	1,4
Odell	1	1,4
Oliveira Jorge	1	1,4
Onfray	1	1,4
Ortega y Gasset	1	1,4
Oswalt	1	1,4
Parker, S.	1	1,4
Patterson	1	1,4
Pearson	1	1,4
Pérez, C.	1	1,4
Péries	1	1,4
Persons	1	1,4
Pessis, A.M.	1	1,4
Pierce	1	1,4

Pinard	1	1,4
Potter	1	1,4
Pouillon	1	1,4
Praetzelis	1	1,4
Raab	1	1,4
Rapp	1	1,4
Rapp Jr	1	1,4
Rappaport, R.	1	1,4
Reynolds	1	1,4
Rhoades	1	1,4
Ricoeur	1	1,4
Rivet, P.	1	1,4
Rosignol	1	1,4
Rowlands, M.	1	1,4
Rugendas	1	1,4
Salmon, M.	1	1,4
Salwen	1	1,4
Sanchez Vázquez	1	1,4
Sánchez, R.N.	1	1,4
Sartre	1	1,4
Schlanger	1	1,4
Schnapp	1	1,4
Schobinger	1	1,4
Schortman	1	1,4
Schylar	1	1,4
Scott, D.	1	1,4
Shackel	1	1,4
Shackley	1	1,4
Shalins	1	1,4
Sharer	1	1,4
Smardz	1	1,4
Smith, B.	1	1,4
Sontag	1	1,4
Spencer	1	1,4
Spencer-Wood	1	1,4
Stein, S.	1	1,4
Stocking	1	1,4
Sturtevant	1	1,4
Sullivan, A.P.	1	1,4
Tabaczynski	1	1,4
Tattersal	1	1,4
Taylor, W.	1	1,4
Telster	1	1,4
Thomas, D.	1	1,4
Thomas, J.	1	1,4
Touraine	1	1,4
Trinkaus	1	1,4
Tylor	1	1,4
Upton	1	1,4
Van der Leuw	1	1,4
Vansina	1	1,4
Vargas-Arenas	1	1,4
Varine Bohan	1	1,4
Veloz Maggolo	1	1,4
Vialou	1	1,4

Vierra	1	1,4
Viet	1	1,4
Vilar	1	1,4
Vogt	1	1,4
Vovelle	1	1,4
Wachtel	1	1,4
Washburn	1	1,4
Waters	1	1,4
Watters, M.R.	1	1,4
Weber	1	1,4
Whallon	1	1,4
Wing	1	1,4
Wynn	1	1,4
Yamim	1	1,4
Yentsch	1	1,4
Zamora	1	1,4
Zapatero	1	1,4
Zubrow	1	1,4

Os dados do quadro 27, abrangendo as três instituições, são trazidos mais como uma especificidade em relação aos quadros antes apresentados. Aqui, quis destacar como se apresentam as escolhas de autores estrangeiros - arqueólogos e não-arqueólogos - como referências teóricas. A preponderância é para com os autores da Arqueologia. O primeiro autor não-arqueólogo está no nono lugar. É um antropólogo - Levi-Strauss e o único entre as dez primeiras colocações. De um total de 438, 283 com uma única referência.

Quadro 28		
REFERENCIAL TEÓRICO		
USP-PUC-UFPE		
AUTORES BRASILEIROS		
Arqueólogos e Não-Arqueólogos		
TOTAL: 98		
AUTOR	Quantidade	%
Funari	12	16,9
Kern, A.A.	9	12,67
Meneses, U.B. de	9	12,67
Neves, W.	9	12,67
Cardoso, C.F.	7	9,85
Lima, T. A.	7	9,85
Mello, M. A. S.	6	8,45
Vogel, A.	6	8,45

Freyre, G.	5	7,04
Furtado, C.	5	7,04
Holanda, S.B.	5	7,04
Da Matta	4	5,63
Fernandes, F.	4	5,63
Brochado, J.J.P.	3	4,22
Kossoy	3	4,22
Lapa	3	4,22
Prado Jr., C.	3	4,22
Santos, M.	3	4,22
Viveiros de Castro	3	4,22
Albuquerque, M.	2	2,81
Bornheim	2	2,81
Bosi	2	2,81
Cândido, A.	2	2,81
Cardoso, F.H.	2	2,81
Chauí	2	2,81
Eble	2	2,81
Faoro	2	2,81
Guidon	2	2,81
Laraia	2	2,81
Mota, C.G.	2	2,81
Novais, F.	2	2,81
Ortiz, R.	2	2,81
Pallestrini, L.	2	2,81
Ribeiro, D.	2	2,81
Rodrigues, J.H.	2	2,81
Sodré, N.W.	2	2,81
Wust, I.	2	2,81
Ab'Saber	1	1,4
Alencastro, L.F.	1	1,4
Algranti	1	1,4
Arantes	1	1,4
Arruda, J.J.	1	1,4
Azevedo, F.	1	1,4
Bachi	1	1,4
Barreto, C. N.B.B.	1	1,4
Beltrão, M.C.	1	1,4
Boff, L.	1	1,4
Brandão, C.R.	1	1,4
Calderón	1	1,4
Chmyz, I.	1	1,4
Coelho Neto	1	1,4
Costa, M.H.	1	1,4
Coutinho, C.N.	1	1,4
Dias, A.S.	1	1,4
Dias, M.O.	1	1,4
Dias, O.	1	1,4
Duarte, P.	1	1,4
Faccio, N.B.	1	1,4
Falcade	1	1,4
Figuti, L.	1	1,4
Foot	1	1,4
Freire, P.	1	1,4
Galvão, E.	1	1,4

Gaspar, M.D.	1	1,4
Gianotti	1	1,4
Gullar	1	1,4
Ianni	1	1,4
La Salvia	1	1,4
Leite, M.M.	1	1,4
Lins Caldas	1	1,4
Luz, N.V.	1	1,4
Maranca	1	1,4
Martin	1	1,4
Martins, W.	1	1,4
Matos, O.	1	1,4
Mendonça de Souza, A.	1	1,4
Mentz Ribeiro, Pedro A.	1	1,4
Miceli, S.	1	1,4
Monteiro, J. M.	1	1,4
Neves, E.	1	1,4
Oliveira, R.C.	1	1,4
Orlandi, E.	1	1,4
Perota	1	1,4
Ribeiro, B.G.	1	1,4
Rodrigues, A.	1	1,4
Rohr	1	1,4
Rouanet	1	1,4
Sabloff	1	1,4
Saes	1	1,4
Salzano	1	1,4
Scatamacchia, M.C.M.	1	1,4
Schmitz, P.I.	1	1,4
Silva, F.	1	1,4
Silva, M.B.N. da	1	1,4
Simões	1	1,4
Singer, P.	1	1,4
Souza, L.M.	1	1,4
Vidal, L.B.	1	1,4

Conjugando as três instituições e apenas dados sobre autores brasileiros - arqueólogos e não-arqueólogos - compõem o quadro 28. Em primeiro e segundo lugares, quatro arqueólogos. Em terceiro, um historiador e uma arqueóloga. 62 autores com uma única referência, dentre 98.

Tomando por base os dados do quadro 27, nas dez primeiras colocações, se acentua a preponderância de escolhas para com autores estrangeiros arqueólogos como referenciais teóricos. O mesmo não ocorre no quadro 28, com dados sobre autores

brasileiros. As escolhas de referências teóricas são mais variadas e permeiam por entre Arqueologia, História, Sociologia, entre outras.

Encerro aqui a apresentação destes quadros sobre referenciais teóricos.

Prossigo nesta quadratura, agora sobre teses e dissertações.

3.1.3 Teses/Dissertações Referenciadas

Os dados apresentados a seguir - quadro 29 a 32 - também foram obtidos a partir de pesquisa nas referências bibliográficas, apontadas a partir de teses e dissertações, contidas no empírico pesquisado. O que gostaria de salientar? Além do emprego como referenciais teóricos, a presença e a circulação das teses e dissertações produzidas por colegas da Arqueologia e as oriundas de outros diferentes campos do conhecimento, nos textos dos pós-graduandos das três instituições pesquisadas.

TESES

Quadro 29		
TESES REFERENCIADAS		
PUC - UFPE - USP		
ARQUEOLÓGICAS		
Autores brasileiros e estrangeiros		
Total: 53		
AUTOR	Quantidade	%
Brochado, J.J.P.	11	15,49
Caldarelli, S.B.	7	9,85
Scatamacchia, M.C.M.	7	9,85
Wust, I.	5	7,04
Goulart, M.	4	5,63
Kern, A.A.	4	5,63
Alves, M.A.	3	4,22
Faccio, N.B.	3	4,22
Garcia, C. del R.	3	4,22

Guidon	3	4,22
Miller, T. O.	3	4,22
Uchôa, D.P.	3	4,22
De Blasis, P.A.D.	2	2,81
Figuti, L.	2	2,81
Gaspar, M.D.	2	2,81
Kashimoto, E.	2	2,81
Mentz Ribeiro, Pedro A.	2	2,81
Pallestrini, L.	2	2,81
Parenti, F.	2	2,81
Pessis, A.M.	2	2,81
Posse, Z.	2	2,81
Vialou	2	2,81
Afonso, M.C.	1	1,4
Albuquerque, M.	1	1,4
Alves de Oliveira, C.	1	1,4
Andreatta, M.D.	1	1,4
Armelagos, G.J.	1	1,4
Beck, A.	1	1,4
Boëda, E.	1	1,4
Bruno, M.C.O.	1	1,4
Chmyz, I.	1	1,4
Clarke, S.K.	1	1,4
Etchevarne, C.A.	1	1,4
Florenzano, M.B.B.	1	1,4
Kunzhi, R.	1	1,4
Lallo, J.W.	1	1,4
Laming-Emperaire	1	1,4
Lathrap, D.	1	1,4
Lemos, M. de L.	1	1,4
Machado, L.M.C.	1	1,4
Mendonça de Souza, A.	1	1,4
Morais, J.L.	1	1,4
Morris, I.	1	1,4
Perez da Paz, R.A.R.	1	1,4
Ploux, S.	1	1,4
Rizzo, A.	1	1,4
Robrahn-González, E.M.	1	1,4
Saxe, A.	1	1,4
Schell-Ybert, R.	1	1,4
Schmitz, P.I.	1	1,4
Silva, F.	1	1,4
Silva, G.R.	1	1,4
Vilhena-Vialou, A.	1	1,4

A tese mais citada é a de um arqueólogo brasileiro. Nas quatro primeiras posições, todas as teses contemplam temas da arqueologia pré-histórica. De 53, 31 com apenas uma única referência.

Quadro 30		
TESES REFERENCIADAS		
PUC - UFPE - USP		
NÃO-ARQUEOLÓGICAS		
Autores brasileiros e estrangeiros		
TOTAL: 43		
AUTOR	Quantidade	%
Assine, M.L.	1	1,4
Bergamaschi, S.	1	1,4
Carneiro, R.	1	1,4
Chernela, J.	1	1,4
Coelho, E.P.	1	1,4
Cook, D.C.	1	1,4
Darcque, P.	1	1,4
Fisher, W.H.	1	1,4
Francisco, B.	1	1,4
Garcia, W. G.	1	1,4
Gianini, P.C.F.	1	1,4
Goldenstein, L.	1	1,4
Heckenberger, M.	1	1,4
Hill, J.	1	1,4
Langebuch, J.R.	1	1,4
Lea, V.	1	1,4
Lino, C.F.	1	1,4
Lopes, M.M.	1	1,4
Marcilio, M.L.	1	1,4
Melatti, J.C.	1	1,4
Menezes, J.L. da Mota	1	1,4
Müller, R.	1	1,4
Murrieta, F.	1	1,4
Olivier, J.	1	1,4
Paraiso, M.H.B.	1	1,4
Pereira, S.G.	1	1,4
Petrone, P.	1	1,4
Pietruzewski, M.	1	1,4
Porro, A.	1	1,4
Powell, J.F.	1	1,4
Pozzobon, J.	1	1,4
Rago, M.	1	1,4
Reid, H.	1	1,4
Schaeffer, R.	1	1,4
Silva Mello, M.G.	1	1,4
Suarez, José M.	1	1,4
Sudo, Hideo	1	1,4
Sweet, D.	1	1,4
Tommasino, K.	1	1,4
Ubilla, M.P.	1	1,4
Vilaça, A.	1	1,4
Wright, R.	1	1,4
Zibel, C.C.R.	1	1,4

Aqui todas com apenas uma única citação. Contemplam temas de antropologia, geologia, geomorfologia, história, entre outros.

DISSERTAÇÕES

Quadro 31		
DISSERTAÇÕES REFERENCIADAS		
PUC - USP - UFPE		
ARQUEOLÓGICAS		
Autores brasileiros e estrangeiros		
TOTAL: 81		
AUTOR	Quantidade	%
Scatamacchia, M.C.M.	8	11,26
De Blasis, P.A.D.	6	8,45
Wust, I.	6	8,45
Albuquerque, P.T. de S.	5	7,04
Dias, A.S.	5	7,04
Noelli, F.S.	5	7,04
Afonso, M.C.	4	5,63
Robrahn, E.M.	4	5,63
Tocchetto, F.B.	4	5,63
Albuquerque, M.	3	4,22
Faccio, N.B.	3	4,22
Luz, M.F.	3	4,22
Maximino, E.P.B.	3	4,22
Mentz Ribeiro, Pedro A.	3	4,22
Oliveira, C. A.	3	4,22
Alves, M.A.	2	2,81
Amaral, M.M.V.	2	2,81
Amenomori, S.N.	2	2,81
Araujo, A.G.M.	2	2,81
Assis, V.S.	2	2,81
Carle, Claudio B.	2	2,81
De Martini, C. M. C.	2	2,81
Fossari, T.D.	2	2,81
Hoeltz, S.	2	2,81
Jacobus, A.L.	2	2,81
Martins, D.C.	2	2,81
Perez da Paz, R.A.R.	2	2,81
Reis, M.J.	2	2,81
Schaan, D.	2	2,81
Silva, S.B.	2	2,81
Symanski, L.C.	2	2,81
Aguiar, A.	1	1,4
Barbosa, D. da R.	1	1,4
Barreto, C. N.B.B.	1	1,4
Barros, M.L.	1	1,4
Bonetti, C.	1	1,4

Bornal, W.G.	1	1,4
Brancaglion Jr., A.	1	1,4
Brochado, J.J.P.	1	1,4
Bruno, M.C.O.	1	1,4
Castro, V.M.C.	1	1,4
Chiari, S.I.	1	1,4
Copé, S.	1	1,4
Dancey, W.S.	1	1,4
Fogaça, E.	1	1,4
França, L.M.	1	1,4
Franco, T.C.B.	1	1,4
Galindo, M.	1	1,4
Goldenstein, L.	1	1,4
Gomes, D.M.C.	1	1,4
Jermann, J.	1	1,4
Juliani, L.	1	1,4
Junqueira, P.A.	1	1,4
Kashimoto, E.	1	1,4
Luft, V.J.	1	1,4
Magalis, J.	1	1,4
Mello, P.P.	1	1,4
Mendonça de Souza, A.	1	1,4
Milder, S.E.	1	1,4
Miller, T. O.	1	1,4
Montardo, D.L.	1	1,4
Monticelli, G.	1	1,4
Moura, M.T. T.	1	1,4
Oliveira, L.M.	1	1,4
Parenti, F.	1	1,4
Posse, Z.	1	1,4
Reis, J. A.	1	1,4
Robrahn-González, E.M.	1	1,4
Rodrigues, Donizete A.	1	1,4
Santos, S.M.	1	1,4
Sene, G.A.M.	1	1,4
Silva, C.E.F.	1	1,4
Silva, R. T.	1	1,4
Silveira, M. I.	1	1,4
Souza, J.O.C.	1	1,4
Souza, M.L.	1	1,4
Torralvo, A.C.	1	1,4
Uchôa, D.P.	1	1,4
Van Noten, F.	1	1,4
Vance, E.D.	1	1,4
Zortea, A.S.	1	1,4

Nas cinco primeiras posições, somente trabalhos de brasileiros e de brasileiras. Dentre as dissertações citadas, três são da arqueologia histórica e as demais da pré-histórica. 49 com uma única referência, de um total de 81.

Quadro 32		
DISSERTAÇÕES REFERENCIADAS		
PUC - USP - UFPE		
NÃO-ARQUEOLÓGICAS		
Autores brasileiros e estrangeiros		
TOTAL: 66		
AUTOR	Quantidade	%
Santos, M.C.	3	4,22
Escosteguy, L.F.A.	2	2,81
Géa, L.S.	2	2,81
Giannini, I.V.	2	2,81
Lavina, R.	2	2,81
Leite, C.A.P.	2	2,81
Abrantes, D.	1	1,4
Abreu, R.M.	1	1,4
Alencar, V.M.A.	1	1,4
Almeida, A.M.	1	1,4
Alvares, M.M.	1	1,4
Alves, V.S.	1	1,4
Andrade, W.T.	1	1,4
Angelo, S.	1	1,4
Ataides, Jésus M. de	1	1,4
Bamberger, J.	1	1,4
Barbuy, H.	1	1,4
Barroso, V. L. M.	1	1,4
Basile Becker, I.I.	1	1,4
Bastos, G.C.C.	1	1,4
Bello, H.E.	1	1,4
Bogus, R.N.	1	1,4
Bohn Martins, M.C.	1	1,4
Brasilino, R.G.	1	1,4
Carril, L. de F.B.	1	1,4
Cassetti, V.	1	1,4
Castro, E. de	1	1,4
Castro, S.S.	1	1,4
Cintra, M.C.R.	1	1,4
Corra, I.C.S.	1	1,4
Del Grossi, S.R.	1	1,4
Gaspar, A.	1	1,4
Grinspum, D.	1	1,4
Jantz, R.L.	1	1,4
Kuniyoshi, C.	1	1,4
Leme, D.M.P.	1	1,4
Litaiff, A.	1	1,4
Lopes, B.	1	1,4
Lopes, M.M.	1	1,4
Makino, M.	1	1,4
Mieli, M.S.	1	1,4
Monteiro, C.	1	1,4
Nascimento, N.F.	1	1,4
Neto, A.B.	1	1,4
Neves, G.P.C.P.	1	1,4

Oliveira, E.V.	1	1,4
Pedralli, G.	1	1,4
Pedroso, D.M.R.	1	1,4
Pereira, M.A.	1	1,4
Popovich, H.	1	1,4
Queiroz, R.	1	1,4
Rolim, J.L.	1	1,4
Rússio, W.	1	1,4
Santos, M.S.	1	1,4
Serpa, Paulo M.N.	1	1,4
Silva, C. M. de S.	1	1,4
Souza, J. O.S.	1	1,4
Souza, J.O.C.	1	1,4
Suchey, J.M.	1	1,4
Thomaz de Almeida, R. F.	1	1,4
Turner, T.	1	1,4
Vasconcelos, J.	1	1,4
Vernaschi, E.	1	1,4
Vietta, K.	1	1,4
Weber, B.T.	1	1,4
Zanetti, V.	1	1,4

De um total de 66, 60 com uma única referência. Também no quadro 35, uma ampla variação de dissertações que tratam de assuntos da antropologia, da etno-história, da história da ciência, da geologia, da história, entre outros.

Procurei demonstrar com os dados dos quadros 29 a 32 que existe uma satisfatória circulação e um variado uso de teses e de dissertações por entre os textos pesquisados.

Continuo no desvelamento dos dados que obtive a partir do fichamento dos textos do empírico e que se agrupam nos tópicos que sigo apresentando.

Estes tópicos abrangem contextos institucionais das condições de produção³ dos discursos arqueológicos pesquisados. Onde está ou onde esteve teoria nestes tópicos? De acordo com proposições da Arqueologia Pós-Processual, a Arqueologia é uma prática social e política dentro de um contínuo movimento entre presente e passado. O jogo do

³ "São responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior do discurso e mantêm com a linguagem uma relação necessária, constituindo com ela o sentido do texto" (Ferreira, 2001:13). As condições

explícito e do implícito em relação às teorias contidas nos tais discursos arqueológicos bem como as adjetivações que já explanei nos tópicos iniciais deste capítulo, não se estabeleceram sobre condições de contemplação ou passividade, conforme salientam Shanks e Tilley (1989b). A pretensa e discutível objetividade dos discursos arqueológicos, obrigatoriamente, além das escolhas dos referenciais teóricos - explícitos ou implícitos - perpassa através de condições de possibilidade históricas e institucionais que conformam tais contextos. Dentro destes, além das teorias, também certos contextos de produção. É que vou apresentar nos tópicos que seguem.

3.1.4 Financiamento das Pesquisas

É inegável a forte presença das agências públicas no financiamento das pesquisas em nível de pós-graduação no Brasil (Velho, 1982; Vianna et al., 1995). Neste sentido, salienta Durham (1986: 41): "Não se pode entender a pós-graduação no Brasil se não se reconhecer que seu desenvolvimento não decorreu de um processo espontâneo de crescimento da produção científica, mas resultou de uma política deliberada do Estado". A produção científica da Arqueologia brasileira não está ausente desta constatação, conforme apresento nos próximos dados.

de produção do discurso podem ser entendidas em sentido estrito - em termos da enunciação - e em sentido amplo, em termos sociais, históricos, ideológicos.

PUC/RS

FINANCIAMENTO/QUANTIDADE

CAPES	3
CNPQ	3
CNPQ; FAPERGS	2
CNPQ; CAPES	1
CNPQ; CAPES; FAPEMIG	1
não consta	4

UFPE/PE

FINANCIAMENTO/QUANTIDADE

CNPQ; Museu Paraense E. Goeldi	2
CAPES	1
FACEPE	1
não consta	10

USP/SP

FINANCIAMENTO/QUANTIDADE

FAPESP	7
CNPQ	5
CNPQ; CAPES	4
CAPES	2
CNPQ; FAPESP	2
CAPES; FAPESP	1
CAPES; FUMDHAM	1
CNPQ; CAPES; FAPESP;	1
CNPQ; CAPES; Instituto	1
CNPQ; IPH/USP; Fulbright	1
CNPQ; MAE/Museu Goeldi	1
CNPQ; National Science	1
CNPQ; PROAP/FFLCH-USP	1
FAPEMIG	1
FAPESP; MAE/USP	1
FUNAPE; FURNAS	1
Museu Paulista/USP; CNPQ	1
não consta	11

AGÊNCIAS DE FINANCIAMENTO DAS PESQUISAS

QUADROS PERCENTUAIS

PUC/RS

FINANCIAMENTO/QUANTIDADE %

CNPq.....	7.....	36,84
CAPES.....	5.....	26,31
FAPERGS.....	2.....	10,52
FAPEMIG.....	1.....	5,26
Não consta.....	4.....	21,05
Total.....	19	

UFPE/PE

FINANCIAMENTO/QUANTIDADE %

CNPq.....	2.....	12,50
Museu P.E.Goeldi.....	2.....	12,50
CAPES.....	1.....	6,25
FACEPE.....	1.....	6,25
Não consta.....	10.....	62,50
Total.....	16	

USP/SP

FINANCIAMENTO/QUANTIDADE %

CNPq.....	18.....	28,57
FAPESP.....	12.....	19,04
CAPES.....	10.....	15,87
IPH/USP.....	2.....	3,17
FUMDHAM.....	1.....	1,58
Fund.Fulbright.....	1.....	1,58
MAE/Museu Goeldi.....	1.....	1,58
National Science.....	1.....	1,58
PROAP/FFLCH.....	1.....	1,58
FAPEMIG.....	1.....	1,58

MAE/USP.....	1.....	1,58
FUNAPE.....	1.....	1,58
FURNAS.....	1.....	1,58
Museu Paulista/USP.....	1.....	1,58
Não consta.....	11.....	17,46
Total.....	63	

Pelos dados acima, é do CNPq que advém o maior aporte financeiro, oriundo de uma agência pública, para a realização das pesquisas nas três instituições. Em segundo lugar, o financiamento foi obtido, respectivamente, na PUC/RS da CAPES e na USP/SP da FAPESP, ambas, também, públicas. Da mesma forma, com relação a UFPE/PE, também o Museu Emilio Goeldi em primeiro, seguido pela CAPES e FACEPE, em segundo. Apesar da destacada e marcante presença do Estado no provimento de recursos às pesquisas da pós-graduação, o relacionamento das agências com as instituições de pesquisa ou diretamente com os pesquisadores, nem sempre é harmônico. Ribeiro (2003) aponta para uma situação de conflito entre as agências e a pesquisa na área das Humanas. Isto é, nesta área do conhecimento, quando são seres humanos que pesquisam sobre seres humanos, se requer demora na pesquisa e amadurecimento pessoal do pesquisador. Além das precípuas complicações teórico-ideológicas por tratar de temas que envolvem questões de identidade e de patrimônio, por exemplo. Tal dinâmica - daí o conflito acima referido - nem sempre é compreendida por quem financia. Nesta dualidade - financiamento/produção do conhecimento - pode-se até configurar um submetimento, destacado por Bate (1998: 11): "Fomos, assim, submetidos a uma espécie de taylorismo acadêmico individualista em que as instituições oficiais e privadas definem os parâmetros da competência e podem efetuar uma efetiva seleção pela via dos "estímulos", financiamentos ou desapoios aos investigadores".

Enfim, os arqueólogos, enquanto cientistas sociais e construtores de passados têm, ao menos no Brasil, um forte condicionante institucional e estatal, através dos financiamentos das pesquisas, que pode ou não direcionar ou estimular o jogo do explícito/implícito nas suas escolhas teóricas.

Afinal, pensar muito não apenas é doído. Também tem um custo monetário.

3.1.5 Contextualização na realidade brasileira

Dentre as principais reivindicações para com as pesquisas arqueológicas propugnadas pela Arqueologia Pós-Processual, está o comprometimento político do arqueólogo enquanto subjetividade envolvida na construção dos passados e enquanto estabelecimento de uma relação pessoal, social e política com o tempo. Por esta verve, concordo com o que diz Tilley (1995:106): "Como a Arqueologia é um relacionamento entre passado e presente mediado por indivíduos, grupos e instituições, isto tem uma relevância contemporânea. Inevitavelmente toma um caráter político e ideológico". Este caráter vem sendo acentuado no âmbito da denominada Arqueologia Pública. Provoca um assumir cada vez maior para com as responsabilidades sociais e políticas da pesquisa arqueológica (Funari, 2002b; 2002c; Oliveira, 2002).

Foi neste âmbito que incluí, no fichamento dos textos, o que aqui denomino de contextualização da pesquisa arqueológica na realidade brasileira. De tal pesquisa já venho falando. O que entendo por realidade brasileira? Tudo o que pode ser estudado e pensado sobre a problemática do ser brasileiro, a partir da análise de aspectos sociais, econômicos, políticos, ideológicos e culturais. Um destaque é dado à questão da cidadania

no Brasil. São enfocados, prioritariamente, as possibilidades, limites e desafios da prática democrática em um país marcado, historicamente, pela escravidão e pela desigualdade social. Tal enfoque visa perceber quais fatores são desencadeadores e estão implicados num discurso de negação da participação política na sociedade, de um lado e, de outro, interesse pela vida política nacional. Contextualizar pesquisas - a arqueológica também - é fornecer elementos analíticos que permitam pensar a cidadania, a democracia, o Estado e a sociedade no Brasil atual levando em conta os aspectos acima enfocados.

A pesquisa arqueológica tem alguma coisa a ver com isto tudo? Trabalhar com arqueologia pré-histórica juntando com cidadania no Brasil atual? Pode? Não só pode, como deve. Diz respeito ao que vem sendo conjugado no âmbito da Arqueologia Pública, da Educação Patrimonial e junto ao que é possível afirmar como compromissos políticos da Arqueologia. Tudo isto tem a ver. Afinal, para quem, qual e porque Arqueologia? Quais são e a quem pertencem os patrimônios culturais que se envolve e trabalha sempre a pesquisa arqueológica, atuando como ciência social na produção do conhecimento em uma nação, seja este no campo da arqueologia pré-histórica ou histórica? Aliás, não é uma questão de sobrenome da Arqueologia tal. Isto é, existiria uma arqueologia pré-histórica apolítica? A resposta é um solene não, ao gosto dos autores ingleses. Sobre isto, claros exemplos são apresentados em Ucko (1995) e em Shennan (1994). Enfim, é uma ação de compromisso, ou não, em termos de uma pesquisa que se envolva politicamente.

Bem, no que pesquisei. Arqueologia e política ainda não se afinam. Neste item do fichamento (Anexo 02) que usei para meu trabalho, buscava a identificação de aportes que contemplassem, de alguma maneira, contextualização da pesquisa arqueológica em relação à realidade brasileira. Dos 71 trabalhos pesquisados, 64 em nada se referiram e 7 apresentaram alguns tênues comentários.

3.1.6 Pronome pessoal usado na redação

Neste tópico obtive dados esclarecedores sobre qual é a tradição do uso da pessoa na redação dos textos pesquisados. O que aqui apresento vem de encontro a uma das propostas da Arqueologia Pós-Processual. O destaque e a presença marcante do arqueólogo enquanto autor de textos. Salienta a subjetividade⁴ desta autoria que se presentifica nas mais diversas produções discursivas.

Nestas, sobre autor e sujeito, acompanho algumas reflexões de Orlandi (2000). No discurso, a categoria sujeito e, no texto, a presença do autor implicando disciplina, organização e unidade. "Podemos então dizer que a autoria é uma função do sujeito" (Orlandi, idem: 74). Para autora, esta função-autor do sujeito é discursiva, produtora de textos, de linguagem. Dá visibilidade ao autor. Este "... é o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz, como diz, etc." (Orlandi, idem: 76).

Para além da subjetividade, também é possível se buscar pela marcante presença da emoção nos discursos arqueológicos sobre os passados (Tarlow, 2000). Shanks e Tilley (1989b) destacam que a discursividade arqueológica está fortemente marcada pelas individualidades dos arqueólogos. Manifestam uma subjetividade que atua do e no mundo, agindo no presente "... através de uma experiência autobiográfica..." (Shanks e Tilley, idem: 44). Um dos caminhos para elucidar tal subjetividade está no uso da pessoa na redação dos textos acadêmicos.

⁴ "Característica do sujeito; aquilo que é pessoal, individual, que pertence ao sujeito e apenas a ele (...)" (Japiassu e Marcondes, 1996:254).

Tomando como referência a Análise do Discurso, sujeito é: "Resultado da relação com a linguagem e a história. O sujeito do discurso não é totalmente livre, nem totalmente determinado por mecanismos exteriores.

Num estudo sobre a pessoa no discurso científico, Coracini (1991) destaca o fato de que um autor tenta, no mais das vezes, assumir uma postura de quem observa à distância seu objeto de observação. Esta tentativa visa ausentar explicitamente a subjetividade do autor na pesquisa. No entanto, como ressalta Coracini (idem:105), nem sempre isto acontece: "Algumas vezes, os *pronomes pessoais* explicitam o sujeito enunciador: prova de que ele não consegue se esconder totalmente por detrás dos enunciados que profere". No entanto, pode não se esconder, mas a depender da tradição do uso da pessoa no discurso, esta pode estar indeterminada. Tal situação vem demonstrada nos quadros seguintes. Nos textos oriundos da PUC e da UFPE predomina o emprego da terceira pessoa do singular e nos da USP o da primeira pessoa do plural.

O uso da terceira pessoa do singular, nos quadros referentes a PUC e a UFPE, aponta para enunciados de alguém ou algo, não se referindo, porém, a uma determinada pessoa. Pode estar falando de infinitos sujeitos ou de nenhum. "A terceira pessoa é, em virtude da sua própria estrutura, a forma não pessoal da flexão verbal" (Benveniste, 1995:252).

Indursky (1997) caracteriza a terceira pessoa que o sujeito do discurso emprega, como sendo uma 'quarta-pessoa discursiva', aquela que "... produz a impessoalização desse sujeito: ele abdica de dizer eu, cedendo espaço para o acontecimento do discurso" (Indursky, idem:76). Esta quarta-pessoa simulará a ausência do sujeito na materialidade discursiva ao se representar por 'ele' ou pelo emprego do 'se'. É produzida uma ilusão que desvincula a produção do sujeito do discurso em relação aos respectivos acontecimentos discursivos. Isto é, estes acontecimentos vão sendo apresentados na

O sujeito é constituído a partir da relação com o outro (...). (...). Assim, a incompletude é uma propriedade do sujeito e a afirmação de sua identidade resultará da constante necessidade de completude" (Ferreira, 2001:22).

discursividade como sendo independentes da ação produtora dos sujeitos. Assim, o uso da terceira pessoa, no que pode ser entendido neste conceito de 'quarta-pessoa', representa um modo de indeterminação da pessoa. "Ou seja, a quarta pessoa discursiva permite que o sujeito fale de si mesmo como se falasse de um outro, (...)" (Indursky, idem:87).

No quadro referente aos textos da USP, se destaca, em primeiro lugar, o uso da primeira pessoa do plural. "... são tradicionais em português enunciações com *nós* como forma de distanciamento do locutor (do eu). É o caso do *nós* no discurso científico que se constrói na primeira pessoa do plural " (Orlandi et all.,1989:51). Por este uso da primeira pessoa do plural, o autor se representa através de enunciados universais e seu discurso pode ser considerado seu, de todos ou de qualquer um.

O uso do 'nós' indetermina o agente. Refere-se a um grupo de pessoas, dentre elas a do próprio autor. Através do 'nós', o autor emprega os mais variados referentes, o que leva a ambíguos e descompromissados dizeres. Benveniste (1995) demonstrou que 'nós' não é propriamente um plural. Trata-se de um 'eu' ampliado que, nos seus ditos, abarca diversos enunciadoreis. "... "nós" não é uma multiplicidade de objetos idênticos mas uma junção entre o "eu" e o "não-eu", seja qual for o conteúdo desse "não-eu". (...) "Nós" se diz de u'a maneira para 'eu + vós' e de outra para 'eu + eles'" (Benveniste, idem:256). O 'nós' é trânsito por fronteiras móveis, descompromissadas, indefinidas. Permite referenciais indeterminados, implícitos. "Dado que *nós* designa conjuntos lexicalmente não-nomeados, nós os entendemos como uma *não-pessoa-discursiva*" (Indursky,1997:66). De acordo com a autora, o 'nós' enquanto 'não-pessoa', consistiria de uma associação entre o 'eu' e um referente lexical não-especificado.

PUC

PRONOME PESSOAL QUANTIDADE

3° Pessoa do Singular	8
1° Pessoa do Plural	4
1° Pessoa do Singular	2

UFPE

PRONOME PESSOAL QUANTIDADE

3° Pessoa do Singular	8
1° Pessoa do Plural	5
1° Pessoa do Singular	1

USP

PRONOME PESSOAL QUANTIDADE

1° Pessoa do Plural	21
3° Pessoa do Singular	16
1° Pessoa do Singular	6

Bem, pelo acima apresentado, há uma tradição discursiva nos textos pesquisados que acentua uma indeterminação dos autores nas suas discursividades. É uma tradição de fronteiras flutuantes e ambíguas. Pode justificar ou comprovar o que antes apontei como uma deliberada atitude de descompromisso dos arqueólogos brasileiros em assumirem implicitamente seus referenciais teóricos arqueológicos no jogo do implícito/explicito em suas produções discursivas.

Apontando para uma ultrapassagem e sedimentação desta fluidez descompromissada em indeterminações, diz Ribeiro (2003:98):

Se nossa linguagem é tão próxima da natural (sem impedir, porém, que certos textos sejam herméticos e de difícil compreensão ao leigo), é porque *está na essência mesma das ciências do homem a passagem do discurso-sobre ao discurso-com e por vezes ao discurso-de*. Em outras palavras, o sentido essencial de nossas ciências é o de efetuar a translação da terceira pessoa do discurso, [ou as indeterminações da pessoa] no qual

ela opera inicialmente (falando dos homens como "eles"), para uma linguagem dialogada e, finalmente, para uma primeira pessoa.

No tópico anterior apresentei considerações que apontam para uma fenda entre compromissos da Arqueologia com enfoques na realidade brasileira onde atua. Neste, a partir de dados sobre os principais usos da terceira pessoa do singular e da primeira pessoa do plural, na tradição discursiva pesquisada, fica elucidado uma confirmação de uma subjetividade implícita. O emprego destas pessoas sustenta um 'nós' e um 'ele' de indeterminação, impessoalidade e universalidade que exime o sujeito autor e produtor da pesquisa arqueológica de compromissos subjetivos e ou políticos na construção de passados.

3.1.7 Inserções das pesquisas

Aqui investiguei no sentido de saber se as pesquisas foram feitas coletivamente/institucionalmente ou individualmente.

USP

Projeto Individual.....	27
Projeto Coletivo/Institucional.....	13
Arqueologia de Salvamento.....	05

UFPE

Projeto Individual.....	09
Projeto Coletivo/Institucional.....	05

PUC

Projeto Individual.....	11
Projeto Coletivo/Institucional.....	04

A partir dos dados acima, nas três instituições, as pesquisas são realizadas preponderantemente com projetos individuais. Apenas na USP localizei trabalhos que se enquadram apenas no âmbito da Arqueologia de Salvamento.

A atividade acadêmica na produção de teses e de dissertações, em Arqueologia, é ainda principalmente um trabalho solitário, entrecortado pela relação orientando-orientador que se estabelece e se mantém durante o período transcorrido na pós-graduação.

3.1.8 Caminhos das pesquisas

Na Antropologia, principalmente, já existe uma tradição dos antropólogos em explicitar relatos sobre os fazeres da pesquisa. Explicitam não apenas informações técnicas sobre etapas de campo e de laboratório, mas destacam e salientam a pessoa do pesquisador e suas vicissitudes, emoções e relacionamentos com as pesquisas (Castro Faria, 1984; Corrêa, 1988; Geertz, 1989; Rubim, 1996). Busquei neste tópico identificar se já existe também na produção acadêmica da Arqueologia brasileira uma tradição de explicitar os caminhos de como aconteceram as pesquisas.

USP

- destacando apenas etapas de campo e de laboratório:.....28
- nenhum relato:.....11

Dos 43 textos que compõem o empírico que pesquisei na USP, em onze não houve nenhuma espécie de relato e, em vinte e oito, meras descrições eminentemente técnicas das etapas de campo e de laboratório. Em apenas quatro textos, encontrei filigranas que expuseram o pesquisador: 1- descrição detalhada dos métodos e técnicas empregados na pesquisa e de acidentes fortuitos acontecidos nas etapas de campo e de laboratório; 2- vicissitudes e condições difíceis nos trabalhos de campo; 3- trabalhos de campo com detalhes pessoais e técnicos; 4- referências aos profissionais envolvidos e para com as várias etapas do projeto em que a pesquisa está inserida.

UFPE

- destacando apenas etapas de campo e de laboratório:.....04
- nenhum relato:.....10

Aqui, de um lado, dentre os 14 textos, em 10 nada é relatado. De outro, em quatro, somente as duras referências técnicas sobre campo e laboratório.

PUC

- destacando apenas etapas de campo e de laboratório:.....06
- nenhum relato:.....05

Dos 14 textos, em cinco nada foi relatado. Em seis textos, só as meras etapas de campo e de laboratório. Em três, alguns sopros: 1- aspectos gerais da pesquisa, salientando as composições de equipes para os trabalhos de campo cujos participantes são

oriundos de diferentes regiões do país e com as mais diversas formações profissionais; 2- variadas etapas: em relação às fontes escritas, as de campo e de laboratório, as da redação; 3- um conjunto que abrangeu as etapas de campo e de laboratório, as da pesquisa bibliográfica e sobre problemas pessoais e peculiares a uma arqueologia urbana.

Por aqui encerro este tópico.

Através do que apresentei, o ardil foi parcialmente destrinchado e, certas questões respondidas.

Prossigo, no desvelamento de mais algumas artimanhas do empírico pesquisado.

3.2 Por uma classificação das teses/dissertações

Agora o tópico final deste capítulo. Aqui realizo uma tentativa de classificação do empírico pesquisado. De acordo com Bunge (1985) classificar é simultaneamente discriminar e agrupar elementos de um conjunto. "Uma classificação propriamente dita requer idéias na mesma medida em que são exigidas para uma observação" (Bunge, idem: 103). É possível, portanto, se entender o que é classificado como sendo originado e compondo o universo de enunciados discursivos⁵.

Para a elaboração e obtenção dos dados dos quadros apresentados nos tópicos anteriores, me aproveitei da quantificação dos mesmos e de subseqüentes comentários interpretativos. Neste tópico, ao buscar por uma hermenêutica dos textos,

visando uma interpretação, obtive como resultado esta classificação. "Falamos de interpretação quando o significado de um texto não é compreendido de imediato. (...). Em outros termos, torna-se necessária uma reflexão explícita sobre as condições que levam o texto ter esse ou aquele significado. A primeira pressuposição do conceito de interpretação é o caráter "estranho" daquilo a ser compreendido. Com efeito, o que é imediatamente evidente, o que nos convence com a sua simples presença não requer nenhuma interpretação" (Gadamer, 2003: 19).

Como neste trabalho venho tratando de elucidar alguns efeitos da teoria na Arqueologia brasileira, interpretação é o que faço através do que é proporcionado ao classificar os textos. Os critérios pelos quais montei e separei os itens desta classificação foram obtidos a partir dos problemas e questões que apresento no próximo tópico deste capítulo. Saliento que não quantifiquei todos os conceitos empregados nas teses e dissertações. Mantive atenção para qual tendência preponderou em cada texto: por explicitar ou inexplicitar os conceitos teóricos fundamentais utilizados, sejam de teoria arqueológica e ou não-arqueológica. Desta maneira, com relação às quantificações, por exemplo, no item 'conceitos arqueológicos explícitos', significa que de um total de 42, 18 dissertações aqui estão assim classificadas.

Agrupo, em quadros distintos, os itens e os dados quantitativos da classificação do empírico pesquisado.

⁵ "Enunciado - unidade constitutiva do discurso que nunca se repete da mesma maneira, já que a sua função enunciativa muda de acordo com as condições de produção. É a partir dos enunciados, portanto, que podemos identificar as diferentes posições assumidas pelo sujeito no discurso" (Ferreira, 2001: 15).

DISSERTAÇÕES

USP - UFPE - PUC

Total: 42

- conceitos arqueológicos explícitos.....	19.....	45,2%
- conceitos arqueológicos implícitos.....	23.....	54,7%

- conceitos não-arqueológicos explícitos.....	20.....	47,6%
- conceitos não-arqueológicos implícitos.....	22.....	52,3%

- teoria no início e depois some.....	14.....	33,3%

- preponderantemente descritivas.....	11.....	26,1%

TESES

USP - UFPE - PUC

Total: 29

- conceitos arqueológicos explícitos.....07.....24,1%
- conceitos arqueológicos implícitos.....22.....75,8%

- conceitos não-arqueológicos explícitos.....11.....38%
- conceitos não-arqueológicos implícitos.....18.....62%

-teoria no início e depois some.....07.....24,1%

- preponderantemente descritivas.....13.....44,8%

3.3 Problemas/questões:

Bem, alçapão neste tópico não é mais o empírico. As possibilidades de interpretação que dele advém é que são ardilosas. Assentando-me no que até aqui já expus, trato agora de alguns problemas e de questões. Estariam os arqueólogos apontando de forma superficial, insegura, pouco estudada ou sob amedrontamentos, as suas concepções de Arqueologia? Escamoteiam suas possíveis concepções de Arqueologia – em termos teóricos – dos empíricos trabalhados porque não se interessam por teoria ou porque não saberiam como amarrar teorias superficialmente estudadas com os empíricos pesquisados?

É possível apresentar e sustentar diferentes concepções de Arqueologia que não estejam suficientemente conectadas com realidades empíricas pesquisadas?

Estas são algumas das questões fundantes que rondam o empírico pesquisado. Os dados todos que foram antes apresentados nos quadros 07 a 32, versando sobre temas de referenciais teóricos - arqueológico e não-arqueológicos, implícitos e explícitos -, elucidaram suficientemente sobre a existência de teorias nos textos pesquisados. No entanto, esta elucidação não está ausentada de problemas.

A partir do que trabalhei, é possível identificar alguns deles:

1) a posição de “subentendimento” ou “consenso” tácito em relação aos vários conceitos não explicitados - vai-se escrevendo sobre 'tipo', 'tradição', 'padrão de assentamento', 'elite', 'grupo étnico', 'adaptação', 'classe', 'identidade étnica', 'sistema', 'interdisciplinaridade', 'resistência', etc., e muitos outros conceitos fundamentais empregados como referências teóricas e inseridos nos contextos teóricos que foram usados nos textos. É como se todos os arqueólogos pensassem e entendessem, tais conceitos, da mesma maneira e, consensualmente, da mesma forma, os empregassem (Embree, 1995; Zubrow, 1995). Os textos arqueológicos prescindindo de uma conceituação explícita. Dito de outro modo estão lá, só que ocultos, vazios, num suposto entendimento de seus conteúdos. Assim, a partir do pesquisado para esta tese, constato que um dos pontos fracos que ainda atingem o fazer arqueológico brasileiro é uma não explicitação conceitual. Tal situação está intimamente ligada às adjetivações, apontadas no capítulo 02, ancoradas no caminho que vem sendo traçado em termos do lugar da teoria no fazer arqueológico brasileiro até o presente.

TESES/DISSERTAÇÕES

USP - UFPE - PUC

Total: 71

- conceitos arqueológicos explícitos			
Teses.....07	Dissertações.....19	Total.....26	36,6%

- conceitos arqueológicos implícitos			
Teses.....22	Dissertações.....23	Total.....45	63,3%

- conceitos não-arqueológicos explícitos			
Teses.....11	Dissertações.....20	Total.....31	43,6%

- conceitos não-arqueológicos implícitos			
Teses.....18	Dissertações.....22	Total.....40	56,3%

2) capítulos teóricos sem continuidade/entrelaçamento com o empírico e os textos preponderantemente descritivos: uma prática comum que encontrei nos textos pesquisados, conjuminando ambas situações. Estas, apesar de representarem uma quantificação irrelevante em relação ao número total de textos, aparecem ainda. Motivo pelo qual trago estes comentários.

São os tais capítulos denominados de teórico-metodológicos, escritos logo após a tradicional introdução. Conjugado a esta situação, os textos que privilegiam as amplas descrições, separadas de possíveis referências teóricas, em sua maioria, implícitas pelo transcorrer dos textos.

Ocorre uma cisão entre capítulo teórico-metodológico e o empírico que lhe corresponde, salientando as duras descrições de etapas de trabalho de campo e de

laboratório. As teorias são apresentadas, lá no início dos trabalhos e lá permanecem. Ficam deslocadas, cindidas e estranhas aos empíricos pesquisados, aos métodos e técnicas empregadas nas pesquisas. Os tais pressupostos teóricos prescindindo das conexões metodológico-empíricas.

TESES/DISSERTAÇÕES

USP - UFPE - PUC

Total: 71

- capítulos teóricos sem imbricação com o empírico		
Teses.....07	Dissertações.....14	Total.....21.....29,5%

- preponderantemente descritivas		
Teses.....13	Dissertações.....11	Total.....24.....33,8%

3) interdisciplinaridade: como acima apresentei, muitos são os conceitos não explicitados e empregados num suposto consenso de subentendimento. Dentre estes, escolho o de interdisciplinaridade. Aparece na maioria dos textos que pesquisei. É tratada como sinônimo de multi ou de pluridisciplinaridade e referida, principalmente, como bandeira da Arqueologia.

Será que é isto mesmo? O que pode ser entendido e clareado neste assunto? Apenas trago aqui algumas considerações visando uma melhor explicitação.

Muito tem sido escrito sobre este conceito (Jantsch e Bianchetti,1995). O termo disciplinaridade vem sendo variadamente precedido por inter, multi, pluri, trans. Para alguns teóricos é preferível situar na interdisciplinaridade todo o cenário de problemáticas (Fazenda, 2002). "... qualquer atividade interdisciplinar, seja ela de *ensino* seja de *pesquisa*

requer uma imersão teórica nas discussões epistemológicas mais fundamentais e atuais, pois a questão da interdisciplinaridade envolve uma reflexão profunda sobre os impasses vividos pela ciência atualmente" (Fazenda, *idem*: 14). Já outros (Japiassu, 1976; Etges, 1995; Nicolescu, 2002), apontam para uma distinção conceitual entre os tais prefixos. Japiassu (1976) faz as seguintes explicitações: a) multidisciplinaridade: proposição simultânea de disciplinas sem que o estabelecimento de relações e sem nenhuma cooperação entre elas; b) pluridisciplinaridade: disciplinas justapostas que se apresentam em um mesmo nível hierárquico, salientando as relações e a cooperação entre elas, sem que haja uma coordenação; c) interdisciplinaridade: disciplinas conexas, agrupadas axiomáticamente e com a estipulação de níveis hierárquicos entre elas, apontando, com isso, a idéia de finalidade; d) transdisciplinaridade: tendo por base uma axiomática geral, a coordenação de interdisciplinas visando objetivos múltiplos e comuns entre elas.

Em 2002, na Universidade de Stanford, vinte acadêmicos de vários campos do conhecimento e de diferentes gerações, se reuniram durante cinco dias para estudar sobre 'emergência'. Visavam uma renovação nas diversas concepções de interdisciplinaridade. Até então, segundo eles, baseadas na polidez acadêmica e na curiosidade aleatória.

Deste encontro, entre outros resultados, foi elaborado um 'Manifesto sobre Interdisciplinaridade' e assinado pelos vinte participantes. Salientam que é provável que não exista no meio acadêmico outro termo tão banal, desgastado e autoparodiado quanto interdisciplinariade. Apontam para três diferentes maneiras que este termo pode se referir: 1) interdisciplinaridade trivial: "... uma relação complementar entre diferentes especializações científicas ou acadêmicas que é necessária, às vezes, para a solução de problemas complexos" (VV.AA., 2002:05). Como exemplo, os profissionais que

trabalharam na decifração do genoma humano; 2) interdisciplinaridade de fim-de-semana: "... é o (des)interesse polido, entre estudiosos de campos diferentes, pelo trabalho uns dos outros" (VV.AA.,idem: 05). Segundo os autores do manifesto, físicos apreciarão, não mais do que num fim-de-semana, o que pesquisadores do italiano diriam sobre as idéias de Dante a respeito do cosmo; 3) interdisciplinaridade virtual: "... se refere aos períodos bem financiados que acadêmicos de campos diferentes e com projetos individuais bastante distintos passam juntos em instituições que se dedicam oficialmente a pesquisas interdisciplinares" (VV.AA.,idem: 05).

Segundo o Manifesto, hoje predominam interdisciplinaridades altamente onerosas, produtoras de 'novos' conhecimentos sem nenhuma surpresa para os colegas, patrocinadores ou financiadores dos e de outros projetos. Uma outra interdisciplinaridade deveria já estar sendo realizada, baseada na colaboração intelectual e fazendo cumprir o que o termo implica. "Essa outra interdisciplinaridade seria qualquer trabalho abarcando diversas disciplinas acadêmicas, cujos efeitos ninguém pudesse prever e cujos resultados potenciais, como descobriremos em retrospecto, não poderiam ter sido produzidos isoladamente" (VV.AA.,idem: 05).

Enfatizando sobre avanços na produção do conhecimento que estariam sendo estimulados por essa outra interdisciplinaridade, Fazenda (2000:28) destaca o seguinte: "- interdisciplinaridade não é categoria de conhecimento, mas de ação; -(...) nos conduz a um exercício de conhecimento: o perguntar e o duvidar; -(...) se desenvolve a partir do desenvolvimento das próprias disciplinas; - entre as disciplinas e a interdisciplinaridade existe uma diferença de categoria".

E onde está, neste entremeio, a Arqueologia brasileira? Pelos textos que pesquisei, a bandeira da interdisciplinaridade está marcadamente desfraldada como uma

real "catação" em outros campos do conhecimento. Toma-se um pouco da geologia, alguma coisa da geomorfologia, umas pitadas da física e ou da química, boas doses da biologia, da botânica, da zoologia e, pronto, temos a succulenta salada interdisciplinar arqueológica. Os ingredientes, apesar de misturados, continuam visíveis, apenas perpassados pelo molho.

No empírico que pesquisei é uma mistura de disciplinas oriundas das mais diversas ciências e de fenômenos correlatos, seccionados em capítulos pelos textos e, no finalmente, uma instrumental e virtual interdisciplinaridade belamente aplicada. Isto é, aplicada através do que ela não é: nem um método de investigação e nem uma técnica didática. Ao final das contas, se esvai a interdisciplinaridade. O que resta então? Uma articulação de informações produzindo pesquisas criativas, capazes de criar campos de conhecimento, linhas de pensamento. O desafio de uma interdisciplinaridade de fato, nas humanas, é aquele que dá conta de um diálogo com e um pensar em transitando por diferentes áreas.

Para com o entendimento e tratamento que padece a interdisciplinaridade na Arqueologia brasileira, acompanho o que diz Althusser (1979). Fala daquela como um mito nas ciências humanas. Como uma prática de pedir emprestados conceitos e métodos às demais disciplinas. "É a prática eclética das mesas redondas interdisciplinares. Convidam-se os vizinhos, ao acaso, melhor ou pior, para não esquecer ninguém, nunca se sabe. Quando se convida toda a gente, para não esquecer ninguém, isso significa que não se sabe ao certo quem convidar, que não se sabe onde está, que não se sabe para onde se vai. Esta prática das mesas redondas duplica-se necessariamente numa ideologia das virtudes da interdisciplinaridade, que é o contraponto e a missa" (Althusser, idem: 53).

Contemplo um autor fora das modas. Utilizo-me de suas idéias para uma crítica da sensação dissimuladora que se encobre na propalação e nas virtudes da

interdisciplinaridade, pela Arqueologia brasileira, através dos departamentos da academia. "Muito concretamente, a interdisciplinaridade é a maior parte das vezes a palavra de ordem e a prática da ideologia espontânea dos especialistas: oscilando entre um espiritualismo vago e o positivismo tecnocrático" (Althusser, *idem*: 53).

A Arqueologia brasileira, enquanto ciência social, trabalhando na construção de passados humanos a partir dos vestígios que restam, de tudo o que pode dispor de teorias e das mais diversas fontes de dados e de informações para este trabalho, tem embarcado numa interdisciplinaridade de pesca pelas várias lagoas do conhecimento. Facilitadoramente, por este caminho, tem permanecido.

Bem, de problemas e questões provindos do empírico, fico por aqui.

3.4. Considerações parciais

Assim, vou finalizando este ardiloso empírico. Ardil, mais no que me propus como interpretação, do que o empírico propriamente. Afinal, tomando por base que a produção arqueológica sempre começa e sempre termina em discursos, acredito na inegável atividade interpretativa da Arqueologia (Tilley, 1989; 1993). "Esta dimensão hermenêutica para com a pesquisa arqueológica é absolutamente fundamental" (Tilley, 1989:277).

Foi o que tentei neste capítulo. Num primeiro tópico, com os quadros 01 a 06, dados sobre o jogo explícito/implícito em relação às posições teóricas arqueológicas e aos referenciais teóricos não-arqueológicos. Mesmo que neste jogo, ou melhor, jogando este jogo, as teorias lá estão. Seguindo os quadros de 07 a 32, dados que esmiuçaram este jogo. Para tal, embasei-me nas referências bibliográficas dos textos pesquisados. O que

estas podem demonstrar? Retomando o que escrevi lá no primeiro tópico do capítulo dois, ainda que considerada na produção arqueológica brasileira através de ocultamento-atraso-temor-aderência velada-etc., a teoria lá está. Com isto, chamar esta arqueologia de ateórica, requer um maior aprofundamento de pesquisas e uma maior explicitação dos contextos de produção desta arqueologia.

A partir dos tópicos que compuseram o trabalho sobre o empírico, cujos dados advieram do fichamento (Anexo 02), fica claro que na Arqueologia brasileira, política, enquanto compromisso público e social (Tilley, 1995) ainda se mantém encerrada em possíveis debates acadêmicos. Na discursividade desta arqueologia, o passado ainda está cindido e distante do presente. No entanto, já advertiu Tilley (1991: 193) que: "O significado do passado tem de ser inserido no presente, mediado por um texto. (...) O ato da escrita sempre pressupõe uma política do presente e tal escrita é uma forma de poder. Não há escapatória do poder. (...). Escrever o passado não é uma inocente e desinteressada leitura de um passado autônomo, produzido como imagem. A escrita do passado é delineada a partir do presente, re-inscrita diante da face do presente".

E sobre os problemas/questões elencados? Pelo exposto e respondendo as questões, fica claro que o que ocorre na Arqueologia brasileira pode ser um proposital velamento, reforçador de descritivismos e de dados empíricos em detrimento de um assumir teórico e conceitualmente explícitos. Portanto, falta de teoria ou ateorismo não são problemas que pairam sobre a discursividade da Arqueologia brasileira.

Sobre a escrita dos textos pesquisados. Fica clara uma tradição de indefinição e descompromisso através dos destacados empregos da terceira pessoa do singular e da primeira do plural. São lugares discursivos de indeterminação e impessoalidade. Será que o uso da primeira pessoa ou de uma marcante autoria do

arqueólogo na sua construção discursiva é ainda encarado, na Arqueologia brasileira, como um sinal de auto-indulgência, de arrogância, de egotismo ou de esnobismo? Ou será que esconde ainda este descompromisso político para com um presente? Shanks, em Shanks e MacKenzie (1994), questiona sobre o que há, afinal, de errado ou de excepcional no uso da primeira pessoa no discurso acadêmico. Respondendo, tendo em vista a tradição acadêmica em geral, que tem optado pelo uso das mesmas pessoas que apareceram nos textos que pesquisei, diz Shanks (Shanks e MacKenzie, *idem*: 25): "A subjetividade é vista como vulnerabilidade". Bem, sermos vulneráveis é, no meu entendimento, também sermos humildes. Nos expomos e nos abrimos ao que é passível de crítica e de mudança em nossa produção discursiva sobre o passado.

Por fim, algumas palavras ainda sobre o que escrevi em torno do tema da interdisciplinaridade. Acompanho o que diz Frigotto (1995:45): "... a condição prévia para o trabalho interdisciplinar, tanto no nível da pesquisa como do trabalho pedagógico, é de que as concepções de realidade, conhecimento e os pressupostos e categorias de análise sejam criticamente explicitados". Esta interdisciplinaridade não é ainda a verve do que entendem e se propõe a fazer os arqueólogos brasileiros, pelo que li no pesquisado. Neste tema ainda permanece sua mera nomeação, pelo que não é, e uma manutenção de implícita escolha em não clarear suas concepções do que seja interdisciplinaridade na pesquisa arqueológica.

Pelo sim, pelo não, o que acredito, indo para além do mais avançado e ousado na interdisciplinaridade, é na transdisciplinaridade. Trânsito, transa, troca. É partir dos questionamentos e das problemáticas arqueológicas. Inicia-se sempre de um ramo do vasto campo científico, neste caso o arqueológico. Esta partida marca o pensar. Vai-se, então, sulcar um trânsito que leve junto às questões e os problemas de origem arqueológica,

em direção e nos entreveros dos mais variados campos do conhecimento. Neste percurso o que originou vai sendo transformado, acrescido, transado, trocado. Ao retornar, pela transdisciplinaridade ocorrida, traz novos questionamentos e novas problemáticas. Será, evidentemente, solucionado de onde aqueles partiram e se geraram, no caso, na Arqueologia. A transdisciplinaridade visa produção integradora do conhecimento, não a formação de blocos informacionais, engordados pelos suculentos conjuntos obtidos nas pescas aleatórias pelos mais diversos conhecimentos. "É, pois, necessário enraizar o conhecimento físico, e igualmente biológico, numa cultura, numa sociedade, numa história, numa humanidade. A partir daí, cria-se a possibilidade de comunicação entre as ciências, e a ciência transdisciplinar é a ciência que poderá desenvolver-se a partir desta comunicação, dado que o antropossocial remete para o biológico, que remete para o físico, que remete para o antropossocial" (Morin, 1994: 107).

Traz um desafio de se repensar a vida humana. "A transdisciplinaridade, como movimento de transformação das ciências, abertura para o social, o estético e o ético, não nascerá espontaneamente. (...) Seu aprofundamento implica um permanente pesquisar sobre a pesquisa" (Guattari, 1991:11). Isto é, a transdisciplinaridade que acentua Guattari, é também pelas lides da Filosofia - pensar sobre o pensamento.

Bem, aqui termino esta ardilosa escrita.

No capítulo seguinte, continuando por outros caminhos de outros empíricos também pesquisados.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

4. Contexturas da produção teórica da Arqueologia brasileira (1970/2001)

Nem toda a idéia
tem palavras:
Surgir de raro em raro
lhes é dado,
Como a insígnies goles
esotéricos
De vinho
consagrado.....

Enquanto o provas,
familiar parece,
E cordial,
de tamanha gratuidade,
Que o valor
que ele tem
tu não conheces,
Nem o da sua
raridade...

(Emily Dickinson, Poesias Escolhidas, pg. 203)

Contextura, um modo de interligar as partes de um todo. Este, apresentado em um conjunto, contendo idéias, argumentos, dados. Um conjunto que organiza contextos, um emaranhado que entrelaça fios. Assim, a contextura deste último capítulo interliga e engloba os contextos de outros empíricos pesquisados. Trata-se dos programas das disciplinas dedicadas a temas teóricos, nos currículos dos Programas de Pós-Graduação da USP - PUC - UFPE e, da mesma forma, nas disciplinas do curso de graduação em Arqueologia da Universidade Estácio de Sá. Por outra senda, também pesquisei em artigos de cunho teórico nos Anais da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

Produzi este capítulo na tentativa de ampliar os focos do capítulo anterior centrado nos 71 textos pesquisados. Busquei nestas outras possibilidades empíricas, outras constatações, comparações e dados. Visei, no entanto, os mesmos alvos que dão sustento a possíveis respostas as questões fundantes que venho formulando com relação aos efeitos da teoria na Arqueologia brasileira.

É válido empregar programas de disciplinas como fonte documental de uma pesquisa? Por que pergunto? Explico. Todos nós sabemos e já vivenciamos em nossas experiências acadêmicas e de ensino que, nem sempre, o programa apresentado no primeiro dia de aula é cumprido e mantido até o final dos cursos e das disciplinas que lhes correspondem. Sofrem mudanças, acréscimos, cortes, incompletudes em seu cumprimento. Apesar desta situação mantive a pesquisa que fiz sobre esta fonte. Afinal, de lacunas e fragmentações em relações às fontes, aos documentos, aos vestígios é feita a pesquisa arqueológica. Afirmar-se constantemente sobre uma pesquisa do que restou, nos sítios. Os programas são vestígios restantes e testemunhais de propostas e de formação acadêmica, pelo que permaneceu nos arquivos. Meu trabalho sobre eles foi uma escavação de restos e de vestígios que elucidassem as referências bibliográficas como fontes teóricas empregadas

na formação acadêmica e que estivessem de acordo com os objetivos, ementas e conteúdos programáticos.

Qual foi o meu trabalho com os programas? Estive diante de documentos - impressos e também manuscritos - que continham os itens comuns a estes: as identificações da instituição, do professor e da disciplina; a ementa; os objetivos; os conteúdos programáticos; a bibliografia. Intercruzando os dados destes itens a partir de um fichamento (Anexo 04) atuei em duas direções: a) a bibliografia, buscando as referências dos autores em relação às teorias arqueológicas e não-arqueológicas; b) a elucidação de possível congruência/incongruência entre o proposto na ementa, objetivos, conteúdos e as referências bibliográficas. Entendo congruência, neste âmbito, como uma qualidade de correspondência e adequação entre as partes de um todo em relação ao fim que se propõe. Neste caso, os itens de cada programa - as partes e o todo - cujo fim é o ensino, total ou parcial de acordo com cada disciplina, de temas e assuntos de teoria na e da Arqueologia. Tendo sempre por meta os lugares da teoria e na tentativa de esclarecer esta relação de congruência/incongruência entre as partes de um todo, me entrecruzei com o que Gandin e Cruz (1996) apontam como uma prática de intervenção. Isto é, conhecendo as necessidades de se ensinar determinado tema, os programas de disciplinas foram tomados como uma das propostas de intervenção e ação neste ensino, no meu caso sobre teoria na e da Arqueologia.

Bem, o anterior ardiloso empírico permanece ainda neste, de agora, com os programas. Trabalhei com vestígios documentais, permeados, porém, pelas suas transformações, acréscimos ou incompletudes nos contextos da prática interventora no cotidiano da sala de aula. Mas, de e com vestígios trabalhamos enquanto arqueólogos. Imbricado nestas condições acima apontadas, Menegolla e Sant'Ana (2000: 86) apontam o

que chamam de 'critérios gerais para a seleção dos conteúdos das disciplinas'. Visando uma construção e harmonia na relação professor-aluno/aluno-professor, os programas das disciplinas seriam elaborados tendo por base os seguintes critérios: a) de significação - condizente com o lugar social, cultural e pessoal do aluno; b) de adequação - atendendo às necessidades, obrigações e responsabilidades pessoais, sociais e culturais do aluno; c) de interesse - mantendo e desenvolvendo programas que estimulem e resolvam os interesses e as questões do aluno. Além destes, os autores acrescentam critérios de validade, de utilidade, de possibilidades de reelaboração e de flexibilidade que abrangem o universo dos programas das disciplinas.

Bem, com estes prolegômenos, termino esta primeira camada natural nesta escavação por estratigrafias documentais.

Algumas considerações quanto ao recorte temporal da contextura - 1970/2001. Em relação aos programas das disciplinas, o ano mais recuado - 1970 - advém dos programas da USP. 2001 é o ano final, também para esta instituição, englobando tanto a PUC quanto a UFPE. Nas listas das disciplinas que apresentarei mais adiante, para cada instituição, existem lacunas na sequência cronológica dos anos. Isto tem dois motivos: nos anos faltantes ou não foram oferecidas disciplinas em relação ao meu interesse de trabalho ou, quando pesquisei nas instituições, não encontrei os programas. Nem tudo está sob o domínio da informática e suas potenciais virtualidades. Além disso, infortúnios inesperados também provocam a destruição física de papéis por muito tempo guardados.

Com relação ao empírico das disciplinas do curso de Arqueologia da Universidade Estácio de Sá e com relação ao empírico dos artigos da Sociedade de Arqueologia Brasileira, tecerei as apropriadas considerações em tópicos específicos na sequência deste capítulo.

4.1 Teorias em disciplinas nos cursos de Pós-Graduação com áreas de concentração em Arqueologia, Pré-História e História

Os dados deste tópico foram obtidos a partir da consulta nos programas das disciplinas e tabulados a partir de fichamento específico (Anexo 04). O trabalho da pesquisa envolveu a leitura e fichamento dos itens: ementa, objetivos, conteúdos programáticos e bibliografia. Saliento que, em nem todos estes itens constaram informações em todos os programas. Esta situação ocorreu em quase todo o empírico trabalhado. Os quadros 33 a 36 apresentam dados que se referem conjuntamente as três instituições. São provenientes das referências bibliográficas - arqueológicas/ não-arqueológicas de autores brasileiros e estrangeiros - constantes nos programas.

Quadro 33	
UFPE - USP - PUC	
Referencial Teórico	
Brasileiros e Estrangeiros	
Arqueológico	
Total: 180	
AUTOR	Quantidade
Binford	27
Laming-Emperaire	21
Hodder	19
Leroi-Gourhan	19
Megggers	18
Clarke	12
Trigger	12
Butzer	11
Renfrew	11
Wiley	11
Courbin	9
Schiffer	9
Bahn	7
Pesez	7
Schobinger	7
Semenov	7
Bordes	6
Bryan	6

Clark	6
Funari	6
Kern, A. A.	6
Schmitz, P.I.	6
Tixier	6
Alcina Franch	5
Childe	5
Gallay	5
Orser	5
Plog	5
Watson, P.	5
Caldarelli, S.B.	4
Carandini	4
Daniel, G.	4
Gardin	4
Gould, R.	4
Martin	4
Menezes, U.	4
Moberg	4
Morais, J.L.	4
Neves, W.	4
Redman	4
Roosevelt, A.	4
Schuyler	4
Ucko	4
Beltrão, M.C.	3
Chang	3
Crabtree	3
Dauvois	3
Delporte	3
Guidon	3
Keeley	3
Kent, S.	3
Kramer	3
Longacre	3
Paynter	3
Phillips	3
Prous	3
Schnapp	3
Wobst	3
Wylie	3
Albuquerque, M.	2
Arnold	2
Ashmore	2
Balfet	2
Bate	2

Brochado, J.J.P.	2
Brown, A .	2
Coles	2
Colles	2
Comas, J.	2
Daux	2
Deetz	2
Donnan	2
Flenniken	2
Jones, S.	2
Miller, T. O .	2
Pallestrini, L.	2
Pinsky	2
Sackett	2
Shanks	2
Shenman	2
Sherrat	2
Spaulding	2
Tilley	2
Wheeler	2
Wust, I.	2
Yofee	2
Albuquerque, P.T. de S.	1
Alves de Oliveira, C.	1
Alves, M.A .	1
Ambler	1
Andreatta, M.D.	1
Andrén	1
Aston	1
Audouze	1
Austin	1
Bailloud	1
Bandi	1
Barcelos, A .	1
Barton	1
Berenguer	1
Bettinger	1
Blanchet	1
Blasi, O .	1
Bodu	1
Boëda	1
Boyd	1
Brezillon	1
Brézzilon	1
Bucaille	1
Davidson, D.A .	1

Deagan	1
DeBoer	1
Dunnell	1
Earle	1
Fiedel	1
Fish	1
Flannery	1
Fletcher	1
Fonseca Zamora	1
Fontana	1
Ford, J.A .	1
Geneste	1
Gibbon, G.	1
Glaßfelter	1
Higgs	1
Inizan	1
Johnson, M.	1
Karlin	1
Kelly	1
Klein	1
Klejn	1
Kneip	1
Kozłowski	1
Krieger	1
Kus	1
Lamberg-Karlovski	1
Lathrap	1
Layton	1
Lima, T.	1
Lumbreras	1
MacClutosh	1
MacNeish	1
Maranca	1
Mc Govern	1
McGuire	1
Mello Neto	1
Meltzer	1
Mendonça de Souza, A .	1
Mueller	1
Odell	1
Olive	1
Orton	1
Patterson	1
Pereira Jr.	1
Rapp	1
Reichel-Dolmatoff	1

Rex Gonzalez	1
Richerson	1
Rivet, P.	1
Robrahn-González, E.M.	1
Rouse	1
Sabloff	1
Sanders	1
Sanoja	1
Schortman	1
Service	1
Shackley	1
Simões	1
Skowronerk	1
Small	1
Smith, E.A .	1
South	1
Symanski, L.C.	1
Thomas, J.	1
Urban	1
Vialou	1
Vilhena-Vialou, A .	1
Wagstaff	1
Waters	1
Wilson, D.	1

Comparando este quadro 33 com o quadro 07, novamente as quatro posições teóricas da Arqueologia, - Processual, Escola Francesa, Pós-Processual e Histórico-Cultural - respectivamente, aparecem nas primeiras colocações. Neste quadro 36, Funari, Kern Schmitz são arqueólogos brasileiros que ocupam a nona posição. De 180 autores, 94 com apenas uma única referência.

Quadro 34	
UFPE - USP - PUC	
Referencial Teórico	
Brasileiros e Estrangeiros	
Não-arqueológico	
Total 93	
AUTOR	Quantidade
Bloch	6
Eco	6
Le Goff	6
Veyne	5
Azevedo, F.	4
Bosi	4
Braudel	4
Cardoso, F.H.	4
Collingwood	4
Gardner	4
Hauser	4
Morgan	4
Mota, C.G.	4
Rodrigues, J.H.	4
Bunge	3
Popper	3
Steward, J.H.	3
Schaff	3
Wölffin	3
Boudon	2
Burke, P.	2
Chauí	2
Dosse	2
Fernandes, F.	2
Godinho	2
Gramsci	2
Iglesias	2
Lenharo	2
Martins, W.	2
Maurrou	2
Ribeiro, D.	2
Service	2
Sevcenko	2
Suassuna	2
Villar	2
Abreu, R.M.	1
Alexander, E.	1
Andrade, R.M.F.	1
Angela, A.	1

Arantes	1
Arestizabal	1
Argan	1
Arroyo	1
Auge	1
Baldini	1
Barroso, G.	1
Bastide	1
Baudrillard	1
Bazin	1
Bertalanffy	1
Bettanini	1
Boudé	1
Brancante	1
Carbonara	1
Cardoso de Oliveira, R.	1
Certeau	1
Ceschi	1
Chartier	1
Chaunu	1
Chorley	1
Comas, J.	1
Da Matta	1
Darwin	1
Dawkins	1
Dobzhansky	1
Duarte, P.	1
Foucault	1
Furet	1
Greimas	1
Gurrieri	1
Harris, M.	1
Hawking	1
Hempel	1
Henderson	1
Katinski	1
Kroeber	1
Kuhn	1
Kuper	1
Leakey, R.	1
Levi-Strauss	1
Lowie	1
Moles	1
Montagu	1
Nagel	1
Osborne	1

Pêcheux	1
Ramos, A.	1
Ribeiro, B.G.	1
Russei	1
Salmon, W.	1
Santos, M.	1
Thompson, P.	1
Vainfas	1

Dando uma olhada no quadro 06 - Referencial Teórico Não-Arqueológico. Lá está a História em primeiro lugar. Contrariando o quadro 17 e confirmando o apresentado no quadro 06, neste quadro 34, nas duas primeiras colocações, três historiadores e um autor da Semiótica, todos estrangeiros. Levando-se em conta os dez primeiros autores listados, cinco, são historiadores estrangeiros. Três são brasileiros e sociólogos. Reaparece neste quadro 34 o que antes chamei de 'padrão referencial' - os autores não se distanciam numericamente de um para outro e diminuem entre si, na quase totalidade dos casos, com valor de uma unidade. 58 autores com uma única referência, de um total de 93.

Quadro 35	
UFPE - USP - PUC	
Referencial Teórico	
Autores estrangeiros	
Arqueológico e Não-arqueológico	
Total 221	
AUTOR	Quantidade
Binford	27
Laming-Emperaire	21
Hodder	19
Leroi-Gourhan	19
Meggors	18
Clarke	12
Trigger	12
Butzer	11
Renfrew	11
Wiley	11

Courbin	9
Schiffer	9
Bahn	7
Pesez	7
Schobinger	7
Semenov	7
Bloch	6
Bordes	6
Bryan	6
Clark	6
Eco	6
Le Goff	6
Tixier	6
Alcina Franch	5
Childe	5
Gallay	5
Orser	5
Plog	5
Veyne	5
Watson, P.	5
Braudel	4
Carandini	4
Collingwood	4
Daniel, G.	4
Gardin	4
Gardiner	4
Gould, R.	4
Hauser	4
Manners	4
Martin	4
Moberg	4
Morgan	4
Redman	4
Roosevelt, A.	4
Schuyler	4
Ucko	4
Bunge	3
Chang	3
Crabtree	3
Dauvois	3
Delporte	3
Keeley	3
Kent, S.	3
Kramer	3
Longacre	3
Miller, T.O.	3

Paynter	3
Phillips	3
Popper	3
Prous	3
Schaff	3
Schnapp	3
Sherrat	3
Steward, J. H.	3
Wobst	3
Wölffin	3
Wylie	3
Arnold	2
Ashmore	2
Balfet	2
Bate	2
Boudon	2
Brown, A .	2
Burke, P.	2
Coles	2
Colles	2
Comas, J.	2
Daux	2
Deetz	2
Donnan	2
Dosse	2
Flenniken	2
Godinho	2
Gramsci	2
Jones, S.	2
Maurrou	2
Pinsky	2
Sackett	2
Service	2
Shanks	2
Shennan	2
Spaulding	2
Tilley	2
Villar	2
Wheeler	2
Yofee	2
Alexander, E.	1
Ambler	1
Andrén	1
Ângela, A .	1
Arestizabal	1
Argan	1

Arroyo	1
Aston	1
Audouze	1
Auge	1
Austin	1
Bailloud	1
Baldini	1
Bandi	1
Barton	1
Bastide	1
Baudrillard	1
Bazin	1
Berenguer	1
Bertalanffy	1
Bettanini	1
Bettinger	1
Blanchet	1
Bodu	1
Boëda	1
Boudé	1
Boyd	1
Brezillon	1
Brézzilon	1
Bucaille	1
Carbonara	1
Carr, C.	1
Certeau	1
Ceschi	1
Chartier	1
Chaunu	1
Chorley	1
Darwin	1
Davidson, D.A .	1
Dawkins	1
Deagan	1
DeBoer	1
Dobzhansky	1
Dunnell	1
Earle	1
Fiedel	1
Fish	1
Flannery	1
Fletcher	1
Fonseca Zamora	1
Fontana	1
Ford, J.A .	1

Foucault	1
Furet	1
Geneste	1
Gibbon, G.	1
Glaffelter	1
Greimas	1
Gurrieri	1
Harris, M.	1
Hawking	1
Hempel	1
Henderson	1
Higgs	1
Inizan	1
Johnson, M.	1
Karlin	1
Kelly	1
Klein	1
Klejn	1
Kozlowski	1
Krieger	1
Kroeber	1
Kuhn	1
Kuper	1
Kus	1
Lamberg-Karlovski	1
Lathrap	1
Layton	1
Leakey, R.	1
Levi-Strauss	1
Lowie	1
Lumbreras	1
MacClutosh	1
MacNeish	1
Mc Govern	1
McGuire	1
Meltzer	1
Moles	1
Montagu	1
Mueller	1
Nagel	1
Odell	1
Olive	1
Orton	1
Osborne	1
Patterson	1
Pechéux	1

Rapp	1
Reichel-Dolmatoff	1
Rex Gonzalez	1
Richerson	1
Rivet, P.	1
Rouse	1
Russel	1
Sabloff	1
Salmon, W.	1
Sanders	1
Sanoja	1
Schortman	1
Shackley	1
Skowronerk	1
Small	1
Smith, E.A.	1
South	1
Thomas, J.	1
Thompson, P.	1
Urban	1
Vialou	1
Wagstaff	1
Waters	1
Wilson, D.	1

Novamente, com este quadro onde se agrupam dados das três instituições, uma demonstração das escolhas de autores estrangeiros - arqueólogos e não-arqueólogos. Comparando com o quadro 27, permanece o destaque para com autores arqueólogos nas dez primeiras colocações. Na nona posição é onde aparecem os autores não-arqueólogos. Dois são historiadores e um da Semiótica. De um total de 221, 125 autores com uma única referência.

Quadro 36	
UFPE - USP - PUC	
Referencial Teórico	
Autores brasileiros	
Arqueólogos e Não-arqueólogos	
Total 53	
AUTOR	Quantidade
Funari	6
Kern, A. A.	6
Schmitz, P.I.	6
Azevedo, F.	4
Bosi	4
Caldarelli, S.B.	4
Cardoso, F.H.	4
Menezes, U.	4
Morais, J.L.	4
Mota, C.G.	4
Neves, W.	4
Rodrigues, J.H.	4
Beltrão, M.C.	3
Guidon	3
Albuquerque, M.	2
Brochado, J.J.P.	2
Chauí	2
Fernandes, F.	2
Iglesias	2
Lenharo	2
Martins, W.	2
Pallestrini, L.	2
Ribeiro, D.	2
Sevcenko	2
Suassuna	2
Wust, I.	2
Abreu, R.M.	1
Albuquerque, P.T. de S.	1
Alves de Oliveira, C.	1
Alves, M.A.	1
Andrade, R.M.F.	1
Andreatta, M.D.	1
Arantes	1
Barcelos, A.	1
Barroso, G.	1
Blasi, O.	1
Brancante	1
Cardoso de Oliveira, R.	1
Da Matta	1

Duarte, P.	1
Katinski	1
Kneip	1
Lima, T.	1
Maranca	1
Mendonça de Souza, A.	1
Ramos, A.	1
Ribeiro, B.G.	1
Robrahn-González, E.M.	1
Santos, M.	1
Simões	1
Symanski, L.C.	1
Vainfas	1
Vilhena-Vialou, A.	1

Assim como no quadro 28, também neste quadro 36 predominam autores arqueólogos entre os primeiros dez listados. Dentre estes, três sociólogos e um historiador. Volta o 'padrão referencial'. 27 autores com uma única referência, de 53.

Encerro aqui estas quadraturas que agrupam dados das três instituições.

No prosseguimento, do quadro 37 ao quadro 47, exponho os dados das instituições separadamente.

4.1.1 Programas das disciplinas - USP

Apresento a listagem das disciplinas que enfocaram direta ou indiretamente temas de teoria na Arqueologia, dentro do intervalo de 1970/2001. O número que segue ao ano corresponde ao semestre e o nome que segue ao título da disciplina é o do professor ou professora.

Assim como para a USP, adotei os mesmos procedimentos para com a PUC e UFPE, na seqüência, apresentados.

Listagem das disciplinas

- 2001/01 – Geoarqueologia/Marisa Afonso
 2001/01 – O contexto arqueológico e a interpretação de vestígios/Marcia Alves
 2001/01 – Arqueologia do construído/José L. de Moraes
- 2000/01 – Indústrias líticas: tecnotipologia-tipologia-variabilidade-experiências de lascamento/Agueda V. de Moraes e Denis Vialou
 2000/01 – Caçadores-coletores: o passado e o presente/Marisa Afonso
 2000/02 – Arqueologia Histórica (testemunhos históricos como documento arqueológico)/Margarida Andreatta
- 1999/02 – Patrimônio arqueológico e musealização/Maria C. Bruno
 1999/02 – Perspectivas atuais da Arqueologia Histórica/Pedro P.A. Funari
 1999/02 – Teoria e método em Arqueologia/José L. de Moraes
 1999/02 – Comportamentos simbólicos dos homens pré-históricos/Agueda V. de Moraes e Denis Vialou
 1999/02 – Arqueologia pós-processual: análise das principais correntes teóricas/Maria C. Scatamacchia
- 1998/02 – Arqueologia evolutiva: novas abordagens/Stephen Shennan
- 1997/02 – Etnoarqueologia/Erika M. R. González
- 1996/02 – O estudo da interação cultural em Arqueologia/Erika M. R. González
- 1994/02 – Etnoarqueologia: suas promessas e armadilhas/Irmhild Wust
 1994/02 – Teoria Arqueológica: do Renascimento à Nova Arqueologia/ Maria I. D. Fleming-Maria B. B. Florenzano-Elaine F.V. Hirata
- 1993/02 – A evolução do pensamento arqueológico/Maria G. Martin Ávila
- 1991/01 – Métodos e técnicas de Arqueologia pré-histórica/Niède Guidon
 1991/02 – A análise do artefato em Arqueologia: a cerâmica como documento/Maria C. M. Scatamacchia
- 1989/01 – Geoarqueologia (parâmetros geológicos e geomorfológicos na pesquisa arqueológica)/José L. de Moraes
 1989/02 – Tecnotipologia lítica (a pedra lascada como documento arqueológico)/José L. de Moraes

- 1988/01 – Análise espacial em Arqueologia/Ulpiano T. B. de Menezes
- 1986/01 – Estudo da cultura material/Ulpiano T. B. de Menezes
- 1983/01 – A arte rupestre pré-histórica brasileira/Sílvia Maranca
- 1979/01 – Demarcação territorial de populações pré-históricas/Luciana Pallestrini
- 1977/01 – A evolução lítica em função do espaço em Pré-História/Luciana Pallestrini
- 1970/01 – Métodos e técnicas empregados em Arqueologia/Margarida D. Andreatta

Os mais variados temas e enfoques foram contemplados nas disciplinas que compuseram parte da formação acadêmica acontecida nesta instituição. Em quase todos os anos do intervalo - 1970/2001 - houve disciplinas que implícita ou explicitamente trataram de temas de teoria na Arqueologia. Destaca-se o ano de 1999, onde os alunos tiveram oportunidades de estudar sobre patrimônio, Museologia, Arqueologia Histórica, comportamentos simbólicos na Pré-História, teoria na Arqueologia e Arqueologia Pós-Processual. Dos 27 programas analisados, 18 apresentam incongruência entre o que foi exposto como ementa, objetivos, conteúdo programático e a bibliografia. Isto é, temáticas ou conceitos apresentados nestes itens não foram contemplados com referência explicitamente teórica - arqueológica ou não-arqueológica - nas bibliografias. 14 programas demonstraram itens congruentes em relação a uma bibliografia teórica e explicitamente referenciada - arqueológica ou não-arqueológica.

Quadro 37	
USP	
Referencial Teórico	
Autores brasileiros	
Arqueológico	
Total 20	
AUTOR	Quantidade
Morais, J.L.	4

Beltrão, M.C.	3
Albuquerque, M.	2
Funari	2
Menezes, U.	2
Wust, I.	2
Albuquerque, P.T. de S.	1
Alves de Oliveira, C.	1
Alves, M.A.	1
Andreatta, M.D.	1
Blasi, O.	1
Guidon	1
Kneip	1
Lima, T.	1
Maranca	1
Mello Neto	1
Mendonça de Souza, A.	1
Pallestrini, L.	1
Robrahn-González, E.M.	1
Vilhena-Vialou, A.	1

Neste quadro 37, tomando os cinco primeiros autores listados, dois são da Arqueologia Processual, um da Arqueologia Pós-Processual, um da Escola Francesa e um da Arqueologia Histórico-Cultural. Apresenta o 'padrão referencial' e 14 autores com uma única referência, de um total de 20.

Quadro 38	
USP	
Referencial Teórico	
Arqueológico	
Autores estrangeiros	
Total 102	
AUTOR	Quantidade
Binford	11
Leroi-Gourhan	9
Hodder	8
Clarke	6
Gould, R.	4
Schiffer	4
Butzer	3
Clark	3

Courbin	3
Kramer	3
Laming-Emperaire	3
Longacre	3
Pesez	3
Renfrew	3
Trigger	3
Arnold	2
Balfet	2
Brown, A .	2
Carandini	2
Chang	2
Coles	2
Daniel, G.	2
Donnan	2
Gallay	2
Jones, S.	2
Kent, S.	2
Prous	2
Schuyler	2
Shennan	2
Wiley	2
Alcina Franch	1
Ambier	1
Andrén	1
Ashmore	1
Audouze	1
Austin	1
Bahn	1
Bailloud	1
Bandi	1
Barton	1
Berenguer	1
Bettinger	1
Blanchet	1
Bodu	1
Boëda	1
Bordes	1
Boyd	1
Bucaille	1
Childe	1
Crabtree	1
Dauvois	1
Davidson, D.A .	1
DeBoer	1
Deetz	1

Delporte	1
Dunnell	1
Earle	1
Fish	1
Flannery	1
Fonseca Zamora	1
Fontana	1
Gardin	1
Geneste	1
Gibbon, G.	1
Glaffelter	1
Higgs	1
Inizan	1
Johnson, M.	1
Karlin	1
Keeley	1
Kelly	1
Kozlowski	1
Kus	1
Lamberg-Karlovski	1
Layton	1
Lumbreras	1
Mc Govern	1
Olive	1
Orser	1
Phillips	1
Plog	1
Rapp	1
Reichel-Dolmatoff	1
Richerson	1
Rouse	1
Sabloff	1
Sanoja	1
Schortman	1
Shackley	1
Skowronek	1
Small	1
Smith, E.A.	1
South	1
Steward, J. H.	1
Ucko	1
Urban	1
Wagstaff	1
Waters	1
Wheeler	1
Wilson, D.	1

Wobst	1
Wylie	1

Tomando como base as cinco primeiras colocações, quatro autores são da Arqueologia Processual, um da Escola Francesa e um da Arqueologia Pós-Processual. Mantém-se o 'padrão referencial'. De 102, 72 autores com uma única referência.

Quadro 39	
USP	
Referencial Teórico	
Autores brasileiros	
Não-Arqueológico	
Total 11	
AUTOR	Quantidade
Fernandes, F.	2
Abreu, R.M.	1
Andrade, R.M.F.	1
Arantes	1
Barroso, G.	1
Brancante	1
Cardoso de Oliveira, R.	1
Da Matta	1
Duarte, P.	1
Katinski	1
Ribeiro, B.G.	1

Com relação aos autores brasileiros, referências teóricas advindas de sociólogos, antropólogos, entre outros, e a maioria com apenas uma.

Quadro 40	
USP	
Referencial Teórico	
Não-arqueológico	
Autores estrangeiros	
Total 25	
AUTOR	Quantidade
Alexander, E.	1
Angela, A.	1

Arestizabal	1
Argan	1
Arroyo	1
Baldini	1
Baudrillard	1
Bazin	1
Bertalanffy	1
Bettanini	1
Braudel	1
Carbonara	1
Ceschi	1
Chorley	1
Dawkins	1
Greimas	1
Gurrieri	1
Henderson	1
Kuhn	1
Le Goff	1
Levi-Strauss	1
Moles	1
Nagel	1
Popper	1
Service	1

Todos os autores com apenas uma referência e neste quadro 40 numa abrangência que contempla Antropologia, História, Filosofia, entre outras.

4.1.2 Programas das disciplinas - PUC

Para esta instituição o intervalo cronológico vai de 1993 a 2001.

Listagem das disciplinas

2001/1 – Os espaços na Arqueologia/Klaus Hilbert

2000/1 – Arqueologia histórica/Arno A. Kern

2000/2 - Reflexões teóricas e discussões epistemológicas/Arno A. Kern

1999/2 – Metodologia da pesquisa arqueológica/Klaus Hilbert

1998/1 – Arqueologia histórica/Arno A. Kern

1998/2 - Metodologia da pesquisa arqueológica/Klaus Hilbert

1997/1 – Metodologia da pesquisa arqueológica/ Klaus Hilbert

1997/2 – Arqueologia total/ Klaus Hilbert

1996/2 – Teorias da arqueologia/ Arno A. Kern

1995/2 – Teorias da arqueologia/Arno A. Kern

1994/1 – Métodos da pesquisa arqueológica/Klaus Hilbert

1994/2 – Tecnologia e tipologia lítica/Klaus Hilbert

1993/2 – Teorias da arqueologia/ Arno A. Kern

Em todos os anos do intervalo, disciplinas foram oferecidas. Apenas dois professores se intercalaram. Assim como os títulos das disciplinas, também os conteúdos dos programas se mantiveram idênticos em anos diferentes. Dos 13 programas analisados, 12 apresentaram congruência entre os itens e a bibliografia em termos de teorias arqueológicas. Porém, em termos de teoria não-arqueológica vários programas propuseram temas que envolveram conceitos relacionados com Epistemologia e Filosofia da Ciência que não foram explicitamente referenciados nas bibliografias, o que aponta para incongruência entre as propostas dos itens programáticos e a bibliografia.

Quadro 41	
PUC	
Referencial Teórico	
Autores brasileiros	
Arqueológico	
Total 7	
Autor	Quantidade
Kern, A. A.	6
Caldarelli, S.B.	4
Funari	4
Neves, W.	4
Menezes, U.	2
Barcelos, A.	1

Synanski, L.C.	1

Neste quadro, referências para com autores da Escola Francesa, Arqueologia Processual e Arqueologia Pós-Processual.

Quadro 42	
PUC	
Referencial Teórico	
Arqueológico	
Autores estrangeiros	
Total 57	
AUTOR	Quantidade
Binford	7
Courbin	6
Hodder	5
Schiffer	5
Alcina Franch	4
Clarke	4
Franch	4
Meggors	4
Orser	4
Pesez	4
Plog	4
Redman	4
Trigger	4
Willey	4
Clark	3
Gallay	3
Gardin	3
Paynter	3
Schnapp	3
Ucko	3
Bahn	2
Bordes	2
Brezillon	2
Carandini	2
Crabtree	2
Daniel, G.	2
Dauvois	2
Daux	2
Delporte	2
Flenniken	2
Keeley	2
Laming-Empeaire	2

Miller, T.O.	2
Pinsky	2
Renfrew	2
Sackett	2
Schuyler	2
Semenov	2
Sherrat	2
Tixier	2
Watson, P.	2
Wobst	2
Wylie	2
Yoffee	2
Ashmore	1
Aston	1
Chang	1
Deagan	1
Deetz	1
Kent, S.	1
Klein	1
Klejn	1
McGuire	1
Meltzer	1
Mueller	1
Odell	1
Thomas, J.	1
Wheeler	1

Tomando como base as três primeiras colocações neste quadro 42, dois autores são da Arqueologia Processual, um da Escola Francesa e um da Arqueologia Pós-Processual. Manteve-se o 'padrão referencial' e 14 com apenas uma única referência.

Quadro 43	
PUC	
Referencial Teórico	
Não-arqueológico	
Autores estrangeiros	
Total 10	
AUTOR	Quantidade
Augé	1
Braudel	1
Certeau	1

Chartier	1
Foucault	1
Furet	1
Hawking	1
Le Goff	1
Thompson, P.	1
Veyne	1

Neste quadro 43 todos os autores com apenas uma única referência. Em sua maioria são historiadores, sendo um antropólogo, um filósofo e um físico.

4.1.3 Programas das disciplinas - UFPE

Nesta instituição, o intervalo vai de 1979 a 2001, com várias lacunas. O motivo é que um incêndio, ocorrido nas dependências onde funcionava o Programa de Pós-Graduação em História, destruiu grande parte da documentação. Com relação aos programas das disciplinas, pude trabalhar com o que restou de tal infortúnio e com o que me foi disponibilizado na secretaria desta instituição.

Listagem das disciplinas

2001

- Teoria da Pré-História

2000

- Metodologia da classificação do material lítico
- Pré-história americana
- Pré-história brasileira
- Seminário de dissertação
- Seminário de tese
- Técnica da pesquisa arqueológica
- Teoria arqueológica

- Teoria da Pré-História
- Tópico especial de pesquisa arqueológica II

1999

- Metodologia da classificação do material lítico
- Pré-história americana
- Pré-história brasileira
- Seminário de dissertação
- Seminário de tese
- Técnica da pesquisa arqueológica
- Teoria arqueológica
- Teoria da Pré-História
- Tópico especial de pesquisa arqueológica II

1991

- Técnica de pesquisa arqueológica (com trabalho de campo)
- Teoria e metodologia em Pré-História
- Pré-História americana
- Pré-História brasileira
- Metodologia da classificação do material lítico

1990

- Técnica de pesquisa arqueológica (com trabalho de campo)
- Teoria e metodologia em Pré-História
- Pré-História americana
- Pré-História brasileira
- Metodologia da classificação do material lítico

1986

- Técnica de pesquisa arqueológica
- Pré-História brasileira
- Tópico especial de metodologia arqueológica

1985

- Pré-História geral
- Pré-História americana
- Pré-história brasileira
- Metodologia em arqueologia

1979

- Arqueologia brasileira

Novamente, os títulos e os programas, mantêm-se sucessivamente os mesmos por vários anos. Como antes destaquei, aqui trabalhei com o que restou. Assim,

nos programas, não identifiquei o nome dos professores/professoras e nos itens 'objetivos' e 'conteúdos programáticos', não constam informações. Estas estão presentes, em todos eles, nos itens 'ementa' e 'bibliografia'. Dos 54 programas pesquisados, 40 apresentam congruência entre o que foi exposto nos itens em relação à bibliografia e 14 estão incongruentes nesta mesma relação.

Quadro 44	
UFPE	
Referencial Teórico	
Autores brasileiros	
Arqueológico	
Total 5	
AUTOR	Quantidade
Schmitz, P.I.	6
Brochado, J.J.P.	2
Guidon	2
Pallestrini, L.	1
Simões	1

Neste quadro, somente autores da Escola Francesa e da Arqueologia Histórico-Cultural.

Quadro 45	
UFPE	
Referencial Teórico	
Autores estrangeiros	
Arqueológico	
Total 40	
AUTOR	Quantidade
Laming-Emperaire	16
Leroi-Gourhan	15
Meggors	14
Binford	10
Butzer	9
Schobinger	7
Hodder	7
Bryan	6

Renfrew	6
Trigger	6
Willey	6
Martin	5
Semenov	5
Bahn	4
Childe	4
Clarke	4
Roosevelt, A .	4
Tixier	4
Bordes	3
Tilley	3
Watson, P.	3
Bate	2
Colles	2
Higgs	2
Shanks	2
Spaulding	2
Arnold	1
Audouze	1
Bettinger	1
Brothewell	1
Clark	1
Clark, G.	1
Daniel, G.	1
Fiedel	1
Fletcher	1
Longrace	1
Prous	1
Rivet, P.	1
Sanders	1
Telster	1

Neste quadro 45, na primeira e segunda colocação autores da EF, na terceira uma autora da AHC e na quarta e quinta, autores da AP. De 40, 14 com apenas uma referência.

Quadro 46	
UFPE	
Referencial Teórico	
Autores brasileiros	
Não-arqueológico	
Total 15	
AUTOR	Quantidade
Azevedo, F.	4
Bosi	4
Cardoso, F.H.	4
Mota, C.G.	4
Rodrigues, J.H.	4
Chauí	2
Iglesias	2
Lenharo	2
Martins, W.	2
Ribeiro, D.	2
Sevcenko	2
Suassuna	2
Jatobá	1
Ramos, A.	1
Vainfas	1

Como referenciais teóricos, neste quadro 46, os autores são da História, Sociologia, Geologia, Antropologia, entre outras.

Quadro 47	
UFPE	
Referencial Teórico	
Autores estrangeiros	
Não-arqueológico	
Total 37	
AUTOR	Quantidade
Bloch	6
Eco	6
Gardiner	5
Collingwood	4
Hauser	4
Le Goff	4
Morgan	4
Veyne	4
Bunge	3
Popper	3

Schaff	3
Wölffin	3
Boudon	2
Braudel	2
Burke, P.	2
Dosse	2
Godinho	2
Gramsci	2
Maurrou	2
Steward, J. H.	2
Baas	1
Bachelard	1
Boudé	1
Calvez	1
Carr, C.	1
Chaunu	1
Darwin	1
Dobzhansky	1
Foelix	1
Leakey, R.	1
Morente	1
Nagel	1
Osborne	1
Pêcheux	1
Service	1
Tylor	1
White, L.	1

Neste quadro 47, mantém-se o 'padrão referencial.' 17 autores com uma única referência, entre 37. Os referenciais teóricos são advindos da História, Filosofia, Antropologia, Biologia, Paleoantropologia, entre outras.

Bem, encerro por aqui este tópico sobre os programas nas instituições que possuem programas de pós-graduação. Pelos dados apresentados nos quadros e pelas listagens das disciplinas constato, que não houve ausência ou inexistência de teoria na formação dos pós-graduandos.

4.2 A graduação em Arqueologia na Estácio de Sá: como esteve teoria nos programas das disciplinas?

Aqui também as condições de trabalho não foram muito propícias. Deparei-me com o que me foi apresentado, na ocasião da pesquisa, como sendo o arquivo morto do extinto curso de graduação em Arqueologia nesta instituição.

Morto! Numa sala sem ventilação, num tórrido dia de calor carioca, amontoavam-se, atabalhoadamente, gordas caixas sem nenhuma identificação, atulhadas à exaustão de suas medidas, com inúmeros papéis soltos nos seus interiores. Além disso, entremeadas por restos esqueléticos humanos e animais, por caixas com cacos de cerâmica e com material lítico e por outros variados vestígios. Senti-me mais como num trabalho de arqueologia de salvamento do que propriamente no de uma escavação em campos arquivísticos. Mas, naqueles dias de trabalho, diante deste cenário e com o sufoco do calor, em semelhante situação de adversidade, lembrei-me do que já disse o mestre Vinicius de Moraes: "Encararemos!".

Diante desta circunstância, trabalhei com o que restou e com o que encontrei, no então chamado arquivo. Afinal, como é tido e havido, trabalhar com o que resta e com o que se encontra tem sido o cenário predominante da pesquisa arqueológica. Novamente, topei com programas cujos itens estão incompletos ou sem as devidas informações. Devido a isto, foi possível identificar programas apenas dentro de um intervalo que vai de 1977 a 1994. Muitos tinham vários itens corretamente informados, sem, contudo, constar o ano em que foi ministrada a disciplina. Assim, apresento duas listagens: uma com os anos identificados e outra sem esta informação.

A) Listagem das disciplinas: 1977 - 1994

1977

- Filosofia da Ciência/Tarcísio Barbosa Paixão
- Teorias Antropológicas/Braz F.R.S. Winkler Pepe

1978

- Arqueologia Analítica/Alfredo A. de C. Mendonça de Souza

1989/02

- Arqueologia II/Márcia B. de Almeida

1990/02

- Arqueologia I/Anete M. Oliveira
- Arqueologia II/Márcia B. de Almeida
- Arqueologia do Brasil I
- Arqueologia do Brasil II
- Arqueologia do Brasil III
- Introdução à Arqueologia II/César A. Lotufo
- Introdução à Arqueologia I
- Metodologia da Pesquisa Arqueológica II

1993/01

- Arqueologia II/Márcia B. de Almeida

1993/02

- Arqueologia I/Anete M. de Oliveira
- Arqueologia do Brasil II/Paulo Seda

1994/02

- Arqueologia I
- Arqueologia II
- Arqueologia do Brasil I
- Arqueologia do Brasil II
- Arqueologia do Brasil III
- Introdução à Arqueologia I
- Introdução à Arqueologia II
- Metodologia da Pesquisa Arqueológica II
- Arqueologia do Brasil I

B) Listagem das disciplinas: sem constar o ano

- Arqueologia do Brasil I
- Arqueologia do Brasil II
- Arqueologia do Brasil III

- Arqueologia Geral I
- Arqueologia I
- Arqueologia II
- Introdução à Arqueologia I
- Introdução à Arqueologia II
- Metodologia da Pesquisa Arqueológica II

Também encontrei vários programas onde constava apenas o título da disciplina, os conteúdos programáticos e, eventualmente, as referências bibliográficas. Sobre estes, trago a listagem seguinte.

C) Listagem de programas: título da disciplina e conteúdo programático

- **METODOLOGIA CIENTÍFICA (FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS)**

I. O que é lógica – definição; II. A ciência e o espírito científico; III. Elementos do método científico: observação e interpretação; explicação científica; o que é uma TEORIA CIENTÍFICA; IV. Ciência e filosofia

- **ANTROPOLOGIA SOCIAL E CULTURAL I**

1. O conhecimento científico: positivismo e hermenêutica; 2. Ciências naturais e sociais; 3. A especificidade da Antropologia; 4. O etnocentrismo; 5. O conceito de cultura: a visão instrumental de cultura; sua dimensão simbólica; cultura material x cosmovisão; 6. Adjetivações do conceito de cultura; 7. O evolucionismo biológico; 8. O evolucionismo cultural (ou social); 9. Correntes de pensamento em Antropologia

- **ANTROPOLOGIA SOCIAL E CULTURAL II**

1. Política e poder em sociedades tribais; 2. Economia em sociedades tribais; 3. Vínculos entre Política e Parentesco em sociedades tribais complexas; 4. Teorias do parentesco; 5. O espaço religioso e o fenômeno totêmico

- **ARQUEOLOGIA DO BRASIL I**

1. Aspectos conceituais e histórico da pesquisa; 2. O contexto arqueológico: o espaço na Arqueologia/ conceituação e seu uso/ tipologia de sítio/ o tempo na Arqueologia/ conceituação e seu

uso/ periodização usual/ morfologia cultural/ unidades conceituais e práticas; 3. Paleoíndio e Arcaico: conceitos e divisões/ caracterização

- **ARQUEOLOGIA DO BRASIL III**

1. Meio ambiente/ A questão cronológica/ A morfologia cultural; 2. Síntese da Pré-História Arqueológica do Brasil: o paleoíndio/ arcaico/ formativo/ arte rupestre

- **METODOLOGIA DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA I**

1. Teoria, método e técnica: conceituação; 2. As diferentes perspectivas teóricas da Arqueologia: histórico-cultural/ processual/ pós-processual; 3. Métodos e técnicas de levantamento arqueológico; 4. A Arqueologia de salvamento: especificidades, possibilidades, limites

- **METODOLOGIA DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA I**

1. Perspectiva histórica: o mundo clássico/ peças de museu e coleção/ evolução dos meios metodológicos – séculos XVIII/XIX/ geologia-antropologia-paleontologia: novos rumos para a Arqueologia/ o particularismo histórico e a New Archeology/ o arqueólogo (no Brasil) hoje; 2. Tendências metodológicas: as fases da pesquisa arqueológica: prospecção e escavação – visão européia e norte-americana; reflexos no Brasil; a linguagem dos restos arqueológicos: a ecologia cultural; 3. Panorama arqueológico brasileiro: as áreas arqueológicas brasileiras/ tipos de sítios brasileiros e cuidados específicos de ordem metodológica/ cuidados na análise e publicação/ o salvamento

- **METODOLOGIA DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA I**

1. O sítio arqueológico: significado e formação/ tipos; 2. O contexto arqueológico: espaço, tempo e cultura; 3. Prospecção arqueológica: objetivos/ planejamento; 4. Escavação arqueológica: objeto e objetivo; 5. Estratigrafia: conceito de tempo e espaço; 6. Técnicas de escavação; 7. Registro de informações; 8. Equipamento de campo e composição da equipe; 9. Recuperação de material em mau estado de conservação; 10. Arqueologia de salvamento

- **METODOLOGIA DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA I**

1. Conceito de espaço e tempo; 2. Unidades integrativas: horizonte e tradição; 3. Vestígios arqueológicos: classificação, quantificação; 4. Estruturas; 5. Contexto arqueológico e contexto sistêmico; 6. Estratigrafia/ Seriação/ Tipos, tipologias; 7. Estabelecimento de seqüências cronológicas; 8. Construção de cronologias regionais; 9. Sazonalidade, tempo de ocupação; 10.

Localização de assentamento numa região; 11. Estrutura interna de um assentamento; 12. Técnicas de escavação; 13. Métodos e técnicas de levantamento arqueológico; 14. Arqueologia de salvamento, sua especificidade

- **METODOLOGIA DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA I**

1. A abordagem indutiva e a coleta de dados/ o particularismo; 2. A abordagem hipotético-dedutiva e a verificação de leis; as generalizações; 3. A “New Archeology”: uma revisão crítica

- **METODOLOGIA DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA II**

1. Sistemas econômicos pré-históricos; 2. Tipos de assentamentos pré-históricos e sua relação com os recursos naturais; 3. Recuperação da evidência arqueológica; 4. Análise da atividade desenvolvida num sítio arqueológico; 5. Revisão sobre a importância da reconstituição dos padrões econômicos das populações pré-históricas

- **INTRODUÇÃO A ARQUEOLOGIA I**

1. O conceito de Arqueologia/ a interdisciplinaridade da Arqueologia/ Arqueologia pré-histórica e histórica/ Arqueologia e sua relação com a História e Antropologia; 2. Breve histórico da Arqueologia; 3. O “pensar” arqueológico/ a metodologia científica e a pesquisa arqueológica/ a criação de modelos teóricos da realidade a partir de vestígios materiais; 4. Vestígios arqueológicos e padrões culturais/ a natureza do registro arqueológico/ conceitos de “cultura; 5. Metodologia da pesquisa arqueológica; 6. Tipos de assentamentos pré-históricos no Brasil

- **INTRODUÇÃO A ARQUEOLOGIA I**

1. Conceituação da Arqueologia como ciência; 2. Conceituação da Antropologia e das ciências antropológicas, entre as quais a Arqueologia; 3. Conceituação de História e suas relações com o discurso histórico produzido a partir dos dados e métodos arqueológicos; 4. A Arqueologia: discurso científico x discurso mágico; 5. Arqueologia e Pré-História; 6. Conceito de mundo real e das regularidades que permitem conhecê-lo; 7. Conceito de amostragem: como conhecer o todo pela parte; 8. O testemunho arqueológico: fragmentos do passado e sua significância; 9. A formação do sítio arqueológico enquanto PROCESSO contínuo; 10 A cultura que produz o testemunho arqueológico enquanto SISTEMA¹; 11. O dado arqueológico x objeto e monumento/ tempo-espço-cultura; 12.Procedimentos práticos para a organização de uma pesquisa arqueológica; 12 Problemas

¹ Maiúsculas no original.

especiais do trabalho em campo; 13 A pesquisa em documentos; 14 A escavação dos testemunhos/ análises laboratoriais/ a veiculação dos resultados; 15 A formação do arqueólogo pela práxis: conceito de profissional e amador; 16 A formação do arqueólogo graduado: estrutura curricular, graduação e pós-graduação/ aspectos históricos da formação do arqueólogo no Brasil; 17 Política em Arqueologia: SAB, profissionalização e reconhecimento da profissão/ mercado de trabalho; 18 Principais instituições de pesquisa nacionais/ projetos e programas nacionais e internacionais; 19 Modernas pesquisas, avanços em pré-história brasileira e americana/ pesquisadores e equipes/ órgãos financiadores e de fiscalização

• INTRODUÇÃO A ARQUEOLOGIA I

1. Definição do objeto de estudo: o conceito de arqueologia/ a interdisciplinaridade da arqueologia; 2. Construção científica da Arqueologia; 3. Vestígios arqueológicos e padrões culturais; 4. Áreas de concentração do interesse arqueológico; 5. A natureza do registro arqueológico; 6. Tipos de assentamentos pré-históricos no Brasil; 7. Histórico da Arqueologia no Brasil; 8. Apresentação de projetos de pesquisa em andamento no estado do Rio de Janeiro/ estudo de caso

• INTRODUÇÃO A ARQUEOLOGIA II

1. O marco geológico no período quaternário; 2. O aparecimento do homem; 3. A evolução da cultura: as indústrias paleolíticas; 4. Mesolítico; 5. Neolítico; 6. A passagem do homem à América

• ARQUEOLOGIA GERAL I

1. O que é Arqueologia?: características, dinamismo, definição; 2. Importância e relacionamento com outras ciências; 3. Síntese sobre a história da Arqueologia; 4. A Arqueologia diante da “paixão” dos “interesses” e da “cultura”; 5. O tesouro, o colecionismo, os falsos, o turismo; 6. A técnica da Arqueologia; 7. A preparação do sítio arqueológico; 8. Organização da escavação/ composição do staff

• ARQUEOLOGIA GERAL II

1 A conservação e tratamento dos objetos; 2 O dossier da escavação; 3. A publicação; 4. Conservação e tratamento dos sítios; 5. O museu arqueológico; 6. A Arqueologia e as descobertas modernas; 7. Arqueologia e laboratório/ meios de datação; 8. Arqueologia submarina; 9. Fases da pesquisa arqueológica

• ARQUEOLOGIA GERAL II

1. A natureza do registro arqueológico/ o dado arqueológico: conceito e definição; 2. Sistema classificatório; 3. Classificação tridimensional/ contexto arqueológico: espaço, tempo e cultura; 4. Conceitos espaciais: o sítio arqueológico/ tipos de sítio; 5. Conceitos arqueológicos básicos ou de conteúdo cultural; 6. Conceitos temporais/ conceitos integrativos; 7. Invenção independente, migração e difusão; 8. Cronologia relativa e absoluta/ estratigrafia/ métodos de datação

Num texto cuja proposta é um diagnóstico do Curso de Graduação em Arqueologia da UNESA, destacando as recentes modificações pelas quais este vem passando, Seda e Almeida (2000) destacam que este curso tem sido assunto de panoramas e avaliações em vários congressos da SAB. Nestes, segundo os autores, o curso ou tem sido enaltecido ou tem recebido um encobrimento de sua realidade. Dentre vários assuntos abordados, um é denominado de 'Diagnóstico do Curso' (Seda e Almeida, *idem*: 05). Neste tópico, são apresentadas informações e dados referentes à implementação de um novo currículo acontecida em 1997. Esta seguiu três critérios: modernização da grade curricular, direcionamento de disciplinas e enxugamento da grade curricular. No organograma mostrado (Seda e Almeida, *idem*: 06), explicitamente, em quatro anos de duração do curso e dividido em oito períodos, teoria arqueológica foi contemplada com dois. "Evidentemente, somos os primeiros a entender que o Currículo do Curso não é perfeito (se é que isto existe) e que, com certeza, faltam algumas disciplinas e sempre faltarão (Metodologia do Pensamento Científico, que seria mantida e Museologia Aplicada a Arqueologia, que seria criada, p.ex., tiveram que ser suprimidas). Contudo, acreditamos que ele ficou mais ágil e coaduna-se com as modernas tendências da arqueologia" (Seda e Almeida, *idem*: 06).

Assim, neste empírico, trabalhei com programas dentro destas três condições: a) título da disciplina e os conteúdos programáticos; b) com os anos

identificados e demais itens programáticos; c) sem a identificação do ano, porém, com outros itens informados.

Conjugando estas três condições, obtive os dados dos quadros 48 a 51 que advieram da consulta nas referências bibliográficas dos programas.

Quadro 48	
Arqueologia/UNESA	
Referencial Teórico	
Arqueólogos	
Autores brasileiros	
Total 19	
AUTOR	Quantidade
Mendonça de Souza, A .	12
Funari	10
Schmitz, P.I.	6
Chmyz, I.	5
Ribeiro, Pedro A.M.	5
Beltrão, M.C.	4
Lotufo	4
Brochado, J.J.P.	3
Dias, O .	3
Pallestrini, L.	3
Rohr	3
Scatamacchia, M.C.M.	3
Simões	3
Hirata	2
Meneses, U.	2
Guidon	1
Kern, A . A .	1
Pereira Jr.	1
Vialou	1

De 19 autores, somente quatro com uma única referência. Dentre os cinco primeiros autores, um é da AP, um é da EF, um é da APP e dois da AHC.

Quadro 49	
Arqueologia/UNESA	
Referencial Teórico	
Arqueológico	
Autores estrangeiros	
Total 52	
AUTOR	Quantidade
Childe	10
Clark	10
Prous	10
Binford	8
Watson, P.	8
Clarke	7
Hodder	7
Meggers	7
Schiffer	6
Butzer	5
Frederic	4
Heizer	4
Hole	4
Moberg	4
Renfrew	4
Tilley	4
Trigger	4
Wheeler	4
Daniel, G.	3
Laming-Emperaire	3
Lumbreras	3
Rahtz	3
Roosevelt, A .	3
Shanks	3
Comas, J.	2
Leroi-Gourhan	2
Phillips	2
Willey	2
Brézillon	1
Chang	1
Courbin	1
Flannery	1
Ford, J.A .	1
Gardin	1
Krieger	1
Lathrap	1
MacClutosh	1
MacNeish	1
Miller, T. O .	1

Orton	1
Patterson	1
Rex Gonzalez	1
Rouse	1
Sanders	1
Schnapp	1
Sherrat	1

Neste quadro 49, tomando como referência as cinco primeiras posições, englobando dez autores, cinco, são da AP, três da AHC, um da APP e um da EF. De 52, 18 autores com apenas uma única referência.

Quadro 50	
Arqueologia/UNESA	
Referencial Teórico	
Não-Arqueológico	
Autores brasileiros	
Total 03	
AUTOR	Quantidade
Da Matta	2
Freire-Maia	1
Salzano	1

Autores brasileiros não-arqueólogos são irrelevantes em relação as demais referências. Aqui neste quadro, um antropólogo e dois da área bio-médica.

Quadro 51	
Arqueologia/UNESA	
Referencial Teórico	
Não-arqueológico	
Autores estrangeiros	
Total 27	
AUTOR	Quantidade
Malinowski	5
Kaplan	4
Manners	4
Bloch	3
Cassirer	3

Engels	2
Le Goff	2
Murdock	2
Sahlins	2
Villar	2
Bastide	1
Bunge	1
Comas, J.	1
Foucault	1
Harris, M.	1
Hempel	1
Kroeber	1
Kuper	1
Lowie	1
Montagu	1
Nagel	1
Popper	1
Russel	1
Salmon, W.	1
Service	1
Steward, J. H.	1

Já para autores não-arqueólogos estrangeiros as referências aumentaram. Tomando os dez primeiros autores, cinco, são antropólogos, três historiadores e dois filósofos. 16 autores com uma única referência, de um total de 27.

Da mesma maneira que nas instituições de pós-graduação, na formação dos graduandos da Estácio de Sá não é possível apontar inexistência de teoria. Escavei o que pude nos vestígios fragmentados pelos programas. Seja pela Arqueologia e por outros campos do conhecimento, a partir dos dados dos quadros e das disciplinas, a teoria se fez presente nesta graduação.

4.3. A Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB): o atestado da cientificidade

Porque parte do título deste tópico traz a expressão 'atestado da cientificidade'? Respondo. Está lá na redação da ata de fundação da SAB e no estatuto, na ocasião aprovado, no artigo 1º: "A Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB - é uma sociedade civil de caráter científico, destinada a congregar arqueólogos e demais especialistas dedicados ao ensino e à pesquisa da Arqueologia e áreas afins (...)". Salientando a necessidade e implementação de um projeto que melhor explicita os objetivos da fundação e permanência da SAB e questionando este atestado de cientificidade como o principal objetivo desta sociedade, Souza e Gaspar (2000) destacam que "...a SAB, ao contrário do que muitos hoje pensam, foi criada a partir de uma motivação fortemente política e de problemas concretos que se estabeleciam a nível da prática profissional, não se tratando apenas de uma congregação científica". Aqui, no meu trabalho, por esta cientificidade, busquei elucidar por sendas da teoria.

Com relação ao ensino, já tratei, no tópico anterior, sobre os programas das disciplinas. Neste, de agora, na trilha que atesta a cientificidade, trabalhei com textos publicados nos anais das reuniões científicas da SAB, em cujas discursividades se destacaram e se salientaram temáticas explícitas sobre teorias, arqueológicas e não-arqueológicas.

No campo da Antropologia, pesquisa semelhante realizou Stoczkowski (s.d.). O autor trabalhou com vasta produção científica de pré-historiadores e paleoetnólogos, entre outros. Buscou elucidar as diferentes conceituações e teorias que aqueles empregaram ao tratarem da origem do homem e do processo de hominização. "...submeti a análise vinte e quatro cenários da hominização, o primeiro dos quais publicado

em 1820 e o último em 1986" (Stoczkowski, *idem*: 50). A escolha dos cenários contemplou as mais diversas posições teóricas e autores oriundos de vários campos do conhecimento.

É possível separar textos teóricos de não teóricos? Ou melhor, na vereda da discursividade de uma sociedade fundada para divulgar a cientificidade de sua produção é possível escolher textos apenas teóricos? Com um porém, respondo que não. Retomo aqui, os argumentos que expus, sobre estas questões, lá no capítulo dois. Que porém é este? Reafirmo o que antes já disse. Como arqueólogos, nossos discursos, em suas finais textualizações, são construções de passados. Por aí, é inexorável que nestas estejam teorias. O que se põe diante da produção do conhecimento arqueológico é a escolha por quais teorias, com suas devidas e precípuas explicitações. Aí é que aparece o porém. Isto é, teoria sempre estará, porém, em muitos casos, implícita. É o tal jogo do implícito/explicito nos discursos que pesquisei e cujos dados apresentei nos quadros do capítulo três.

Assim, através da leitura de todos os artigos publicados nos anais das reuniões científicas acontecidas entre 1981/1999, escolhi, para meu trabalho, aqueles de cunho eminentemente teórico. Volto aos argumentos do capítulo dois. O que entendo por artigos teóricos para sustentar tal escolha? Foram aqueles que, em maior ou menor intensidade, sustentaram as seguintes características: organização de um conjunto de conceitos e as relações entre eles estabelecidas; sistematização e interpretação dos fenômenos e suas causas; compreensão do que aconteceu e por que aconteceu. Enfim, escolhi artigos ditos teóricos que tiveram como propostas discutirem e dar sentido a temáticas, sem a preocupação de uma aplicação prática ou imediata. Com isto, não estou excluindo ou dizendo que não há teoria nos demais artigos não escolhidos. Em todos aqueles, comumente denominados de 'estudos de caso', sempre haverá teoria - explícita ou

implícita - no entanto, com um imediato empenho de mais explicitar métodos e técnicas e sua imbricação com o empírico.

Apresento, a seguir, dados e comentários advindos da pesquisa que realizei nos anais e resumos das dez reuniões científicas da SAB acontecidas entre 1981 e 1999. Neste período, excetuando a 3ª Reunião/1985, cujos anais e resumos não foram publicados, 1025 trabalhos foram apresentados. Destes, identifiquei 61 textos - autores brasileiros e estrangeiros - que foram publicados e trataram explícita e principalmente de teoria arqueológica e não-arqueológica. Os textos ditos de teoria arqueológica estão ligados às quatro posições teóricas precípuas da Arqueologia brasileira: Processual, Pós-Processual, Histórico-Cultural e Escola Francesa. Os de teoria não-arqueológica são oriundos dos mais variados campos do conhecimento e envolvidos com temas relacionados à Arqueologia.

Dos 61 textos, trabalhei com 52 que correspondem aos dos autores brasileiros. Nove, são de autores estrangeiros que serão apenas citados por terem apresentado trabalhos de cunho teórico. Todos os 61 textos estão devidamente citados, nesta tese, no item 6.3 das Referências Bibliográficas.

Para cada reunião, apresento e quantifico, em quadros, a temática dos trabalhos apresentados. Em seguida, listo os autores (brasileiros e estrangeiros) e respectivos artigos (Trabalhos publicados).

Na seleção dos temas, utilizei os seguintes critérios: a) Brasil/Arqueologia Pré-Histórica e Brasil/Arqueologia Histórica - dizem respeito exclusivamente a estas denominações; b) Brasil/Arqueologia geral - são aqueles que não se enquadram especificamente no item anterior, mas que tratam dos mais variados assuntos, apresentados nos comentários que faço junto com os dados de cada reunião; c) Brasil/Arqueologia Urbana - trabalhos que se identificaram com esta especificidade d) Arqueologia Clássica -

os que se apresentaram nesta abrangência; e) teoria arqueológica e não-arqueológica - aqueles que trataram explícita e principalmente destes assuntos, incluindo autores brasileiros e estrangeiros; f) pesquisadores estrangeiros - todos os trabalhos de autores não brasileiros.

ANAIS DA SAB – TRABALHOS APRESENTADOS

TOTAL:.....1013 (1981/1999)

1ª.SAB/Setembro de 1981- Rio de Janeiro

- Trabalhos apresentados	
Brasil/Arqueologia pré-histórica....	53
Brasil/Arqueologia histórica.....	01
Teoria arqueológica.....	05
- Pesquisadores estrangeiros.....	06
Total.....	65

- Trabalhos publicados:

- autores brasileiros:

1. Barbosa, Altair S. – O arcaico em Goiás.
2. Kern, Arno A. – Variáveis para a definição e a caracterização das tradições pré-cerâmicas Humaitá e Umbu
3. Dias, O. e Carvalho, E. – Discussão sobre os indícios da agricultura no Brasil
4. Guidon, N. – Arte rupestre: uma síntese do procedimento de pesquisa

- autor estrangeiro:

5. Miller, Tom O. - Etnoarqueologia: implicações para o Brasil

Para uma primeira reunião científica, de um total de 65 trabalhos apresentados, identifico cinco que trataram, principalmente, de assuntos teóricos. Dentre estes, um é de pesquisador estrangeiro.

2ª. SAB/ Belo Horizonte – 1983

- Trabalhos apresentados	
Brasil/Arqueologia pré-histórica....	35
- Pesquisadores estrangeiros.....	07
Total...	42

Diminui o número de trabalhos apresentados. De Arqueologia Histórica, nenhum. Com relação aos pesquisadores estrangeiros, aumentaram em um. Em termos de artigos sobre ou enfocando explicitamente teoria, nenhum.

3ª. SAB/1985 - Goiânia

- os resumos e os anais desta reunião não foram publicados.

4ª. SAB/1987 – Santos

- Trabalhos apresentados	
Brasil/Arqueologia pré-histórica...	25
Brasil/Arqueologia histórica.....	03
Brasil/Arqueologia geral.....	03
Teoria arqueológica.....	04
- Pesquisadores estrangeiros.....	03
Total.....	38

- Trabalhos publicados:

1. Faria, L. de Castro – Domínios e fronteiras do saber: a identidade da Arqueologia
2. Scatamacchia, Maria C.M. – Arqueologia e Etno-História: os cronistas do século XVI

3. Lima. Tania A. – Zooarqueologia: considerações teórico-metodológicas
4. Lima, T.A. et all – A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro

Pelos dados acima, uma nova ordenação temática dos trabalhos apresentados: um que trata explicitamente de considerações teóricas sobre Arqueologia; três que tratam de temas gerais da Arqueologia brasileira: política arqueológica; arqueologia e educação no segundo grau, em colégios particulares; arqueologia e patrimônio cultural. A Arqueologia Pré-Histórica mantém a predominância numérica. Reapareceram trabalhos sobre Arqueologia Histórica. Diminuiu a presença de pesquisadores estrangeiros e, também, o número total dos trabalhos apresentados.

5ª.SAB/Santa Cruz do Sul-RS – 1989

- Trabalhos apresentados	
Brasil/Arqueologia pré-histórica.....	41
Brasil/Arqueologia histórica.....	08
Teoria arqueológica.....	03
- Pesquisadores estrangeiros.....	
	12
Total....	
	64

- Trabalhos publicados:

- autor estrangeiro:
 1. Prous, André – A experimentação na Arqueologia
- autor estrangeiro e autor brasileiro:
 2. Consens, M. e Seda, Paulo – Fases, estilos e tradições na arte rupestre do Brasil: a incomunicabilidade científica
- autor brasileiro:

3. Dias Jr, Ondemar et all – Tradição Itaipu (RJ) – discussão de tópicos, a proposta de um modelo teórico

Os trabalhos apresentados mantêm o mesmo ritmo das reuniões anteriores. Continua a predominância da Arqueologia pré-histórica e, os outros temas, em menor número, com as mesmas proporções anteriores.

6ª.SAB/Rio de Janeiro – 1991

- Trabalhos apresentados	
Brasil/Arqueologia pré-histórica...	79
Brasil/Arqueologia histórica.....	07
Brasil/Arqueologia urbana.....	08
Brasil/Arqueologia geral.....	14
Teoria arqueológica.....	11
Teoria não-arqueológica.....	01
Arqueologia Clássica.....	01
 Pesquisadores estrangeiros.....	 08
 Total.....	 129

Obs.: todos os dados e considerações desta 6ª. SAB foram obtidos a partir dos Resumos publicados.

a) teoria arqueológica

- autor estrangeiro:
 1. Prous, A. – As abordagens das indústrias líticas: retrospectivas e perspectivas
- autores brasileiros:
 2. Magalhães, M.P. – A virtualidade do objeto arqueológico
 3. Magalhães, M.P. - O eclipse do olhar e o nascimento da Arqueologia
 4. Pacheco, L.M.S. – Arqueologia histórica: Arqueologia ou História?
 5. Pacheco, L.M.S. - Arqueologia teórica: algumas considerações práticas

6. De Blasis, P.A.D. – Sugestão temática para as discussões sobre construção de Sambaquis
7. Kern, A.A. – Abordagens teóricas em Arqueologia
8. Dias Jr., O. – A mudança do paradigma e a pesquisa arqueológica
9. Scatamacchia, M.C.M. – Arqueologia pós-processual: Arqueologia social como proposta latino-americana
10. Mendonça de Souza, A.A.C. – A produtividade da Arqueologia brasileira medida através das suas teses, dissertações e monografias de pós-graduação
11. Tenório, M.C. – A importância da coleta no advento da agricultura
 - b) teoria não-arqueológica
1. Senna, C. – Quaternário e Arqueologia – aspectos interativos

Primeiro, lamentar a não publicação dos anais. Segundo, o aumento do número dos trabalhos apresentados e a diversificação dos temas. É curioso o fato da existência de uma sessão de comunicações e mesa redonda intitulada 'Metodologia Arqueológica' apresentar trabalhos que tratam explicitamente de questões teóricas. Uma novidade foi a criação de um grupo de trabalho sobre Arqueologia urbana, sendo que um dos trabalhos apresentados neste grupo enfocou tema teórico sobre esta denominação arqueológica. Continua a predominância numérica dos trabalhos em Arqueologia Pré-histórica. Diminuiu a presença de pesquisadores estrangeiros e aumentaram os trabalhos relacionados com teoria arqueológica. Quanto ao item da Arqueologia geral, destaco os seguintes temas: arqueologia e história das artes; critérios para a publicação de um Atlas de Arqueologia Brasileira; Carta Arqueológica – sobre cadastramento de sítios em Goiás; museus educação e arqueologia; arqueologia, comunidade e informação; política cultural, legislação ambiental e a atuação da Arqueologia. Salientam-se, também, temas específicos que foram contemplados com grupos de trabalho: ética e arqueologia de contrato; Arqueologia africana no Brasil; Arqueologia histórica no Brasil; Arqueologia e defesa de

terras indígenas; Arqueologia e Museus. Também aconteceram cursos que enfocaram os seguintes temas: espacialidade na Arqueologia; avaliação de impactos ambientais; método e teoria em Arqueologia Histórica. Aparece um destaque para um trabalho em Arqueologia Clássica sobre a coleção egípcia do Museu Nacional.

7ª.SAB – João Pessoa-PB – 1993

- Trabalhos apresentados

Brasil/Arqueologia pré-histórica.....	63
Brasil/Arqueologia histórica.....	16
Brasil/Arqueologia urbana.....	04
Brasil/Arqueologia geral.....	17
Teoria arqueológica.....	09
Arqueologia clássica.....	05

- Pesquisadores estrangeiros.....13

Total.....127

- Trabalhos publicados:

1. Magalhães, Marcos – A cultura neotropical
2. Scatamacchia, M.C.M. – Aplicação do conceito de *formativo* no leste da América do Sul
3. Gaspar, M.D. – Espaço, ritos funerários e identidade pré-histórica

Quase o mesmo número dos trabalhos apresentados na reunião anterior. As proporções se mantêm, com a predominância da Arqueologia Pré-histórica. Saliento que, dos 09 trabalhos de teoria arqueológica, foram publicados apenas três. A novidade é o aparecimento de trabalhos relacionados à Arqueologia Clássica bem como a realização de um curso sobre este tema. Os temas da Arqueologia geral foram: arqueologia e patrimônio;

informática e arqueologia; arqueologia e sítios-escola; arqueologia brasileira e o IBPC; patrimônio e planos diretores; arqueologia subaquática; arqueologia e modernidade; cartografia e a arqueologia; educação e arqueologia; análises físico-químicas e a arqueologia.

8ª.SAB – Porto Alegre – 1995

- Trabalhos apresentados	
Brasil/Arqueologia pré-histórica.....	52
Brasil/Arqueologia histórica.....	14
Brasil/Arqueologia geral.....	19
Teoria arqueológica:.....	08
Teoria não-arqueológica.....	01
- Pesquisadores estrangeiros.....	21
Total.....	115

- Trabalhos publicados:

a) teoria arqueológica

• autores brasileiros:

1. Kern, A.A. – Método e teoria no Projeto Arqueologia Histórica Missioneira
2. Rogge, Jairo H. – As teorias adaptacionistas e o estudo de grupos horticultores – a tradição Tupiguarani no médio rio Jacuí
3. Seda, Paulo – Arte rupestre e reconstituição arqueológica: enfoque e contexto
4. Lima, T.A. – A Arqueologia histórica na encruzilhada: processualismo + ou x pós-processualismo
5. Zortéa, Andréa de S. – Arqueologia e pedagogia: um intertexto possível sob a ótica interdisciplinar

• autores estrangeiros:

6. Consens, M. - Entre niveles y escalas: relaciones desatendidas
7. Consens, M. - A incomunicabilidade em arte rupestre. Segunda parte

8. Yoffee, N. - Teoria sócio-evolucionista e seus descontentes

b) teoria não-arqueológica

1. Netto – C.X.A. – A questão da teoria semiótica na interpretação da arte rupestre

Os trabalhos de Pré-História permanecem na dianteira. Excetuando os temas que se agrupam em Arqueologia geral, os demais mantiveram as proporções anteriores. A novidade fica por conta de um evento para apresentação de trabalhos sobre Etno-História. Dois pesquisadores estrangeiros apresentaram textos de cunho explicitamente teórico. Dentro da Arqueologia geral: história da arqueologia brasileira; arqueologia e comunicação; arqueologia e patrimônio; arqueologia e informática; ética na arqueologia brasileira; arqueologia subaquática; arqueologia de salvamento.

9ª.SAB – Rio de Janeiro – 1997

- Trabalhos apresentados	
Brasil/Arqueologia pré-histórica.....	87
Brasil/Arqueologia histórica.....	37
Brasil/Arqueologia geral.....	32
Teoria arqueológica.....	18
Teoria não-arqueológica:.....	07
Arqueologia clássica:.....	04
- Pesquisadores estrangeiros:.....	
Total:.....	
207	

- Trabalhos publicados:

a) teoria arqueológica

- autores brasileiros:

1. Agostini, C. – Arqueologia social latino americana e arqueologia crítica: a possibilidade de um diálogo
2. Albuquerque, M. – Arqueologia histórica: uma releitura dos descobrimentos
3. Assis, V. S. de – Algumas possibilidades de análise espacial em testemunhos arqueológicos de grupos agricultores-ceramistas
4. Fogaça, E. – Teoria e método na Arqueologia brasileira (ou o demônio de Maxwell)
5. Lima, T.A. – Teoria e Método na Arqueologia brasileira: avaliação e perspectivas
6. Lima, T.A. - Complexidade emergente entre caçadores-coletores: uma nova questão para a pré-história brasileira
7. Lima, T.A. - A ética que temos e a ética que queremos: (ou como falar de princípios neste conturbado fim de milênio)
8. Machado, L. C. – Tafonomia humana: alguns problemas e interpretações em arqueologia funerária
9. Minetti, A. – Analisando o núcleo urbano do Rio de Janeiro na mudança de ordens: uma arqueologia da paisagem
10. Neves, E.G. – Aportes para a arqueologia amazônica
11. Oliveira, J.E. – Ambiente e cultura no contexto da ocupação indígena da planície de inundação do Pantanal
12. Schaan, D.P. - Forma, estrutura e conteúdo na arte pré-histórica
13. Souza, M.A.T. de – Arqueologia histórica e pesquisa de contrato: avaliação e perspectivas
14. Tocchetto, F.B. – Arqueologia da cidade: reflexões e propostas para Porto Alegre
- autores estrangeiros:
15. Consens, M. - Sobre ética, responsabilidade e profissionalismo: o ocaso das chacinhas
16. Consens, M. - Os milagres das taxonomias, ou a arte de fazer arqueologia
17. Consens, M. - Debitagem e classificação: ou como construir sínteses culturais sem todo o registro arqueológico
18. Fish, P. and Fish, S. - Pathways to complexity: variability in the archaeology of middle range societies

b) teoria não-arqueológica

1. Azevedo Netto, C.X. – Informação e Arqueologia – suas relações e necessidades
2. Begossi, A. – A transmissão cultural: tempo evolutivo e tempo ecológico
3. Canto, A.C. de L. – Princípios de geomorfologia e geologia do quaternário no processo de interpretação da estratigrafia arqueológica
4. Gomez, M.N.G. – Dos indícios à informação arqueológica
5. Mello, M.G. – Tafonomia evolutiva e Medicina Legal: uma nova abordagem para a Arqueologia
6. Schramm, F.R. – Técnica e moral da pesquisa em Arqueologia
7. Serrão, M. e Mello, M.G.S. – Arqueologia e educação ambiental: valendo-se do passado como instrumento de conscientização ambiental

Um destacado aumento dos trabalhos apresentados. Crescimento também nos trabalhos de Arqueologia histórica, de teoria arqueológica e dos pesquisadores estrangeiros. O também acréscimo dos temas de Arqueologia geral, devido ao aumento da abrangência dos mesmos e dos vários simpósios acontecidos nesta SAB: arqueologia e fronteiras espaciais; arqueologia e educação; arqueologia, etno-história e etnologia; controle público da pesquisa arqueológica; arqueologia e história antiga; arqueologia e escravidão; arqueologia e informação; arqueologia de salvamento; arqueologia e patrimônio; mercado de trabalho e arqueologia de contrato; arqueologia e geoprocessamento; a formação do arqueólogo; arqueologia amazônica; musealização e arqueologia. No tema teoria não-arqueológica, trabalhos que dizem respeito a Arqueologia mas que não são produzidos por arqueólogos: tafonomia e medicina legal; arqueologia e educação ambiental; filosofia e arqueologia; geomorfologia, geologia e arqueologia; ciência da informação e arqueologia; arqueologia e teoria da evolução. Novamente, a presença de pesquisadores estrangeiros com trabalhos teóricos.

10ª.SAB – Recife – 1999

- Trabalhos apresentados	
Brasil/Arqueologia pré-histórica.....	116
Brasil/Arqueologia histórica.....	29
Brasil/Arqueologia geral.....	38
Arqueologia clássica.....	06
Teoria arqueológica.....	11
Teoria não-arqueológica.....	01
- Pesquisadores estrangeiros:.....	25
Total:.....	226

- Trabalhos publicados:

a) teoria arqueológica

• autores brasileiros:

1. Melo, Patrícia P. – O problema do povoamento da América: uma nova proposta explicativa (publicado pela UFPE)
2. Bastos, Rossano L. – Patrimônio arqueológico: impactos cumulativos
3. Almeida, Márcia B. de – Zooarqueologia no Brasil: tendências e perspectivas
4. Uchôa, Dorath P. – A interface da antropologia física com a arqueologia
5. Souza, Sheila M.F.M. de – Paleopatologia, paleoepidemiologia: arqueologia?
6. Kern, A. A. – Reflexões epistemológicas sobre a arqueologia brasileira
7. Afonso, Marisa C. – Teoria e método em arqueologia da paisagem
8. Magalhães, M.P. – Da intertextualidade machadiana a intercontextualidade arqueológica
9. Magalhães, M.P. - A imaginação arqueológica
10. Dias, Ondemar – Arqueologia de contato: algumas considerações

• autores estrangeiros:

11. Austral, Antonio e Rocchietti, Ana Maria. - Arqueología Histórica en la frontera del desierto: cruce de historia, antropologia y política

b) teoria não-arqueológica

1. Azevedo Netto, Carlos X. – A análise de conceitos na arte rupestre

Nesta SAB houve uma peculiaridade. A publicação dos trabalhos foi dividida: a PUCRS responsabilizou-se pelos correspondentes às regiões Sul-Sudeste, enquanto que a UFPE divulgou os relativos à Amazônia, ao Nordeste e ao Centro-Oeste. Dentre os 26 trabalhos publicados pela UFPE, um trata explicitamente de teoria arqueológica e, dentre os 62 da PUCRS, dez. No total, manteve-se um grande número de trabalhos apresentados. Os trabalhos de Arqueologia Pré-histórica permanecem na maioria, seguidos dos demais nas proporções anteriores. A Arqueologia Clássica manteve-se igual. Destaco apenas um trabalho publicado, de um pesquisador estrangeiro, que destacou temática teórica. Para os trabalhos incluídos em arqueologia geral, os temas foram: arqueologia e etno-história; arqueologia e metodologia de laboratório; arqueologia e museu; arqueologia, patrimônio e educação patrimonial; arqueologia e informática; arqueologia de salvamento; zooarqueologia; arqueoastronomia; arqueologia e análise documentária; arqueologia e geoprocessamento; arqueologia e projetos de salvamento. Além destes temas de arqueologia geral, vários cursos aconteceram em função de assuntos específicos: arqueologia clássica do Mediterrâneo; arqueologia bíblica; zooarqueologia; geomorfologia para arqueólogos; arqueologia subaquática; antropologia visual.

4.3.1 Conceitos arqueológicos e não-arqueológicos

Neste tópico apresento dados que obtive a partir da leitura e do fichamento (Anexo 03) dos 52 artigos publicados pelos pesquisadores brasileiros. Busquei uma quantificação que expressasse os conceitos fundamentais de cada texto - arqueológicos e não-arqueológicos, explícitos e implícitos - e que foram utilizados pelos autores.

ANAIS DA SAB

TOTAL: 52

ARQUEOLÓGICOS

- EXPLÍCITOS.....23.....44,23%

- IMPLÍCITOS.....29.....55,76%

NÃO-ARQUEOLÓGICOS

- EXPLÍCITOS.....17.....32,69%

- IMPLÍCITOS.....35.....67,30%

Tanto para os conceitos arqueológicos quanto para os não-arqueológicos os implícitos estão em maior expressão.

4.3.2 Posições Teóricas Arqueológicas

EXPLÍCITA

Pós-Processual:.....	2

IMPLÍCITAS

Processual.....	22
Pós-Processual.....	19
Escola Francesa.....	5
Histórico-Cultural.....	4
Total.....	50

Novamente as quatro posições teóricas arqueológicas estão representadas. Comparando os dados do capítulo três - quadros 01 a 04 - com os dos artigos pesquisados, mantém-se a relevância implícita da posição teórica processual. No entanto, diferentemente aqui, em segundo lugar, a pós-processual e, por último, a histórico-cultural. Com relação a explicitação das posições teóricas, da mesma maneira que nos dados do quadro 05, também permanece tímida em relação às implícitas. Divergindo do apresentado no quadro 05, onde as quatro posições teóricas aparecem, com o predomínio da processual, aqui apenas é explicitada a pós-processual.

4.3.3 Referenciais Teóricos Não-arqueológicos

EXPLÍCITO

Antropologia.....	8
História.....	8
Sociologia.....	5
Filosofia.....	5
Paleontologia.....	4
Biologia.....	4
Teoria da Informação.....	4
Antropologia Física.....	2
Pedagogia.....	2
Geologia.....	2
Semiótica.....	2
Bioética.....	1
Ecologia.....	1
Geografia.....	1
Geomorfologia.....	1
Osteologia.....	1
Paleopatologia.....	1

Nomeados em variados campos do conhecimento, os referenciais teóricos não-arqueológicos explícitos trazem uma quantificação representativa em relação ao total dos 52 textos. No entanto, comparando com os dados do quadro 06/capítulo 03, onde a História predomina, aqui esta e a Antropologia ocupam a primeira colocação.

4.3.4 Referências bibliográficas

Da mesma forma que no capítulo anterior, neste, continuo utilizando-me das referências bibliográficas como principal fonte. Também aqui, visei dispor de dados suficientes - quadros 52 a 55 - que dessem conta do foi acima apresentado com relação aos

lugares implícitos e explícitos das posições teóricas arqueológicas e dos referenciais teóricos não-arqueológicos. Adaptados para o empírico dos artigos, os critérios sobre 'quantidade' são os mesmos do capítulo três.

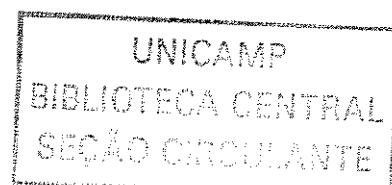
Quadro 52	
SAB	
Referencial Teórico	
Autores brasileiros	
Arqueológico	
Total 61	
AUTOR	Quantidade
Lima, T.	8
Schmitz, P.I.	6
Kern, A. A.	5
Brochado, J.J.P.	4
Mendonça de Souza, A.	4
Chmyz, I.	3
Kneip	3
Morais, J.L.	3
Neves, W.	3
Scatamacchia, M.C.M.	3
Beltrão, M.C.	2
Dias, O.	2
Garcia, C. del R.	2
Guidon	2
Jacobus, A.L.	2
Machado, L.M.C.	2
Magalhães, M.P.	2
Maranca	2
Mello e Alvim	2
Menezes, U.	2
Pallestrini, L.	2
Ribeiro, Pedro A.M.	2
Seda	2
Tenório, M.C.	2
Uchôa, D.P.	2
Zanettini	2
Zortea, A.S.	2
Aguiar, A.	1
Albuquerque, M.	1
Azevedo Neto	1
Barreto, C. N.B.B.	1

Bezerra de Almeida	1
Caldarelli, S.B.	1
Carle, Claudio B.	1
Dias, A.S.	1
Figuti, L.	1
Fossari, T.D.	1
Funari	1
Gaspar, A.	1
González, E.	1
Guimarães, C.M.	1
Heredia	1
Juliani, L.	1
Kipnis	1
La Salvia	1
Leite, N.	1
Lucena, V.	1
Neves, E.	1
Oliveira, J.	1
Parenti, F.	1
Peixoto	1
Queiroz, A. N.	1
Rogge	1
Schaan, D.	1
Sene, G.A.M.	1
Silva, F.	1
Silva, R.C.P.	1
Souza, M.A. T.	1
Symanski, L.C.	1
Thiesen	1
Wust, I.	1

Neste quadro 52, pela primeira vez, em primeiro lugar, uma arqueóloga e da APP. Em segundo e em terceiro, autores da EF. Em quarto, um da AHC e um da AP. 34 com apenas uma única referência, de um total de 61. Volta o que já denominei de 'padrão referencial' - os autores não se distanciam numericamente de um para outro e diminuem entre si, na quase totalidade dos casos, com valor de uma unidade.

Quadro 53	
SAB	
Referencial Teórico	
Autores estrangeiros	
Arqueológico	
Total 95	
AUTOR	Quantidade
Hodder	8
Binford	6
Leroi-Gourhan	6
Megggers	5
Roosevelt, A.	5
Trigger	5
Martin	4
Prous	4
Consens	3
Courbin	3
Fagan	3
Lathrap, D.	3
Phillips	3
Wiley	3
Ascher	2
Carneiro, R.	2
Chang	2
Chiide	2
Clarke	2
Cressey	2
De Vore	2
Deagan	2
Delporte	2
Flannery	2
Gardin	2
Gould, R.	2
Lee, R.B.	2
McGuire	2
Pessis, A.M.	2
Renfrew	2
Schiffer	2
Taylor, W.	2
Wheeler	2
Adams, W.Y.	1
Alcina Franch	1
Arnold	1
Bahn	1
Bell	1
Bender	1

Butzer	1
Calderón	1
Coppens	1
Daniel, G.	1
Deetz	1
Dillehay	1
Fiedel	1
Ford, J.A.	1
Gallay	1
Higgs	1
Hill, J.	1
Kent, S.	1
Kramer	1
Kroeber	1
Laming-Emperaire	1
Leone	1
Lumbreras	1
Lyman	1
MacNeish	1
McCormick	1
Miller, D.	1
Moberg	1
Mrozowski	1
Orser	1
Oyuela-Caycedo	1
Patterson	1
Pavón	1
Preucel	1
Rapp	1
Rivet, P.	1
Rouse	1
Rubertone	1
Sabloff	1
Schakel	1
Schmidt	1
Schnapp	1
Schobinger	1
Schuyler	1
Shackley	1
Shanks	1
Sheppard	1
Sinopoli	1
South	1
Stanislowski	1
Staski	1
Sullivan, A.P.	1



Tilley	1
Tschauner	1
Ucko	1
Ueperman	1
Vargas Arenas	1
Vita-Finzi	1
Wylie	1
Yoffee	1
Zarankin	1
Zubrow	1

As posições teóricas estão bem representadas, tomando como base os cinco primeiros autores. Um é da APP, dois da AP, um da AHC e um da EF. Mantendo o padrão referencial, de 95 autores, 62 com apenas uma única referência.

Quadro 54	
SAB	
Referencial Teórico	
Autores brasileiros	
Não-arqueológico	
Total 25	
AUTOR	Quantidade
Ribeiro, B.G.	3
Ab'Saber	2
Japiassu	2
Viveiros de Castro	2
Vogel, A.	2
Andrade, M.	1
Cândido, A.	1
Canto	1
Carneiro da Cunha	1
Carvalho, J.M.	1
Cascudo	1
Castro Faria	1
Coeiho Neto	1
Costa Lima	1
Costa, E.V.	1
Da Matta	1
Freire, P.	1
Freyre, G.	1
Gadotti	1
Holanda, S.B.	1
Machado de Assis	1

Schramm	1
Silva, M.B.N. da	1
Sodré, N.W.	1
Vidal, L.B.	1

Dentre os cinco primeiros autores, nenhum é da História. Dois são da Antropologia, um da Geografia, um da Epistemologia e um da Arquitetura. 20 autores com apenas uma única referência, de um total de 25.

Quadro 55	
SAB	
Referencial Teórico	
Autores estrangeiros	
Não-arqueológico	
Total 52	
AUTOR	Quantidade
Eco	4
Levi-Strauss	4
Foucault	3
Popper	3
Bachelard	2
Barthes	2
Morin	2
Piaget	2
Pierce	2
Adorno	1
Althusser	1
Baktin	1
Benjamin	1
Bourdieu	1
Braudel	1
Brocca	1
Bronowski	1
Bunge	1
Canguilhem	1
Casirer	1
Certeau	1
Deleuze	1
Derrida	1
Descola	1
Durand	1

Eliade	1
Geertz	1
Ginzburg	1
Guattari	1
Heidegger	1
Jonas	1
Jung	1
Kant	1
Ki-Zerbo	1
Kuhn	1
Latour	1
Leach, E.	1
Leibniz	1
Mauss	1
Moore	1
Moran	1
Reichel-Dolmatoff	1
Sahlins	1
Santos, B.S.	1
Sartre	1
Service	1
Steward, J.H.	1
Susnik	1
Toulmin	1
Vatimo	1
White, H.	1
Wolf	1

Da mesma maneira que no quadro anterior e considerando os cinco primeiros autores, nenhum é da História. Três são da filosofia, um da Antropologia e um da Semiótica. Manteve-se o padrão referencial. 43 autores com uma única referência, de um total de 52.

4.3.5 Pronome Pessoal usado na redação

PRONOME PESSOAL	QUANTIDADE
1° Pessoa do Plural.....	25
3° Pessoa do Singular.....	22
1° Pessoa do Singular.....	5
TOTAL.....	52

Manteve-se a tradição discursiva nos artigos, semelhante ao quadro da USP, no capítulo anterior, tópico 3.1.6. Perdura pela discursividade dos artigos, no emprego da 1ª pessoa do plural e 3ª pessoa do singular, a sustentação de um 'nós' e de um 'ele' que apontam para a indeterminação, impessoalidade e universalidade, eximindo os autores e encobrindo uma subjetividade comprometida com a construção dos passados.

4.3.6 Dissertações/ Teses Referenciadas

Quadro 56	
SAB	
Dissertações Arqueológicas	
Autores brasileiros	
Total 07	
AUTOR	Quantidade
Barreto, C.N.B.B.	1
Maximino, E.P.B.	1
Peixoto	1
Queiroz, A .N.	1
Sene, G.A.M.	1
Symanski, L.C.	1
Zortea, A.S.	1

Em relação ao total de 52 textos pesquisados, o número de dissertações é pequeno. Duas são da Arqueologia Histórica e cinco da Arqueologia pré-histórica.

Quadro 57	
SAB	
Teses Arqueológicas	
Autores brasileiros	
Total 13	
AUTOR	Quantidade
Garcia, C. del R.	2
Lima, T.	2
Brochado, J.J.P.	1
Figuti, L.	1
Gaspar, M.D.	1
Kern, A. A.	1
Kern, Dirse	1
Morais, J.L.	1
Neves, E.	1
Parenti, F.	1
Scatamacchia, M.C.M.	1
Uchoa, D.P.	1
Vialou	1

Ainda que tenha aumentado em relação às dissertações, o número de teses também é pequeno em relação ao total dos artigos pesquisados. Todas as teses referenciadas estão no âmbito da arqueologia pré-histórica.

Quadro 58	
SAB	
Teses Não-arqueológicas	
Brasileiros e Estrangeiros	
Total 06	
AUTOR	Quantidade
Albert, T.	1
Araújo, A.	1
Heckenberger, M.	1
Pereira, S.G.	1
Sevalho	1
Sweet, D.	1

Novamente um pequeno número em relação ao total dos artigos. São teses oriundas da Antropologia, da Biologia e da Arquitetura.

No que diz respeito ao texto do artigo 1º do estatuto da SAB, afirmando pela cientificidade como um de seus objetivos e tendo por base os dados dos quadros e das informações que apresentei e comentei a partir da pesquisa nos anais das reuniões científicas, os artigos que selecionei atestam esta cientificidade em matizes de teorias arqueológicas e não-arqueológicas.

4.4 Considerações parciais

O que pretendi com este capítulo? Buscar - na tentativa de ampliar os focos do capítulo anterior - por outras possibilidades empíricas, outras constatações, comparações e dados. Visei, no entanto, os mesmos alvos que dão sustento a possíveis respostas as questões fundantes e ao esclarecimento das adjetivações que venho formulando com relação aos efeitos, neste palimpsesto, da teoria na Arqueologia brasileira.

De novo posso afirmar que ateorismo não é mais roupa para adjetivar a produção discursiva da arqueologia brasileira. No entanto, constato a permanência do jogo explícito/implícito com relação aos referenciais teóricos e suas devidas conceituações.

Com relação aos programas. Tanto para a formação acadêmica nas instituições de pós-graduação quanto para a única de graduação, disciplinas de cunho teórico-arqueológico, explícita ou implicitamente, marcaram presença no ensino que lá foi ministrado. Meu limite foi este empírico dos programas. Uma melhor ampliação deste, que não realizei, teria sido um estudo no âmbito da teoria do currículo (Moreira, 1990, 1997;

Moreira e Silva, 1994). Para estes autores, dentro da teoria pedagógica, ocupa o lugar de filho bastardo desta, a teoria do currículo. Esta tem um filho ilegítimo. É o trabalho com programas de disciplinas. Concentrando-me na formação teórica dos arqueólogos, a partir das instituições que pesquisei e remetendo-me às sugestões de possíveis critérios a serem empregados na elaboração dos programas (Menegolla e Sant'Ana, 2000), que apresentei no início deste capítulo, algumas circunstâncias podem ser esperadas: a) construção de uma atitude científica que propiciasse ao aluno - nos casos pesquisados, doutorando, mestrando ou graduando - um mínimo de instrumentos para o manejo desenvolvimento e para com a explicitação dos conceitos fundamentais propostos nos itens dos programas; b) facilitação para o aluno de uma ampla visão da diversidade de abordagens teóricas arqueológicas e não-arqueológicas permitindo a percepção dos seus limites e possibilidades; c) provocação de uma curiosidade intelectual, advinda das teorias ensinadas nas disciplinas, que motivasse a produção de uma pesquisa teoricamente imbricada com os empíricos.

O que posso comentar sobre as circunstâncias acima, em compasso de espera? Novamente, tendo por base os dados dos quadros 33 a 51 deste capítulo, volto a constatar idêntica situação que apresentei no capítulo anterior. Uma pletora de autores referenciados no âmbito de que chamei de 'padrão referencial'. Só que agora, diferentemente, são dados advindos dos programas, isto é, da formação acadêmica oferecida aos graduandos e pós-graduandos. Sobre tal situação, no capítulo anterior, formulei duas hipóteses: 1) os acadêmicos não tiveram, na referida formação, disciplinas suficientes e necessárias que lhes fornecesse sólidos rumos em relação ao uso e estudo das teorias arqueológicas; 2) os acadêmicos foram acompanhados por professores/orientadores que seguiram uma orientação segura e normativa, de um lado, dispersa e descompromissada, de outro. Mantendo estas hipóteses e, relacionados a elas, apresentei,

também no capítulo anterior, alguns problemas: a) a posição de subentendimento ou consenso tácito em relação aos vários conceitos não explicitados; b) conclusões requentadas em assuntos teóricos; c) capítulos teóricos sem continuidade/entrelaçamento com o empírico; d) teses e dissertações preponderantemente descritivas. Penso, assim que, tais hipóteses e problemas aliados aos dados e constatações que obtive da pesquisa nos programas das disciplinas, estariam apontando para efeitos oriundos da formação teórica acadêmica na arqueologia brasileira. No que diz respeito a tal formação é possível concordar com o que diz Veiga (1991: 189): "Parece-me, às vezes, que a formação dos novos profissionais é deixada ao sabor da casualidade ou da capacidade de alunos talentosos de encontrar seus "tutores" intelectuais".

Atestando o objetivo de cientificidade da SAB, tendo por base os 52 artigos que pesquisei, estes representam 5,13% em relação ao total de 1013 trabalhos apresentados em 10 reuniões científicas. Desde a 6ª Reunião Científica até a 10ª, os artigos que trataram de assuntos teóricos - arqueológicos e não-arqueológicos - vão se destacar e marcar presença. Curiosamente foi durante a 6ª reunião, com uma sessão de comunicações e uma mesa redonda sobre 'Metodologia Arqueológica' que tal situação teve seu início. Os conceitos implícitos também aqui se destacam, assim como nos dados das teses e das dissertações. Da mesma maneira que nestas e naquelas, os artigos destacam a predominância da Arqueologia Processual como principal referencial teórico. A tradição do uso da terceira pessoa do singular e da primeira do plural manteve-se na discursividade dos artigos pesquisados.

Assim, encerro este outro capítulo com seu também ardiloso empírico.

No prosseguir, o que foi possível não concluir a partir do que trabalhei enquanto tese.

5. Não concluindo

"Meu mundo é hoje

Eu sou assim

Quem quiser gostar de mim

Eu sou assim

Meu mundo é hoje

Não existe amanhã pra mim

Tenho pena daqueles

Que se agacham até o chão

Enganando a si mesmos

por dinheiro ou posição

Nunca tomei parte

neste enorme batalhão

Pois sei que além de flores

Nada mais vai pro caixão"

(José e Wilson Batista)

Enfim, as páginas finais desta tese. É um ato de escrever permeado pelo temor de, por um lado, meramente repetir o já anteriormente dito, requestrar a escrita e, por outro, pairando a suspeita de que ou algo foi esquecido ou algo foi desnecessariamente salientado. Mesmo assim e apesar destas circunstâncias vou não concluindo esta tese.

Conclusão, um ato ou efeito de levar a termo, de finalizar o já feito. Também pode ser encarada como uma ação que apresenta o essencial em relação aquilo que foi exposto ou que sedimenta o que se pretendeu demonstrar e ou provar. Concluir implicando finalizar, findar, arrematar.

Por que, então, intitulo estas páginas finais com um 'Não concluindo'? Este trabalho, em nível de tese, vem abrindo caminho por entre os brejos aonde vem se assentando teoria nas discursividades da Arqueologia brasileira. Abrir caminho em veredas desconhecidas é ritmo de processo, de vir a ser. Daí que entendo, nesta situação, ser bastante difícil já concluir, fechando, encerrando. Não concluir como somando tomadas, ensaios, indecisões. Trabalhando por entre construir/desconstruir visando não o definitivo, mas o que é processo. É a velha estória: saímos pelo mundo buscando respostas para perguntas. Enquanto caminhamos, de repente, algumas respostas são encontradas. Porém, ocorre também que no andar, já mudaram as perguntas.

No entanto, é evidente que não fico no limbo e nem deslizo por um limo relativista que facilita livre permissão e autorização. O que vou por aqui finalizando procede e arremata o que antes escrevi enquanto tese. Não concluindo, pois, transito pelo que acredito ser esta movimentação de fronteiras dos mais variados campos produtores de conhecimento. Um movimento que volta a convergir arte com ciência. A Arqueologia

como fértil e instigador campo para tal, com sua provocadora transdisciplinaridade. Afinal, entendo que devemos mesmo ser artesãos na produção científica do conhecimento sem temores do que venha ser arte nesta artesanaria, do que seja expor a subjetividade de quem pesquisa. Nisto tudo, tendo sempre em vista que trabalhamos com métodos, técnicas, teorias ao produzir o que ainda chamamos de ciência, no meu entender, com consciência.

Isto posto! Vou atilar esta escrita de não conclusões. Estarão como aforismos que vão se superpondo neste palimpsesto que produzi sobre efeitos de teoria na Arqueologia brasileira.

* **o meu lugar:** escolhi trabalhar e falar nesta tese a partir de um lugar assentado no âmbito da Arqueologia Pós-Processual. O que me motivou e instigou foi o apontado por Shanks, em Pearson and Shanks (2001), no que este denominou de atitude. É uma constante desmistificação sobre nossas produções e reflexões enquanto arqueólogos, mantendo sempre um cristalino senso de humildade. É o que me refiro ao movimento de construir/desconstruir enquanto arqueólogos artesãos. É um artesanato encarado como um modo de produção cultural. Provoca e compromete uma atitude que envolve - nas práticas, nos fazeres e nos discursos - o arqueólogo, o público, o passado/presente na sociedade contemporânea. "Necessitamos olhar para a Arqueologia como uma atividade humana que potencialmente liga emoções, necessidades e desejos humanos com teoria e técnica, raciocinando a partir de uma prática unificada - uma arqueologia enquanto arte/artesanato" (Shanks and McGuire, 1996:76).

* **velhos arqueólogos/novos arqueólogos:** este tema foi recorrente em vários autores que citei. É apresentado, no campo teórico da Arqueologia brasileira, como um

confronto de gerações, promissor de mudança e de transformação que adviria do amadurecimento e ação dos novos arqueólogos. 'Geração' abrange uma extensa e imprecisa polissemia semântica. Aponta para sentidos biossociológicos, culturais, político-ideológicos. "Na sua dimensão histórica, o conceito de geração ainda privilegia e reforça a idéia de mudança e de ruptura. Neste caso, seu emprego sempre tem função comparativa, ou seja, ele é o elemento que introduz o contraste temporal" (Silva, 2003:23). Pelo que pesquisei e pelo que vem sendo tratado, entendo que este tema requer um maior aprofundamento e fundamentação. Não fica ainda suficientemente clareado o que já se pode entender, em termos teóricos para a Arqueologia brasileira, deste contraponto de gerações. Para qual ou quais, dos sentidos acima apontados, novos/velhos arqueólogos tendem ou transformam?

* **onde está o presente nesta tese?:** em relação a este tema volto a citar

Kuhn(1989:394):"(...) as escolhas que os cientistas fazem entre teorias rivais dependem não só de critérios partilhados - (...) - mas também de fatores idiossincráticos, dependentes da biografia e da personalidade individuais". Escolhas teóricas, na academia, ainda que não assumidas no corrente, estão subsumidas nestas dependências. Do lugar teórico que escolhi, em vários momentos de minha escrita, salientei esta dinâmica relação entre passado/presente nos fazeres arqueológicos. Passado - inclusive o de ontem - é o que buscamos e onde trabalhamos enquanto arqueólogos. De onde partimos? Deste lugar contemporâneo, o presente. É daí que atua o arqueólogo como sujeito responsável por construir interpretações sobre o passado através do uso e emprego explícito das teorias na discursividade arqueológica. A Arqueologia encarada como modo de produção cultural no

presente a partir dos vestígios materiais do passado e como prática social e política que destaca e dá sentido ao simbólico nas suas pesquisas.

O presente, nesta tese, foi por mim buscado e pesquisado no empírico dos 71 textos. A partir dos tópicos do capítulo três: posições teóricas, referenciais teóricos, financiamento da pesquisa, contextualização na realidade brasileira, pronome pessoal usado na redação, inserção e caminhos das pesquisas. Estes tópicos já foram comentados nas considerações finais do capítulo. Agora, nestas não conclusões, apenas destaco que, no âmbito do que trabalhei, a Arqueologia como prática social e política ainda marca lugares de distância, de silêncio e de comprometimento asséptico nos discursos. Nos textos, na marcada ausência de engajamento social e político imbricando Arqueologia e a realidade brasileira, o passado é encarado mais como um problema - restrito aos meros fazeres da pesquisa arqueológica - do que uma oportunidade de ampliá-los (Durrans, 1994).

Salientar pelo presente, assentamento de uma Arqueologia comprometida social e politicamente com a construção de passados, é uma provocação de encarar o trabalho do arqueólogo como sendo o de um intelectual produtor de conhecimento. Com isto, sempre mantendo atenção constante no perguntar por quê? para que? e para quem?, tal conhecimento vai sendo produzido. Vale lembrar, neste contexto, que ainda concordo com Gramsci (1991:8) ao situar um possível lugar de atuação de um intelectual comprometido:

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, "persuasor permanente", já que não apenas orador puro - e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece "especialista" e não se chega a "dirigente" (especialista mais político).

*** onde está a teoria? - houve resistência/ houve aderência?**;² várias questões formulei nos entremeios desta tese. Nem todas, neste agora, serão respondidas. A elucidação sobre qual ou quais lugares ocupou a teoria no empírico não apontou para resistência, mascaramento ou indefinição. Os dados quantificados e apresentados no capítulo três - tópicos 3.2 e 3.3 - demonstram uma maior tendência para a não explicitação teórica, confirmando o que pontuei (Reis,2002) como 'conceitos no vazio'. Os dados dos quadros mostrados no mesmo capítulo - tópicos 3.1.2 e 3.1.3/Referenciais Teóricos - evidenciaram uma curiosa e contínua situação que denominei de 'padrão referencial': autores que não se distanciam numericamente de um para outro e diminuem entre si, na quase totalidade dos casos, com o valor de uma unidade. Além disso, a impressionante quantidade de autores referenciados apenas uma vez. Não acredito que tais situações indiquem resistência. Talvez se aproximem mais, no âmbito da discursividade arqueológica pesquisada, ao que Diehl (1999: 257) denominou de "...adaptação teórica: o não questionamento dos parâmetros teóricos para a reconstituição da realidade histórica brasileira". Neste mesmo âmbito, tal adaptabilidade também reforça o que Granger (1994: 99) chamou de decalques ingênuos de uma teoria. Contrapondo a um decalque ingênuo, aponto para a precisão e explicitação teórica. Estariam os arqueólogos tratando de forma superficial, pouco estudada ou sob ocultamentos, as suas concepções de Arqueologia? Clivam suas possíveis concepções de Arqueologia – em termos teóricos – dos empíricos trabalhados porque não se interessam por teoria ou porque não saberiam como amarrar teorias superficialmente estudadas com os empíricos pesquisados? É possível apresentar e

sustentar diferentes concepções de Arqueologia que não estejam suficientemente conectadas com realidades empíricas pesquisadas?

Respondendo às questões. No meu entendimento, o lugar da teoria na Arqueologia brasileira, em termos de 'adaptação teórica', está assentado em aderências, colagens, simbioses veladas e ocultadoras no que concerne ao uso e emprego de teorias. Pode ser um proposital velamento, reforçador de descritivismos e de dados empíricos, em detrimento de um assumir teórico e conceitualmente explícitos. Ainda que tenha se instalado um jogo entre implícito/explicito em termos de assumir e usar teorias na discursividade da Arqueologia brasileira, a teoria lá está. Neste sentido, concordo com o que diz Hegmon (2003:233): "Teoria é onipresente; é como damos sentido ao mundo, mesmo que (ou especialmente) ela não é explícita".

*** a hipótese da tese:** é possível a elucidação sobre a existência e uso de um corpus teórico na Arqueologia brasileira, em grande parte fragmentado, disperso ou oculto nos textos publicados. Bem, quanto ao possível digo que sim, pelo que aqui vai resultando. Tal corpus teórico está representado, de um lado, pelo emprego das quatro posições teóricas arqueológicas - Arqueologia Histórico-Cultural, Processual, Pós-Processual e Escola Francesa. De outro, pelo uso de referenciais teóricos advindos de variados campos do conhecimento, principalmente da Antropologia e da História. Quanto ao fragmentado e disperso também respondo que sim. Reporto-me para esta afirmação aos dados dos quadros dos referenciais teóricos do capítulo três. Naqueles está discriminada a impressionante quantidade de autores com apenas uma única referência. Quanto ao oculto da hipótese, este se confirma pela acentuada não explicitação conceitual arqueológica e não-arqueológica e pela preponderância de posições teóricas arqueológicas implícitas.

*** e as adjetivações lá do capítulo dois?:** neste capítulo, escrevi um tópico que denominei

de 'um panorama histórico da Arqueologia brasileira relacionado com a produção teórica'. Na medida em que escrevia, tomando por base os discursos dos autores citados, afluíram o que chamei de adjetivações. Estas eram por eles apresentadas e inculcadas em tal produção teórica. No final do tópico, a partir do que foi dito pelos autores, o panorama estava entremeado por tais adjetivações. Estariam sedimentando que o sucedido em relação aos efeitos da teoria na Arqueologia brasileira é um caldeirão de temor, descaso, falta, velamento, isolamento, ateorismo, estagnação, atraso e, quem sabe mesmo desinteresse e desprezo.

A partir do empírico que pesquisei e com os dados que obtive é possível, nestas não conclusões, comentar apenas duas das adjetivações acima: velamento e ateorismo. Sobre velamento já explanei. Caso os autores que adjetivaram a Arqueologia brasileira, com este ateorismo, quisessem com isto apontar para negação, privação ou ausência de teoria, tal situação, não constato nos resultados da pesquisa que realizei. Teorias lá estão, ainda que veladas, implícitas. Neste sentido e corroborando o que afirmo, dizem David e Kramer (2002: 14): "A imensa maioria das publicações em Etnoarqueologia não assume uma posição teórica explícita - o que não quer dizer que elas sejam ateóricas".

*** a teoria nos programas das disciplinas:** com o trabalho neste outro empírico fiz uma

tentativa de buscar outras fontes de dados. Os 71 textos estariam num contexto de produção acadêmica e os programas poderiam mostrar aspectos de um contexto de formação acadêmica. Em termos da presença e ensino no currículo das quatro instituições pesquisadas, teoria lá está presente nos conteúdos programáticos e

sucessivamente foi ministrada nas várias disciplinas elencadas. No capítulo quatro, onde apresentei este trabalho, salientei algumas limitações sobre o que consiste uma pesquisa com programas de disciplinas. Além daquelas, uma disciplina apresenta outras características que a definem: domínio de objetos, conjunto de métodos, proposições consideradas verdadeiras, regras, definições, técnicas, instrumentos. Uma disciplina é um indefinido campo de formulação de proposições novas (Foucault, 1998:30).

O que pretendi com este trabalho? Buscar pela existência ou não de teorias nos programas pesquisados. Isto foi alcançado, conforme os resultados apresentados no capítulo quatro. Foi um primeiro passo. Entendo que, por tais limitações e pelas características que compõem o universo de se pesquisar em programas de disciplinas, este campo é instigação para continuidades em futuros trabalhos.

*** sobre duas hipóteses não confirmadas e nem descartadas:** 1) os acadêmicos não tiveram, em sua formação, disciplinas suficientes e necessárias que lhes fornecessem sólidos rumos em relação ao uso e estudo das teorias arqueológicas e não-arqueológicas. Buscaram os principais autores de cada posição teórica arqueológica e dos diversos referenciais teóricos não-arqueológicos - que se destacam nas primeiras colocações na maioria dos quadros - e pipocaram dentro da quente panela que contivesse a mais ampla gama possível de referenciais teóricos e que abrangesse os mais variados autores inseridos nas quatro principais posições teóricas; 2) tiveram os acadêmicos, durante sua formação, orientadores/professores que seguiram uma orientação linear e ou normativa, de um lado, dispersa e ou descompromissada, de outro.

Estas hipóteses surgiram com as reflexões que fiz a partir dos dados dos quadros 07 a 16, capítulo três. Naqueles, uma impressionante quantidade de autores

referenciados apenas uma vez - na maioria dos quadros ultrapassando a metade em relação ao número total. São hipóteses que permanecem sem confirmação, no agora desta tese. Não são descartadas, porém. Afinal, pesquisas ainda poderão se suceder. Mas, para mais cutucar com vara curta o que possa sugerir estas hipóteses, trago aqui algumas idéias de Gramsci (1991:146) que as ilustram e as instigam:

Um estudante torna-se assíduo de um professor, que o encontra na biblioteca, convida-o para casa, aconselha-lhe livros para ler e pesquisas a tentar. Cada professor tende a formar uma "escola" própria, tem seus pontos de vista determinados (chamados de "teorias") sobre determinadas partes de sua ciência, que gostaria de ver defendidos por "seus seguidores ou discípulos. Cada professor pretende que, de sua universidade, em concorrência com as outras, saiam jovens "distinguidos" que dêem sérias "contribuições" à sua ciência. Por isso, na própria faculdade, existe concorrência entre professores de matérias afins na disputa de alguns jovens que já se tenham distinguido por causa de uma recensão, de um artiguinho ou em discussões escolares (onde elas são realizadas). Neste caso, o professor realmente guia o seu aluno; indica-lhe um tema, aconselha-o no desenvolvimento, facilita-lhe as pesquisas, mediante suas conversas assíduas acelera a formação científica dele, faz-lhe publicar os primeiros ensaios nas revistas especializadas, coloca-o em contato com outros especialistas e se apodera dele definitivamente. Este costume, salvo casos esporádicos de igrejinhas, é benéfico, pois completa a função das universidades.

*** a Sociedade de Arqueologia Brasileira - o atestado da cientificidade:** trabalhar com os

textos publicados nos anais das reuniões científicas da SAB foi buscar em uma outra fonte de dados pela existência ou não de teoria. Aqui, com vistas a algo mais específico no que denominei de 'atestado da cientificidade'. Tal está claramente mencionada no artigo 1º dos estatutos. Procurei, dentro deste caráter, pelos artigos de cunho teórico. Conforme os dados obtidos, aqui também estão as teorias, ainda que acentuadamente

implícitas. Neste empírico, outrossim, realizei um trabalho de primeiros passos. Um tema instigante para futuras pesquisas é o que vem sugerido pelo que postulam Souza e Gaspar (2000). Isto é, além de científica, a SAB foi criada e permanece motivada mais por questões políticas e de cunho profissional. Fica a pergunta a ser elucidada: afinal, cientificidade e política se opõem, se complementam ou se imiscuem, principalmente, no âmbito e na peculiaridade de uma tal sociedade?

*** finalmente, então, o que foi mesmo que encontrei no empírico pesquisado?:** neste

aforismo final destas não conclusões, apresento uma síntese dos dados já antes expostos. Além da hipótese antes comentada - é possível a elucidação sobre a existência e uso de um corpus teórico na Arqueologia brasileira, em grande parte fragmentado, disperso ou oculto nos textos publicados -, algumas perguntas específicas permearam constantemente minha pesquisa: quais teorias arqueológicas estavam sendo aplicadas?; estavam explicitadas ou se apresentavam de forma implícita?; de que modo eram tratados os conceitos básicos em cada texto?; quais referenciais teóricos arqueológicos e não arqueológicos estavam sendo utilizados? Enfim, todas estas perguntas podem ser reduzidas a uma única e fundamental que tentei responder aqui: existe teoria na Arqueologia brasileira?

Sim, existe. A Arqueologia Processual - implícita e explicitamente - é a posição teórica mais destacada e o autor mais citado é Binford. Seguem-se, respectivamente, as posições teóricas da Arqueologia Pós-Processual, da Escola Francesa e da Histórico-Cultural e com, também respectivamente, os autores mais citados: Hodder, Leroi-Gourhan e Meggers. Dentre os arqueólogos brasileiros, o mais citado é Funari, vinculado à posição teórica pós-processual.

O placar final do jogo implícito/explicito, somando os dados das teses/dissertações (tópico 3.3) com os dados da SAB (tópico 4.3.1), ficou assim:

- TESES/DISSERTAÇÕES.....71

- ARTIGOS/SAB.....52

TOTAL.....123

- conceitos arqueológicos explícitos.....49.....39,83%

- conceitos arqueológicos implícitos.....74.....60,16%

- conceitos não-arqueológicos explícitos.....48.....39,02%

- conceitos não-arqueológicos implícitos.....75.....60,97%

Vou esmiuçar estes dados.

Apresento-os separadamente: os oriundos dos 71 textos - teses/dissertações - e os dos artigos dos anais da SAB. Volto a salientar que não quantifiquei todos os conceitos. Mantive atenção e quantificação para com os conceitos que foram empregados com preponderância em relação às referências e fundamentações teóricas - arqueológicas e não-arqueológicas - de e em cada texto ou artigo pesquisado.

Relacionando as quatro posições teóricas arqueológicas - Histórico-Cultural (AHC); Processual (AP); Pós-Processual (APP); Escola Francesa (EF) - com os dados dos conceitos explícitos e implícitos, arqueológicos e não-arqueológicos, obtive o seguintes quadros:

TESES/DISSERTAÇÕES
PUC - UFPE - USP
Total:.....71

	AHC	AP	APP	EF	Total
conceitos arqueológicos explícitos	01	17	06	02	26
conceitos arqueológicos implícitos	13	18	06	08	45
conceitos não-arqueológicos explícitos	03	17	08	03	31
conceitos não-arqueológicos implícitos	11	18	04	07	40

Neste quadro, continua mantendo destaque a Arqueologia Processual, seja nos conceitos arqueológicos e nos não-arqueológicos, tanto implícitos quanto explícitos.

Apresento, no prosseguimento, uma listagem de alguns dos conceitos acima classificados. São aqueles que foram utilizados, em cada texto, como principais referências e ou fundamentações teóricas. Novamente esclareço que não quantifiquei todos os conceitos do empírico pesquisado. São quantificações por texto. Em cada um, os dados foram obtidos a partir da tendência mais relevante, se para explicitação ou inexplicitação. Por outro lado, saliento que vários conceitos que aqui aparecem classificados como arqueológicos, não o são em sua origem e fundamentação epistemológica. No entanto, pelo seu uso hoje já consagrado na discursividade das arqueologias, assim os listei.

TESES/DISSERTAÇÕES
PUC - UFPE - USP
Total:.....71

- **conceitos arqueológicos explícitos:** abordagem geoarqueológica; abordagem tecnotipológica; arqueologia da morte; arqueologia de reconhecimento; arqueologia espacial; arqueologia industrial; arqueologia social anglo-saxã; arqueologia subaquática;

arqueologia urbana; artefato cultural; cadeia operatória; comportamento tecnológico; contexto sistêmico; estrutura arqueológica; etnoarqueologia; gestão arqueológica; pré-escavação; processo cultural de formação do registro arqueológico; zooarqueologia.

- **conceitos arqueológicos implícitos:** abordagem processual; área de atividade; área funcional; arqueologia contextual; padrão de assentamento; padrão de comportamento; padrão de ocupação; padrões culturais de assentamento; registro visual arqueológico; sistema de assentamento; tecnologia cerâmica; tecnotipologia lítica; unidade funcional; visão paleoetnográfica; visão tecnotipológica.

- **conceitos não-arqueológicos explícitos:** analogia etnográfica; área cárstica; comportamento de consumo; cultura; dimensão regional; discurso positivista; ecossistema; educação patrimonial; epigrafia; esfera regional de interação; espaço geográfico; espaço natural; etnohistória; gênero; grupo doméstico; iconografia; ideologia; lingüística; memória; modo de vida; museologia; nicho ecológico; numismática; paisagem; paleo-ambiente; paleogenética; paleontologia; paleopataologia; representação; semiótica; sistema; tecnologia; unidade doméstica.

- **conceitos não-arqueológicos implícitos:** abordagem interdisciplinar; abordagem regional; abordagem sistêmica; ação humana; adaptação; ajustamento ecológico; análise espacial; análise histórico-arqueológica; complexo cultural; conteúdo simbólico; contexto de exclusão; contexto geográfico regional; diversidade étnica; espaço habitacional; espaço; estilo; estratégias adaptativas; estrutura; grupo étnico; grupo social; identidade cultural; identidade étnica; ideologia; interdisciplinaridade; modo de vida;

multidisciplinaridade; ocupação multiétnica; organização política multiétnica; paisagem; perspectivaêmica; pluralidade causal; processo cultural; reconstituição cultural; reconstituição pré-histórica; rentabilidade científica; reprodução cultural; resistência; semiótica; sistema cultural; sistema; transdisciplinaridade; valor simbólico; variação regional; visão antropológica.

De conceitos pelo ardiloso empírico dos textos, fico por aqui.

Vou agora prosseguindo, ainda com conceitos, pelos artigos dos Anais da SAB.

ANAIS DA SAB
Total...52

	AHC	AP	APP	EF	Total
conceitos arqueológicos explícitos	01	09	11	02	23
conceitos arqueológicos implícitos	03	13	10	03	29
conceitos não-arqueológicos explícitos	01	06	07	03	17
conceitos não-arqueológicos implícitos	03	16	14	02	35

Neste quadro, apesar de por apenas um ponto de diferença, a Arqueologia Processual mantém a liderança. No entanto, muda o jogo. Para com os conceitos arqueológicos e não-arqueológicos explícitos, se destacam os artigos pós-processuais. Para com os conceitos arqueológicos e não-arqueológicos implícitos, os processuais.

Mantendo as mesmas considerações acima feitas, apresento a listagem dos conceitos que foram classificados na pesquisa com os artigos. São aqueles que foram utilizados, em cada artigo, como principais referências e ou fundamentações teóricas. Em

cada um, os dados foram obtidos a partir da tendência mais relevante, se para explicitação ou inexplicitação.

ANAIS DA SAB

Total....52

- **conceitos arqueológicos explícitos:** análise espacial; análise intra-sítio; área de atividade; arqueologia total; arqueologia ambiental; arqueologia clássica; arqueologia contextual; arqueologia da cidade; arqueologia da paisagem; arqueologia de contato; arqueologia de restauração; arqueologia dos espaços domésticos; arqueologia histórica; arqueologia marxista; arqueologia pré-histórica; arqueologia social latino-americana; arqueologia urbana; arqueozologia; arte rupestre; aterro; cadeia operatória; cidade-sítio; complexo arqueológico; complexo de sítios; conjunto de artefatos; contexto arqueológico; contexto sistêmico; cultura material; cultura neotropical; decapagem; estilo; etnoarqueologia; experimentação; formativo; geoarqueologia; horizonte cultural; imaginação arqueológica; local de atividade; método etnoarqueológico; objeto arqueológico; osteoarqueologia; patrimônio arqueológico; perspectiva contextual; populações acerâmicas; processo de formação natural; processos deposicionais; processos pós-deposicionais; refugio; tipologia; unidades arqueológicas; zonas de interesse arqueológico; zooarqueologia.

- **conceitos arqueológicos implícitos:** análises tecno-tipológicas; arcaico inferior; arcaico superior; arqueologia crítica; arqueologia de contrato; arqueologia funerária; arqueologia histórico-cultural; arqueologia processual; arqueologia tradicional; arte rupestre; bioarqueologia; caçadores especializados; debitagem; decapagem; *edge-ground cobble technique*; estruturas arqueológicas; horizonte; informação arqueológica; levantamento arqueológico; local de interesse arqueológico; padrão de assentamento; perspectiva sistêmica; pós-processualismo; postulado de Braidwood; processualismo; sambaquiano; *site catchment analysis*; tecnologia lítica; testemunho arqueológico; utensílios característicos.

- **conceitos não-arqueológicos explícitos:** analogia; analogia etnográfica; antropologia cultural; antropologia física; antropologia; antropometria; arte étnica; arte; atividade estruturalista; bando; bricoleur; cidade; ciência da informação; classificação; conceito; conhecimento científico; conquista; contexto; cultura; duplo antropológico; ecologia histórica; educação ambiental; efeitos

cumulativos; eficácia simbólica; espaço mítico; estilo; estrutura; estruturalismo; ética de preservação; etnologia; evolução cultural; experiência gestual; forma; fóssil; grupo étnico; homeostase; imagem; imaginação histórica; imaginação; impactos cumulativos; impactos estruturais; individualidade coletiva; informação; interdisciplinaridade; interpretação; intertextualidade; macro-bandos; meio; memória histórica; memória; meta-dados; metáfora; metonímia; morfologia social; paisagem cultural; paisagem; pequena burguesia; pluridisciplinaridade; plurilinguismo; poder; povo; processo de formação cultural; prospecção arquitetônica; resiliência; semiologia tropológica; semiologia; semiótica; significância; signo; símbolo; sincronia; sistemas de representação; sistemas regionais; sistemas zooculturais; tafonomia; teoria do forrageio ótimo; teoria dos refúgios; terra preta; testemunho de informação; testemunhos produzidos; tribalização.

- **conceitos não-arqueológicos implícitos:** abordagem biocultural; abordagem histórico-cultural; adaptação cultural; adaptação ecológica; adaptação humana; adaptação sócio-cultural; adaptação; análise formal; análise sedimentológica; analogia; antropologia biológica; antropologia ecológica; argilização; arte pré-histórica; avanço de fronteira; campo científico; capacidade adaptativa; capital cultural; capital social; certeza científica; coevolução; complexidade emergente; comunidade complexa; contexto estratigráfico; contexto; contextualidade; culturgens; definições formais; diferenciação social; discurso; diversificação econômica; ecologia cultural; ecologia humana; entropologia; erosão episódica; estresse ecológico; ethos sócio-cultural; ética; etno-história; evolucionismo cultural; geografia de sistemas; geo-política do povoamento; história evolutiva; holística; identidade social; identidade sociocultural; identidade; ideologia burguesa; informação; interdisciplinaridade; interface; interpretação paleoecológica; intertexto; mapeamento de aloformações; mecanismos de adaptação; memes; memória sociocultural; metafísica; modelo teórico; modo de produção capitalista; modo de produção escravista moderno; modo de vida burguês; modo de vida; modos de subsistência; moral; mosaico cultural; mudança adaptativa biocultural; mundo de vida; padrão de organização social; paleopatologia; paradigmas da informação; pedogênese; pluridisciplinaridade; processos edáficos; processos interdisciplinares; racionalidade instrumental; rentabilidade de investimento; repertório; sedimentação episódica; sistema sociocultural; sistema; sistemas de ocupação; sociedades semi-sedentárias; subsistema; subsistemas naturais; tempo ecológico; tempo evolutivo; teoria das alterações ambientais; teoria de alcance médio; teoria dos fatores limitantes; termos de síntese; testemunho registrado; testemunho; textualidade; tipologias evolutivas; tópicos estratigráficos; traços culturais; transmissão cultural; tropismo; unidades aloestratigráficas.

* **ainda nos dados do empírico pesquisado:** com relação às posições teóricas explícitas,

somando os dados dos quadros das três instituições (quadro 05) com os dados do quadro da SAB (tópico 4.3.2) obtenho a seguinte classificação respectivamente: cinco processual, dois pós-processual, uma histórico-cultural (quadro 05) e duas pós-processual (SAB/4.3.2). A posição teórica processual com cinco, em primeiro, e a pós-processual com quatro, em segundo.

Quanto às posições teóricas implícitas, adicionando os dados das três instituições (quadro 04) com os da SAB (tópico 4.3.2) resulta o seguinte respectivamente: trinta processual, treze histórico-cultural, dez pós-processual, dez da escola francesa (quadro 04); vinte e dois processual, dezenove pós-processual, cinco da escola francesa e quatro histórico-cultural (SAB/4.3.2). A posição teórica processual com cinquenta e dois, em primeiro, e a pós-processual com vinte e nove, em segundo.

No que diz respeito aos referenciais teóricos não-arqueológicos, oriundos tanto da Antropologia quanto da História, no total se destacam conjuntamente. Dentre os antropólogos, destaca-se o autor estrangeiro Levi-Strauss como o mais citado. Na quinta colocação, o antropólogo brasileiro Roberto Da Matta. Dentre os historiadores, em primeira colocação, o autor brasileiro Ciro Flamarion Cardoso, seguido por Sergio Buarque de Holanda e Jacques Le Goff, ambos na quarta colocação.

Tanto as teses quanto as dissertações, ocupam uma destacada presença enquanto referenciais teóricos. Das teses arqueológicas o autor mais citado é Brochado, e das dissertações arqueológicas, Scatamacchia. Das teses e dissertações não-arqueológicas, não se salientaram especificamente autores e, nesta mesma circunstância, foram vários os campos de conhecimento empregados como referenciais teóricos.

Com estes resultados finais, fica clareada a escolha pelo implícito na discursividade que pesquisei. Assim, das adjetivações que foram imputadas à Arqueologia brasileira, confirmo aquela referente ao velamento, ao ocultamento dos referenciais teóricos arqueológicos e não-arqueológicos empregados. Permanece o que quis enfatizar, no capítulo dois, ao tratar, ainda que sucintamente, sobre 'teoria', 'conceito' e 'teoria arqueológica'. No meu entendimento, o não explicitar conceitos é a fragilidade teórica fundamental da atual discursividade na produção acadêmica da Arqueologia brasileira. Em função disso, também destaquei a necessidade de axiomatizar teorias, no sentido de clarear, delimitar e organizar o conjunto de conceitos teóricos que compõem qualquer teoria utilizada na produção discursiva. Explicitar conceitualmente de quais lugares falamos, ao menos para a Arqueologia - ciência humana, social, cuja precípua teoria vem sendo construída na mais saborosa e desafiante transdisciplinaridade - é um marcante assumir para com os comprometimentos teóricos, sociais e políticos nas construções dos passados. É a tal 'atitude' que salienta Shanks (Person and Shanks, 2001:08).

Assim, vou finalizando estes aforismos nestas não conclusões.

Mais algumas linhas de arremate, como considerações ainda.

Na base de tudo o que escrevi e que me instigou a esta pesquisa está uma vontade de insistência. É salientar e fundamentar a importância da teoria nos fazeres arqueológicos. Por esses anos de doutorado, já envolvido com esta vontade, em conversas com os colegas, nas disciplinas cursadas, nos colóquios com o orientador, nas participações em reuniões científicas, teoria veio quase sempre ou tratada, ou questionada, ou criticada ou contraposta a uma prática. Isto é, bem no senso comum arqueológico: o arqueólogo de gabinete - o tal teórico - e o arqueólogo de campo - o tal prático. Absurda e anacronicamente tal dicotomia ainda paira sobre os fazeres dos arqueólogos brasileiros.

Bem, esta situação talvez não seja tendência apenas dos arqueólogos brasileiros. Neste sentido, falando sobre a Arqueologia em geral, salientam Shanks and McGuire (1996:76): "A Arqueologia é muitíssimo freqüentemente associada, na literatura popular, com uma prática: escavando a terra. Em sua maioria, as ciências são definidas em termos de um programa intelectual, a Arqueologia em termos de um tipo de trabalho. (...). A Arqueologia foi tradicionalmente definida em termos de sua prática".

É possível separar uma prática destituída de reflexão? Existe prática sem pensamento? Teoria é para quem pensa e prática é para quem faz? Que Arqueologia prática é essa, se dizendo sem teoria? Volto aqui a minha escolha, nesta tese, do lugar situado no âmbito da Arqueologia Pós-Processual. Veio afirmar pela teoria como fundamento de se pensar, se interpretar qualquer prática arqueológica. Trazer teoria, trabalhar com teoria, aplicar teoria nos fazeres arqueológicos é suor nos neurônios, bolhas no cérebro, estertores nas sinapses, aquecimento no sistema nervoso. Escavar cansa. Interpretar dói. "Seres humanos pensam ao agir e ação invoca pensamento. Alienar a arte do artesanato, a razão da ação, a teoria da prática quebra em pedaços aquelas coisas que estão naturalmente unidas na ação humana. Faz destacar um pólo da unidade em detrimento do outro. Deste modo, este sistema de oposições pode melhor ser descrito como sendo ideológico" (Shanks and McGuire, 1996:77).

Retomo aqui, por outra verve, ao que apontei no capítulo dois, tópico 2.5. Velamento em termos de referenciais teóricos não-arqueológicos e de posições teóricas arqueológicas, considerando o ideológico acima destacado, está mais para efeitos de poder institucionais - poder enquanto produção de saber (Foucault, 1984) - do que para arqueólogos práticos - temerosos, resistentes, inconscientes, etc.- em oposição às teorias nos fazeres arqueológicos. Pesquisar e elucidar sobre relações e imbricações entre

ideologia, efeitos de poder e instituição não foram temas desta tese. Fica, aqui nestas considerações, como mais um tema para futuras pesquisas. Aliás, volto a lembrar, que meu colega e doutorando Lucio Menezes Ferreira vem trabalhando tal temática em relação à Arqueologia brasileira.

Porém, neste velamento, há algo mais a atentar. Seguidamente o lugar da teoria na Arqueologia brasileira é referido como um lugar de cópia. Dito de outro modo, por aqui não só velaríamos, mas copiaríamos, e mal, teorias por outros construídas. Nós, arqueólogos brasileiros, além de não produzirmos, copiaríamos mal o que pensaram os colegas do hemisfério norte. Que lugar de cópia é este? Estaria sugerindo a existência de uma colonização teórica? Penso que nesta de copiar, copiar mal, não produzir teoria, perpassa alguma coisa de equívoco, de não suficientemente estudado para já assim ser afirmado. Acompanho o que sugere Lima (1985:57) tentando dar um rumo a esta situação: "A discussão deverá ter por objetivo a explicitação do modelo brasileiro de produção, repartição, consumo e reprodução intelectual, sem justificá-lo por enigmáticas influências hegemônicas, mas ancorando-o a nossa cultura e sociedade". Não se trata de copiar. O que se impõe é um trabalho de pensar - quer seja a partir de teorias advindas do hemisfério norte ou não - problemáticas específicas do hemisfério sul (Funari et al., 1999a.; Schwarz, 1977). Que venham as teorias de onde vierem. Diante delas, com elas e apesar delas, sejamos arqueólogos antropofágicos, parafraseando o que já bradava Oswald de Andrade.

Vamos continuar velando teoria, nos queixando e nos constatando como copiadores ou vamos assumir outros níveis de compromissos com a teoria (Bhabha, 2001). "Existe uma pressuposição prejudicial e autodestrutiva de que a teoria é necessariamente a linguagem de elite dos que são privilegiados social e culturalmente" (Bhabha, idem:43). Neste mesmo caminho, para a Arqueologia brasileira, Funari (1995a:7) já alertava que: "A

teoria arqueológica tem sido encarada, muitas vezes, como uma espécie de luxo cuja existência seria justificada em países ricos, mas cuja valia, no Brasil, estaria por se provar". Ficar numa visão de se considerar teoria como um luxo ou aceita-la como lugar privilegiado e elitizado, facilita e até acomoda esta posição de queixosos copiadores. Desloca para este lugar ainda indefinido, uma situação que Gnecco(1995:15), ao tratar da Arqueologia na Colômbia, chamou de "...tensão teórica na práxis da disciplina...".

Volto a enfatizar. Esta situação de cópia advém, até o momento, apenas como doxa. Não foi contemplada com pesquisas e resultados que a confirme ou não, que esclareça sobre como e por que copiamos. Se assim vem se sucedendo. Pois, fazeres científicos no Brasil, já de longas datas, de práticas e de vínculos institucionais vem acontecendo (Dantes, 2001; Lopes, 1997; Ferreira, 2002; Figueirôa, 1998). Penso que esta cópiação ainda não está suficientemente esclarecida. Exige um aprofundamento de pesquisas que atentem ao íntimo vínculo entre pesquisadores e instituições que acompanha a trajetória da Arqueologia brasileira. Neste sentido, como um alerta para futuras pesquisas nesta arqueologia, ressalta Figueirôa (1998:112): "... a especialização dos espaços institucionais que, se de um lado foi responsável pela multiplicação, de outro implicou sucessivas reformas nas instituições pré-existentes, as quais repassaram funções e atribuições originais, reordenando-se internamente para acompanhar o processo geral de crescente profissionalização e especialização científica". É importante salientar que, ao se pesquisar sobre os fazeres arqueológicos no Brasil, tal trabalho requer estudos sobre como vem sendo montada uma imbricação entre a pesquisa arqueológica, de um lado, com os espaços institucionais de ensino e pesquisa - universitários ou não - e, de outro, com a constante e ativa presença do Estado em tais fazeres.

Há uma dinâmica e uma complexidade maiores, para além de simples cópia, no que diz respeito à relação da produção teórica entre quem produz e suas possíveis periferias (Arboleda A., 1987). Isto é, enquanto arqueólogos, copiamos simplesmente porque estamos distantes e periféricos dos centros hegemônicos e produtores da teoria? Há algo mais? Num texto que apresenta um panorama sobre teoria e método no desenvolvimento da Arqueologia na América Latina, Politis (2003) aponta para outra situação que não de cópia. Para o autor, teoria tem sido um ativo componente em tal arqueologia, ainda que sob efeitos de "...subordinação intelectual e falta de confiança em seu próprio potencial de pesquisa" (Politis, idem:260).

Afinal, que tipo de cópia é esta então? Transcrição de um texto original, mera reprodução, imitação, plágio, falsificação do original, subordinação periférica? Entendo que há superficialidade e lugar comum nestas questões. No entanto, subjaz nelas o que ainda requer aprofundamento e pesquisa no âmbito da discursividade e do compromisso com teoria na Arqueologia brasileira. "É apenas quando compreendermos que todas as afirmações e sistemas culturais são construídos nesse espaço contraditório e ambivalente da enunciação que começamos a compreender porque as reivindicações hierárquicas de originalidade ou "pureza" inerentes às culturas são insustentáveis, mesmo antes de recorrermos a instâncias históricas empíricas que demonstram seu hibridismo" (Bhabha,2001:67).

Assim, neste final de escrita, trouxe estas considerações para marcar uma necessidade de se melhor trabalhar com este 'espaço contraditório e ambivalente da enunciação' no que diz respeito às condições de possibilidade da teoria na Arqueologia brasileira.

Passei estes últimos quatro anos trabalhando numa pesquisa sobre alguns efeitos da teoria na Arqueologia brasileira. Espero ter conseguido e contribuído para elucidação e demonstração deles. Evidentemente, correndo riscos, estimulado pela ousadia e assumindo os problemas de quem abre caminho, pelas veredas de um doutorado.

Ao menos, aqui nesta tese.

6. Referências Bibliográficas

O QUE É O QUE É

Descoberto pelo português
emancipado pelo inglês
educado pelo francês
sócio menor do americano
mas o modelo é japonês.....

(Cacaso *Iero-Iero*, Antonio C. de Brito, pg. 154)

6.1 **BIBLIOGRAFIA CITADA**

- ALARCÃO, Jorge de.-1996- *Para uma conciliação das arqueologias*. Porto, Afrontamento.
- ALTHUSSER, Louis.- 1979- *Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas*. Lisboa, Presença.
- _____.-s.d- *Sobre o trabalho teórico*. Lisboa, Presença, 2ª ed.
- ALCINA FRANCH, José. (coord.).-1998- *Diccionario de Arqueología*. Madrid, Alianza.
- ANDRADE, Carlos D. de.-1992- *Poesia e Prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
- ARBOLEDA A., Luis Carlos.-1987- Acerca del problema de la difusión científica en la periferia: el caso de la física newtoniana en la Nueva Granada (1740/1820). In: *Quipu*, 4 (1): 07-32.
- AUDOUZE, F.-1999- New advances in French prehistory. In: *Antiquity*, 73: 167-175.
- BARREIRA, L.C.-1995- *História e Historiografia – as escritas recentes da História da Educação brasileira (1971/1988)*. Campinas, UNICAMP/Faculdade de Educação, (tese de doutorado).
- BARRET, John.-2001- Agency, the duality of structure, and the problem of archaeological record. In: Hodder, I. (ed.). *Archaeological theory today*. Cambridge, Polity Press.
- BARRETO, Cristiana.-1999/2000- A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. In: *Revista da USP*, São Paulo, USP/CCS, no. 44, vol. I: 32-51.
- _____.-1999- Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. In: Fleming, M. I. D'Agostino (ed.). *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia-USP, São Paulo, Suplemento 3: 201-212.
- _____.-1998- Brazilian archaeology from a brazilian perspective. In: *Antiquity*, nº 277, volume 72: 573-581.
- BATE, Luis F.-2000- Teorías y métodos en Arqueología. *Conferencia Inaugural del XII Congreso Nacional de Arqueología Argentina*, Córdoba, CDROM.
- _____.-1998- *El processo de investigación arqueológica*. Barcelona, Crítica.
- BELL, James A.-1994- *Reconstructing Prehistory - Scientific method in Archaeology*. Philadelphia, Temple Univ. Press.
- BENAVIDES, O. H.-2001- Returning to the source: social archaeology as latin american philosophy. In: *Latin American Antiquity*, 12 (4): 355-370.

- BENOIT, H. e FUNARI, P.P. Abreu (orgs.).-2002- *Ética e Política no Mundo Antigo*. Campinas, IFCH/UNICAMP.
- BENVENISTE, E.-1995- *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, Pontes.
- BHABHA, Homi K.-2001- *O local da cultura*. Belo Horizonte, UFMG.
- BINFORD, Lewis.-2001- *Constructing frames of reference: an analytical method for archaeological theory building using ethnographic and environmental data sets*. Berkeley, Univ. of California Press.
- _____.-2001a- Where do research problems come from?. In: *American Antiquity*, 66 (4): 669-678.
- _____.-1988- *En busca del pasado*. Barcelona, Crítica.
- _____.-1981- *Bones: ancient men and modern myths*. New York, Academic Press.
- _____.-1977- *For theory building in archaeology*. New York, Academic Press.
- _____.-1962- Archaeology as Anthropology. In: *American Antiquity*, 28(2): 217-225.
- BINTLIFF, J.-1991- Post-modernism, rhetoric and scholasticism at TAG: the current state of British archaeological theory. In: *Antiquity*, 65: 274-278.
- BOSCHIN, M. T.-1991- Arqueología: categorías, conceptos y unidades de análisis. In: *Boletín de Antropología Americana*, 24: 79-110.
- BOSCHIN, M.T. y LLAMAZARES, A.M.-1984- La escuela Histórico-Cultural como factor retardatario del desarrollo científico de la arqueología argentina. In: *Etnia*, 32: 101-156, julho/dezembro.
- BOUDON, Raymond.-1986- Teoria e Paradigmas. In: Silva, M.B. da (org.). *Teoria da História*. São Paulo, Cultrix: 95-119.
- BRAUDEL, Fernand.-2002- *Las ambiciones de la Historia*. Barcelona, Crítica.
- BRITO, Antonio C. de.-2002- *Cacaso lero-leo (1967-1985)*. Rio de Janeiro, 7 Letras/Cosac & Naify.
- BRUNEAU, P. et BALUT, P.-1997- *Artistique et Archéologie*. Paris, Presse de l'Université de Paris-Sorbonne.
- BUNGE, Mario.-2002- *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Perspectiva.
- _____.-1985- *La investigación científica – su estrategia y su filosofía*. Barcelona, Ariel. Edição corrigida.
- _____.-1974- *Teoria e realidade*. São Paulo, Perspectiva.
- CANGUILHEM, G.-s.d.- *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*. Lisboa, Ed. 70.
- CASTRO FARIA, Luiz de.-1989- Domínios e fronteiras do saber: a identidade da Arqueologia. In: *Dédalo*, São Paulo/USP-MAE, publicação avulsa, 01: 26-39.

- _____.-1984- A Antropologia no Brasil. Depoimento sem compromissos de um militante em recesso. In: *Anuário Antropológico*, nº 82, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro: 228-250.
- CERTEAU, Michel de.-1988- A operação histórica. In: Le Goff, J. e Nora, P.(orgs.) *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- CLARKE, David.-1973- Archaeology: the loss of innocence. In: *Antiquity*, XLVII: 6-18.
- _____.-[1ª. edição-1968]1984- *Arqueología analítica*. Barcelona, Bellaterra, 2ª. edição.
- CLEUZIOU, S. et all.-1991- The use of theory in french archaeology. In: Hodder, I. *Archaeological theory in Europe – the last three decades*. London, Routledge: 91-128.
- CORACINI, Maria J.-1991- *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. Campinas, Pontes.
- CORETH, Emerich.-1973- *Questões fundamentais de Hermenêutica*. São Paulo, EPU/EDUSP.
- CORRÊA, Mariza.-1988- Traficantes do excêntrico - os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos 60. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 06, vol. 03: 79-98.
- CRIADO BOADO, Felipe.-2001- Problems, function and conditions of archaeological knowledge. In: *Journal of Social Archaeology*, vol. 1, n. 1: 126-146.
- DAVID, N. e KRAMER, C.-2002- Teorizando a Etnoarqueologia e a Analogia. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, UFRGS/PPG em Antropologia, ano 08, nº 18: 13-60.
- DANTES, Maria Amélia M.(org.).-2001- *Espaços da ciência no Brasil 1800-1930*. Rio de Janeiro, Fiocruz Ed.
- DIAS, Adriana S.-1995- Um projeto para a Arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do PRONAPA. In: *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, 19(22): 25-39.
- DIEHL, Astor A.-1999- *A cultura historiográfica brasileira - década de 1930 aos anos 1970 - vol. III*. Passo Fundo, Univ. Passo Fundo.
- DUKE, Philip.-1995- Working through theoretical tensions in contemporary archaeology: a practical attempt from Southwestern Colorado. In: *Journal of Archaeological Method and Theory*, vol. 2, nº 6: 201-229.
- DURHAM, Eunice.-1986- A política de Pós-Graduação e as Ciências Sociais. In: *BIB*, Rio de Janeiro, nº 21: 41-55.

- DURRANS, Brian.-1994- Theory, profession, and the political rôle of archaeology. In: Shennan, S.J. (ed.). *Archaeological approaches to cultural identity*. London, Routledge.
- ELLIS, Linda (ed.).-2000- *Archaeological method and theory - an encyclopedia*. New York, Garland Publishing.
- EMBREE, L.-1995- The structure of American theoretical archaeology: a preliminary report. In: Pinsky, V. and Wylie, A. *Critical traditions in contemporary archaeology - essays in the philosophy, history and socio-politics of archaeology*. Albuquerque, Univ.of New Mexico Press: 28-37.
- ETGES, Norberto J.-1995- Ciência, interdisciplinaridade e educação. In: Jantsch, A.P. e Bianchetti, L. (orgs.). *Interdisciplinaridade - para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis, Vozes: 51-96.
- FAGAN, Brian M.(ed.).-1996- *The Oxford Companion to Archaeology*. New York, Oxford Univ. Press.
- FAZENDA, Ivani C.A.-2000- *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas, Papirus.
- FERREIRA, Lúcio M.-2002- *Vestígios de Civilização: a Arqueologia do Brasil Imperial (1838/1877)*, Campinas, UNICAMP - dissertação de mestrado.
- _____.-2001a- Vestígios da Raça Americana: Arqueologia, Etnografia e Romantismo no Brasil Imperial (1838/1870). In: *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Campinas, UNICAMP (no prelo).
- _____.-2001b- Um bando de idéias novas na Arqueologia. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, MAE/USP, nº 11: 21-33.
- _____.-2000- Arqueologia e Geoestratégia: as fronteiras imperiais e o uso das fontes arqueológicas. In: *Arqueoweb*, www.ucm.es/info/arqueoweb, abril de 2001.
- _____.-1999- Vestígios de Civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). In: *Revista de História Regional*, 4 (1): 9-36.
- FERREIRA, Maria C. L. (coord.).-2001- *Glossário de Termos do Discurso - Análise do Discurso*. Porto Alegre, UFRGS/Instituto de Letras.
- FEYERABEND, P.-1989- *Contra o método*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- FIGUEIRÔA, Silvia F. de M.-1998- Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). In: *Asclépio*, vol. L, nº 02: 107-123.
- FLEMING, A. e JOHNSON, M.-1990- The Theoretical Archaeology Group (TAG): origins, retrospect, prospect. In: *Antiquity*, 64: 303-306.

- FOGAÇA, Emílio.-2000- Teoria e método na arqueologia brasileira (ou o Demônio de Maxwell). In: *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, Sociedade de Arqueologia Brasileira. (CDROM)
- FOUCAULT, M.-1998- *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola.
- _____.-1984- *Vigiar e punir: o nascimento da clínica*. Petrópolis, Vozes.
- FRIGOTTO, G.-1995- A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: Jantsch, A.P. e Bianchetti, L. (orgs.). *Interdisciplinaridade - para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis, Vozes: 25-49.
- FUNARI, Pedro Paulo A.-2003- Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. In : Funari, P.P.A. e Ferreira, L.M. (orgs.). *Cultura Material Histórica e Patrimônio. Primeira Versão*, nº 120, UNICAMP/IFCH: 13-20.
- _____.-2002- Class interests and struggle in brazilian archaeology. In: *International Journal of Historical Archaeology*, 6 (3): 209-216.
- _____.(org.).-2002a- Repensando o Mundo Antigo. In: Campinas, *Coleção Textos Didáticos*, nº 47, IFCH/UNICAMP.
- _____.-2002b- A Arqueologia pública na América Latina e seu contexto mundial. In: *Fronteiras - Revista de História*, Campo Grande, UFMS/PPG em História, vol. 6, nº 11: 87-96.
- _____. 2002c- Arqueología latinoamericana y su contexto histórico: la Arqueología pública y las tareas del quehacer arqueológico. Comunicação apresentada na IIIª *Reunión Internacional de Teoría Arqueológica em Sudamérica*, Colômbia. (webtexto)
- _____.-1999/2000- Como se tornar arqueólogo no Brasil. In: *Revista da USP*, São Paulo, USP/CCS, no. 44, vol I: 74-85.
- _____.-1999- A importância da teoria arqueológica internacional para a arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. In: Fleming, M. I. D'Agostino (ed.). *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia-USP*, São Paulo, Suplemento 3: 213-220.
- _____.-1998- A importância da teoria arqueológica internacional para a arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. In: *Revista Primeira Visão*, Campinas, IFCH/UNICAMP, nº 76: 13-31.
- _____.- 1996- Archaeological theory in Brazil: ethnicity and politics at stake. In: *Historical Archaeology in Latin America*, 12: 1-13.
- _____.-1995a- Mixed features in archeological theory in Brazil. In: Ucko, P. (ed.). *Theory in Archaeology, a world perspective*. London, Routledge: 236-250.
- _____.-1995b- A hermenêutica das ciências humanas: a História e a teoria e prática arqueológicas. In: *Rev. da Soc. Bras. de Pesquisas Históricas*, Curitiba, nº 10: 3-9.
- _____.1992- La arqueologia en Brasil: política y academia en una encrucijada. In: Politis, G. (ed.). *Arqueología en América Latina hoy*. Bogotá, Biblioteca Popular: 57-69.
- _____.-1990- Reflexões sobre a mais recente teoria arqueológica. In: *Revista de Pré-História*, 7: 203-209.
- _____.-1989a- Brazilian archaeology and world archaeology: some remarks. In: *World Archaeological Bulletin*, nº 03: 60-68.

- _____.-1989b- Reflexões sobre a mais recente teoria arqueológica. In: *Revista de Pré-História*, nº 7: 203 - 209.
- FUNARI, P.P.A. et.all.-1999- Introdução - a primeira reunião internacional de teoria arqueológica na América do Sul: questões e debates. In: Fleming, M. I. D'Agostino (ed.). *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia-USP*, São Paulo, Suplemento 3: 1-12.
- FUNARI, P.P.A., HALL, M. and JONES, S.(eds.).-1999a- *Historical Archaeology - back from the edge*. London, Routledge.
- GADAMER, H.G.-2003- *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- _____.-1993- *Elogio de la teoria – discursos y artículos*. Madrid, Península.
- _____.-1983- *A razão na época da ciência*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- GÁNDARA, Manuel.-1994- Conseqüências metodológicas de la adopción de una ontología de la cultura: una perspectiva desde la arqueología. In: González, J.A. y Galindo Cárceres, J. (org.). *Metodología y Cultura*. México, CONACULTA: 67-118.
- _____.-1993- El análisis de posiciones teoricas: aplicaciones a la arqueologia social. In: *Boletín de Antropología Americana*, no. 27: 5-20.
- _____.-1992- *La arqueología oficial mexicana - causas y efectos*. México, INAH.
- _____.-1987- Hacia una teoria de la observación en Arqueología. In: *Boletín de Antropología Americana*, nº. 15: 5-13.
- _____.-1982- La vieja "nueva arqueología". In: *Teoria, métodos y técnicas en Arqueología - reimpresiones de Antropología Americana*. México, Instituto Panamericano de Geografía e Historia.
- GANDIN, D. e CRUZ, C.H.C.-1996- *Planejamento na sala de aula*. Porto Alegre, edição do autor, 2ª ed.
- GEERTZ, C.-1989- *El antropólogo como autor*. México, Paidós Studio.
- GIDDENS, A.-1995- *La constitución de la sociedad. Bases para la teoría de la estructuración*. Buenos Aires, Amorrortu Eds.
- GNECCO, C.-2001- La arqueología como discurso regulador. *Comunicação apresentada na XIª Reunião Científica da SAB*. Rio de Janeiro (publicação no prelo).
- _____.-1995- Praxis científica em la periferia: notas para una historia social de la arqueología colombiana. In: *Revista Española de Antropología Americana*, 25: 9-22, Madrid.
- GRANGER, Gilles-Gaston.-1994- *A ciência e as ciências*. São Paulo, UNESP.
- GRAMSCI, Antonio.-1991- *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- GUATTARI, Felix.-1991- *Fondaments ethico-politiques de l'interdisciplinarite*. Paris, Journal UNESCO, avril: 1-13 (texto xerografado).
- HEGEL, G.W.F.-[1816]1991- *Introdução à História da Filosofia*. Lisboa, Ed. 70.
- HEGMON, Michelle.-2003- Setting theoretical egos aside: issues and theory in North American Archaeology. In: *American Antiquity*, 68 (2): 213-243.
- HERNÁNDEZ-PACHECO, Javier.-1996- *Corrientes actuales de Filosofia*. Madrid, Tecnos.
- HISSA, Cássio E. V.- 2002- *A mobilidade das fronteiras - inserções da Geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- HODDER, Ian (ed.).-2001- *Archaeological theory today*. Cambridge, Polity Press.
- _____.-1999- *The archaeological process*. London, Blackwell.
- _____.-1994- *Interpretación en arqueología – corrientes actuales*. Barcelona, Crítica.
- _____.-1991- Post-modernism, post-structuralism and post-processual archaeology. In: HODDER, I.(ed.). *The meanings of things – material culture and symbolic expression*. New York, Harper Collins:64-78.
- _____.-1991a- Interpretative archaeology and its role. In: *American Antiquity*, 56 (1): 7-18.
- _____.-1991b- Postprocessual Archaeology and the Current Debate. In: Preucel, R.W. (ed.). *Processual and Postprocessual Archaeologies - multiple ways of knowing the past*. Occasional Paper nº 10, Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University at Carbondale.
- _____.-1989- This is not a article about material culture as text. In: *Journal of Anthr. Arch.*, 8: 250-269.
- _____.-1987- La arqueologia en la era-post-moderna. In: *Trabajos de Prehistoria*, 44: 11-26.
- _____.-1985- Postprocessual archaeology. In: *Advances in Archaeological method and theory*, vol. 8: 1-25.
- _____.-1982- *Symbolic and structural archaeology*. Cambridge/New York, Cambridge Univ. Press.
- HOLTORF, C. and KARLSSON, H.-2000- *Philosophy and archaeological practice - perspectives for the 21st Century*. Göteborg, Bricouleur Press.
- INDURSKY, Freda.-1997- *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, Ed. UNICAMP.
- JATSCH, A.P. e BIANCHETTI, L. (orgs.).-*Interdisciplinaridade - para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis, Vozes.
- JAPIASSU, H.-1976- *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro, Imago.

- JAPIASSÚ, H. e MARCONDES, D.-1996- *Dicionário básico de Filosofia*. 3ª. edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- JOHNSON, M.-2000- *Archaeological theory – an introduction*. Oxford, Blackwell.
- KERN, Arno A.-1991- Abordagens teóricas em arqueologia. Texto apresentado em Mesa Redonda sobre Teoria Arqueológica, VIª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), Rio de Janeiro, 23 a 27 de janeiro:1-13. (texto xerografado).
- KONDER, Leandro.-2002- *A questão da ideologia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- KOSELLECK, Reinhart.-1992- Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5 (10): 134-146.
- KRÄHENBÜHL, Olívia (org.).-1956- *Poemas escolhidos de Emily Dickinson*. São Paulo, Saraiva.
- KUHN, Thomas.-1989- *A tensão essencial*. Lisboa, Ed. 70.
- LEROI-GOURHAN, André.-1981- *Pré-História*. São Paulo, Pioneira/EDUSP.
- LEROI-GOURHAN, A. et BRÉZILLON, M.-1972- *Fouilles de Pincevent - essai d'analyse ethnographique d'un habitat magdalénien*. (La Section 36), VIIe. supplément à "Gallia Préhistorique". Paris, Ed. du Centre National de la Recherche Scientifique.
- LIMA, Roberto Kant de.-1985- *A Antropologia na academia: quando os índios somos nós*. Petrópolis, Vozes.
- LIMA, Tania Andrade de.-2000- Teoria e Método na arqueologia brasileira: avaliação e perspectivas. In: *Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, Sociedade de Arqueologia Brasileira. (CDROM)
- LOPES, Maria M.-1997- *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo, Hucitec.
- LOPEZ AGUILAR, Fernando.-1990- *Elementos para una construcción teórica en arqueología*. Mexico-DF, INAH, Série Arqueología.
- LÓPEZ MAZZ, J.-1999- Some aspects of French influence upon Uruguayan and Brazilian archaeology. In: Politis, G.G. and Alberti, B. *Archaeology in Latin America*. London, Routledge:38-58.
- LUHMANN, Niklas.-2002- Ciência incompreensível – problemas de uma linguagem própria à teoria. In: *Novos Estudos*, São Paulo, no. 63: 51-59.
- LYMANN, R.L.et al.-1997- *The rise and fall of culture history*. New York, Plenum.

- MAUSS, Marcel.-1993- *Manual de Etnografia*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- MC GUIRE, R.H. e NAVARRETE, R.-1999- Entre motocicletas y fusiles: las arqueologias radicales anglosajona y hispana. In: Fleming, M. I. D'Agostino (ed.). *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia- USP, São Paulo, Suplemento 3: 181-199.
- MEGGERS, Betty.-1987- Desenvolvimento da Arqueologia brasileira, 1935-1985: uma visão pessoal. In: *A pesquisa do passado - Arqueologia no Brasil*, Rio de Janeiro, IAB, Boletim Série catálogos, no. 03: 149-154.
- MEGGERS, B.e EVANS, C.-1970- *Como interpretar a linguagem da cerâmica - manual para arqueólogos*. Washington,D.C., Smithsonian Institution.
- MEIS, Leopoldo de.-2003- Crescimento a base de sacrificio emocional. In: *IEJ^a - Informativo do Instituto de Estudos Avançados - USP*, São Paulo, ano XV, nº 71:01-08.
- MENDONÇA, Nadir D.-1985- *O uso dos conceitos - uma questão de interdisciplinaridade*. Petrópolis, Vozes.
- MENEGOLLA, M. e SANT'ANA, Ilza M.-2000- *Por que planejar? Como planejar?* Petrópolis, Vozes.
- MENEZES, Ulpiano T.B. de.-1973- A situação da pesquisa arqueológica no Brasil. In: *Dédalo*, São Paulo, MAE/USP, ano IX, 17/18:5-9.
- _____.-1983- A cultura material no estudo de sociedades antigas.. In: *Revista de História*, São Paulo, no. 115: 103-118.
- MOHEN, Jean-Pierr et all.-1990- *Archéologie de la France*. Paris, Flammarion.
- MORAES, Vinicius de.-1986- *Poesia completa & Prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
- MOREIRA, Antonio F. B.-1990- *Currículos e programas no Brasil*. Campinas, Papirus.
- _____.-1997- *Currículo: questões atuais*. Campinas, Papirus.
- MOREIRA, Antonio F.B. e SILVA, T.T.(orgs.)-1994- *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo, Cortez.
- MORIN, Edgar.-1994- *Ciência com consciência*. Mira-Sintra, Europa-América.
- MORRIS, Ian.-1997- Archaeology as cultural history. In: *Archaeological Review from Cambridge*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, vol 14: 03-16.
- MUÑOZ, J e VELARDE, J.-2000- *Compendio de epistemología*. Madrid, Trotta.

- NEVES, Walter A.-1988- Arqueologia brasileira: algumas considerações. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia*, Belém, vol. 04, n° 02: 200-205.
- NICOLESCU, Basarab.-2002- *Manifesto of Transdisciplinarity*. New York, State Univ. of New York Press.
- NUNES, Claudio O. I.-1999- *Consenso e repetições sociais sob a perspectiva da análise documentária aplicada ao controle de vocabulário na área de Arqueologia brasileira*. São Paulo, USP/ECA - tese de doutorado.
- OLIVEIRA, Cláudia Alves.-2001- Abordagens teóricas dos grupos pré-históricos ceramistas do Nordeste. In: *Canindé*, Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, Universidade Federal de Sergipe, n° 01: 09-35.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites.-2002-Arqueologia pública, universidade pública e cidadania. In: *Fronteiras - Revista de História*, Univ. Fed. de Mato Grosso do Sul, vol. 06, n° 11: 41-58.
- OLIVIER, Laurent.-2003- As origens da Arqueologia francesa. In: Funari, P.P.A.(org.). *Repensando o Mundo Antigo. Textos Didáticos*, n° 49, IFCH/UNICAMP: 31-59.
- ORLANDI, Eni.-2000- *Análise de Discurso - princípios & procedimentos*. Campinas, Pontes.
- ORLANDI, Eni P. et all.-1989- *Vozes e contravozes - discurso na Cidade e no Campo*. São Paulo, Cortez.
- PACHECO, Leila.-1993- Teoria arqueológica: algumas considerações práticas. In: *Anais do VI Simpósio Sul-riograndense de Arqueologia - arqueologia novas perspectivas*. Porto Alegre, PUC/CEPA: 106 - 114.
- _____.-1992- *Informação e contexto - uma análise arqueológica*. Rio de Janeiro, UFRJ/EC. (dissertação de mestrado)
- PALLESTRINI, Luciana.-1978- O espaço habitacional em Pré-História brasileira. In: *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, São Paulo, vol. XXV: 15-30.
- _____.-1976- Estratégias de ataque na evidencição de testemunhos arqueológicos. In: *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, São Paulo, vol. XXIII: 109-127.
- _____.-1975- Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo. *Coleção Museu Paulista- Série Arqueologia*, São Paulo, vol.1.
- _____.-1972/1973- Supra estruturas e infra-estruturas arqueológicas no contexto ecológico brasileiro. In: *Revista do Museu Paulista*, n.s., vol.XX: 7-32.
- PALESTRINI, L. e MORAIS, J.L.-1980- *Arqueologia pré-histórica brasileira*. São Paulo, USP/Museu Paulista.
- PALMER, R.-1989- *Hermenêutica*. Lisboa, Ed. 70.

- PATTERSON, Thomas C.-1989- History and the post-processual archaeologies. In: *Man* (N.S.), 24: 555-566.
- PEARSON, M. and SHANKS, M.-2001- *Theatre/Archaeology*. London, Routledge.
- PEREIRA, Otaviano.-1998- *O que é teoria*. São Paulo, Brasiliense.
- PIÑÓN SEQUEIRA, A. C.-2000- Análisis bibliométrico de tesis doctorales españolas sobre Arqueologia, estudo piloto. In: *Separata das Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. 01, 'Arqueologia Peninsular, História, Teoria e Prática'. Porto, ADECAP.
- PINTO, Álvaro V.-1979- *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- POLITIS, G.-2003- The theoretical landscape and the methodological development of archaeology in Latin América. In: *American Antiquity*, 68 (2): 245-272.
- PROUS, André.-1999- Arqueologia, Pré-História e História. In: Tenório, M.C. *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro, UFRJ: 19 - 32.
- _____.-1996- Histórico do setor de Arqueologia UFMG e o papel das Missões Franco-Brasileiras. In: *Anais da VIIIª Reunião Científica da SAB*, vol. 01, Coleção Arqueologia 01, Porto Alegre, EDIPUCRS: 131-150.
- _____.-1992- *Arqueologia Brasileira*. Brasília, UNB.
- QUINE, W.V.-1995- *Filosofia e Linguagem*. Porto, Asa.
- REIS, José Alberione dos.-2002- *Para uma arqueologia dos Buracos de Bugre: do sintetizar, do problematizar, do propor*. Caxias do Sul, EDUCS.
- RIBEIRO, Renato J.-2003- *A universidade e a vida atual - Fellini não via filmes*. Rio de Janeiro, Campus.
- RUBIM, Christina de R.-1996- *Antropólogos brasileiros e a Antropologia no Brasil: a era da pós-graduação*. Campinas, UNICAMP/IFCH/Depto. de Antropologia Social. (tese de doutorado).
- SANTOS, Boaventura de S.- 2002- *Um discurso sobre as ciências*. Porto, Afrontamento, 13ª. edição.
- SCARRE, Chris.-1999- Archaeological theory in France and Britain. In: *Antiquity*, 73: 155-161.
- SCHMITZ, Pedro I.-2001- Avaliação e perspectivas da Arqueologia brasileira. In: *Canindé - Rev. do Museu de Arqueologia de Xingó*, Canindé/Xingó, UFS, no. 1: 53-61.
- _____.-1982- Arqueologia. In: Velho, G. *Ciências Humanas e Sociais. Avaliação e Perspectivas*. Brasília, SEPLAN/CNPq, vol. 1-Sinopse: 345-347.

- _____.-1973- A pesquisa arqueológica no Estado do Rio Grande do Sul. In: *Dédalo*, São Paulo, MAE/USP, 17/18: 67-85.
- SCHIAVETTO, Solange N. de. O.-2003- *A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. Campinas, Annablume.
- SCHWARZ, Roberto.-1977- *Ao vencedor as batatas - forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo, Duas Cidades.
- SEDA, P. e ALMEIDA, M. B.-2000- Formação de arqueólogos no Brasil: o bacharelado em Arqueologia. In: *Anais do IXº Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)/Rio de Janeiro, 1997*. Rio de Janeiro, SAB (CD-ROM).
- SHANKS, M. and MACKENZIE, I.-1994- Archaeology: theories, themes and experience – a dialogue between Iain Mackenzie and Michael Shanks. In: Mackenzie, I. (ed.). *Archaeological theory: progress or posture?* Averbury, Aldershot-Brookfield: 19-40
- SHANKS, M. and MCGUIRE, R.-1996- The craft of Archaeology. In: *American Antiquity*, 61 (1): 75-88.
- SHANKS, M. and TILLEY, C.-1996- *Social theory and archaeology*. Cambridge, Polity Press.
- _____.-1992- *Re-constructing archaeology*. London, Routledge.
- _____.-1989a- Archaeology into the 1990s. In: *Norwegian Archaeological Review*, vol. 22(1): 1-41.
- _____.-1989b- Questions rather than answers: reply to comments on Archaeology into the 1990s. In: *Norwegian Archaeological Review*, 22 (1): 42-54.
- SHENNAN, S.J. (ed.).-1994- *Archaeological approaches to cultural identity*. London, Routledge.
- SILVA, Benedicto (coord.geral).-1987- *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas.
- SILVA, Fabíola Andréa.-1995- Arqueologia, Arqueologias e a tensão paradigmática contemporânea. In: *Cadernos METEP*, Maringá, ano 7, nº 6: 119-136.
- SILVA, Helenice R. da.-2003- A História intelectual em questão. In: Lopes, M.A. (Org.). *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo, Contexto.
- SOUZA, Alfredo A.C.M. de.-1997- *Dicionário de Arqueologia*. Rio de Janeiro, ADES.
- _____.-1991- *História da Arqueologia Brasileira*. São Leopoldo, IAP, Pesquisas nº 46.
- _____.-1988- *Arqueologia brasileira (1975/1985): análise bibliométrica da literatura*. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ - dissertação de mestrado.

- SOUZA, Sheila M.F. M. de e GASPAR, Maria D.-2000- A Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB: perspectivas da maioria. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.
- STOCZKOWSKI, Wiktor.-s.d.- *Antropologia ingênua, antropologia erudita - origem do homem/imaginação e idéias adquiridas*. Lisboa, Instituto Piaget.
- TARKOVSKI, Andrei.-1990- *Esculpir o tempo*. São Paulo, Martins Fontes.
- TARLOW, Sarah.-2000- Emotion in Archaeology. In: *Current Anthropology*, vol. 41, nº 5: 713-746.
- TAYLOR, Walter.-1964- *A study of Archaeology*. Carbondale and Edwardsville, Southern Illinois Univ. Press.
- TENÓRIO, Maria C.(org.).-1999- *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- THOMAS, J.-1995- Where are we now? - Archaeology theory in the 1990's. In: Ucko, P. (ed.) *Theory in archaeology - a world perspective*. London, Routledge: 343-362.
- THOMAS, J. e TILLEY, C.-1992- TAG and 'post-modernism': a reply to John Bintliff. In: *Antiquity*, 66: 106-114.
- TILLEY, Christopher.-1998- Archaeology: the loss of isolation. In: *Antiquity*, Oxford, 72.: 691-693.
- _____.-1995- Archaeology as socio-political action in the present. In: Pinsky, V. and Wylie, A. *Critical traditions in contemporary archaeology - essays in the philosophy, history and socio-politics of archaeology*. Albuquerque, Univ. of New Mexico Press: 104-116.
- _____.-1993- *Interpretative archaeology*. Oxford, Berg Pub.
- _____.-1991- Interpreting material culture. In: Hodder, I. (ed.) *The meanings of things - material culture and symbolic expression*. London, Harper Collins Academic: 185-194.
- _____.-1989- Excavation as theatre. In: *Antiquity*, 63: 275-280.
- TRIGGER, B.-1992- *Historia del pensamiento arqueológico*. Barcelona, Crítica.
- UCKO, Peter(ed.).-1995- *Theory in archaeology - a world perspective*. London, Routledge.
- VAN POOL, C.S. and VAN POOL, T.-1999- The scientific nature of postprocessualism. In: *American Antiquity*, nº 64 (1): 33 - 53.
- VARGAS, I. e SANOJA, M.-1999- Archaeology as a social science - its expression in Latin America. In: Politis, G.G. e Alberti, B. *Archaeology in Latin America*. London, Routledge: 59-75.

- VEIGA, Laura da.-1991- Ciências Sociais: dilemas, vocações e contextos de trabalho. In: Bomeny, H. e Birman, P. (orgs). *As assim chamadas Ciências Sociais - formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará: 169-194.
- VELHO, Gilberto (org.).-1982- Ciências Humanas e Sociais. In: *Avaliação & Perspectivas*, vol. 01/Sinopse. Brasília, SEPLAN/CNPq: 333-355.
- VIANNA, L. W. et all.-1995- As Ciências Sociais no Brasil: a formação de um sistema nacional de ensino e pesquisa. In: *BIB*, Rio de Janeiro, n° 40: 27-63.
- VIDEIRA, A.P.-2000- Para que servem as definições. In: Nino El-Hani, C. e Videira, A.P. *"O que é vida?" - para entender a Biologia do século XXI*. Rio de Janeiro, Relume Dumará: 17-29.
- VV.AA.-2002- Manifesto da Interdisciplinaridade. In: *Folha de São Paulo - Mais!*, São Paulo, 24 de novembro de 2002: 05-08.
- WILLEY, G. and PHILLIPS, P.-1962- *Method and theory in American Archaeology*. Chicago, Phoenix Books.
- WILLEY, G. and SABLOFF, J.A.-1993- *A History of American Archaeology*. New York, W.H. Freeman, 3ª. ed.
- WHITLEY, David S. (ed.).-1999- *Reader in archaeological theory – post-processual and cognitive approaches*. London, Routledge.
- WOOD, Margaret C.-2002- Moving towards transformative democratic action through archaeology. In: *International Journal of Historical Archaeology*. 6 (3): 187-198.
- WRIGHT MILLS, C.- 1975- *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.
- WYLIE, A. -2002- *Thinking from things: essays in the philosophy of Archaeology*. Berkeley, Univ. of California Press.
- _____.-2000- Questions of evidence, legitimacy, and the (dis)unity of science. In: *American Antiquity*, 65 (2): 227-237.
- _____.-1994- Facts and fictions: writing archaeology in a different voice. In: MacKenzie, I. (ed.). *Archaeological theory: progress or posture?* Averbury, Aldershot-Brookfield: 3-17.
- _____.-1985- Between philosophy and archaeology. In: *American Antiquity*, 50 (2): 478-490.
- YOFEE, Norman.-1996- Teoria social e evolucionista e seus descontentes. In: *Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, volume I, Porto Alegre, EDIPUCRS: 47 - 81.
- YOFEE, N. and SHERRATT, A.(eds.).-1997- *Archaeological theory: who sets the agenda?* Cambridge, Cambridge Univ. Press.

- YOFEE, N. and SHERRATT, A.-1997- Introduction: the sources of archaeological theory. In: Yofee, N. and Sherratt, A.(eds.). *Archaeological theory: who sets the agenda?* Cambridge, Cambridge Univ. Press.: 1-9.
- ZUBROW, E.-1995- Commentary: common knowledge and archaeology. In: Pinsky, V. and Wylie, A. *Critical traditions in contemporary archaeology - essays in the philosophy, history and socio-politics of archaeology*. Albuquerque, Univ.of New Mexico Press: 44-49.
- _____-1980- International trends in theoretical archaeology. In: *Norwegian Archaeological Review*, vol. 13, no. 01: 14-23.

6.2 TESES/DISSERTAÇÕES

• UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

a) Dissertações

- ANJOS, Fernanda M.F. dos.-1998- Engenho São Jorge dos Erasmos – uma abordagem interdisciplinar do documento na Arqueologia Histórica
- BRANCAGLION JR., Antonio.-1993- Arqueologia e religião funerária: a propósito do acervo egípcio do MAE
- CARVALHO, Marcos Rogério de.-1999- Pratos, xícaras e tigelas: um estudo de Arqueologia Histórica em São Paulo, séculos XVIII/XIX
- COPÉ, Silvia.-1985- Aspectos da ocupação pré-colonial no vale do rio Jaguarão
- FACCIO, Neide B.-1992- O estudo do sítio arqueológico Alvim no contexto do Projeto Paranapanema
- FACHIN, Maria Celeste.-1993- Moeda e instabilidade política no final da república romana: emissões monetárias de Marco Antônio
- FERNANDES, Suzana C. G.-2001- Estudo tecnotipológico da cultura material das populações pré-históricas do vale do rio Turvo, Monte Alto, São Paulo e a Tradição Aratu-Sapucai
- JULIANI, Lúcia de J. C. de Oliveira.-1996- Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo

- MONZANI, Juliana C.-2001- A transição da idade do bronze para a idade do ferro na Grécia: uma nova perspectiva de estudo
- MORAIS, José Luiz de.-1978- A ocupação do espaço em função das formas de relevo e o aproveitamento das reservas petrográficas por populações pré-históricas do Paranapanema, SP.
- MORALES, Walter Fagundes.-2000- A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundiá durante o século XVIII
- MUNFORD, Danusa.-1999- Estudo comparado da morfologia craniana de populações pré-históricas da América do Sul: implicações para a questão do povoamento do Novo Mundo
- NAVARRO, Alexandre G.-2001- O retorno de Quetzalcóatl: contribuição ao conhecimento do culto da divindade a partir do registro arqueológico de Chinchén Itzá, México
- OLIVEIRA, Luciane M.-1999- A produção cerâmica como reafirmação de identidade étnica Maxakali: um estudo etno-arqueológico
- RAMBELLI, Gilson.-1998- A arqueologia subaquática e sua aplicação à arqueologia brasileira: o exemplo do Baixo Vale do Ribeira do Iguape
- RODRIGUES, Robson Antonio.-2001- Cenários da ocupação Guarani na calha do alto Paraná: um estudo etnoarqueológico
- SCABELLO, Andréa L. M.-1997 Estudo das populações de caçadores-coletores do médio curso do rio Tietê: o estudo de caso do sítio Três Rios, município de Dois Córregos, estado de São Paulo
- SILVA, Sergio F. S. M. da.-2001- Um outro olhar sobre a morte: arqueologia e imagem de enterramentos humanos no catálogo de duas coleções – Tenório e Mar Virado, Ubatuba-SP
- SOUSA, Ana C.-1998- Fábrica de pólvora e vila Inhomirim: aspectos de dominação e resistência na paisagem e em espaços domésticos (século XIX)

b) Teses

- AFONSO, Marisa Coutinho.-1995- Caçadores-coletores pré-históricos: estudo geoarqueológico da bacia do Ribeirão Queimador (vale médio do rio Tiête,SP)

- ALVES, Márcia Angelina.-1988- Análise cerâmica: estudo tecnopológico
- ARAUJO, Astolfo G. de M.-2001- Teoria e método em Arqueologia regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, estado de São Paulo
- BRUNO, Maria C Oliveira.-1995- Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema
- DE BLASIS, Paulo A. D.-1996- Bairro da Serra em três tempos: arqueologia, uso do espaço regional e continuidade cultural no vale do Ribeira
- FLEMING, Maria I. D.-1986- O vasilhame de bronze romano: produção e consumo no início do período imperial
- FLORENZANO, Maria B. B.-1986- Cunhagens e circulação monetária na Magna Grécia e Sicília durante a expedição de Pirro (280-272 a.C.)
- FUNARI, Pedro P. de A.-1990- Padrões de consumo de azeite na Britannia romana
- GUARINELLO, Norberto Luiz.-1993- Ruínas de uma paisagem – arqueologia das casas de fazenda da Itália Antiga (VIII a.C. – II d. C.)
- HIRATA, Elaine F.V.-1986- Os prótomos femininos de Gela: especificidade e função no quadro da coroplastia siciliota (séc. VI-V a.C.)
- LEITE, Nívea.-1990- O estudo sistemático dos grafismos da Gruta do Índio (Januária – MG) no contexto arqueológico regional
- LEMONS, Maria de L.-1992- Registros visuais na arqueologia: uma abordagem técnica de linguagem da imagem
- LIMA, Tania Andrade.-1991- Dos mariscos aos peixes: um estudo zooarqueológico de mudança de subsistência na pré-história do Rio de Janeiro
- MARTINS, Dilamar C.-1999- Arqueologia da Serra da Mesa: planejamento, gestão e resultados de um projeto de salvamento arqueológico
- MAXIMINO, Eliete P. B.-1997- Porto de Santos e o Portinho dos Piratas: um estudo de arqueologia industrial

- MILDER, Saul E. S.-2000- Arqueologia do sudoeste do Rio Grande do Sul: uma perspectiva geoarqueológica
- MORAIS, José L.-1980- A utilização dos afloramentos litológicos pelo homem pré-histórico brasileiro: análise do tratamento da matéria-prima
- NEVES, Eduardo G.-1998- Paths in Dark Waters: Archaeology as Indigenous History in the Upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon
- NEVES, Walter A.-1984- Paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina)
- OLIVEIRA, Cláudia A.-2000- Estilos tecnológicos da cerâmica pré-histórica no sudeste do Piauí - Brasil
- SCATAMACCHIA, Maria C. M.-1990- A tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação guarani e tupinambá: fontes arqueológicas e etno-históricas
- SILVA, Fabíola Andréa.-2000- As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Assurini do Xingu e da cestaria do Kayapó-Xikrin, sob uma perspectiva etnoarqueológica
- SILVEIRA, Maura Imazio.-2001- “Você é o que você come” – aspectos da subsistência no Sambaqui do Moa-Squarema/RJ
- UCHÔA, Dorath P.-1973- Arqueologia de Piaçaguera e Tenório: análise de dois tipos de sítios pré-cerâmicos do litoral paulista

- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RS – PUCRS

a) Dissertações

- BARBOSA, Elvis P.-1999- Significantes, significados e símbolos na interpretação da cerâmica arqueológica
- BARCELOS, Artur H.F.-1997- Espaço e arqueologia nas Reduções Jesuíticas: o caso de S. João Batista
- CARLE, Cláudio Baptista.-1993- Metalurgia nas Missões – uma introdução

CECÍLIO, Gilmara Mariana.-1997- Mãos e mós: um modelo de circulação do material lítico no sítio da Quitéria - RS

FARIAS, Deisi S. E. de.-2000- Arqueologia e educação: um proposta de preservação para os sambaquis do sul de Santa Catarina (Jaguaruna, Laguna e Tubarão)

HOELTZ, Sirlei E.-1995- As tradições Umbu e Humaitá – releitura das indústria líticas das fases rio Pardinho e Pinhal através de uma proposta alternativa da investigação

JACOBUS, André L.-1996- Resgate arqueológico e histórico do Registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha-RS)

LANDA, Beatriz dos Santos.-1995- A mulher guarani: atividades e cultura material

NOELLI, Francisco Silva.-1993- Sem tekoha não há tekó – em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí/RS

OLIVEIRA, Lizete Dias.-1993- Iconografia missioneira – um estudo das imagens das reduções jesuítico-guarani

SYMANSKI, Luis C.-1997- Grupos domésticos e comportamento de consumo em Porto Alegre no século XIX: o solar Lopo Gonçalves

THIESEN, Beatriz V.-1999- As paisagens da cidade: arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX

b) Teses

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz.-1991- Arqueologia do Vale do Rio Pardo, RS, Brasil.

FOGAÇA, Emílio.-2001- Mãos para o pensamento. A variabilidade tecnológica de indústrias líticas de caçadores-coletores holocênicos a partir de um estudo de caso: as camadas VII e VIII da Lapa do Boquete (Minas Gerais, Brasil, 12.000 – 10.500 B.P.).

• UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

a) Dissertações

CALDAS FILHO, Alberto Frederico Lins.-1991- A sedução do espelho – avaliação epistemológica da Arqueologia brasileira

LA SALVIA, Eliany Salaroli.-1998- A utilização da área cárstica de S. Raimundo Nonato pelos grupos pré-históricos da Serra da Capivara

LUZ, Maria de Fátima da.-1989- O método de pré-escavação na pesquisa arqueológica – análise de um caso: a Toca de Cima do Pilão, Piauí.

MACHADO, Ana Lúcia da Costa.-1991- As tradições ceramistas da Bacia Amazônica: uma análise crítica baseada nas evidências arqueológicas do médio rio Urubu-AM.

OLIVEIRA, Cláudia Alves de.-1990- A cerâmica pré-histórica no Brasil: avaliação e propostas

PAULA, Marcus V. S. de.-1998- Vestígios arqueológicos na Formação Cacimbas: sítio Lagoa da Pedra/Salgueiro - Pernambuco

PEREIRA, Edithe da Silva.-1990- As gravuras e pinturas rupestres no Pará, Maranhão e Tocantins: estado atual do conhecimento e perspectivas

SANTOS, Claristella Alves dos.-1991- Rotas da migração tupiguarani – análise de hipóteses

SANTOS, Shirlei Martins dos.-1995- Reconhecendo os engenhos da Freguesia de Santo Antônio do Cabo: uma leitura interpretativa da cultura material remanescente do final do século XVI e início do século XVII.

SILVA, Rosiclér Theodoro da.-1995- Horticultores e ceramistas do Planalto Central Brasileiro: análise de 20 anos de pesquisa (1970/1990).

VERGNE, Maria Cleonice Souza.-1990- Distribuição macro-espacial dos sítios arqueológicos do Sudeste do Piauí

b) Teses

ALBUQUERQUE, Marcos Antonio G.de M.-1995- Jesuítas em Olinda: igreja de Nossa Senhora da Graça – herança e testemunho

ALBUQUERQUE, Velela C. Lucena D.-1996- O Forte de Óbidos, Pará – uma visão arqueológica

SANTOS, Adelson A. da Silva.-1997- Paleopatologia do sítio pré-histórico Pedra do Alexandre – Carnaúba dos Dantas, RN – avaliação epistemológica, radiológica e histopatológica

6.3. **ANAIS DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA** (1981/1999 - artigos publicados)

- 1ª. SAB/1981-Rio de Janeiro/RJ

BARBOSA, Altair S.-1981- O arcaico em Goiás. In: *Arquivos do Museu de História Natural*, Belo Horizonte, UFMG, vol. VI-VII:46-62.

DIAS, O. e CARVALHO, E.-1981- Discussão sobre os inícios da agricultura no Brasil. In: *Arquivos do Museu de História Natural*, Belo Horizonte, UFMG, vol. VI-VII: 191-200.

GUIDON, Niéde.-1981-Arte rupestre: uma síntese do procedimento de pesquisa. In: *Arquivos do Museu de História Natural*, Belo Horizonte, UFMG, vol. VI-VII: 341-351.

KERN, Arno A.-1981- Variáveis para a definição e a caracterização das tradições pré-cerâmicas Humaitá e Umbu. In: *Arquivos do Museu de História Natural*, Belo Horizonte, UFMG, vol. VI-VII: 99-108.

MILLER, Tom O.-1981- Etnoarqueologia: implicações para o Brasil. In: *Arquivos do Museu de História Natural*, Belo Horizonte, UFMG, vol. VI-VII:293-310.

- 4ª. SAB/1987-Santos/SP

CASTO FARIA, Luiz de.-1989- Domínios e fronteiras do saber: a identidade da Arqueologia. In: *Dédalo*, São Paulo, MAE/USP, no. 01, publicações avulsas: 26-39.

LIMA, Tania A. de.-1989- A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos de emergência da pequena burguesia no Rio de Janeiro. In: *Dédalo*, São Paulo, MAE/USP, no. 01, publicações avulsas:205-230.

LIMA, Tania A. de et.all.-1989- Zooarqueologia: considerações teórico-metodológicas. In: *Dédalo*, São Paulo, MAE/USP, no. 01, publicações avulsas:175-189.

SCATAMACCHIA, Maria C.M.-1989- Arqueologia e Etno-História: os cronistas do século XVI. In: *Dédalo*, São Paulo, MAE/USP, no. 01, publicações avulsas:135-139.

- 5ª.SAB/1989-Santa Cruz do Sul/RS

CONSENS, M. e SEDA, P.-1990- Fases, estilos e tradições na arte rupestre do Brasil: a incomunicabilidade científica. In: *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul-RS, vol. 17 (20):33-58.

DIAS JR., O. e CARVALHO, E.-1990- Tradição Itaipu (RJ) – discussão de tópicos e proposta de um modelo teórico. In: *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul-RS, vol. 17 (20):157-166.

PROUS, André.-1990- A experimentação em Arqueologia. In: *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul-RS, vol. 17 (20):17-31.

- 7ª. SAB/1993-João Pessoa/PB

GASPAR, M.D.-1994- Espaço, rituais funerários e identidade pré-histórica. In: *Revista de Arqueologia*, São Paulo, no. 8 (2):221-237.

MAGALHÃES, M.P.-1994- A cultura neotropical. In: *Revista de Arqueologia*, São Paulo, no. 8 (2):273-280.

SCATAMACCHIA, Maria C.M.-1994-Aplicação do conceito de *formativo* no leste da América do Sul: Brasil. In: *Revista de Arqueologia*, São Paulo, no. 8 (2):141-148.

- 8ª.SAB/1995-Porto Alegre

AZEVEDO NETTO, Carlos X. de.-1996- A questão da teoria semiótica na interpretação da arte rupestre. In: *Anais da 8ª. Reunião científica da SAB*, Porto Alegre, EDIPUCRS, no. 01, vol. 02: 65-76.

CONSENS, Mario.-1996- Entre niveles y escalas: relaciones destendidas. In: *Anais da 8ª. Reunião científica da SAB*, Porto Alegre, EDIPUCRS, no. 01, vol. 02:429-442.

_____.-1996- A incomunicabilidade em arte rupestre. Segunda parte. In: *Anais da 8ª. Reunião científica da SAB*, Porto Alegre, EDIPUCRS, no. 01, vol. 02:443-468.

KERN, A. A.-1996- Método e teoria no projeto Arqueologia Histórica Missioneira. In: *Anais da 8ª. Reunião científica da SAB*, Porto Alegre, EDIPUCRS, no. 01, vol. 02:181-202.

LIMA, Tania A.-1996- A Arqueologia Histórica na encruzilhada: processualismo + ou x pós-processualismo? In: *Anais da 8ª. Reunião científica da SAB*, Porto Alegre, EDIPUCRS, no. 01, vol. 02:227-230.

ROGGE, Jairo H.-1996- As teorias adaptacionistas e o estudo de grupos horticultores – a tradição tupiguarani no médio Jacuí. In: *Anais da 8ª. Reunião científica da SAB*, Porto Alegre, EDIPUCRS, no. 01, vol. 02:245-254.

SEDA, Paulo.-1996- Arte rupestre e reconstituição arqueológica: enfoque e contexto. In: *Anais da 8ª. Reunião científica da SAB*, Porto Alegre, EDIPUCRS, no. 01, vol. 02:469-488.

YOFEE, Norman.-1996- Teoria sócio-evolutiva e seus descontentes. In: *Anais da 8ª. Reunião científica da SAB*, Porto Alegre, EDIPUCRS, no. 01, vol. 02:107-126.

ZORTEA, Andréa de S.-1996- Arqueologia e Pedagogia: um intertexto possível sob a ótica interdisciplinar. In: *Anais da 8ª. Reunião científica da SAB*, Porto Alegre, EDIPUCRS, no. 01, vol. 02:529-540

• 9ª. SAB/Rio de Janeiro-1997

AGOSTINI, Camila.-2000- Arqueologia social latinoamericana e Arqueologia crítica: a possibilidade de um diálogo. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.

ALBUQUERQUE, M.-2000- Arqueologia Histórica: uma releitura dos descobrimentos. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.

ASSIS, Valéria S. de.-2000- Algumas possibilidades de análise espacial em testemunhos arqueológicos de grupos agricultores-ceramistas. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.

AZEVEDO NETTO, Carlos X. de.-2000- Informação e Arqueologia: suas relações e necessidades. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.

BEGOSSI, Alpina.-2000- A transmissão cultural: tempo evolutivo e tempo ecológico. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.

CANTO, Antonio C. de L.-2000- Princípios de Geomorfologia e Geologia do Quaternário no processo de interpretação da estratigrafia arqueológica. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.

CONSENS, Mario.-2000- Sobre ética, responsabilidade e profissionalismo: o ocaso das chacinhas. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.

_____.-2000a- Os milagres das taxonomias, ou a arte de fazer arqueologia. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.

_____.-2000b- Debitagem e classificação: ou como construir sínteses culturais sem todo o registro lítico. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.

FISH, P. and FISH, S.-2000- Pathways to complexity: variability in the archaeology of middle range societies. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.

- FOGAÇA, Emilio.-2000- Teoria e método na Arqueologia brasileira (ou demônio de Maxwell). In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.
- GOMEZ, Maria N. G. de.-2000- Dos indícios à informação arqueológica. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.
- LIMA, Tania A.-2000a- Teoria e método na Arqueologia brasileira: avaliação e perspectiva. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.
- _____.-2000b- Complexidade emergente entre caçadores-coletores: uma nova questão para a pré-história brasileira. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.
- _____.-2000c- A ética que temos e a ética que queremos: ou como falar de princípios neste fim de milênio. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.
- MACHADO, Lilia C.-2000- Tafonomia humana: alguns problemas e interpretações em Arqueologia funerária. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.
- MELLO, Marcia G.-2000- Tafonomia evolutiva e medicina legal: uma nova abordagem para a Arqueologia. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.
- MINETTI, Alfredo.-2000- Análise do núcleo urbano do Rio de Janeiro na mudança de ordens: uma Arqueologia da paisagem. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.
- NEVES, Eduardo G.-2000- Aportes para a Arqueologia amazônica. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.
- OLIVEIRA, Jorge E.de.-2000- Ambiente e cultura no contexto da ocupação indígena da planície de inundação do Pantanal. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.
- SCHAAN, Denise P.-2000- Forma, estrutura e conteúdo na arte pré-histórica. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.
- SCHRAMM, Fermin R.-2000- Técnica e moral da pesquisa em Arqueologia. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.
- SERRÃO, M. A. e MELLO, M.G.S.-2000- Arqueologia e educação ambiental: valendo-se do passado como instrumento de conscientização ambiental. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.
- SOUZA, Marcos A.T. de.-2000- Arqueologia Histórica e pesquisa de contrato: avaliação e perspectiva. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.

TOCCHETTO, Fernanda B.-2000- Arqueologia da cidade: reflexões e propostas para Porto Alegre. In: *Anais do IX Congresso da SAB*, Rio de Janeiro, SAB, CDROM.

• 10ª.SAB/Recife-1999

AFONSO, Maria.-2002- Teoria e método em Arqueologia da Paisagem. In: *Arqueologia do Brasil Meridional*, Porto Alegre, col. Arqueologia Virtual, no. 01, PUCRS, CDROM.

ALMEIDA, Marcia B. de-2002- Zooarqueologia no Brasil: tendências e perspectivas. In: *Arqueologia do Brasil Meridional*, Porto Alegre, col. Arqueologia Virtual, no. 01, PUCRS, CDROM.

AUSTRAL, Antonio e Rocchietti, Ana Maria.-2002- Arqueologia histórica en la frontera del desierto: cruce de Historia, Antropología y Política. In: *Arqueologia do Brasil Meridional*, Porto Alegre, col. Arqueologia Virtual, no. 01, PUCRS, CDROM

AZEVEDO NETTO, Carlos X. de-2002- A análise de conceitos em arte rupestre. In: *Arqueologia do Brasil Meridional*, Porto Alegre, col. Arqueologia Virtual, no. 01, PUCRS, CDROM.

BASTOS, Rossano.-2002- Patrimônio arqueológico: impactos cumulativos. In: *Arqueologia do Brasil Meridional*, Porto Alegre, col. Arqueologia Virtual, no. 01, PUCRS, CDROM.

DIAS JR., Ondemar.-2002- Arqueologia de contato: algumas considerações. In: *Arqueologia do Brasil Meridional*, Porto Alegre, col. Arqueologia Virtual, no. 01, PUCRS, CDROM.

KERN, Arno A.-2002- Reflexões epistemológicas sobre a Arqueologia brasileira. In: *Arqueologia do Brasil Meridional*, Porto Alegre, col. Arqueologia Virtual, no. 01, PUCRS, CDROM.

MAGALHÃES, Marcos O.-2002a- Da intertextualidade machadiana à intercontextualidade arqueológica. In: *Arqueologia do Brasil Meridional*, Porto Alegre, col. Arqueologia Virtual, no. 01, PUCRS, CDROM.

_____.-2002b- A imaginação arqueológica. In: *Arqueologia do Brasil Meridional*, Porto Alegre, col. Arqueologia Virtual, no. 01, PUCRS, CDROM.

MELO, Patrícia P. de.-2002- O problema do povoamento da América: uma nova proposta explicativa. In: *Arqueologia do Brasil Meridional*, Porto Alegre, col. Arqueologia Virtual, no. 01, PUCRS, CDROM.

MENDONÇA DE SOUZA, Sheila M.F.-2002- Paleopatologia, paleoepidemiologia: arqueologia? In: *Arqueologia do Brasil Meridional*, Porto Alegre, col. Arqueologia Virtual, no. 01, PUCRS, CDROM.

UCHÔA, Dorath P.-2002- A interface da Antropologia Física com a Arqueologia. In: *Arqueologia do Brasil Meridional*, Porto Alegre, col. Arqueologia Virtual, no. 01, PUCRS, CDROM.

DESCARTES

Nada há
no mundo mais bem
distribuído
do que a
razão: até quem não tem
tem um pouquinho.

(Cacaso *lero-lero*, Antonio C. de Brito, pg. 266).

Anexo 01: - Ficha do Levantamento Geral das Teses e Dissertações

Anexo 02: - Ficha do Empírico/Teses e Dissertações

Anexo 03: - Ficha Anais da SAB

Anexo 04: - Ficha Programas

Anexo 01**FICHA DE LEVANTAMENTO**

1. AUTOR:

2. TÍTULO:

3. INSTITUIÇÃO: 4. NÍVEL: 5 DATA:

6. ORIENTADOR(A):

7. ARQUEOLOGIA HISTÓRICA ()

unidades domésticas () () missões () engenhos

feitorias () gênero () fortes () () outros

8. ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA ()

indústrias líticas () cerâmica () arte rupestre ()

ossos () assentamentos () práticas funerárias ()

contato () gênero () () outros

9. EXPRESSÕES-CHAVE:

10. RESUMO:

Anexo 02**FICHA DO EMPÍRICO**

1. AUTOR:

2. TÍTULO:

3. INSTITUIÇÃO:

NÍVEL:

ORIENTADOR:

4. POSIÇÕES TEÓRICAS ARQUEOLÓGICAS

a) explícito () histórico-cultural () processual () pós-processual ()
escola francesa ()b) implícito () histórico-cultural () processual () pós-processual ()
escola francesa ()

5. REFERENCIAL TEÓRICO NÃO-ARQUEOLÓGICO

Anexo 03**FICHA DOS ANAIS DA SAB**

1. AUTOR/INSTITUIÇÃO:

2. TÍTULO:

3. Reunião Científica/Data:

Local:

Publicação:

4. POSIÇÕES TEÓRICAS ARQUEOLÓGICAS

a) explícito () histórico-cultural () processual () pós-processual () escola francesa ()

b) implícito () histórico-cultural () processual () pós-processual () escola francesa

5. REFERENCIAL TEÓRICO NÃO-ARQUEOLÓGICO

a) explícito () sociologia () antropologia () história ()
economia () estruturalismo () hermenêutica () marxismo ()

b) implícito ()

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6.1 ARQUEOLÓGICA: - brasileiros ()

6.2 NÃO-ARQUEOLÓGICA: - brasileiros ()

6.3 ARQUEOLÓGICA: - estrangeiros ()

6.4 NÃO-ARQUEOLÓGICA: - estrangeiros ()

7. DISSERTAÇÕES REFERENCIADAS:

7.1 arqueológica () autor(a): título: publicada () não publicada ()

7.2 não-arqueológica () autor(a): título: publicada () não publicada ()

8. TESES REFERENCIADAS:

8.1 arqueológica () autor(a): título: publicada () não publicada ()

8.2 não-arqueológica () autor(a): título: publicada () não publicada ()

9. CONCEITOS

9.1 Arqueológicos

a) explícitos:

b) implícitos:

9.2 Não-arqueológicos

a) explícitos:

b) implícitos:

10. CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO NA REALIDADE BRASILEIRA:

11. PRONOME PESSOAL USADO NA REDAÇÃO:

Anexo 04

FICHA PROGRAMAS

1. Instituição:

2. Área de concentração: Créditos:

3. Disciplina: Ano/Semestre:

4. Professor:

5. Ementa:

6. Objetivos:

7. Conteúdos programáticos:

8. Referências Bibliográficas:

- Arqueológica
 - brasileiros ()
 - estrangeiros ()
- Não-arqueológica
 - brasileiros ()
 - estrangeiros ()

"Mas tem de haver mais....

Agora o verão se foi
E poderia nunca ter vindo
No sol está quente
Mas tem de haver mais.

Tudo aconteceu,
Tudo caiu em minhas mãos
Como uma folha de cinco pontas
Mas tem de haver mais.

Nada de mau se perdeu
Nada de bom foi em vão
Uma luz clara iluminou tudo,
Mas tem de haver mais.

A vida me recolheu
À segurança de suas asas,
Minha sorte nunca falhou
Mas tem de haver mais.

Nem uma folha queimada,
Nem um graveto partido,
Claro como um vidro é o dia
Mas tem de haver mais".

(Arseni Tarkovski, in Tarkovski, 1990: 229)